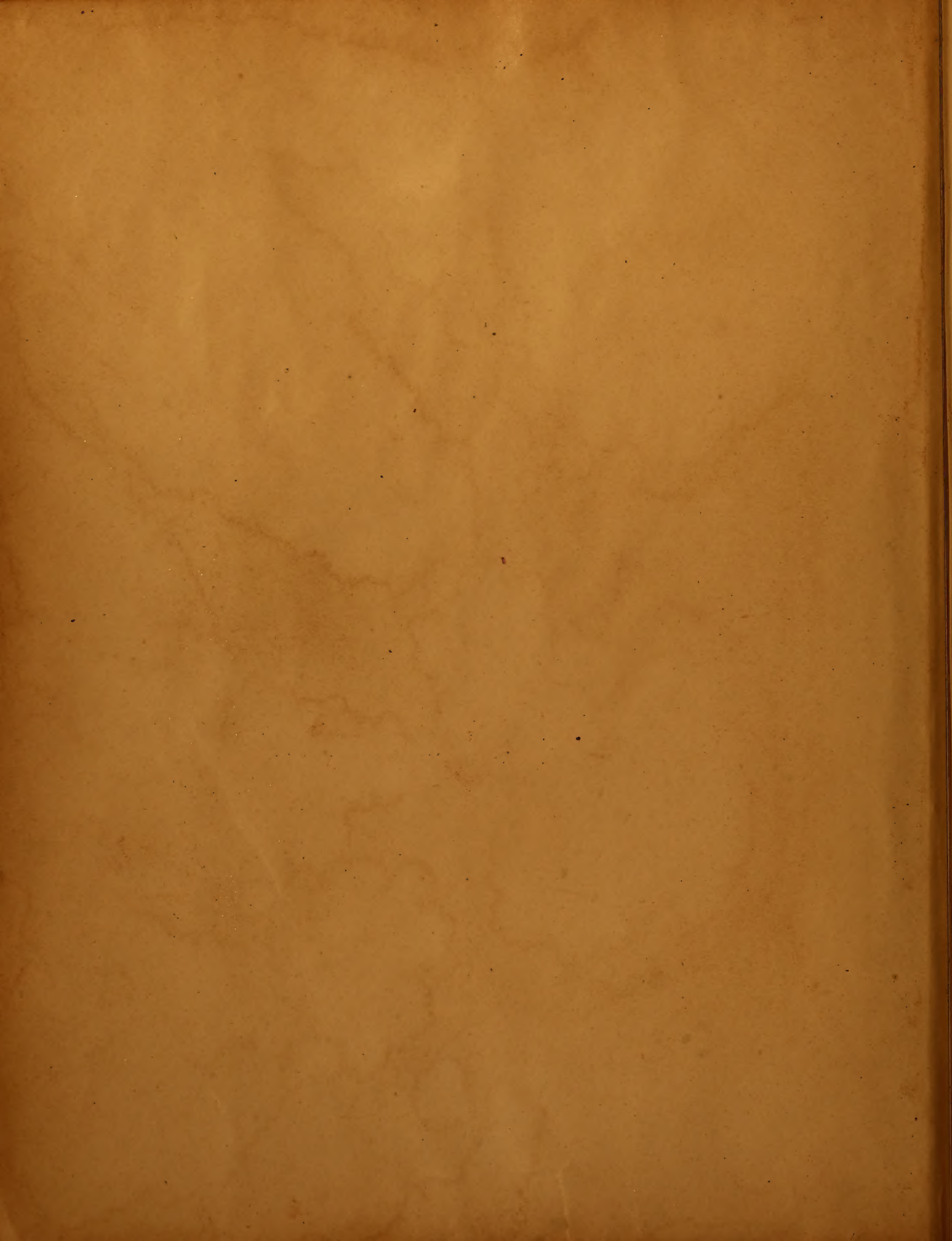


336.260.981
B688





MINISTÉRIO DA FAZENDA

DIRETORIA DAS RENDAS ADUANEIRAS

BOLETIM ESTATÍSTICO

MÊS DE JANEIRO

1940

22

LIBRARY OF THE

UNIVERSITY OF CALIFORNIA

ROBERT M. LESTER

1946

LIBRARY OF THE
UNIVERSITY OF CALIFORNIA

4193 JAN 9 8 46

LIBRARY OF THE

1946

23

LIBRARY OF THE

INDICE

I — ARRECADAÇÃO GERAL

(Informações telegráficas)

1. Discriminadamente pelas Alfândegas	
Janeiro — 1940-1939	1
2. Discriminadamente pelas rubricas orçamentárias	
Janeiro — 1940-1939	2
3. Discriminadamente pelas Alfândegas, segundo as rubricas orçamentárias — Janeiro 1940-1939	
Manaus.	3
Belém.	3
São Luiz	4
Parnaíba.	4
Fortaleza.	5
Natal.	5
João Pessoa.	6
Recife.	6
Maceió.	7
Aracajú.	7
Salvador.	8
Vitória.	8
Rio de Janeiro.	9
Santos.	9
Paranaguá.	10
São Francisco.	10
Florianópolis.	11
Rio Grande.	11
Pelotas.	12
Pôrto Alegre.	12
Livramento.	13
Uruguaiana.	13
Corumbá.	14

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO

1. Renda diária discriminadamente pelos principais impostos — Janeiro — 1940-1939	15
2. Arrecadação de direitos de importação para consumo — Janeiro — 1940-1939	
a) Por classes de tarifa.	16
b) Por procedências.	18
3. Arrecadação do imposto de consumo, discriminadamente pelas espécies tributadas	
Janeiro — 1940-1939	20

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS

1. Renda diária discriminadamente pelos principais impostos — Janeiro — 1940	22
2. Arrecadação de direitos de importação para consumo — Janeiro-1940	
a) Por classes de tarifa.	23
b) Por procedências.	25
3. Arrecadação do imposto de consumo, discriminadamente pelas espécies tributadas	
Janeiro — 1940-1939	27

ATOS RELATIVOS A ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS RENDAS ADUANEIRAS

Expediente do Ministro da Fazenda.	31
Expediente da Diretoria Geral da Fazenda Nacional. .	34
Expediente da Diretoria das Rendas Aduaneiras.	34
Acórdãos do Conselho Superior de Tarifa.	35

I — ARRECADAÇÃO GERAL
 I. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS
 JANEIRO — 1940-1939
 (Milréis)

Alfândegas	1940	1939	Diferenças em 1940
Manaus.	693.356	661.370	+ 31.986
Belém.	2.454.698	1.289.322	+ 1.165.376
São Luiz.	321.097	357.838	— 36.741
Parnaíba.	183.263	117.839	+ 65.424
Fortaleza.	1.538.037	1.438.564	+ 99.473
Natal.	178.872	223.463	— 44.591
João Pessoa.	415.205	434.334	— 19.129
Recife.	9.690.457	7.143.852	+ 2.546.605
Maceió.	307.819	416.132	— 108.313
Aracajú.	250.382	287.230	— 36.848
Salvador.	3.849.828	3.623.914	+ 225.914
Vitória.	181.232	433.327	— 252.095
Rio de Janeiro.	51.949.868	35.080.698	+ 16.869.170
Santos.	67.451.834	51.795.630	+ 15.656.204
Paranaguá.	139.068	652.501	— 513.433
São Francisco.	207.447	485.456	— 278.009
Florianópolis.	212.366	184.422	+ 27.944
Rio Grande.	1.293.562	1.693.807	— 400.245
Pelotas.	792.128	1.108.567	— 316.439
Pôrto Alegre.	6.702.807	7.062.094	— 359.287
Livramento.	884.360	633.870	+ 250.490
Uruguaiana.	217.723	176.652	+ 41.071
Corumbá.	146.110	156.964	— 10.854
Total.	150.061.519	115.457.846	+ 34.603.673

I — ARRECADAÇÃO GERAL

2. DISCRIMINADAMENTE PELAS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
REDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	105.611.699	81.373.539	+ 24.238.160
Imposto adicional de 10%	9.366.639	6.983.547	+ 2.383.092
Taxa adicional — (Decr. 300)	315.479	353.858	— 38.379
Expediente das capatazias.	25.650	35.090	— 9.440
Armazenagem.	16.594	18.799	— 2.205
Imposto de docas.	37.033	24.763	+ 12.270
Impostos de faróis.	558.363	597.874	— 39.511
Total.	115.931.457	89.387.470	+ 26.543.987
Imposto de consumo.	19.867.566	15.469.688	+ 4.397.878
Imposto de renda.	2.008.658	1.140.985	+ 867.673
Impostos s/atos emanados.	3.282.150	2.466.337	+ 815.813
Rendas patrimoniais.	108.604	49.270	+ 59.334
Rendas industriais.	18.278	7.121	+ 11.157
Diversas rendas.	7.630.054	6.252.519	+ 1.377.535
Total da renda ordinária.	148.846.767	114.773.390	+ 34.073.377
REDA EXTRAORDINARIA	1.214.752	684.456	+ 530.296
Total geral.	150.061.519	115.457.846	+ 34.603.673

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940	
MANAUS				
RENDA ORDINÁRIA				
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:				
Direitos de importação para consumo	217.657	335.921	—	118.264
Imposto adicional de 10%.	21.831	33.648	—	11.817
Outras rubricas: 3 a 7.	—	3.242	—	3.242
Total.	239.488	372.811	—	133.323
Imposto de consumo.	276.157	238.561	+	37.596
Imposto de renda.	138.598	11.747	+	126.851
Impostos s/átos emanados.	9.703	9.546	+	157
Rendas patrimoniais.	—	—	—	—
Rendas industriais.	290	25	+	265
Diversas rendas.	18.615	22.197	—	3.582
Total da renda ordinária. . . .	682.851	654.887	+	27.964
RENDA EXTRAORDINÁRIA				
Total geral.	10.505	6.483	+	4.022
	693.356	661.370	+	31.986
BELÉM				
RENDA ORDINÁRIA				
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:				
Direitos de importação para consumo	1.492.433	617.311	+	875.122
Imposto adicional de 10%.	—	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	18.560	23.189	—	4.629
Total.	1.510.993	640.500	+	870.493
Imposto de consumo.	731.759	533.935	+	197.824
Imposto de renda.	18.393	19.172	—	779
Impostos s/átos emanados.	78.095	39.497	+	38.598
Rendas patrimoniais.	5.279	996	+	4.283
Rendas industriais.	65	278	—	213
Diversas rendas.	72.388	44.373	+	28.015
Total da renda ordinária. . . .	2.416.972	1.278.751	+	1.138.221
RENDA EXTRAORDINÁRIA				
Total geral.	37.726	10.571	+	27.155
	2.454.698	1.289.322	+	1.165.376

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
SÃO LUIZ			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	109.702	152.997	— 43.295
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	9.706	6.359	+ 3.347
Total.	119.408	159.356	— 39.948
Imposto de consumo.	132.219	134.688	— 2.469
Imposto de renda.	6.837	8.758	— 1.921
Impostos s/átos emanados.	49.804	31.809	+ 17.995
Rendas patrimoniais.	468	783	— 315
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	10.999	19.909	— 8.910
Total da renda ordinária. . .	319.735	355.303	— 35.568
RENDA EXTRAORDINÁRIA	1.362	2.535	— 1.173
Total geral.	321.097	357.838	— 36.741
PARNAÍBA			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	89.997	37.836	+ 52.161
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	598	636	—
Total.	90.595	38.472	+ 52.123
Imposto de consumo.	26.280	19.963	+ 6.317
Imposto de renda.	1.992	1.947	+ 45
Impostos s/átos emanados.	54.820	45.750	+ 9.070
Rendas patrimoniais.	2.928	44	+ 2.884
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	2.212	11.343	— 9.131
Total da renda ordinária. . .	178.827	117.519	+ 61.308
RENDA EXTRAORDINÁRIA	4.436	320	+ 4.116
Total geral.	183.263	117.839	+ 65.424

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfandegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
FORTALEZA			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	823.122	858.974	— 35.852
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	79.637	81.652	— 2.015
Total.	902.759	940.626	— 37.867
Imposto de consumo.	460.722	377.233	+ 83.489
Imposto de renda.	13.089	37.742	— 24.653
Impostos s/átos emanados.	61.211	24.160	+ 37.051
Rendas patrimoniais.	2.712	2.617	+ 95
Rendas industriais.	128	75	+ 53
Diversas rendas.	89.861	46.469	+ 43.392
Total da renda ordinária. . . .	1.530.482	1.428.922	+ 101.560
RENDA EXTRAORDINÁRIA	7.555	9.642	— 2.087
Total geral.	1.538.037	1.438.564	+ 99.473
NATAL			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	40.172	71.589	— 31.417
Imposto adicional de 10%.	4.018	12.760	— 8.742
Outras rubricas: 3 a 7.	8.000	12.780	— 4.780
Total.	52.190	97.129	— 44.939
Imposto de consumo.	55.146	55.407	— 261
Imposto de renda.	319	3.066	— 2.747
Impostos s/átos emanados.	56.977	51.672	+ 5.305
Rendas patrimoniais.	2.428	—	+ 2.428
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	9.786	13.959	— 4.173
Total da renda ordinária. . . .	176.846	221.233	— 44.387
RENDA EXTRAORDINÁRIA	2.026	2.230	— 204
Total geral.	178.872	223.463	— 44.591

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
JOÃO PESSOA			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	111.954	141.608	— 29.654
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	4.800	5.016	— 216
Total.	116.754	146.624	— 29.870
Imposto de consumo.	241.302	234.819	+ 6.483
Imposto de renda.	3.788	865	+ 2.923
Impostos s/átos emanados.	15.539	10.665	+ 4.874
Rendas patrimoniais.	4.451	860	+ 3.591
Rendas industriais.	5	2	+ 3
Diversas rendas.	28.480	31.750	— 3.270
Total da renda ordinária.	410.319	425.585	— 15.266
RENDA EXTRAORDINÁRIA	4.886	8.749	— 3.863
Total geral.	415.205	434.334	— 19.129
RECIFE			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	6.380.663	4.588.164	+ 1.792.499
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	50.692	47.026	+ 3.666
Total.	6.431.355	4.635.190	+ 1.796.165
Imposto de consumo.	2.403.611	1.939.859	+ 463.752
Imposto de renda.	45.940	48.334	— 2.394
Impostos s/átos emanados.	179.369	63.758	+ 115.611
Rendas patrimoniais.	28.864	25.471	+ 3.393
Rendas industriais.	53	74	— 21
Diversas rendas.	471.342	372.799	+ 98.543
Total da renda ordinária.	9.560.534	7.085.485	+ 2.475.049
RENDA EXTRAORDINÁRIA	129.923	58.367	+ 71.556
Total geral.	9.690.457	7.143.852	+ 2.546.605

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DICRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
MACEIÓ			
REDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	91.115	160.523	— 69.408
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	12.979	11.193	+ 1.786
Total.	104.094	171.716	— 67.622
Imposto de consumo.	73.125	97.606	— 24.481
Imposto de renda.	6.915	2.716	+ 4.199
Impostos s/átos emanados.	70.749	61.662	+ 9.087
Rendas patrimoniais.	158	2	+ 156
Rendas industriais.	131	25	+ 106
Diversas rendas.	50.662	80.551	— 29.889
Total da renda ordinária.	305.834	414.278	— 108.444
REDA EXTRAORDINÁRIA	1.985	1.854	+ 131
Total geral.	307.819	416.132	— 108.313
ARACAJÚ			
REDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	47.484	72.983	— 25.499
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	1.789	188	+ 1.601
Total.	49.273	73.171	— 23.898
Imposto de consumo.	91.359	124.168	— 32.809
Imposto de renda.	678	539	+ 139
Impostos s/átos emanados.	68.427	40.223	+ 28.204
Rendas patrimoniais.	177	1.776	— 1.599
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	38.116	46.013	— 7.897
Total da renda ordinária.	248.030	285.890	— 37.860
REDA EXTRAORDINÁRIA	2.352	1.340	+ 1.012
Total geral.	250.382	287.230	— 36.848

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO — 1940-1939

(Mil-réis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
SALVADOR			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	1.251.179	1.824.705	— 573.526
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	31.680	27.516	+ 4.164
Total.	1.282.859	1.852.221	— 569.362
Imposto de consumo.	1.062.503	880.232	+ 182.271
Imposto de renda.	924.887	348.218	+ 576.669
Impostos s/âtos emanados.	272.356	172.867	+ 99.489
Rendas patrimoniais.	5.874	6.125	— 251
Rendas industriais.	1.075	444	+ 631
Diversas rendas.	143.273	327.362	— 184.089
Total da renda ordinária. . . .	3.692.827	3.587.469	+ 105.358
RENDA EXTRAORDINÁRIA	157.001	36.445	+ 120.556
Total geral.	3.849.828	3.623.914	+ 225.914
VITÓRIA			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	1.221	222.178	— 220.957
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	4.900	8.272	— 3.372
Total.	6.121	230.450	— 224.329
Imposto de consumo.	30.554	93.046	— 62.492
Imposto de renda.	2.490	5.097	— 2.607
Imposto s/âtos emanados.	73.806	79.867	— 6.061
Rendas patrimoniais.	43.413	5.104	+ 38.309
Rendas industriais.	112	—	+ 112
Diversas rendas.	6.758	14.736	— 7.978
Total da renda ordinária. . . .	163.254	428.300	— 265.046
RENDA EXTRAORDINÁRIA	17.978	5.027	+ 12.951
Total geral.	181.232	433.327	— 252.095

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
RIO DE JANEIRO			
RENDIA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	39.937.034	27.155.614	+12.781.420
Imposto adicional de 10%	4.073.222	2.814.416	+ 1.258.806
Outras rubricas: 3 a 7.	225.493	240.325	— 14.832
Total.	44.235.749	30.210.355	+14.025.394
Imposto de consumo.	4.532.009	2.625.442	+ 1.906.567
Imposto de renda.	—	—	—
Impostos s/átos emanados.	1.346	1.103	+ 243
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	1.331	3.597	— 2.266
Diversas rendas.	2.806.970	2.017.987	+ 788.983
Total da renda ordinária.	51.577.405	34.858.484	+16.718.921
RENDIA EXTRAORDINÁRIA	372.463	222.214	+ 150.249
Total geral.	51.949.868	35.080.698	+16.869.170
SANTOS			
RENDIA EXTRAORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	50.952.934	39.327.687	+11.625.247
Imposto adicional de 10%	5.267.568	4.122.723	+ 1.144.845
Outras rubricas: 3 a 7.	199.969	323.979	— 124.010
Total.	56.420.471	43.774.389	+12.646.082
Imposto de consumo.	5.759.680	4.003.733	+ 1.755.947
Imposto de renda.	143.314	76.428	+ 66.886
Impostos s/átos emanados.	1.499.112	1.190.447	+ 308.665
Rendas patrimoniais.	23	—	+ 23
Rendas industriais.	1.476	1.666	— 190
Diversas rendas.	3.292.434	2.552.298	+ 740.136
Total da renda ordinária.	67.116.510	51.598.961	+15.517.549
RENDIA EXTRAORDINÁRIA	335.324	196.669	+ 138.655
Total geral.	67.451.834	51.795.630	+15.656.204

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
PARANAGUÁ			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	34.895	514.560	— 429.665
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7	8.000	17.600	— 9.600
Total.	92.895	532.160	— 439.265
Imposto de consumo.	14.703	62.418	— 47.715
Imposto de renda.	1.323	206	+ 1.122
Impostos s/átos emanados.	20.985	18.857	+ 2.128
Rendas patrimoniais.	301	—	+ 301
Rendas industriais.	20	—	+ 20
Diversas rendas.	6.806	36.068	— 29.262
Total da renda ordinária.	137.038	649.709	— 512.671
RENDA EXTRAORDINÁRIA	2.030	2.792	— 762
Total geral.	139.068	652.501	— 513.433
SÃO FRANCISCO			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	156.073	374.539	— 218.466
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	1.259	15.454	+ 14.195
Total.	157.332	389.993	— 232.661
Imposto de consumo.	16.835	40.562	— 23.727
Imposto de renda.	1.263	1.107	+ 156
Impostos s/átos emanados.	17.541	14.163	+ 3.378
Rendas patrimoniais.	4	136	— 132
Rendas industriais.	—	40	— 40
Diversas rendas.	12.849	38.044	— 25.195
Total da renda ordinária.	205.824	484.045	— 278.221
RENDA EXTRAORDINÁRIA	1.263	1.411	+ 212
Total geral.	207.447	485.456	— 278.009

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
FLORIANÓPOLIS			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	126.437	97.557	+ 28.880
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	535	4.354	— 3.819
Total.	126.972	101.911	+ 25.061
Imposto de consumo.	22.424	23.930	— 1.506
Imposto de renda.	2.212	932	+ 1.280
Impostos s/átos emanados.	38.500	40.434	— 1.934
Rendas patrimoniais.	10.092	2.246	+ 7.846
Rendas industriais.	210	198	+ 12
Diversas rendas.	11.293	13.729	— 2.436
Total da renda ordinária.	211.703	183.380	+ 28.323
RENDA EXTRAORDINÁRIA	663	1.042	— 397
Total geral.	212.366	184.422	+ 27.944
RIO GRANDE			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	530.998	922.220	— 391.222
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	28.074	32.645	— 4.571
Total.	559.072	954.865	— 395.793
Imposto de consumo.	378.525	485.091	— 106.566
Imposto de renda.	58.368	1.641	+ 56.727
Impostos s/átos emanados.	206.303	151.995	+ 54.308
Rendas patrimoniais.	1.413	541	+ 872
Rendas industriais.	169	22	+ 147
Diversas rendas.	61.057	90.813	— 29.756
Total da renda ordinária.	1.264.907	1.684.968	— 420.061
RENDA EXTRAORDINÁRIA	28.665	8.839	+ 19.816
Total geral.	1.293.562	1.693.807	— 400.245

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3 DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
PELOTAS			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	117.972	395.406	— 247.434
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	6.384	1.112	+ 5.272
Total.	154.356	396.518	— 242.162
Imposto de consumo.	122.175	458.170	— 35.955
Imposto de renda.	40.353	31.732	+ 8.621
Impostos s/átos emanados.	126.476	144.656	— 18.180
Rendas patrimoniais.	19	2.569	— 2.550
Rendas industriais.	167	98	+ 69
Diversas rendas.	36.481	59.297	— 22.816
Total da renda ordinária.	780.327	1.093.340	— 313.013
RENDA EXTRAORDINÁRIA	11.801	15.227	— 3.426
Total geral.	792.128	1.108.567	— 316.439
PÔRTO ALEGRE			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	2.630.516	3.297.833	— 667.317
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	—	479	— 479
Total.	2.630.516	3.298.312	— 667.796
Imposto de consumo.	2.953.114	2.888.316	+ 64.798
Imposto de renda.	585.435	391.868	+ 193.567
Impostos s/átos emanados.	247.626	136.911	+ 110.715
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	118	400	— 282
Diversas rendas.	212.921	271.856	— 58.935
Total da renda ordinária.	6.629.730	6.987.693	— 357.963
RENDA EXTRAORDINÁRIA	73.077	74.401	— 1.324
Total geral.	6.702.807	7.062.094	— 359.287

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentária	1940	1939	Diferenças em 1940
LIVRAMENTO			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	317.103	111.149	+ 205.954
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	209.967	152.812	+ 57.155
Total.	527.070	263.961	+ 263.109
Imposto de consumo.	86.385	86.317	+ 68
Imposto de renda.	10.225	100.326	— 90.101
Impostos s/átos emanados.	54.567	60.567	— 6.000
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	—	37	— 37
Diversas rendas.	200.061	117.029	+ 83.032
Total da renda ordinária. . .	878.308	628.237	+ 250.071
RENDA EXTRAORDINÁRIA	6.052	5.633	+ 419
Total geral.	884.360	633.870	+ 250.490
URUGUAIANA			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	40.312	68.332	— 28.020
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	45.440	13.416	+ 32.024
Total.	85.752	81.748	+ 4.004
Imposto de consumo.	33.271	29.414	+ 3.857
Imposto de renda.	1.610	1.101	+ 509
Impostos s/átos emanados.	47.971	42.891	+ 5.080
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	47.162	16.612	+ 30.550
Total da renda ordinária. . .	215.766	171.766	+ 44.000
RENDA EXTRAORDINÁRIA	1.957	4.886	— 2.929
Total geral.	217.723	176.652	+ 41.071

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
CORUMBÁ			
RENDA ORDINARIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	30.726	23.853	+ 6.873
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	4.657	1.139	— 6.482
Total.	35.383	24.992	+ 10.391
Imposto de consumo.	63.408	36.448	+ 26.960
Imposto de renda.	224	47.443	— 46.819
Impostos s/âtos emanados.	30.867	32.837	— 1.970
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas Industriais.	79	140	— 61
Diversas rendas.	12.377	7.325	+ 5.052
Total da renda ordinária. . .	142.738	149.185	— 6.447
RENDA EXTRAORDINARIA	3.372	7.779	— 4.407
Total Geral.	146.110	156.964	— 10.854

Diretoria das Rendas Aduaneiras

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO

1. RENDA DIÁRIA DISCRIMINADAMENTE PELOS PRINCIPAIS IMPOSTOS

JANEIRO - 1940

(Milréis)

Dias	Direitos	Imposto Adicional de 10 %	Taxa de Previdência Social	Outras Rendas	Total
2.	267.795	29.530	15.294	119.512	432.131
3.	3.170.092	316.979	127.140	181.528	3.795.739
4.	932.739	94.696	100.159	198.770	1.326.364
5.	1.051.193	105.091	68.826	252.243	1.477.353
6.	1.655.143	165.372	61.680	534.154	2.406.349
8.	1.224.204	127.417	91.056	119.404	1.562.081
9.	791.195	79.427	95.837	122.087	1.088.546
10.	1.325.620	135.998	101.733	82.087	1.645.438
11.	2.733.460	302.651	102.184	228.422	3.366.717
12.	975.847	99.244	89.975	206.263	1.371.329
13.	731.588	69.012	63.696	80.256	944.552
15.	1.194.517	113.292	85.535	140.621	1.533.965
16.	2.706.692	274.892	113.091	120.052	3.214.727
17.	1.245.679	128.375	155.617	489.050	2.019.021
18.	4.707.446	471.261	59.092	153.610	5.391.309
19.	3.479.387	351.366	112.056	655.422	4.598.231
20.	257.983	25.799	32.754	28.906	345.442
22.	1.088.781	111.093	142.712	86.320	1.428.906
23.	1.613.459	162.147	105.679	241.342	2.122.627
24.	1.482.481	153.158	113.510	181.531	1.930.680
25.	1.182.886	123.861	121.515	575.784	2.004.046
26.	3.135.463	310.700	114.687	446.240	4.007.090
27.	782.314	78.233	36.451	46.136	943.134
29.	385.826	39.371	43.899	54.045	524.141
30.	900.616	91.500	79.536	101.726	1.173.378
31.	914.328	112.856	120.261	146.127	1.296.572
Total da Renda .	39.937.034	4.073.221	2.354.975	5.584.638	51.949.868
Depósitos.					1.412.434
Total geral.					53.362.302
Média diária.	1.536.040	156.662	90.576	214.794	1.998.072

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
2. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

a) POR CLASSES DA TARIFA

JANEIRO — 1940-1939

(Milréis)

Classes da tarifa	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sôbre o total		
	1940	1939		1940	1939	
Animais vivos.	361	291	+	70	0,00	0,00
Cabelos, pêlos e penas.	45.574	27.117	+	18.457	0,11	0,10
Peles e couros.	157.287	165.660	--	8.373	0,39	0,6
Carnes, peixes, matérias oleosas e outros produtos de animais.	505.652	317.856	+	157.796	1,27	1,28
Madrepérola, marfim, tartaruga e outros despojos de animais.	51.264	19.388	+	31.876	0,13	0,07
Lã.	469.416	527.694	—	58.248	1,18	1,94
Seda.	391.423	334.249	+	57.174	0,98	1,23
Frutas, cereais, hortaliças e legumes e seus produtos.	1.897.853	2.412.521	—	544.668	4,75	8,99
Plantas, folhas, flores, sementes, rai- zes, cascas, forragens e especiarias.	883.641	489.432	+	394.209	2,21	1,80
Sumos ou sucos vegetais, bebidas al- coólicas e fermentadas e outros li- quidos.	1.242.859	1.112.707	+	130.152	3,11	4,11
Madeira.	211.534	243.357	—	31.823	0,53	0,90
Cana da Índia e outras, bambú, jun- cos, vime e cipós.	7.959	18.691	—	10.732	0,02	0,07
Cairo, esparto, manilha, paina, piás- sava, pita, sizal ou agave e outras matérias vegetais.	22.229	58.588	+	163.641	0,56	0,22
Algodão.	558.383	699.829	—	141.446	1,40	2,58
Linho, juta, cânhamo e râmia.	1.307.849	905.506	+	402.343	3,27	3,33
Papel e suas aplicações.	528.144	720.086	—	191.942	1,32	2,65
Pedras, terras, minérios e outros pro- dutos minerais.	14.776.288	5.894.399	+	8.881.889	37,00	21,71
Louça e vidro.	1.440.807	1.062.589	+	378.218	3,61	3,91
Alumínio, chumbo, estanho, zinco e suas ligas.	225.978	190.735	+	35.243	0,57	0,70
Cobre e níquel e suas ligas.	343.149	421.241	—	78.092	0,86	1,55
Ferro e aço e suas ligas.	1.212.339	3.140.090	+	1.072.249	10,55	11,56
Ouro, platina e prata e suas ligas.	14.105	12.724	+	1.381	0,03	0,05
Metaloides e vários metais.	52.119	48.681	+	3.438	0,13	0,18

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
2. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

a) POR CLASSES DA TARIFA

JANEIRO — 1940-1939

(Milréis)

Classes da tarifa	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Matérias primas, não classificadas para as indústrias e preparações diversas para perfumarias, tinturarias, curtume e outros usos.	1.639.739	1.361.016	+ 278.723	4,11	5,01
Produtos químicos inorgânicos e orgânicos.	1.803.063	815.861	+ 987.202	4,51	3,01
Drogas, medicamentos químicos e preparações farmacêuticas, dietéticas e outras de uso em medicina.	1.212.663	823.187	+ 389.476	3,04	3,03
Armamento e outras obras de armamento, objetos de munição e petrechos de guerra.	173.780	90.702	+ 83.078	0,44	0,33
Obras de cutelaria e seus acessórios.	23.616	63.360	— 39.744	0,06	0,23
Relojoaria.	119.694	78.516	+ 41.174	0,30	0,29
Aparelhos, instrumentos, máquinas e objetos físicos, químicos, matemáticos e óticos.	1.495.748	1.006.041	+ 489.707	3,75	3,70
Aparelhos, instrumentos e objetos de cirurgia.	61.825	109.039	— 47.214	0,15	0,40
Instrumentos de música e seus pertences.	28.474	42.937	— 14.463	0,07	0,16
Veículos, seus acessórios e pertences	1.463.026	1.310.782	+ 152.244	3,66	4,83
Máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios diversos.	1.378.283	1.318.657	+ 59.626	3,45	4,86
Vários artigos.	590.080	611.021	— 20.941	1,48	2,25
Reduções de direitos, diferenças englobadas, falta de volumes, arrematações, mercadorias omissas, extaaviadas e outras sem determinação de classe.	399.405	641.064	— 241.659	1,00	2,36
Total.	39.935.639	27.155.614	+12.780.025	100,00	100,00

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
2. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
b) POR PROCEDÊNCIAS
JANEIRO — 1940-1939
(Milréis)

Procedências	1940	1939	Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
				1940	1939
Alemanha.	1 292.561	4.691.460	— 3.398.896	3,24	17,28
Argentina.	1 606.971	2.176.075	— 569.104	4,02	8,01
Armênia.	—	44	— 44	—	0,00
Bélgica.	1.885.528	1.623.785	+ 261.743	4,72	5,98
Bulgária.	4.350	—	+ 4.350	0,01	—
Canadá.	85.104	283.002	— 197.898	0,21	1,04
Chile.	260.979	91.867	+ 169.112	0,65	0,34
China.	674.632	117.483	+ 557.149	1,69	0,43
Colômbia.	166	—	+ 166	0,00	—
Cuba.	397	5.917	— 5.520	0,00	0,02
Dinamarca.	14.569	184.215	— 169.646	0,04	0,68
Egito.	3.229	—	+ 3.229	0,01	—
Espanha.	9.760	14.434	— 4.674	0,02	0,05
Estados Unidos.	14.266.902	7.733.792	+ 6.533.110	35,73	28,48
Finlândia.	40.827	59.737	— 18.910	0,10	0,22
França.	971.105	1.120.350	— 149.245	2,43	4,13
Georgia.	14.983	—	+ 14.983	0,04	—
Grã-Bretanha.	3.188.527	2.187.392	+ 701.135	7,98	9,16
Grécia.	—	5.876	— 5.876	—	0,02
Holanda.	4.818.270	550.066	+ 4.268.204	12,06	2,03
Hungria.	58.216	54.624	+ 3.592	0,15	0,20
Índia Inglesa.	537.149	32.866	+ 504.283	1,35	0,12
Índia Holandesa.	9.688	89.776	— 80.088	0,02	0,33
Islândia.	131.919	—	+ 131.919	0,33	—
Irlanda.	232.522	331.105	— 98.583	0,58	1,22
Itália.	655.431	399.231	+ 256.200	1,64	1,47
Iugo Slávia.	5.254	—	+ 5.254	0,01	—
Japão.	932.507	739.634	+ 192.873	2,33	2,72
Letônia.	—	65	— 65	—	0,00
Lituânia.	—	12.628	— 12.628	—	0,05
Luxemburgo.	50.315	2.465	+ 47.850	0,13	0,01
México.	1.585.050	1.289.701	+ 295.349	3,97	4,75
Noruega.	124.960	33.888	— 91.072	0,31	0,12

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
2. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
b) POR PROCEDÊNCIAS
JANEIRO — 1940-1939
(Milréis)

Procedências	1940	1939	Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
				1940	1939
Panamá.	—	125	— 125	—	0,00
Paraguai.	—	2.845	— 2.845	—	0,01
Perú.	3.596.602	—	+ 3.596.602	9,01	—
Pérsia.	7.687	21.253	— 13.566	0,02	0,08
Polônia.	—	224.297	— 224.297	—	0,83
Portugal.	901.951	1.114.617	— 212.666	2,26	4,10
România.	16	—	+ 16	0,00	—
Rússia.	—	11.251	— 11.251	—	0,04
Síria.	26.241	26.794	— 553	0,07	0,10
Suécia.	491.774	194.013	— 297.761	1,23	0,71
Suiça.	793.939	441.791	+ 252.148	1,99	1,63
Tcheco Slováquia.	2.158	347.693	— 345.535	0,01	1,28
Terra Nova.	3.828	15.223	— 11.395	0,01	0,06
Turquia.	167.760	157.078	+ 10.682	0,42	0,58
Uruguai.	75.319	88.524	— 13.205	0,19	0,33
Venezuela.	284.774	—	+ 284.774	0,71	—
POSSESSÕES, COLÔNIAS E					
TERRITÓRIOS SOB MANDATO:					
Americanas na América do Norte.	2.304	—	+ 2.304	0,01	—
Inglêsas na América do Norte.	3.120	—	+ 3.120	0,01	—
Holandêsas na América Central.	—	56.637	— 56.637	—	0,21
Holandezas na América do Sul.	8.487	—	+ 8.487	0,02	—
Inglêsas na Ásia.	38.331	—	+ 38.331	0,10	—
Americanas na Ásia.	17.008	—	+ 17.008	0,04	—
Francêsas na África.	4.250	28.261	— 24.011	0,01	9,10
Inglêsas na África.	34.305	161.010	— 126.705	0,09	0,59
Portuguêsas na África.	4.600	—	+ 4.600	0,01	—
Holandêsas na Oceania.	9.311	—	+ 9.311	0,02	—
Inglêsas na Oceania.	—	2.653	— 2.653	—	0,01
Procedências não declaradas.	—	130.071	— 130.071	—	0,48
Total.	39.935.639	27.155.614	+ 12.780.025	100,00	100,00

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
 3. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
 PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
 JANEIRO — 1940-1939
 (Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Fumo.	26.530	12.999	+ 13.531	0,59	0,46
Bebidas.	341.413	310.450	+ 30.963	7,54	11,83
Alcool.	9	26	— 17	0,00	0,00
Fósforos.	1.010	8.324	— 7.314	0,02	0,32
Sal.	168.096	138.438	+ 29.658	3,71	5,27
Calçados.	4.016	20.049	— 16.033	0,09	0,76
Perfumarias e artigos de toucador. . .	152.985	75.626	+ 77.359	3,38	2,88
Especialidades farmacêuticas.	226.005	191.820	+ 34.185	4,99	7,32
Conservas.	232.995	211.914	+ 21.081	5,15	8,08
Vinagre, azeite e óleos.	102.183	160.858	— 58.675	2,25	6,13
Velas.	107	522	— 415	0,00	0,02
Tecidos.	252.164	254.818	— 2.654	5,56	9,72
Artefatos de tecidos e de peles.	68.514	83.478	— 14.964	1,51	3,18
Papel e artefatos.	4.092	5.663	— 1.571	0,09	0,22
Cartas de jogar.	40	5.048	— 5.008	0,00	0,19
Chapéus e bengalas.	3.580	1.615	+ 1.965	0,08	0,06
Louças e vidros.	41.857	31.303	+ 10.554	0,92	1,19
Ferragens e artefatos de ferro e alu- minio.	28.646	41.804	+ 13.158	0,63	1,59
Café torrado ou moído e chá.	5.443	2.523	+ 2.920	0,12	0,10
Banha, manteiga e sucedâneos.	—	102	— 102	—	0,00
Móveis.	88.329	60.317	+ 28.012	1,95	2,30
Armas de fogo e suas munições.	11.030	27.638	— 16.608	0,24	1,05
Lâmpadas, pilhas, etc.	380.941	210.363	+ 170.578	8,41	8,01
Queijos e requeijões.	1.642	384	+ 1.258	0,04	0,01
Eletricidade.	—	—	—	—	—
Tintas e vernizes.	201.353	203.984	— 2.631	4,44	7,77
Leques e ventarolas.	—	5	— 5	—	0,00
Artefatos de borracha.	55.415	41.665	+ 13.750	1,22	1,59
Navalhas e pinceis para barba.	9.615	20.531	— 10.916	0,21	0,78
Pentes, escovas e espanadores.	10.465	17.787	— 7.322	0,23	0,68

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
3. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
JANEIRO — 1940-1939
(Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sôbre o total	
	1940	1939		1940	1939
Brinquedos.	5.252	2.917	+ 2.335	0,12	0,11
Artefatos de couro e outros materiais	7.431	7.367	+ 64	0,16	0,28
Jóias, obras de ourives	89	28.798	— 28.709	0,00	1,10
Bijuterias, objetos de adorno e relógios.	43.920	—	+ 43.920	0,97	—
Gazolina e carburêto de cálcio.	1.941.251	324.987	+ 1.616.264	42,84	12,39
Ladrilhos, mozaicos, azulêjos, etc.	10.704	21.231	— 10.527	0,24	0,81
Instrumentos de música.	5.642	3.710	+ 1.932	0,12	0,14
Mat. fotogr. e cinematográficos.	80.707	80.144	+ 563	1,78	3,05
Fogões e fogareiros.	1.386	619	+ 767	0,03	0,02
Cimento.	11.495	5.818	+ 5.677	0,25	0,22
Linhas, cordoalhas e botões.	5.657	9.797	— 4.140	0,12	0,37
Emolumentos de escritórios comerciais.	—	—	—	—	—
Total.	4.532.009	2.625.442	+ 1.906.567	100,00	100,00
R E S U M O					
Segunda a incidência					
Mercadorias nacionais.	168.096	137.643	+ 30.453	3,71	5,24
Mercadorias estrangeiras.	4.363.913	2.487.799	+ 1.876.114	96,29	94,76
Segundo a modalidade de pagamento					
Taxa.	1.595.317	1.463.959	+ 131.358	35,20	55,76
Verba.	2.936.692	1.161.483	+ 1.775.209	64,80	44,24

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
1. RENDA DIARIA DISCRIMINADAMENTE PELOS PRINCIPAIS IMPOSTOS

JANEIRO — 1940-1939

(Milréis)

DIAS	Direitos	Imposto Adicional de 10 0/0	Taxa de Previdência Social	Outras Rendas	TOTAL
2	1.227.034	130.713	66.969	154.483	1.629.199
3	1.453.554	149.802	109.241	231.257	1.943.854
4	1.138.096	416.441	153.737	298.757	5.007.031
5	2.527.982	256.555	128.779	627.475	3.540.791
6	392.288	39.223	46.027	229.793	707.271
8	1.746.965	148.470	70.766	372.126	2.068.327
9	3.461.833	352.008	107.399	286.626	4.207.866
10	2.719.811	273.053	130.669	859.781	3.983.314
11	905.649	98.021	82.458	158.663	1.244.791
12	1.385.467	119.955	117.819	210.210	1.863.451
13	789.024	84.191	95.412	160.939	1.129.566
15	3.837.699	389.730	90.344	174.514	4.492.287
16	1.285.011	133.009	112.045	403.163	1.933.228
17	2.014.475	209.088	194.982	658.386	3.076.931
18	3.140.327	316.634	92.268	207.385	3.756.614
19	1.155.830	150.153	94.331	169.716	1.570.030
20	3.751.598	376.874	21.753	119.476	4.269.701
22	1.408.399	152.944	115.919	710.687	2.387.949
23	1.290.872	151.630	171.281	209.923	1.823.436
24	5.690.817	569.087	165.608	206.404	6.631.916
25	1.246.765	125.983	72.516	699.664	2.144.928
26	1.351.320	139.140	90.555	230.298	1.811.313
27	839.055	101.034	59.287	592.211	1.591.587
29	1.689.210	169.588	104.829	181.314	2.144.968
30	774.949	83.066	42.485	233.643	1.104.143
31	978.965	101.448	166.691	140.238	1.387.342
Total da renda. . .	50.952.935	5.267.570	2.704.170	8.527.159	67.451.834
Depósitos.	—	—	—	936.365	936.365
Total geral.	50.952.935	5.267.570	2.704.170	9.463.524	68.388.199
Média diária.	1.959.728	202.599	104.006	327.968	2.594.301

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
 2. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
 a) POR CLASSES DA TARIFA
 JANEIRO — 1940-1939
 (Milréis)

Classes da tarifa	Arrecadação		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Animais vivos.	320	657	— 337	0,00	0,00
Cabelos, pêlos e penas.	400.951	209.716	+ 191.235	0,79	0,53
Peles e couros.	182.679	145.632	+ 37.047	0,36	0,37
Carnes, peixes, matérias oleosas e outros produtos de animais.	420.292	469.054	— 48.762	0,82	1,19
Madrepérula, marfim, tartaruga e outros desposos de animais.	32.675	11.043	+ 21.632	0,06	0,03
Lã.	626.888	656.187	— 29.299	1,23	1,67
Seda.	430.404	520.003	— 89.599	0,84	1,32
Frutas, cereais, hortaliças e legumes e seus produtos.	2.158.674	3.155.947	— 997.273	4,24	8,02
Plantas, folhas, flores, frutos, semen- tes, raízes, cascas, forragens e espe- ciarias.	175.400	275.010	— 99.610	0,34	0,70
Sumos ou sucos vegetais, bebidas al- coólicas e fermentadas e outros lí- quidos.	1.143.917	1.235.228	— 91.311	2,24	3,14
Madeira.	241.874	174.923	+ 66.951	0,47	0,44
Cana da Índia e outras, bambú, jun- cos, vime e cipós.	9.224	10.177	— 953	0,02	0,03
Cairo, esparto, manilha, paina, pias- sava, pita, sizal ou agave e outras matérias vegetais.	103.119	136.977	— 33.858	0,20	0,35
Algodão.	886.246	684.311	+ 201.935	1,74	1,74
Linho, juta, cânhamo e râmia.	1.775.071	985.922	+ 789.149	3,48	2,51
Papel e suas aplicações.	442.076	466.770	— 24.694	0,87	1,19
Pedras, terras, minérios e outros pro- dutos minerais.	16.156.300	12.236.942	+ 3.919.358	31,71	31,12
Louça e vidro.	743.425	1.214.322	— 470.897	1,46	3,09
Alumínio, chumbo, estanho, zinco e suas ligas.	519.905	252.004	+ 267.901	1,02	0,64
Cobre e níquel e suas ligas.	320.961	257.408	+ 63.553	0,63	0,65

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
2. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
 a) POR CLASSES DA TARIFA
JANEIRO — 1940-1939
 (Milréis)

Classes da tarifa	Arrecadação		Diferenças em 1940	O/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Ferro e aço e suas ligas.	5.960.749	1.868.659	+ 1.092.090	11,70	12,38
Ouro, platina e prata e suas ligas. ..	2.692	3.962	— 1.270	0,00	0,01
Metaloides e vários metais.	69.930	82.761	— 12.831	0,14	0,21
Matérias primas não classificadas para as indústrias e preparações di- versas para perfumaria, tinturaria, curtume e outros usos.	2.126.113	1.644.494	+ 481.619	4,17	4,18
Produtos químicos inorgânicos e or- gânicos.	2.859.713	887.962	+ 1.971.751	5,61	2,26
Drogas, medicamentos químicos e preparações farmacêuticas, dietéti- cas e outras de uso em medicina...	252.939	320.530	— 67.591	0,50	0,82
Armamento e outras obras de armei- ro, objetos de munição e petrechos de guerra.	4.540	3.419	+ 1.121	0,00	0,01
Obras de cutelaria e seus acessórios.	44.081	45.364	— 1.283	0,09	0,12
Relojoaria.	65.765	115.004	— 49.239	0,13	0,29
Aparelhos, instrumentos, máquinas e objetos físicos, químicos, matemáti- cos e óticos.	813.594	646.036	+ 167.558	1,60	1,64
Aparelhos, instrumentos e objetos de cirurgia.	48.155	71.392	— 23.237	0,09	0,18
Instrumentos de música e seus per- tences.	42.026	79.055	— 37.029	0,08	0,20
Veículos, seus acessórios e pertences.	9.635.456	5.241.679	+ 4.393.777	18,91	13,33
Máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios, diversos.	1.751.633	1.213.596	+ 538.037	3,44	3,09
Vários artigos.	421.520	543.884	— 122.364	0,83	1,38
Reduções de direitos, diferenças en- globadas, falta de volumes, arrema- tações, mercadorias omissas, extra- viadas e outras sem determinação de classe.	84.371	461.657	— 377.286	0,17	1,17
Total geral.	50.953.678	39.327.687	+11.625.991	100,00	100,00

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
 2. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
 b) POR PROCEDÊNCIAS
 JANEIRO — 1940-1939
 (Milréis)

Procedências	Arrecadação		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Alemanha.	737.607	4.299.484	— 3.561.877	1,45	10,94
Arábia.	4.121	—	+ 4.121	0,01	—
Argentina.	1.981.694	2.898.642	— 916.948	3,89	7,37
Bélgica.	1.590.898	2.695.783	— 1.104.885	3,12	6,85
Bolívia.	—	1.556	— 1.556	—	0,00
Canadá.	701.963	288.809	+ 422.154	1,40	0,73
Chile.	77.100	75.400	+ 1.700	0,15	1,19
China.	22.717	57.171	— 34.454	0,04	0,15
Dinamarca.	21.519	27.604	— 6.055	0,04	0,07
Equador.	—	2.329	— 2.329	—	0,01
Espanha.	19.727	20.320	— 553	0,04	0,05
Estados Unidos.	24.259.424	12.660.386	+11.599.038	47,61	32,19
Estônia.	—	568	— 568	—	0,00
Finlândia.	22.196	154.050	— 131.854	0,04	0,39
França.	704.473	955.377	— 250.904	1,38	2,43
Grã-Bretanha.	3.452.157	2.396.698	+ 1.055.459	6,77	6,09
Grécia.	5.411	25.224	— 19.813	0,01	0,06
Holanda.	175.722	548.803	— 373.081	0,34	1,40
Hungria.	19.448	88.872	— 69.424	0,04	0,23
Índia Inglesa.	1.007.461	672.150	+ 335.311	1,98	1,71
Índia Holandêsa.	143.932	23.643	+ 120.289	0,28	0,06
Islândia.	65.983	—	+ 65.983	0,13	—
Irlanda.	142.331	—	+ 142.331	0,28	—
Itália.	1.548.195	1.268.244	+ 315.951	3,11	3,22
Iugo-Slávica.	55.517	6.384	+ 49.133	0,11	0,02
Japão.	1.757.085	958.999	+ 798.086	3,45	2,44
Lituânia.	—	8.854	— 8.854	—	0,02
Luxemburgo.	113.465	20.179	+ 93.286	0,22	0,05

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
2. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
b) POR PROCEDÊNCIAS
JANEIRO — 1940-1939
(Milréis)

Procedências	Arrecadação		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
México.	41.872	1.020	+ 40.852	0,08	0,00
Noruega.	105.106	133.837	+ 269.269	0,79	0,34
Perú.	1.713.361	5.010.176	— 3.296.812	3,37	12,75
Pérsia.	4.829	13.252	— 8.423	0,01	0,03
Polónia.	—	84.817	— 84.817	—	0,22
Portugal.	669.309	991.400	— 322.091	1,31	2,52
Rússia.	—	1.538	— 1.538	—	0,00
Síria.	—	635	— 635	—	0,00
Suécia.	623.723	326.056	+ 297.677	1,22	0,83
Suiça.	226.261	114.680	+ 111.581	0,44	0,29
Tcheco-Slováquia.	16.006	30.782	— 14.773	0,03	0,08
Terra Nova.	2.753	69.501	— 66.748	0,01	0,18
Turquia.	115.152	12.757	+ 102.395	0,23	0,03
União Sul-Africana.	79.737	25.461	+ 54.276	0,16	0,06
Uruguai.	97.698	44.566	+ 53.132	0,19	0,11
POSSESSÕES, COLÓNIAS E TERRITÓRIOS SOB MANDATO:					
Inglêsas na América do Norte.	311.798	—	+ 311.798	0,61	—
Holandêsas na América do Sul.	7.792.490	2.082.639	+ 5.709.851	15,30	5,30
Inglêsas na Ásia.	69.107	23.503	+ 45.904	0,14	0,06
Francêsas na África.	23.124	—	+ 23.124	0,05	—
Inglêsas na África.	58.404	66.806	— 8.402	0,11	0,17
Americanas na Oceania.	—	3.454	— 3.454	—	0,01
Holandêsas na Oceania.	—	53.451	— 53.451	—	0,14
Inglêsas na Oceania.	585	59.135	— 58.550	0,00	0,15
Procedências não declaradas.	28.898	22.692	+ 6.206	0,06	0,06
Total.	50.953.678	35.327.687	+11.625.991	100,00	100,00

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
 3. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
 PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
 JANEIRO — 1940-1939
 (Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sôbre o total	
	1940	1939		1904	1939
Fumo.	17.060	20.440	— 3.380	0,30	0,51
Bebidas.	491.544	429.334	+ 62.210	8,53	10,72
Alcool.	1.190	1.235	— 45	0,02	0,03
Fósforos.	769	5.354	— 4.585	0,01	0,13
Sal.	413.056	137.408	+ 275.648	7,17	3,43
Calçados.	3.370	3.260	+ 110	0,06	0,08
Perfumarias e artigos de toucador.	55.991	15.322	+ 40.669	0,97	0,38
Especialidades farmacêuticas.	87.819	85.987	+ 1.832	1,52	2,15
Conservas.	229.252	229.998	— 746	3,98	5,74
Vinagre e azeite.	71.063	158.592	— 87.529	1,23	3,96
Velas.	175	325	— 150	0,00	0,01
Têcidos.	154.392	127.524	+ 26.868	2,68	3,19
Artefatos de tecidos e de peles.	41.201	33.089	+ 5.112	0,72	0,83
Papel e artefatos.	18.494	14.822	+ 3.672	0,32	0,37
Cartas de jogar.	80	245	— 165	0,00	0,01
Chapéus e bengalas.	656	1.528	— 872	0,01	0,04
Louças e vidros.	23.182	35.493	— 12.311	0,40	0,89
Ferragens e artefatos de ferro e alu- mínio.	27.939	41.833	— 13.894	0,49	1,04
Café torrado ou moído e chá.	40.050	46.971	— 6.921	0,70	1,17
Banha, manteiga e sucedâneos.	122	233	— 111	0,00	0,01
Móveis.	38.434	18.901	+ 19.533	0,67	0,47
Armas de fogo e suas munições.	1.070	1.162	— 92	0,02	0,03
Lâmpadas, pilhas, etc.	264.087	232.728	+ 31.359	4,59	5,81
Queijos e requeijões.	3.287	6.390	— 3.103	0,06	0,16
Elettricidade.	19.343	18.074	+ 1.269	0,24	0,45
Tintas e vernizes.	344.254	258.723	+ 85.531	5,98	6,46
Leques e ventarolas.	30	30	—	0,00	0,00
Artefatos de borracha.	125.971	59.919	+ 66.052	2,19	1,50
Navalhas e pinces para barba.	260	15.057	— 14.797	0,00	0,38
Pentes, escovas e espanadores.	16.247	18.060	— 1.813	0,28	0,45

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
3. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
JANEIRO — 1940-1939
(Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Brinquedos.	2.396	2.590	— 194	0,04	0,06
Artefatos de couro e outros materiais	2.888	2.187	+ 701	0,05	0,05
Jóias e obras de ourives.	5.225	47.531	— 42.306	0,09	1,19
Bijuterias, obj. de adorno e relógios	3.169.375	1.779.940	+ 1.389.435	55,03	44,46
Gazolina e carburêto de cálcio.	25.764	250	+ 25.514	0,45	0,01
Ladrilhos, mozaicos, azulejos, etc....	9.887	85.300	— 75.413	0,17	2,13
Instrumentos de música.	3.270	8.222	— 4.952	0,06	0,21
Máquinas fotográficas e cinemato- gráficas.	37.255	17.478	+ 9.777	0,47	0,44
Fogões e fogareiros.	625	809	— 184	0,01	0,02
Cimento.	8.772	23.871	— 15.099	0,15	0,60
Linhas.	13.235	15.318	— 2.083	0,23	0,38
Emolumentos de esc. comerciais.	500	2.200	— 1.700	0,01	0,05
Depósitos fechados.	100	—	+ 100	0,00	—
Total.	5.759.680	4.003.733	+ 1.755.947	100,00	100,00
RESUMO					
Segundo a incidência					
Mercadorias nacionais.	586.210	322.022	+ 264.188	10,18	8,04
Mercadorias estrangeiras.	5.173.470	3.681.711	+ 1.491.759	89,82	91,96
Segundo a modalidade de pagamento					
Taxa.	1.413.888	1.350.362	+ 63.526	24,54	33,73
Verba.	4.326.432	2.632.381	+ 1.694.051	75,12	65,75
Registro.	19.360	20.990	— 1.630	0,34	0,52



**Atos relativos á arrecadação
e fiscalização das
RENDAS ADUANEIRAS**

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO DA FAZENDA

CIRCULARES :

N. 74, de 30 de dezembro de 1939 (D. O. 6-1-40) :

Tendo em vista a comunicação feita pelo Ministério das Relações Exteriores, em aviso n. EC 801|890 (42) (63), de 23 do corrente mês, declaro aos Srs. inspetores das Alfândegas e administradores das Agências Fiscais, para seu conhecimento e devidos fins, que, por troca de notas entre o embaixador do Brasil em Londres e o alto comissário de Sua Majestade Britânica para a Austrália, datadas de 19 de julho último, foi assinado um acôrdo destinado a regular as relações comerciais entre os dois países, a ser observado a partir de 1 de janeiro de 1940.

Por êsse acôrdo ficou estabelecido :

1) Os artigos produzidos ou manufaturados no Brasil, importados na Austrália, receberão tratamento não menos favorável do que o que fôr concedido aos artigos produzidos ou manufaturados de qualquer outro país estrangeiro;

2) Os artigos produzidos ou manufaturados na Austrália, importados no Brasil, receberão tratamento não menos favorável do que o que fôr concedido aos artigos produzidos ou manufaturados de qualquer outro país estrangeiro ;

3) Que as disposições acima não facultam :

a) ao Governo Brasileiro pretender o benefício de qualquer tratamento preferencial ou privilégio que em todo o tempo seja concedido pela Austrália exclusivamente aos territórios sob a soberania de Sua Majestade o rei da Grã-Bretanha, Irlanda e os Domínios Britânicos de Além-Mar, Imperador da Índia, ou sob a suzerania, pretensão ou mandato de Sua Majestade ;

b) ao Governo da Austrália pretender as vantagens concedidas ou que venham a ser concedidas pelo Brasil aos países vizinhos com o tráfico de fronteiras ou as vantagens consequentes de alguma união aduaneira que venha a ser concluída.

N. 1, de 5 de janeiro de 1940 (D. O. 8-1-40) :

De conformidade com o resolvido pelo sr. presidente da República no processo n. 83.970, de 1939, declaro aos srs. inspetores das alfândegas e administradores das agências fiscais, para seu conhecimento e devidos fins, que fica permitida a importação de automóveis de passageiros

ros e de carga, montados ou desmontados, sem os respectivos pneumáticos e câmaras de ar, de que ha similar nacional, cobrados os direitos, sobre o pêso legal, com observância das notas ns. 303 e 305, da tarifa vigente.

N. 2, de 9 de janeiro de 1940 (D. O. 11-1-40).

De acôrdo com o resolvido no processo número 103.736-39, declaro aos Srs. inspetores das Alfândegas e administradores das Agências Fiscais, para seu conhecimento e efeito do art. 6.º do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, que resolvi aprovar o registro feito pela Comissão de Similares, no período de 12 de setembro a 12 de dezembro de 1939, dos produtos discriminados na relação anexa, considerados similares aos estrangeiros.

Relação completa dos produtos similares aos estrangeiros registrados com indicação dos nomes dos seus fabricantes e sede das respectivas fábricas produtoras, no período decorrido de 12 de setembro a 12 de dezembro de 1939.

Classe — Tarifa — Artigo — Fabricantes —
Firmas — Sede das firmas e Unidade

33 1.783 Pneumáticos e câmaras de ar, Companhia Good Year do Brasil, rua dos Prazeres n. 2, São Paulo — Estado de São Paulo, 1.

25 1.197/17 Sulfato de cobre para outros usos, marca "Camponês", Companhia de Indústrias Eletro-Químicas Ltda., Avenida Alberto Bins, 151, Porto Alegre — Estado do Rio Grande do Sul, kg.

Comissão de Similares, em 13 de dezembro de 1939. — **José dos Santos Leal**, presidente. — **A. Forjaz de Araujo Coutinho**, membro. — **Galdino Ramos**, membro. — **Costa Pinto**, membro. — **Heraldo de Souza Matos**, membro. — **Rodolfo Ortenblad**, membro. — **Clovis Washington**, secretário.

N. 3, de 16 de janeiro de 1940 (D. O. 23-1-40) :

— Na conformidade do resolvido pelo sr. Presidente da República no processo n. 8.825, de 1939, declaro aos srs. chefes das repartições subordinadas a êste Ministério, para seu conhecimento e devidos fins, que, em face do que dis-

põe o decreto n. 5.595, de 6 de dezembro de 1928, que se aplica aos corretores de navios de todo o país, só aos nomeados pelo Governo Federal é permitido o exercício da profissão. Na falta de tais corretores, esse exercício compete aos despachantes aduaneiros, "ex-vi" do art. 17, do decreto n. 22,104, de 17 de novembro de 1932, como já reconheceu o Supremo Tribunal Federal.

DESPACHOS :

Foi atendida a proposta de dispensa da multa por equidade, feita pelo Conselho Superior de Tarifa no acórdão n. 4.200, de 1 de dezembro de 1938. (D. O. 9-1-40).

— Nos termos do despacho abaixo transcrito, foi mantida a resolução constante do acórdão n. 6.819, de 2 de outubro de 1939, do Conselho Superior de Tarifa:

A situação da S. A. Fábricas "Orion" relativamente aos favores aduaneiros de que goza, e está definida no contrato firmado com o Governo da União, em face da autorização contida no Decreto n. 16.973, de 8 de julho de 1925.

Segundo esse decreto foram concedidas à mencionada empresa os favores das letras "a" e "b" do art. 47 da Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, revigoradas pelo art. 178 da Lei n. 3.793, de 7 de janeiro de 1924, mediante as condições estabelecidas no Decreto n. 16.763, de 31 de dezembro de 1924.

Pela cláusula 1.^a desse contrato ficou à empresa assegurada a isenção dos impostos de importação e expediente, durante o prazo de 25 anos, para:

a) maquinismos, utensílios, ferramentas e materiais necessários à ampliação de sua fábrica de artefatos de borracha;

b) substâncias químicas, tecidos, materiais diversos, combustíveis e lubrificantes indispensáveis ao funcionamento da mesma fábrica.

Esse contrato foi registrado pelo Tribunal de Contas, em sessão de 4 de agosto de 1926, passando dessa data a obrigar para as partes contratantes.

O imposto adicional de 10% do art. 2.^o do Decreto n. 24.343, de 5 de junho de 1934, como se vê da própria lei, é um imposto de importação, não se compreendendo, assim, nas obrigações da fábrica "Orion", em virtude da isenção consignada em seu respectivo contrato, respeitado e mantido pelo art. 1.^o do Decreto n. 24.023, de

21 de março de 1934, revigorado pelo art. 1.^o do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938.

Assim, e de acôrdo com o parecer do Sr. diretor das Rendas Aduaneiras, tomo conhecimento do recurso do Sr. representante da Fazenda para confirmar o acórdão recorrido, por seus legais fundamentos". (D. O. 9-1-40).

— Foi exarado o seguinte despacho em pedido formulado pela interessada na importação de uma prensa, movida a vapor, para reprensar algodão até alta densidade, completa com acessórios e peças sobresalentes, pesando aproximadamente 260.000 quilos, cujas partes integrantes não podendo ser embarcadas em um só navio, constam de varios despachos em separado, e solicita seja permitido o despacho de todo esse material pela taxa de \$370, a que estão sujeito as máquinas de mais de 10.000 quilos:

"Atendendo às razões expostas e à circunstancia de se tratar de material de grande pêso e volume, defiro o pedido mediante a assinatura de um termo de responsabilidade, com fiador idôneo, pelo pagamento de qualquer diferença de direitos e multa em que porventura venha a incidir, bem assim pelas despesas extraordinárias julgadas devidas, obrigando-se ainda a requerente pela comprovação da aplicação das peças e acessórios na montagem da prensa, para que tenha logar a baixa do termo". (D. O. 15-1-40).

— Foi declarado que, no arbitramento das gratificações devidas pelos serviços extraordinários de verificação da bôa aplicação dos materiais despachados com favores aduaneiros, cumprir em vista a tabela A, anexa ao Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, em harmonia com o vulto da importação, e a situação das empresas examinadas, afim de que tais despesas não constituam pesados onus aos interessados e certa restrição aos favores conferidos. (D. O. 19-1-40).

— Foi comunicado à Alfandega de Santos haver o Ministério da Justiça resolvido que seja executada progressivamente a medida contida no artigo 1.^o das resoluções baixadas com a Portaria daquele Ministerio n. 2.277, de 18 de julho de 1939, de modo que seja exigido pelas alfândegas, no momento, apenas que os jornais, que usam papel com linhas dagua, e se registraram para se editarem em linguas estrangeiras, publiquem em tradução os editoriais e os comentários; qualquer outra deliberação que vier a ser tomada pelo Ministério da Justiça, será oportunamente comunicada. (D. O. 19-1-40).

Diretoria das Rendas Aduaneiras

— Sobre restituição de quantia proveniente de 10% de direitos reduzidos, foi proferido o seguinte despacho:

“Industrias Reunidas Manfredi S. A. pediram e obtiveram redução de direitos aduaneiros, de acôrdo com o artigo 14 § 1.º, inciso 2., do decreto n. 24.023, de 1934, para o material que despacharam pela nota, que tomou o n. 5.051, de 1936. Ficou deste modo a mercadoria sujeita ao pagamento de 10% sôbre os direitos, conforme o referido artigo 14 § 1.º, inciso 2.º, pagamento do imposto adicional de 10% de que trata o artigo 2.º do decreto n.º 24.343, de 1934. E assim foi pago o despacho. Posteriormente pediram a restituição dos 10% de direitos reduzidos. Fizeram-no com fundamento no decreto numero 24.704, de 1934.

A restituição foi negada pelo julgador de 1ª instância, porque o material compreendido no artigo 14, § 1.º, inciso 2.º do decreto n. 24.023 está sujeito ao pagamento de 10% dos direitos e porque o decreto invocado, n. 24.704, de 1934, determinando a inclusão do material de que trata, na execução da alínea B do parágrafo único do artigo 100 do decreto n. 24.023, é inoperante, desde que tal dispositivo diz respeito à isenção da taxa de expediente, taxa cobrável sôbre as mercadorias isentas de direitos, e não sôbre as que apenas se beneficiam de redução de direitos, como é o caso. Assim, nego provimento ao recurso, para manter a decisão da Alfândega por seus justos e legais fundamentos”. (D. O. 19-1-40).

— Foi indeferido um pedido de restituição de direitos, imposto de consumo e multas, pelos fundamentos do parecer do Sr. Diretor das Rendas Aduaneiras, publicado no “Diário Oficial”, de 19 de janeiro de 1940, e abaixo transcrito:

Pelas notas de importação ns. 53.762, 61.559, 63.216, 64.445, 68.637, 70.569, 77.261 e 85.001, de 1933, e notas de diferença correspondentes, pagou The Rio de Janeiro Flours Mills & Granaries, Limited, direitos aduaneiros, imposto de consumo e multas pela importação de sacos de aniagem, contendo trigo a granel.

Esses sacos deveriam trazer, de acôrdo com a circular n. 35, de 8 de março de 1933, em ambas as faces, letras ou letreiros impressos a tinta indelével, sem o que pagariam direitos em separado, nos precisos termos do parágrafo único do artigo 27 das Preliminares da Tarifa, dispositivo esse que deve ser sempre “rigorosamente observado” (textual).

Os sacos em apreço traziam marcação em tinta delével, facilmente desaparecida com uma lavagem de água e sabão. Daí a cobrança dos direitos, imposto de consumo e multa, sendo de notar que dessa cobrança nenhum recurso apresentou para a instância superior a firma importadora. Por isso, foram lavrados termos de perempção, e atribuídas à Fazenda e aos funcionários respectivos as importâncias a que tinham direito. Estava, pois, inteiramente encerrado o processo em todas as suas faces, uma vez que o não protesto da parte, determinava sua plena conformação com o ocorrido.

Em 20 de dezembro de 1933, surge a circular n. 148, na qual o Sr. Ministro da Fazenda, como que definindo o que fosse tinta indelével, no caso dos sacos em apreço, dizia que só assim não se devia considerar a que não resistisse à ação da água simples.

Em face disso, The Rio de Janeiro Flour Mills dirige ao Sr. ministro da Fazenda, em 9 de janeiro de 1934, um requerimento, em que pede restituição de 403:250\$000, que diz ter pago indevidamente, no período que medeou entre julho a novembro de 1933, como direitos, imposto de consumo e multas pelos sacos continentais do trigo, despachado pelas notas de importação já referidas acima. Apega-se ainda a uma declaração verbal do então chefe do Gabinete do Ministério, Dr. Rubem Rosa, na qual afirmava S. S. que o Ministério estava pronto a restituir, **por equidade**, os direitos, impostos e multas pagas, se ficasse provado que as anilinas adquiridas para a marcação dos sacos haviam sido compradas como **ildeláveis**. Dessa declaração não há documentação outra a não ser a afirmativa da reclamante.

O que se póde concluir, pois, de todo o processado, já bastante volumoso e todo êle refeito de provas contra a solicitante, é que vinham as emprêsas moageiras importando sacos de juta sem marcação no acondicionamento do trigo desembarcado no país. Esses sacos eram despachados sem pagamento de direitos e vendidos na praça como mercadoria comum, rendendo vultosos lucros, pois a reclamante apurou, em determinado tempo, conforme consta do processo, na venda de tais sacos, 1.893:379\$100.

Para pôr um paradeiro a tais irregularidades, veio a circular n. 35, de 8 de março de 1933. Estava ela sendo cumprida normalmente, quando surgiu, depois, a de n. 148, de 20 de dezembro do mesmo ano.

Nada, portanto, apoia a pretensão da requerente ao recebimento, como restituição, de quantias legal e devidamente pagas.

A existência mesmo de amostras dos sacos em apreço, não beneficiava à interessada, uma vez que seu direito de reclamação caiu em prescrição. As importâncias cobradas foram pagas sem protesto. Os prazos legais decorreram sem interrupção, e fatalmente se encerraram. Como, compreender-se líquido um direito que perimiu?

Mas, admitido o levantamento da perempção pela autoridade superior, ainda aí permanece improvável o direito de restituição. Porque a circular n.º 48 fala em marcação que desapareça à simples lavagem como água. Não existindo mais amostras dos sacos então importados, impossível é provar que a tinta daquela marcação resistia à

água simples. Ora, o único despacho do Sr. Rubem Rosa existente no processo, não é de condenação à circular n. 35, mas de afirmação de "não haver razão para ser revogada a dita circular", acrescentando que se publique nova circular (donde a 148), "declarando que a marcação dos sacos poderá ser tolerada, quando feita a tinta ou com tinta a óleo, com verniz ou resina, de vez que tal marcação não desapareça com aplicação d'água".

Estando, pois, por um lado, perempto o direito da interessada à restituição, e, por outro, sendo impossível provar que a marcação dos sacos resistia à água simples, não merece deferimento o pedido de que se trata.

Encaminhe-se ao Gabinete de S. Ex. o Sr. Ministro.

EXPEDIENTE DA DIRETORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DESPACHOS :

— Deixou de conhecer de recurso interposto do ato que negou a restituição de direitos requerida, em face do artigo 1, § 1.º, do decreto numero 20.230, de 22 de julho de 1931, que modificou os prazos do artigo 666 da Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas. (D. O. 10-1-40).

— "O decreto n. 24.704, de 13 de julho de 1934, é inoperante, por haver atribuído à mercadorias que gozam de redução de direitos a

isenção da taxa adicional de 10%, que só incide sobre as mercadorias isentas de direitos.

Nestas condições, nego provimento ao recurso interposto, visto ter sido legal a cobrança do imposto adicional de que trata o artigo 2 do decreto n. 24.343, de 5 de junho de 1934.

Comunique-se, recomendando à Alfândega de Santos proceda à revisão da nota para cobrança dos direitos respectivos visto não gosar a gasolina, ao tempo de sua importação, de redução de direitos". (D. O. 26-1-40).

EXPEDIENTE DA DIRETORIA DAS RENDAS ADUANEIRAS

CIRCULARES :

N.º 23, de 23 de dezembro de 1939 (D. O. 2-1-40).

De conformidade com o despacho exarado pelo Sr. ministro da Fazenda no processo fichado sob n.º 27.573, deste ano, declaro aos Srs. inspetores das alfândegas e chefes das demais repartições aduaneiras, para seu conhecimento e devidos fins, que o peixe denominado, em inglês *saithe*, quando importado salgado-seco, com ou sem espinhas, deve ser considerado como produto idêntico ao bacalhau, afim de pagar as mesmas taxas estabelecidas para este, na 2ª e 3ª alíneas do art. 106 da tarifa das alfândegas.

N.º 1, de 18 de janeiro de 1940 (D. O. 22-1-40).

De acôrdo com o resolvido no processo número 96.747-39, declaro aos Srs. inspetores das Alfândegas, para seu conhecimento e devidos efeitos, que, de conformidade com o art. 18 do Decreto-lei n.º 300, de 24 de fevereiro de 1938, o Sr. ministro do Trabalho, Indústria e Comércio passado publicada no "Diário Oficial", de 27, cio, pela portaria n.º SCm-188, de 24 de novembro resolveu delegar atribuição ao diretor do Serviço do Material e ao do de Comunicações desse Ministério, para requisitarem das autoridades competentes, na forma do disposto no capítulo I do referido decreto-lei, a concessão de favores aduaneiros para os materiais importados pelo Governo Federal com destino ao mesmo Ministério.

ACORDAOS DO CONSELHO SUPERIOR DE TARIFA

(Sessões de 9 de Agosto a 20 de Outubro de 1939. (D. O. 29-1-40)

PRIMEIRA CAMARA

Aplicação das preliminares:

Art. 18.	Ac.	6912, com recurso do Representante da Fazenda.
Art. 33.	Ac.	6922/5, 6933.
" 37.	"	6772, 6795.
" 42.	"	6852, 6866, 6885, 6906.
" 44.	"	6774.

Classificação de mercadorias, nos seguintes artigos:

173	—	Ac.	6793.
292	—	"	6869.
320	—	"	6785.
331	—	"	6874.
526	—	"	6909.
554	—	"	6835.
556	—	"	6911.
564	—	"	6880.
569	—	"	6829.
582	—	"	6907.
598	—	"	6854.
599	—	"	6831.
638	—	"	6917, 6931.
742	—	"	6873.
771	—	"	6786, 6827.
792	—	"	6910.
817	—	"	6811.
833	—	"	6932.
859	—	"	6916.
861	—	"	6807, 6913, 6915, 6921.
960	—	"	6908.
999	—	"	6928.
1505	—	"	6926.
1577	—	"	6882.
1583	—	"	6919.
1655	—	"	6788.
1657	—	"	6930.
1748	—	"	6883.
1790	—	"	6838.
1798	—	"	6867.
1814	—	"	6832.

1831	—	"	6809 com recurso do Representante da Fazenda, 6853, 6905.
1859	—	"	6810, 6828.
1862	—	"	6887.
1866	—	"	6856.
1887	—	"	6771, 6872.

SEGUNDA CAMARA

Trânsito de mercadoria:

A imposição da multa de que trata o artigo 549 da Nova Consolidação deve preceder a intimação prevista no artigo 554, Ac. 6781.

Contrabando:

— Tropas de gado que estacionarem, saírem, circularem ou transitarem na zona fiscal da fronteira, desacompanhadas dos documentos legais, caracterizam o contrabando. Ac. 6805.

— A simples falta dos documentos exigidos pelo decreto n.º 12.328 de 1916 basta para caracterisar o contrabando nele previsto. Ac. 6891.

Faturas consulares:

— Infração punida com a multa do artigo 55 n.º 1: divergência entre a fatura consular e o conteúdo dos volumes. Ac. 6825.

— Infração punida com a multa do artigo 55 n.º 6: divergência entre o despacho e o faturado. Ac. 6797/8.

Isenções e reduções de direitos:

— Similaridade: Ac. 6776, 6778/80, 6800, 6845, 6847, 6863.

— Importação direta: Ac. 6818.

— Comprovação da boa aplicação: Ac. 6864.

— Materiais inherentes aos serviços explorados: Ac. 6777, 6803, 6817, 6858.

— Alcance da isenção de impostos de importação e expediente: Ac. 6819/24, 6841/4, 6848/9, 6862, 6893/903, todos com recursos do Representante da Fazenda.







MINISTÉRIO DA FAZENDA

DIRETORIA DAS RENDAS ADUANEIRAS

BOLETIM ESTATÍSTICO

MÊS DE FEVEREIRO

1940

23

INDICE

I — ARRECADAÇÃO GERAL

(Informações telegráficas)

1. Discriminadamente pelas Alfândegas	
a) Fevereiro — 1940-1939	1
b) Janeiro a Fevereiro — 1940-1939	1-A
2. Discriminadamente pelas rubricas orçamentárias	
a) Fevereiro — 1940-1939	2
b) Janeiro a Fevereiro — 1940-1939	2-A
3. Discriminadamente pelas Alfândegas, segundo as rubricas orçamentárias — Janeiro a Fevereiro — 1940-1939	
Manaus.	3
Belém.	3
São Luiz	4
Parnaíba.	4
Fortaleza.	5
Natal.	5
João Pessoa.	6
Recife.	6
Maceió.	7
Aracajú.	7
Salvador.	8
Vitória.	8
Rio de Janeiro.	9
Santos.	9
Paranaguá.	10
São Francisco.	10
Florianópolis.	11
Rio Grande.	11
Pelotas.	12
Pôrto Alegre.	12
Livramento.	13
Uruguaiana.	13
Corumbá.	14

II—ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO

1. Renda diária discriminadamente pelos principais impostos — Fevereiro — 1940	15
2. Arrecadação de direitos de importação para consumo — Janeiro a Fevereiro — 1940-1939	
a) Por classes de tarifa.	16
b) Por países de procedência	18
3. Arrecadação do imposto de consumo, discriminadamente pelas espécies tributadas	
a) Fevereiro — 1940 - 1939	20
b) Janeiro a Fevereiro — 1940 - 1939	22

III—ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS

1. Renda diária discriminadamente pelos principais impostos — Fevereiro — 1940	24
2. Arrecadação de direitos de importação para consumo — Janeiro a Fevereiro — 1940-1939	
a) Por classes de tarifa.	25
b) Por países de procedência.	27
3. Arrecadação do imposto de consumo, discriminadamente pelas espécies tributadas	
a) Fevereiro — 1940 - 1939	29
b) Janeiro a Fevereiro — 1940 - 1939	31

IV—ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE PORTO-ALEGRE

Arrecadação de direitos de importação para consumo Janeiro a Fevereiro — 1940-1939	
a) Por classes de tarifa.	33
b) Por países de procedência.	35

ATOS RELATIVOS À ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS RENDAS ADUANEIRAS

Atos do Poder Executivo.....	39
Despacho do Sr. Presidente da República.....	44
Expediente do Sr. Ministro da Fazenda.	46
Expediente da Diretoria Geral da Fazenda Nacional..	47
Expediente da Diretoria das Rendas Aduaneiras.....	47

I — ARRECADAÇÃO GERAL
 1. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS
 a) FEVEREIRO — 1940-1939
 (Milréis)

Alfândegas	1940	1939	Diferenças em 1940
Manáus.	525.068	668.232	— 143.164
Belém.	1.062.329	2.480.404	— 1.418.075
São Luiz.	308.010	383.064	— 75.054
Parnaíba.	192.655	150.718	+ 41.937
Fortaleza.	1.203.560	932.743	+ 270.817
Natal.	213.010	165.394	+ 47.616
João Pessoa.	308.730	457.229	— 148.499
Recife.	4.756.176	3.793.635	+ 962.541
Maceió.	400.596	430.168	— 29.572
Aracajú.	174.074	157.352	+ 16.722
Salvador.	2.837.312	2.741.637	+ 95.675
Vitória.	210.203	212.731	— 2.528
Rio de Janeiro.	33.809.432	36.253.744	— 2.444.312
Santos.	47.145.554	33.977.846	+ 13.167.708
Paranaguá.	306.496	295.962	+ 10.534
São Francisco.	187.109	347.507	— 160.398
Florianópolis.	129.360	225.876	— 96.516
Rio Grande.	1.576.037	1.174.216	+ 401.821
Pelotas.	813.883	959.344	— 145.461
Pôrto Alegre.	6.328.251	5.706.807	+ 621.444
Livramento.	793.068	603.305	+ 189.763
Uruguaiana.	204.523	122.673	+ 81.850
Corumbá.	137.809	148.824	— 11.015
Total.	103.623.245	92.389.411	+ 11.233.834

I — ARRECADAÇÃO GERAL
1. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS
b) JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939
(Milréis)

Alfândegas	1940	1939	Diferenças em 1940
Manágus.	1.080.606	1.329.602	— 248.996
Belém.	3.517.027	3.769.726	— 252.699
São Luiz.	629.167	740.902	— 111.795
Parnaíba.	375.918	268.557	+ 107.361
Fortaleza.	2.741.597	2.371.307	+ 370.290
Natal.	391.882	388.857	+ 3.025
João Pessoa.	723.935	891.563	— 167.628
Recife.	14.446.633	10.937.487	+ 3.509.146
Maceió.	708.415	846.300	— 137.855
Aracajú.	424.456	444.582	— 20.126
Salvador.	6.099.537	6.365.551	— 266.014
Vitória.	391.435	646.058	— 254.623
Rio de Janeiro.	85.759.300	71.334.412	+ 14.424.858
Santos.	114.597.388	85.773.476	+ 28.823.912
Paranaguá.	445.564	948.463	— 502.899
São Francisco.	394.556	832.963	— 438.407
Florianópolis.	341.726	410.298	— 68.572
Rio Grande.	3.152.074	2.868.023	+ 284.051
Pelotas.	1.606.011	2.067.911	— 461.900
Porto Alegre.	13.031.058	12.768.901	+ 262.157
Livramento.	1.677.428	1.237.175	+ 440.253
Uruguaiana.	422.246	299.325	+ 122.921
Corumbá.	283.919	305.788	— 21.869
Total.	253.241.818	207.847.257	+ 45.394.561

I — ARRECADAÇÃO GERAL

2. DISCRIMINADAMENTE PELAS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

a) FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
REDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	70.955.823	63.273.099	+ 7.682.724
Imposto adicional de 10%.	6.366.430	5.562.601	+ 803.829
Taxa adicional — (Decr. 300).....	162.451	167.676	— 5.225
Expediente das capatazias.	26.822	32.434	— 5.612
Armazenagem.	9.110	16.015	— 6.905
Imposto de docas.	19.768	27.531	— 7.763
Impostos de faróis.	496.712	553.530	— 56.818
Total.	78.037.116	69.632.886	+ 8.404.230
Imposto de consumo.	14.400.949	13.559.992	+ 800.957
Imposto de renda.	724.038	478.670	+ 245.368
Impostos s/atos emanados.	2.587.717	2.376.051	+ 211.666
Rendas patrimoniais.	75.959	56.816	+ 19.143
Rendas industriais.	4.009	2.807	+ 1.202
Diversas rendas.	6.799.580	5.567.171	+ 1.232.409
Total da renda ordinária. . .	102.629.368	91.714.393	+ 10.914.975
REDA EXTRAORDINÁRIA	993.877	675.018	+ 318.859
Total geral.	103.623.245	92.389.411	+ 11.233.834

I — ARRECADAÇÃO GERAL

2. DISCRIMINADAMENTE PELAS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

b) JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	176.987.806	144.646.638	+ 32.341.168
Imposto adicional de 10%.	15.735.743	12.546.148	+ 3.189.595
Taxa adicional — (Decr. 300).	474.848	521.534	— 46.686
Expediente das capatazias.	52.473	67.524	— 15.051
Armazenagem.	25.704	34.814	— 9.110
Imposto de docas.	56.801	52.294	+ 4.507
Imposto de faróis.	1.060.803	1.151.404	— 90.601
Total.	194.394.178	159.020.356	+ 35.373.822
Imposto de consumo.	34.019.934	29.069.680	+ 4.950.254
Imposto de renda.	1.853.209	1.619.655	+ 233.554
Impostos s/atos emanados.	5.799.106	4.842.388	+ 956.718
Rendas patrimoniais.	182.177	106.086	+ 76.091
Rendas industriais.	8.420	9.928	— 1.508
Diversas rendas.	14.711.584	11.819.690	+ 2.891.894
Total da renda ordinária. ...	250.968.608	206.487.783	+ 44.480.825
RENDA EXTRAORDINÁRIA	2.273.210	1.359.474	+ 913.736
Total geral.	253.241.818	207.847.257	+ 45.394.561

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940	
M A N Á U S				
RENDA ORDINÁRIA				
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:				
Direitos de importação para consumo	459.850	665.721	—	205.871
Imposto adicional de 10%	46.369	66.609	—	20.240
Outras rubricas: 3 a 7.	1.600	4.843	—	3.243
Total.	507.819	737.173	—	229.354
Imposto de consumo.	442.393	496.064	—	53.671
Imposto de renda.	54.059	23.038	+	31.021
Impostos s/átos emanados.	17.767	19.102	—	1.335
Rendas patrimoniais.	—	—	—	—
Rendas industriais.	75	37	+	38
Diversas rendas.	40.094	41.017	—	923
Total da renda ordinária. . . .	1.062.207	1.316.431	—	254.224
RENDA EXTRAORDINÁRIA	18.399	13.171	+	5.228
Total geral.	1.080.606	1.329.602	—	248.996
B E L É M				
RENDA ORDINÁRIA				
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:				
Direitos de importação para consumo	1.851.233	2.320.827	—	469.594
Imposto adicional de 10%	—	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	42.240	35.534	+	6.706
Total.	1.893.473	2.356.361	—	462.888
Imposto de consumo.	1.287.149	1.171.216	+	115.933
Imposto de renda.	48.233	31.866	+	16.367
Impostos s/átos emanados.	113.826	71.755	+	42.071
Rendas patrimoniais.	11.086	3.922	+	7.164
Rendas industriais.	146	340	—	194
Diversas rendas.	117.117	96.709	+	20.408
Total da renda ordinária. . . .	3.471.030	3.732.169	—	261.139
RENDA EXTRAORDINÁRIA	45.997	37.557	+	8.440
Total geral.	3.517.027	3.769.726	—	252.699

I — ARRECADAÇÃO GERAL

2. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
S ã o L u i z			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	190.602	307.604	— 117.002
imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	14.203	18.618	— 4.415
Total.	204.805	326.222	— 121.417
Imposto de consumo.	265.421	275.586	— 10.165
Imposto de renda.	36.105	11.537	+ 24.568
Impostos s/átos emanados.	91.425	75.240	+ 16.185
Rendas patrimoniais.	2.893	9.311	— 6.418
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	22.351	39.295	— 16.944
Total da renda ordinária. . .	623.000	737.191	— 114.191
RENDA EXTRAORDINÁRIA	6.107	3.711	+ 2.396
Total geral.	629.107	740.902	— 111.795
P A R N A Í B A			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	167.165	101.311	+ 65.854
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	680	1.193	— 513
Total.	167.845	102.504	+ 65.341
Imposto de consumo.	46.671	31.074	+ 15.597
Imposto de renda.	4.561	7.412	— 2.851
Impostos s/átos emanados.	129.579	106.017	+ 23.562
Rendas patrimoniais.	7.736	54	+ 7.682
Rendas industriais.	63	—	+ 63
Diversas rendas.	10.623	19.677	— 9.054
Total da renda ordinária. . .	367.078	266.738	+ 100.340
RENDA EXTRAORDINÁRIA	8.840	1.819	+ 7.021
Total geral.	375.918	268.557	+ 107.361

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS
JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
F O R T A L E Z A			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	1.446.452	1.333.254	+ 113.198
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	147.994	150.460	— 2.466
Total.	1.594.446	1.483.714	— 110.732
Imposto de consumo.	879.163	682.077	+ 197.086
Imposto de renda.	22.475	58.230	— 35.755
Impostos s/átos emanados.	78.614	39.938	+ 38.676
Rendas patrimoniais.	5.075	9.093	+ 4.018
Rendas industriais.	178	125	+ 53
Diversas rendas.	146.736	82.236	+ 64.500
Total da renda ordinária. . .	2.726.687	2.355.413	+ 371.274
RENDA EXTRAORDINÁRIA	14.910	15.894	— 984
Total geral.	2.741.597	2.371.307	+ 370.290
N A T A L			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	78.139	101.812	— 23.673
Imposto adicional de 10%	7.815	15.783	— 7.968
Outras rubricas: 3 a 7.	12.800	16.940	— 4.140
Total.	98.754	134.535	— 35.781
Imposto de consumo.	98.037	99.439	— 1.402
Imposto de renda.	872	7.871	— 6.999
Impostos s/átos emanados.	73.064	111.431	— 38.367
Rendas patrimoniais.	3.021	2.950	+ 71
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	26.081	24.384	— 1.697
Total da renda ordinária. . .	299.829	380.610	— 80.781
RENDA EXTRAORDINÁRIA	92.053	8.247	+ 83.806
Total geral.	391.882	388.857	— 3.025

I -- ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Mil-reis)

Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
JOÃO PESSOA			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	167.832	296.705	— 128.873
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	9.600	10.785	— 1.185
Total.	177.432	307.490	— 130.058
Imposto de consumo.	425.462	439.464	— 14.002
Imposto de renda.	15.499	9.079	+ 6.420
Impostos s/âtos emanados.	25.655	26.676	— 1.021
Rendas patrimoniais.	8.780	6.589	+ 2.191
Rendas industriais.	6	10	— 4
Diversas rendas.	62.209	89.989	— 27.782
Total da renda ordinária.	715.041	879.297	— 164.256
RENDA EXTRAORDINÁRIA	8.894	12.266	— 3.372
Total geral.	723.935	891.563	— 167.628
R E C I F E			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	8.939.300	6.633.599	+ 2.305.701
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	92.399	82.460	+ 9.939
Total.	9.031.699	6.716.059	+ 2.315.640
Imposto de consumo.	3.948.924	3.203.337	+ 745.587
Imposto de renda.	76.917	80.133	— 3.216
Impostos s/âtos emanados.	261.990	124.592	+ 137.398
Rendas patrimoniais.	67.614	42.958	+ 24.656
Rendas industriais.	190	112	+ 78
Diversas rendas.	868.414	668.678	+ 199.736
Total da renda ordinária.	14.255.748	10.835.869	+ 3.419.879
RENDA EXTRAORDINÁRIA	190.885	101.618	+ 89.267
Total geral.	14.446.633	10.937.487	+ 3.509.146

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DICRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
M A C E I Ó			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	249.609	346.836	— 97.227
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	19.535	23.749	— 4.214
Total.	269.144	370.585	— 101.441
Imposto de consumo.	160.819	185.671	— 24.852
Imposto de renda.	18.970	7.355	+ 11.615
Impostos s/átos emanados.	131.951	120.394	+ 11.557
Rendas patrimoniais.	673	341	+ 332
Rendas industriais.	159	65	+ 94
Diversas rendas.	123.015	157.707	— 34.692
Total da renda ordinária. . .	704.731	842.118	— 137.387
RENDA EXTRAORDINÁRIA	3.684	4.182	— 498
Total geral.	708.415	846.300	— 137.885
A R A C A J Ú			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	58.000	89.663	— 31.663
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	1.946	468	+ 1.478
Total.	59.946	90.131	— 30.185
Imposto de consumo.	198.074	202.031	— 3.957
Imposto de renda.	1.469	629	+ 840
Impostos s/átos emanados.	114.961	90.487	+ 24.474
Rendas patrimoniais.	2.552	3.299	— 747
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	43.659	55.547	— 11.915
Total da renda ordinária. . .	420.661	442.151	+ 21.490
RENDA EXTRAORDINÁRIA	3.795	2.431	+ 1.364
Total geral.	424.456	444.582	— 20.126

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
SALVADOR			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	2.171.563	3.026.176	— 551.613
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	69.086	53.543	+ 15.543
Total.	2.543.649	3.079.719	— 536.070
Imposto de consumo.	1.945.153	1.814.884	+ 130.269
Imposto de renda.	230.550	484.306	— 253.756
Impostos s/átos emanados.	115.952	330.542	+ 115.410
Rendas patrimoniais.	6.276	8.842	— 2.566
Rendas industriais.	329	506	— 177
Diversas rendas.	494.553	575.094	— 80.541
Total da renda ordinária.	5.666.462	6.293.893	— 627.431
RENDA EXTRAORDINÁRIA	433.075	71.658	+ 361.417
Total geral.	6.099.537	6.365.551	— 266.014
VITÓRIA			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	4.807	239.411	— 234.604
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	6.500	18.116	— 11.616
Total.	11.307	275.527	— 246.220
Imposto de consumo.	61.058	153.015	— 91.957
Imposto de renda.	26.528	10.330	+ 8.017
Imposto s/átos emanados.	189.637	181.620	+ 6.061
Rendas patrimoniais.	50.416	10.252	+ 40.164
Rendas industriais.	182	—	+ 182
Diversas rendas.	17.864	25.588	— 7.724
Total da renda ordinária.	356.992	638.332	— 281.340
RENDA EXTRAORDINÁRIA	34.443	7.726	+ 26.717
Total geral.	391.435	646.058	— 254.623

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
RIO DE JANEIRO			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	65.096.313	54.647.273	+ 10.449.040
Imposto adicional de 10%.	6.654.476	5.711.494	+ 942.982
Outras rubricas: 3 a 7.	391.818	479.308	— 87.490
Total.	72.142.607	60.838.075	+ 11.304.532
Imposto de consumo.	7.842.764	5.856.943	+ 1.985.821
Imposto de renda.	—	—	—
Impostos s/átos emanados.	2.619	2.062	+ 557
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	3.318	4.889	— 1.571
Diversas rendas.	5.205.786	4.111.198	+ 1.094.588
Total da renda ordinária. . .	85.197.094	70.813.167	+ 14.383.927
RENDA EXTRAORDINÁRIA	562.206	521.275	+ 40.931
Total geral.	85.759.300	71.334.442	+ 14.424.858
S A N T O S			
RENDA EXTRAORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	86.732.153	64.473.158	+ 22.258.995
Imposto adicional de 10%.	9.027.083	6.752.262	+ 2.274.821
Outras rubricas: 3 a 7.	385.724	531.712	— 145.988
Total.	96.144.960	71.757.132	+ 24.387.828
Imposto de consumo.	8.753.502	6.738.068	+ 2.015.434
Imposto de renda.	397.779	133.488	+ 259.291
Impostos s/átos emanados.	2.558.763	2.189.605	+ 369.158
Rendas patrimoniais.	123	43	+ 80
Rendas industriais.	2.032	1.966	+ 66
Diversas rendas.	6.226.858	4.655.661	+ 1.571.197
Total da renda ordinária. . .	114.084.017	85.480.963	+ 28.603.054
RENDA EXTRAORDINÁRIA	513.371	292.513	+ 220.858
Total geral.	114.597.388	85.773.476	+ 28.823.912

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
PARANAGUÁ			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	313.410	719.414	— 406.004
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7	19.200	30.400	— 11.200
Total.	332.610	749.814	— 417.204
Imposto de consumo.	37.718	88.178	— 50.460
Imposto de renda.	1.965	1.516	+ 449
Impostos s/átos emanados.	32.873	46.613	— 13.740
Rendas patrimoniais.	301	—	+ 301
Rendas industriais.	76	—	+ 76
Diversas rendas.	35.712	57.397	— 21.685
Total da renda ordinária.	441.255	943.518	— 502.263
RENDA EXTRAORDINÁRIA	4.309	4.945	— 636
Total geral.	445.654	948.463	— 502.899
SÃO FRANCISCO			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	271.963	620.972	— 349.009
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7	8.105	25.334	— 17.229
Total.	280.068	646.306	— 366.238
Imposto de consumo.	38.780	77.431	+ 38.651
Imposto de renda.	1.549	1.535	+ 14
Impostos s/átos emanados.	39.760	33.362	+ 6.398
Rendas patrimoniais.	362	869	— 507
Rendas industriais.	—	68	— 68
Diversas rendas.	30.819	70.546	— 39.727
Total da renda ordinária.	391.338	830.117	— 438.779
RENDA EXTRAORDINÁRIA	3.218	2.846	+ 372
Total geral.	394.556	832.963	— 438.407

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
FLORIANÓPOLIS			
REDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	155.581	235.435	— 79.854
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	927	7.214	— 6.287
Total.	156.508	242.649	— 86.141
Imposto de consumo.	53.672	54.632	— 960
Imposto de renda.	8.171	957	+ 7.214
Impostos s/átos emanados.	86.110	77.560	+ 8.550
Rendas patrimoniais.	11.481	2.806	+ 8.675
Rendas industriais.	280	198	+ 82
Diversas rendas.	19.986	28.170	— 8.184
Total da renda ordinária. . . .	336.208	406.972	— 70.764
REDA EXTRAORDINÁRIA	5.518	3.326	+ 2.192
Total geral.	341.726	410.298	— 68.572
RIO GRANDE			
REDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	1.624.956	1.350.839	+ 274.114
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	44.800	69.201	— 24.401
Total.	1.669.756	1.420.040	+ 249.716
Imposto de consumo.	842.346	960.929	— 118.583
Imposto de renda.	39.494	6.271	+ 33.223
Impostos s/átos emanados.	324.022	282.713	+ 41.309
Rendas patrimoniais.	3.736	1.337	+ 2.399
Rendas industriais.	224	467	+ 243
Diversas rendas.	255.266	162.308	+ 92.958
Total da renda ordinária. . . .	3.134.844	2.834.065	+ 300.779
REDA EXTRAORDINÁRIA	17.230	33.958	— 16.728
Total geral.	3.152.074	2.868.023	+ 284.051

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
PELOTAS			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	362.461	782.098	— 419.637
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	7.489	2.978	+ 4.511
Total.	369.950	875.076	— 415.126
Imposto de consumo.	829.563	857.863	— 28.300
Imposto de renda.	65.769	42.408	+ 23.361
Impostos s/átos emanados.	230.864	218.489	+ 12.375
Rendas patrimoniais.	52	3.420	— 3.368
Rendas industriais.	767	98	+ 669
Diversas rendas.	87.246	135.124	— 47.878
Total da renda ordinária. . .	1.584.211	2.042.478	— 458.267
RENDA EXTRAORDINÁRIA	21.800	25.433	— 3.633
Total geral.	1.606.011	2.067.911	— 461.900
PÔRTO ALEGRE			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	5.596.977	5.953.562	— 356.585
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	136	2.082	— 1.946
Total.	5.597.113	5.955.644	— 358.531
Imposto de consumo.	5.528.468	5.376.933	+ 151.535
Imposto de renda.	759.731	434.504	+ 325.227
Impostos s/átos emanados.	452.995	398.428	+ 54.567
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	229	702	— 473
Diversas rendas.	431.180	470.986	— 39.806
Total da renda ordinária. . .	12.769.716	12.637.197	+ 132.519
RENDA EXTRAORDINÁRIA	261.342	131.704	+ 129.638
Total geral.	13.031.058	12.768.901	+ 262.157

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentária	1940	1939	Diferenças em 1940
L I V R A M E N T O			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	591.479	221.793	+ 369.686
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	309.148	243.400	+ 65.748
Total.	900.627	465.193	+ 435.434
Imposto de consumo.	153.418	165.187	— 11.769
Imposto de renda.	14.889	208.681	— 193.792
Impostos s/átos emanados.	257.066	151.702	+ 105.364
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	70	177	— 107
Diversas rendas.	339.617	202.175	+ 137.442
Total da renda ordinária. . .	1.665.687	1.193.115	+ 472.572
RENDA EXTRAORDINÁRIA	11.741	44.060	— 32.319
Total geral.	1.677.428	1.237.175	+ 440.253
U R U G U A I A N A			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	104.159	108.042	— 3.883
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	76.811	13.570	+ 63.241
Total.	180.970	121.612	+ 59.358
Imposto de consumo.	63.137	51.892	+ 11.245
Imposto de renda.	2.579	5.580	— 3.001
Impostos s/átos emanados.	84.509	85.972	— 1.463
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	85.586	25.605	+ 59.981
Total da renda ordinária. . .	416.781	290.661	+ 126.120
RENDA EXTRAORDINÁRIA	5.465	8.664	— 3.199
Total geral.	422.246	299.325	+ 122.921

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
C O R U M B Á			
REDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	50.802	71.133	— 20.331
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	7.888	5.662	+ 2.226
Total.	58.690	76.795	— 18.105
Imposto de consumo.	118.242	87.766	+ 30.176
Imposto de renda.	25.045	47.929	— 22.884
Impostos s/átos emanados.	55.104	58.088	— 2.984
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas Industriais	96	168	— 72
Diversas rendas.	20.814	24.572	— 3.758
Total da renda ordinária. . . .	277.991	295.318	— 17.327
REDA EXTRAORDINÁRIA	5.928	10.470	— 4.542
Total Geral	283.919	305.788	— 21.869

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
1. RENDA DIÁRIA DISCRIMINADAMENTE PELOS PRINCIPAIS IMPOSTOS

FEVEREIRO - 1940

(Milréis)

Dias	Direitos	Imposto Adicional de 10 o/o	Taxa de Previdência Social	Outras Rendas	TOTAL
1	1.194.545	122.189	53.740	313.660	1.684.134
2	868.709	94.116	100.151	133.020	1.195.996
3	799.536	78.944	31.226	204.693	1.114.399
7	251.057	25.106	17.250	43.540	336.953
8	1.252.215	127.631	100.770	170.293	1.650.909
9	1.513.366	154.404	119.499	724.411	2.511.680
10	571.737	76.608	58.143	89.969	976.457
12	1.351.409	135.187	71.306	225.761	1.783.663
13	1.355.675	135.533	88.178	130.697	1.710.083
14	1.396.177	144.633	90.649	246.069	1.877.528
15	1.303.013	141.199	115.349	143.570	1.703.131
16	880.537	94.001	81.341	176.668	1.232.547
17	567.030	58.146	61.629	73.030	759.835
19	893.834	89.723	125.973	117.139	1.226.669
20	1.012.866	102.272	91.451	131.571	1.338.160
21	1.001.856	118.211	97.869	138.017	1.355.953
22	999.261	102.816	88.032	150.640	1.340.749
23	2.907.568	291.279	69.118	258.491	3.526.456
24	954.057	95.306	54.686	103.965	1.208.014
26	736.682	74.862	59.572	264.692	1.135.808
27	1.291.385	129.693	129.485	110.294	1.660.857
28	1.092.213	109.681	87.331	147.818	1.437.043
29	784.551	79.714	78.170	99.973	1.042.408
Total da renda. . .	25.159.279	2.581.254	1.870.918	4.197.981	33.809.432
Depósitos.	—	—	—	—	989.369
Total geral.	25.159.279	2.581.254	1.870.918	4.197.981	34.798.801
Média diária.	1.093.882	112.228	81.344	182.521	1.469.975

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO

2. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

a) POR CLASSES DA TARIFA

JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Classes da tarifa	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Animais vivos.	361	948	— 587	0,00	0,00
Cabelos, pêlos e penas.	79.502	60.219	+ 19.283	0,12	0,11
Peles e couros.	492.573	362.503	+ 130.070	0,76	0,66
Carnes, peixes, matérias oleosas e outros produtos de animais.	716.380	950.719	— 234.339	1,10	1,74
Madrepérola, marfim, tartaruga e outros despojos de animais.	102.547	51.058	+ 51.489	0,16	0,09
Lã.	876.600	1.153.213	— 276.613	1,35	2,11
Seda.	726.405	601.488	+ 124.917	1,12	1,10
Frutas, cereais, hortaliças e legumes e seus produtos.	4.111.491	5.537.205	— 1.422.714	6,32	10,13
Plantas, folhas, flores, sementes, raí- zes, cascas, forragens e especiarias.	1.115.197	854.291	+ 260.906	1,71	1,56
Sumos ou sucos vegetais, bebidas al- coólicas e fermentadas e outros lí- quidos.	2.293.852	2.156.491	+ 137.361	3,52	3,95
Madeira.	387.183	397.765	— 10.582	0,59	0,73
Cana da Índia e outras, bambú, jun- cos, vime e cipós.	75.656	33.794	+ 41.862	0,12	0,06
Cairo, esparto, manilha, paina, pias- sava, pita, sizal ou agave e outras matérias vegetais.	225.844	101.921	+ 123.920	0,35	0,19
Algodão.	1.096.990	1.107.709	— 10.719	1,68	2,03
Linho, juta, cânhamo e râmia.	2.315.485	1.710.002	+ 605.483	3,56	3,13
Papel e suas aplicações.	1.012.983	1.197.089	— 184.106	1,60	2,19
Pedras, terras, minérios e outros pro- dutos minerais.	18.930.963	13.575.139	+ 5.355.824	29,08	24,84
Louça e vidro.	2.519.056	1.897.772	+ 621.284	3,87	3,47
Alumínio, chumbo, estanho, zinco e suas ligas.	101.752	312.241	+ 89.511	0,62	0,57
Cobre e níquel e suas ligas.	734.010	834.174	— 100.164	1,13	1,53
Ferro e aço e suas ligas.	7.943.448	5.527.213	+ 2.416.235	12,20	10,11
Ouro, platina e prata e suas ligas.	37.707	27.012	+ 10.695	0,06	0,05
Metaloides e vários metais.	80.702	70.191	+ 10.508	0,12	0,13

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
 2. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
 a) POR CLASSES DA TARIFA
 JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939
 (Milréis)

Classes da tarifa	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Matérias primas, não classificadas para as indústrias e preparações diversas para perfumarias, tinturarias, curtume e outros usos.	3.146.793	2.422.779	+ 724.014	4,83	4,43
Produtos químicos inorgânicos e orgânicos.	3.253.010	1.741.091	+ 1.511.919	5,00	3,19
Drogas, medicamentos químicos e preparações farmacêuticas, dietéticas e outras de uso em medicina.	2.061.186	1.886.066	+ 175.120	3,17	3,45
Armamento e outras obras de armerro, objetos de munição e petrechos de guerra.	599.070	133.392	+ 465.678	0,92	0,25
Obras de cutelaria e seus acessórios.	59.479	104.111	— 44.632	0,09	0,19
Relojoaria.	248.531	172.505	+ 76.026	0,38	0,32
Aparelhos, instrumentos, máquinas e objetos físicos, químicos, matemáticos e óticos.	2.696.368	1.925.270	+ 771.098	4,14	3,52
Aparelhos, instrumentos e objetos de cirurgia.	188.277	224.718	— 36.441	0,29	0,41
Instrumentos de música e seus pertences.	34.197	79.882	— 45.685	0,05	0,15
Veículos, seus acessórios e pertences	2.288.299	2.969.312	— 681.013	3,51	5,43
Máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios diversos.	2.216.899	5.194.401	+ 22.498	3,40	4,02
Vários artigos.	1.175.810	1.145.590	— 30.220	1,81	2,10
Reduções de direitos, diferenças englobadas, falta de volumes, arrematações, mercadorias omissas, extraviadas e outras sem determinação de classe.	827.995	1.127.993	— 299.998	1,27	2,06
Total.	65.105.601	54.647.273	+10.458.328	100,00	100,00

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
2. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

b) POR PAÍSES DE PROCEDÊNCIA

JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Procedências	1940	1939	Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
				1940	1939
Alemanha.	1.728.710	9.310.899	— 7.582.159	2,66	17,04
Arabia.	—	2.600	— 2.600	—	—
Argentina.	3.433.285	5.111.827	— 1.678.542	5,27	9,36
Bélgica.	3.255.935	2.771.581	+ 484.354	5,00	5,07
Bulgária.	50.590	—	+ 50.590	0,08	—
Chile.	263.140	101.963	+ 161.177	0,40	0,19
China.	697.397	145.136	+ 552.261	1,07	0,27
Colômbia.	166	—	+ 166	0,00	—
Cuba.	2.010	12.792	— 10.782	0,00	0,02
Dinamarca.	41.084	341.460	— 300.376	0,06	0,62
Egito.	3.229	—	+ 3.229	0,00	—
Espanha.	17.176	28.154	— 10.978	0,03	0,05
Estados Unidos.	23.372.691	12.378.572	+ 10.994.119	35,91	22,65
Estonia.	36.883	9	+ 36.874	0,06	0,00
Finlândia.	101.203	103.956	+ 247	0,16	0,19
França.	3.003.162	2.384.510	+ 618.622	4,61	4,36
Grã-Bretanha.	5.620.527	4.815.371	+ 805.156	8,63	8,81
Grécia.	5.312	5.876	— 564	0,01	0,01
Holanda.	6.939.233	988.706	+ 5.950.527	10,66	1,81
Hungria.	224.616	56.939	+ 167.677	0,35	0,10
Islândia.	456.284	—	+ 456.284	0,70	—
Itália.	1.098.009	790.431	+ 307.578	1,69	1,45
Iugo-Slavia.	41.133	3.168	+ 37.965	0,06	00,1
Japão.	1.771.866	1.196.757	+ 575.109	2,72	2,19
Letônia.	—	65	— 65	—	0,00
Lituânia.	11.683	12.628	— 945	0,02	0,02
Luxemburgo.	52.953	13.822	+ 39.131	0,08	0,03
México.	2.052.301	1.646.945	+ 405.356	3,15	3,01
Noruega.	170.053	181.510	— 11.487	0,26	0,33
Panamá.	—	125	— 125	—	0,00
Paraguai.	—	2.845	— 2.845	—	0,01
Perú.	3.600.282	5.077.383	— 1.477.101	5,53	9,29
Persia.	25.581	55.359	— 29.778	0,04	0,10
Polônia.	—	346.613	— 346.613	—	0,63
Portugal.	1.748.134	1.855.779	— 107.645	2,69	3,40

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO

2. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

b) POR PAÍSES DE PROCEDÊNCIA

JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Procedências	1940	1939	Diferenças em 1940	o/o Sobre o total		
				1940	1939	
POSSESSÕES AMERICANAS:						
Na America do Norte e Central.....	2.304	—	+	2.304	0,00	—
Na Asia.	63.770	—	+	63.770	0,10	—
POSSESSÕES BELGAS:						
Na Africa.	7.267	—	+	7.267	0,01	—
POSSESSÕES BRITANICAS:						
Canadá.	638.314	542.253	+	96.061	0,98	0,99
India.	792.931	69.364	+	723.567	1,22	0,13
Irlanda.	367.025	543.922	—	176.897	0,56	1,00
Terra Nova.	9.570	25.316	—	15.746	0,01	0,05
OUTRAS POSSESSÕES BRITANICAS:						
Na America do Norte e Central.	36.875	1.675	—	35.200	0,06	0,00
Na Africa.	203.844	212.338	—	8.494	0,31	0,39
Na Asia.	68.658	119.180	—	50.522	0,11	0,22
Na Europa.	19.080	—	+	19.080	0,03	—
Na Oceania.	14.132	6.770	+	7.362	0,02	0,01
POSSESSÕES FRANCESAS:						
Na Africa.	8.930	38.619	—	29.689	0,01	0,07
POSSESSÕES ITALIANAS:						
Na Africa.	499	—	+	499	0,00	—
POSSESSÕES HOLANDESAS:						
Na America do Norte e Central.....	174.006	648.889	—	474.883	0,27	1,19
Na America do Sul.	8.487	—	+	8.487	0,01	—
Na Asia.	52.754	113.105	+	60.351	0,08	0,21
Na Oceania.	9.311	—	+	9.311	0,01	—
POSSESÕES PORTUGUESAS:						
Na Africa.	7.928	—	+	7.928	0,01	—
Romania.	16	—	—	16	0,00	—
Russia.	29.858	19.958	+	9.900	0,05	0,04
Siria.	26.241	66.983	—	40.742	0,04	0,12
Suecia.	956.334	415.791	+	540.543	1,47	0,76
Suissa.	1.209.555	797.183	+	412.372	1,86	1,46
Tcheco Slovaquia.	13.213	627.380	—	614.167	0,02	11,4
Turquia.	180.480	170.000	+	10.480	0,28	0,31
Uruguai.	89.187	191.312	—	102.125	0,14	0,35
Venezuela.	284.774	—	+	284.774	0,44	—
Procedências não declaradas.	2.600	293.394	—	290.794	0,00	0,44
Total.	65.105.601	54.647.273	+	10.458.328	100,00	100,00

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
3. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
(a FEVEREIRO — 1940-1939)
(Mil-réis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total		
	1940	1939		1940	1939	
Fumo.	6.439	3.932	+	2.507	0,19	0,12
Bebidas.	384.916	378.777	+	6.139	11,63	11,72
Alcool.	18	98	—	80	0,00	0,00
Fósforos.	1.286	11.301	—	10.015	0,04	0,35
Sal.	227.881	261.449	—	33.568	6,88	8,10
Calçados.	1.302	66	+	1.236	0,05	0,00
Perfumarias e artigos de toucador.	107.673	79.016	+	28.657	3,25	2,45
Especialidades farmacêuticas.	159.832	211.180	—	51.648	4,83	6,55
Conservas.	220.512	266.243	—	45.731	6,66	8,24
Vinagre, azeite e óleos.	112.011	102.148	+	39.863	4,29	3,16
Velas.	—	15	—	15	—	0,00
Tecidos.	202.540	198.786	+	3.754	6,12	6,15
Artefatos de tecidos e de peles.	130.911	64.829	+	66.082	3,95	2,01
Papel e artefatos.	3.368	1.158	—	1.090	0,10	0,14
Cartas de jogar.	5.184	3.544	+	1.640	0,16	0,11
Chapéus e bengalas.	574	8.537	—	7.963	0,02	0,26
Louças e vidros.	28.570	23.584	+	4.986	0,86	0,73
Ferragens e artefatos de ferro e alu- minio.	25.336	34.542	—	9.206	0,77	1,07
Café torrado ou moído e chá.	5.359	4.232	+	1.127	0,16	0,13
Banha, manteiga e sucedâneos.	—	—	—	—	—	—
Móveis.	47.267	37.208	+	10.059	1,43	1,15
Armas de fogo e suas munições.	27.656	8.789	+	18.867	0,83	0,27
Lâmpadas, pilhas, etc.	280.794	231.880	+	48.914	8,48	7,18
Queijos e requeijões.	2.402	1.344	+	1.058	0,07	0,04
Eletricidade.	—	—	—	—	—	—
Tintas e vernizes.	219.116	162.583	+	56.533	6,62	5,03
Leques e ventarolas.	15	—	+	15	0,00	—
Artefatos de borracha.	29.908	48.243	—	18.335	0,90	1,49
Navalhas e pinces para barba.	12.325	17.619	—	5.294	0,37	0,55
Pentes, escovas e espanadores.	7.595	25.407	—	17.812	0,23	0,79

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
3. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
a) FEVEREIRO — 1940-1939
(Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total		
	1940	1939		1940	1939	
Brinquedos.	2.759	6.203	—	3.444	0,08	0,19
Artefatos de couro e outros materiais	9.597	7.508	+	2.089	0,29	0,23
Jóias, obras de ourives.	284	79	+	205	0,01	0,00
Bijouterias, objetos de adôrno e re- lógios.	35.043	34.589	+	454	1,06	1,07
Gazolina e carburêto de cálcio.	906.368	895.869	+	10.499	27,38	27,72
Ladrilhos, mozaicos, azulêjos, etc. . . .	10.145	12.235	—	2.090	0,31	0,38
Instrumentos de música.	3.950	6.209	—	2.259	0,12	0,19
Mat. fotogr. e cinematográficos.	49.546	67.022	—	17.476	1,50	2,07
Fogões e fogareiros.	492	1.872	—	1.380	0,01	0,06
Cimento.	4.098	4.902	—	804	0,12	0,15
Linhas, cordoalhas e botões.	7.683	4.903	+	2.780	0,23	0,15
Emolumentos de escritórios comerciais. .	—	—	—	—	—	—
Total.	3.310.755	3.231.501	+	79.254	100,00	100,00
R E S U M O						
Segundo a incidência						
Mercadorias nacionais.	227.881	261.449	—	6,88	8,09	
Mercadorias estrangeiras.	3.082.874	2.970.052	—	93,12	91,91	
Segundo a modalidade de pagamento						
Taxa.	1.497.946	1.407.715	—	45,24	43,56	
Verba.	1.812.809	1.823.786	—	54,76	56,44	

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
 3. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
 PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS

b) JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Fumo.	32.969	16.931	+ 16.038	0,42	0,29
Bebidas.	726.329	689.227	+ 37.102	9,26	11,77
Alcool.	27	121	— 97	0,00	0,00
Fósforos.	2.296	19.625	— 17.329	0,03	0,34
Sal.	395.977	399.887	— 3.910	5,05	6,83
Calçados.	5.318	20.115	— 14.797	0,07	0,34
Perfumarias e artigos de toucador.	260.658	154.642	+ 106.016	3,32	2,61
Especialidades farmacêuticas.	385.837	403.300	— 17.463	4,92	6,89
Conservas.	453.507	478.157	— 24.650	5,78	8,16
Vinagre e azeite.	244.194	263.006	— 18.812	3,11	4,49
Velas.	107	537	— 430	0,00	0,01
Tecidos.	454.704	453.604	+ 1.100	5,80	7,74
Artefatos de tecidos e de peles.	199.425	148.307	+ 51.118	2,54	2,53
Papel e artefatos.	7.460	10.121	— 2.661	0,10	0,17
Cartas de jogar.	5.224	8.592	— 3.368	0,07	0,15
Chapéus e bengalas.	4.154	10.152	— 5.998	0,05	0,17
Louças e vidros.	70.427	54.887	+ 15.540	0,90	0,94
Ferragens e artefatos de ferro e alu- minio.	53.982	76.346	— 22.364	0,69	1,30
Café torrado ou moído e chá.	10.802	6.755	+ 4.047	0,14	1,12
Banha, manteiga e sucedâneos.	—	102	— 102	—	0,00
Móveis.	135.596	97.525	+ 38.071	1,73	1,67
Armas de fogo e suas munições.	38.686	36.427	+ 2.259	0,49	0,62
Lâmpadas, pilhas, etc.	661.735	442.243	+ 219.492	8,44	7,55
Queijos e requeijões.	4.044	1.728	+ 2.316	0,05	0,03
Elettricidade.	—	—	—	—	—
Tintas e vernizes.	120.469	366.567	+ 53.902	5,36	6,27
Leques e ventarolas.	15	5	+ 10	0,00	0,00
Artefatos de borracha.	85.323	89.908	— 4.585	1,09	1,54
Navalhas e pinceis para barba.	21.940	38.150	— 16.210	0,28	0,65
Pentes, escovas e espanadores.	18.060	43.194	— 25.134	0,23	0,74

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
3. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS

b) JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939
(Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Brinquedos.	8.011	9.120	— 1.109	0,10	0,16
Artefatos de couro e outros materiais	17.028	14.875	+ 2.153	0,22	0,25
Jóias e obras de ourives.	373	28.877	— 28.504	0,00	0,49
Gazolina e carburêto de cálcio.	2.847.619	1.220.856	+ 1.626.763	36,31	20,84
Bijouterias, objetos de adorno e relógios.	78.963	34.589	+ 44.374	1,01	0,59
Ladrilhos, mozaicos, azulejos, etc....	20.849	33.466	— 12.617	0,27	0,57
Instrumentos de música.	9.592	9.919	— 327	0,12	0,17
Máquinas fotográficas e cinematográficas.	130.253	147.166	— 16.913	1,66	2,51
Fogões e fogareiros.	1.878	2.491	— 613	0,02	0,04
Cimento.	15.593	10.720	+ 4.873	0,20	0,18
Linhas.	13.340	14.700	— 1.360	0,17	0,25
Emolumentos de esc. comerciais.	—	—	—	—	—
Total.	7.842.764	5.856.943	+ 1.985.821	100,00	100,00
RESUMO					
Segundo a incidência					
Mercadorias nacionais.	395.977	399.092	— 3.115	5,05	6,81
Mercadorias estrangeiras.	7.446.787	5.457.851	+ 1.988.936	94,95	93,19
Segundo a modalidade de pagamento					
Taxa.	3.093.263	2.371.674	+ 221.589	39,44	49,03
Verba.	4.749.501	2.985.269	+ 1.764.232	60,56	50,97

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
1. RENDA DIÁRIA DISCRIMINADAMENTE PELOS PRINCIPAIS IMPOSTOS

FEVEREIRO - 1940

(Milréis)

Dias	Direitos	Imposto Adicional de 10 %	Taxa de Previdência Social	Outras Rendas	Total
1.	3.208.370	327.253	338.192	123.434	3.997.249
2.	868.866	91.055	57.692	231.099	1.248.712
3.	356.123	35.613	30.112	186.669	608.517
5.	1.932.593	194.849	33.360	56.212	2.217.014
7.	731.751	77.266	54.601	480.462	1.344.080
8.	4.221.693	427.361	216.252	199.957	5.065.263
9.	1.566.491	169.743	137.121	402.363	2.275.718
10.	494.556	50.302	48.410	200.133	793.401
12.	1.543.576	15.585	125.948	124.869	1.950.247
13.	785.263	81.967	79.979	127.614	1.074.823
14.	1.540.929	166.483	120.974	155.573	1.983.959
15.	1.413.438	141.339	87.196	134.044	1.776.017
16.	1.040.644	106.292	86.287	176.598	1.409.821
17.	945.828	94.763	43.737	179.181	1.263.509
19.	3.164.330	328.525	93.589	246.221	3.832.665
20.	2.093.256	216.463	145.049	568.651	3.023.419
21.	2.098.572	216.299	86.409	221.253	2.622.533
22.	1.138.006	121.016	118.545	250.651	1.628.218
23.	870.730	144.137	108.030	234.307	1.357.204
24.	1.058.961	107.315	53.142	141.254	1.360.672
26.	921.029	94.273	73.076	147.730	1.236.108
27.	1.395.763	145.078	104.447	148.797	1.794.085
28.	1.670.606	174.358	71.026	277.782	2.193.772
29.	717.846	91.911	82.324	196.584	1.088.665
Total da Renda. .	35.799.220	3.759.515	2.395.498	5.221.438	47.145.671
Depósitos.				791.048	791.048
Total geral.	35.779.220	3.759.515	2.395.498	6.002.486	47.936.719
Média diária.	1.490.801	156.646	99.812	217.143	1.964.402

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
 2. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
 a) POR CLASSES DA TARIFA
 JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939
 (Milréis)

Classes da tarifa	Arrecadação		Diferenças em 1940	o/o Sôbre o total	
	1940	1939		1940	1939
Animais vivos.	540	1.646	— 1.106	0,00	0,00
Cabelos, pêlos e penas.	602.798	338.126	+ 264.672	0,69	0,52
Peles e couros.	283.689	332.161	— 48.472	0,34	0,52
Carnes, peixes, matérias oleosas e outros produtos de animais.	765.487	966.934	— 201.447	0,88	1,50
Madrepérola, marfim, tartaruga e outros desposos de animais.	66.098	39.119	+ 26.979	0,08	0,06
Lã.	1.096.403	1.305.663	— 209.260	1,26	2,03
Seda.	964.477	1.138.598	— 174.121	1,11	1,77
Frutas, cereais, hortaliças e legumes e seus produtos.	4.245.839	5.146.192	— 900.353	4,90	7,98
Plantas, folhas, flores, frutos, semen- tes, raízes, cascas, forragens e espe- ciarias.	624.022	617.146	+ 6.876	0,72	0,96
Sumos ou sucos vegetais, bebidas al- coólicas e fermentadas e outros lí- quidos.	2.132.150	2.326.661	— 194.511	2,46	3,61
Madeira.	392.929	356.938	+ 35.991	0,45	0,55
Cana da Índia e outras, bambú, jun- cos, vime e cipós.	70.137	19.613	+ 50.524	0,08	0,03
Cairo, esparto, manilha, paina, plas- sava, pita, sizal ou agave e outras matérias vegetais.	268.952	265.685	+ 3.267	0,31	0,41
Algodão.	1.610.628	1.221.789	+ 388.839	1,86	1,89
Linho, juta, cânhamo e râmia.	3.991.991	1.725.107	+ 2.266.884	4,60	2,68
Papel e suas aplicações.	834.945	844.094	— 9.149	0,96	1,31
Pedras, terras, minérios e outros pro- dutos minerais.	20.987.460	13.984.453	+ 7.003.007	24,20	21,69
Louça e vidro.	1.408.182	1.989.378	— 581.196	1,62	3,09
Alumínio, chumbo, estanho, zinco e suas ligas.	909.881	541.943	+ 367.938	1,05	0,84
Cobre e níquel e suas ligas.	703.187	579.445	+ 123.742	0,81	0,90

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
2. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
a) POR CLASSES DA TARIFA
JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939
(Milréis)

Classes da tarifa	Arrecadação		Diferenças em 1940	O/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Ferro e aço e suas ligas.	10.689.819	8.987.725	+ 1.702.094	12,32	13,94
Ouro, platina e prata e suas ligas. ...	7.977	6.789	— 1.188	0,01	0,01
Metaloides e vários metais.	82.912	125.676	— 42.764	0,10	0,19
Matérias primas não classificadas para as indústrias e preparações di- versas para perfumaria, tinturaria, curtume e outros usos.	5.327.239	3.356.030	+ 1.971.209	6,14	5,21
Produtos químicos inorgânicos e or- gânicos.	5.050.462	1.993.980	+ 3.056.482	5,82	3,09
Drogas, medicamentos químicos e preparações farmacêuticas, dietéti- cas e outras de uso em medicina...	703.529	560.769	+ 142.760	0,81	0,87
Armamento e outras obras de armei- ro, objetos de munição e petrechos de guerra.	30.132	18.429	+ 11.703	0,03	0,03
Obras de cutelaria e seus acessórios.	60.260	95.207	— 34.947	0,07	0,15
Relojoaria.	114.837	208.815	— 93.978	0,13	0,32
Aparelhos, instrumentos, máquinas e objetos físicos, químicos, matemáti- cos e óticos.	1.463.428	1.270.839	+ 192.589	1,69	1,97
Aparelhos, instrumentos e objetos de cirurgia.	84.723	126.088	— 41.365	0,10	0,20
Instrumentos de música e seus per- tences.	91.586	143.579	— 51.993	0,11	0,22
Veículos, seus acessórios e pertences.	17.075.377	9.501.022	+ 7.574.355	19,69	14,74
Máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios, diversos.	2.904.792	2.444.536	+ 460.256	3,35	3,79
Vários artigos.	916.737	1.005.129	— 88.392	1,06	1,56
Reduções de direitos, diferenças en- globadas, falta de volumes, arrema- tações, mercadorias omissas, extra- viadas e outras sem determinação de classe.	169.581	887.584	— 718.273	0,19	1,37
Total geral.	86.733.186	64.473.158	+22.260.028	100,00	100,00

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
 2. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
 b) POR PAÍSES DE PROCEDÊNCIA
 JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939
 (Milréis)

Procedências	Arrecadação		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Alemanha.	1.033.043	8.251.754	— 7.218.711	1,19	12,80
Arábia.	4.121	498	+ 3.623	0,00	0,00
Argentina.	3.928.089	4.722.313	— 794.224	4,53	7,32
Bélgica.	2.598.788	4.287.539	— 1.688.751	3,00	6,65
Bolívia.	—	1.556	— 1.556	—	0,00
Chile.	194.112	123.562	+ 70.550	0,22	0,19
China.	80.171	73.378	+ 6.793	0,09	0,11
Dinamarca.	54.071	103.824	— 49.753	0,06	0,16
Egito.	—	1.254	— 1.254	—	0,00
Equador.	—	2.559	— 2.559	—	0,00
Espanha.	34.653	93.051	— 58.398	0,04	0,14
Estados Unidos.	41.392.465	20.323.651	+21.068.814	47,72	31,52
Estônia.	—	568	— 568	—	0,00
Finlândia.	81.826	327.919	— 246.093	0,09	0,51
França.	3.209.985	2.176.696	+ 1.033.289	3,70	3,38
Grã-Bretanha.	6.034.414	4.630.646	+ 1.403.768	6,96	7,18
Grécia.	38.685	26.869	+ 11.816	0,04	0,04
Holanda.	363.496	1.173.428	— 809.932	,042	1,82
Hungria.	63.253	137.043	— 73.790	0,07	0,21
Islândia.	143.181	—	+ 143.181	0,17	—
Itália.	2.749.982	2.244.824	+ 505.158	3,17	3,48
Iugo-Slávia.	55.517	19.770	+ 35.747	0,06	0,03
Japão.	3.547.656	2.041.467	+ 1.506.189	4,09	3,17
Lituânia.	—	17.682	— 17.682	—	0,03
Luxemburgo.	115.272	31.078	+ 84.194	0,13	0,50

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
2. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
b) POR PAÍSES DE PROCEDÊNCIA
JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939
(Milréis)

Procedências	Arrecadação		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
México.	60.801	1.020	+ 59.781	0,07	0,00
Noruega.	540.510	294.329	+ 246.181	0,62	0,46
Perú.	1.723.624	5.010.176	— 3.286.552	1,99	7,77
Pérsia.	6.266	46.812	— 40.546	0,01	0,07
Polônia.	—	248.782	— 248.782	—	0,39
Portugal.	1.144.602	1.646.499	— 501.897	1,32	2,55
POSSESSÕES AMERICANAS:					
na Oceania.	—	3.454	— 3.454	—	0,01
POSSESSÕES BRITÂNICAS:					
Canadá.	984.816	463.715	+ 521.101	1,14	0,72
Índia.	2.950.108	1.283.726	+ 1.666.382	3,40	1,99
Irlanda.	247.378	—	+ 247.378	0,29	—
Terra Nova.	82.886	87.410	— 4.524	0,10	0,14
União Sul-Africana.	170.745	25.461	+ 145.284	0,20	0,04
OUTRAS POSSESSÕES BRITÂNICAS:					
na America do Norte e Central.	311.798	—	+ 311.798	0,36	—
na Africa.	203.532	216.461	— 12.929	0,23	0,34
" Asia.	203.834	23.503	+ 180.331	0,23	0,04
" Oceania.	3.480	119.841	— 116.361	0,00	0,19
POSSESSÕES FRANCESAS:					
Marrocos.	28.416	13.011	+ 15.405	0,03	0,02
na Asia.	—	8.970	+ 8.970	—	0,01
" Africa.	23.347	662	+ 22.685	00,3	0,00
POSSESSÕES HOLANDESA:					
na America do Sul.	10.110.947	2.712.535	+ 7.398.412	11,66	4,21
" Asia.	225.113	61.447	+ 163.666	0,26	0,10
" Oceania.	3.261	88.089	— 84.828	0,00	0,14
Rússia.	—	1.537	— 1.537	—	0,00
Síria.	—	30.913	— 30.913	—	0,05
Suécia.	1.136.295	583.315	+ 552.980	1,32	0,90
Suiça.	464.570	254.996	+ 209.574	0,54	0,40
Tcheco-Slováquia.	24.124	86.071	+ 61.947	0,03	0,13
Turquia.	179.437	129.107	+ 50.330	0,21	0,20
Uruguai.	131.165	182.297	+ 51.132	0,15	0,28
Procedências não declaradas.	49.351	36.050	+ 13.301	0,06	0,06
Total.	86.733.186	64.473.158	+22.260.028	100,00	100,00

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
 3. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
 PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
 FEVEREIRO — 1940-1939
 (Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total		
	1940	1939		1940	1939	
Fumo.	18.174	14.701	+	3.473	0,61	0,54
Bebidas.	377.193	441.431	—	64.238	12,60	16,14
Alcool.	1.090	870	+	220	0,04	0,03
Fósforos.	2.019	3.123	—	1.104	0,07	0,12
Sal.	103.087	160.893	—	57.806	3,44	5,88
Calçados.	3.148	5.287	—	2.139	0,11	0,19
Perfumarias e artigos de toucador...	41.614	32.968	+	8.646	1,39	1,21
Especialidades farmamêuticas.	99.600	67.258	+	32.342	3,32	2,46
Conservas.	239.814	271.282	—	31.468	8,01	9,92
Vinagre e óleos.	75.719	78.390	—	2.671	2,53	2,87
Velas.	615	335	+	280	0,02	0,01
Tecidos.	173.369	90.268	+	83.101	5,79	3,30
Artefatos de tecidos e de peles.....	23.255	44.706	—	21.451	0,78	1,63
Papel e artefatos.	11.882	14.197	—	2.315	0,40	0,52
Cartas de jogar.	90	70	+	20	0,00	0,00
Chapéus e bengalas.	2.281	2.172	+	109	0,08	0,08
Louças e vidros.	25.101	30.915	—	5.814	0,84	1,13
Ferragens e artefatos de ferro e ou- tros metais	23.133	43.983	—	20.850	0,77	1,61
Café torrado ou moído e chá.	40.061	43.295	—	3.234	1,34	1,58
Banha, manteiga e sucedâneos.	755	235	+	520	0,03	0,01
Móveis.	55.037	28.450	+	26.587	1,84	1,04
Armas de fogo, munições, etc.	9.628	2.936	+	6.692	0,32	0,11
Lâmpadas, pilhas, etc.	239.967	157.073	+	82.894	8,01	5,74
Queijos e requeijões.	2.032	2.956	—	924	0,07	0,11
Eletricidade.	19.654	16.664	+	2.990	0,66	0,61

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
3. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
FEVEREIRO — 1940-1939
(Mil-réis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Tintas e vernizes.	238.354	185.017	+ 53.337	7,96	6,77
Leques e ventarolas.	75	55	+ 20	0,00	0,00
Artefatos de borracha.	85.529	42.808	+ 42.721	2,86	1,57
Navalhas e pinceis para barba.	4.705	9.733	— 5.028	0,16	0,36
Pentes, escovas e espanadores.	12.617	5.454	+ 7.163	0,42	0,20
Brinquedos.	4.043	6.355	— 2.312	0,13	0,23
Artefatos de couros e outros materiais.	3.006	2.958	+ 48	0,10	0,11
Joias, obras de ourives.	2.489	28.833	— 26.344	0,08	1,05
Bijouterias, obj. de adorno e relógios.	13.259	3.271	+ 9.988	0,44	0,12
Gazolina e carburêto de cálcio.	1.000.672	799.365	+ 201.307	33,42	29,23
Ladrilhos, mozaicos, azulejos, etc.	7.478	30.003	— 22.525	0,25	1,10
Instrumentos de música.	11.450	2.981	+ 8.469	0,38	0,11
Mat. fotográfico e cinematográfico.	9.488	29.344	— 19.856	1,32	1,07
Fogões e fogareiros.	1.881	1.279	+ 602	0,06	0,05
Cimento.	3.902	10.849	— 6.947	0,13	0,40
Linhas, cordoalhas e botões.	4.156	17.652	— 13.496	0,14	0,65
Emolumentos de esc. comerciais.	2.000	3.920	— 1.920	0,07	0,14
Depósitos fechados.	400	—	+ 400	0,01	—
Total.	2.993.822	2.734.335	+ 259.487	100,00	100,00
RESUMO					
Segundo a incidência					
Mercadorias nacionais.	264.826	333.601	— 68.775	8,85	12,20
Mercadorias estrangeiras.	2.728.996	2.400.734	+ 328.262	91,15	87,80
Segundo a modalidade de pagamento					
Taxa.	1.234.569	1.200.676	+ 33.893	41,24	43,91
Verba.	1.726.728	1.503.599	+ 223.129	57,68	54,99
Registro.	32.525	30.060	+ 2.465	1,08	1,10

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
 3. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
 PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
 JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939
 (Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1940		1940	1939
Fumo.	35.234	35.141	+ 93	0,40	0,52
Bebidas.	868.737	870.765	— 2.028	9,92	12,92
Alcool.	2.280	2.105	+ 175	0,03	0,03
Fósforos.	2.788	8.477	— 5.689	0,03	0,13
Sal.	516.143	298.301	+ 217.842	5,90	4,43
Calçados.	6.518	8.547	— 2.029	0,07	0,13
Perfumarias e artigos de toucador.	97.605	48.290	+ 49.315	1,12	0,72
Especialidades farmacêuticas.	187.419	153.245	+ 34.174	2,14	2,27
Conservas.	469.066	501.280	— 32.214	5,36	7,44
Vinagre e azeite.	146.782	236.982	— 90.200	1,68	3,52
Velas.	790	660	+ 130	0,01	0,01
Tecidos.	327.761	217.792	— 109.969	3,74	3,23
Artefatos de tecidos e de peles.	64.456	77.795	— 13.339	0,74	1,15
Papel e artefatos.	30.376	29.019	+ 1.357	0,35	0,43
Cartas de jogar.	170	315	— 145	0,00	0,00
Chapéus e bengalas.	2.937	3.700	— 763	0,03	0,05
Louças e vidros.	48.283	66.408	— 18.125	0,55	0,99
Ferragens e artefatos de ferro e alu- mínio.	51.072	85.816	— 34.744	0,58	1,27
Café torrado ou moído e chá.	80.111	90.266	— 10.155	0,91	1,34
Banha, manteiga e sucedâneos.	877	468	+ 409	0,01	0,01
Móveis.	93.471	47.351	+ 46.120	1,07	0,70
Armas de fogo e suas munições.	10.698	4.098	+ 6.600	0,12	0,06
Lâmpadas, pilhas, etc.	504.054	389.801	+ 114.253	5,76	5,79
Queijos e requeijões.	5.319	9.346	— 4.027	0,06	0,14
Eletricidade.	38.997	34.738	+ 4.259	0,44	0,52
Tintas e vernizes.	582.608	443.740	+ 138.868	6,66	6,59
Leques e ventarolas.	105	85	+ 20	0,00	0,00
Artefatos de borracha.	211.500	102.727	+ 108.773	2,42	1,52
Navalhas e pinceis para barba.	4.965	24.790	— 19.825	0,06	0,37
Pentes, escovas e espanadores.	28.864	23.514	+ 5.350	0,33	0,35

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
3. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939
(Mil-réis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Brinquedos.	6.439	8.945	— 2.506	0,07	0,13
Artefatos de couro e outros materiais	5.894	5.145	+ 749	0,06	0,08
Jóias e obras de ourives.	7.714	76.364	— 68.650	0,09	1,13
Bijouterias, objetos de adorno e re- lógios.	39.023	3.521	+ 35.502	0,45	0,05
Gazolina e carburêto de cálcio.	1.170.047	2.579.305	+ 1.590.742	47,64	38,28
Ladrilhos, mozaicos, azulejos, etc....	17.365	115.303	— 97.938	0,20	1,71
Instrumentos de musica.	14.720	11.203	+ 3.517	0,17	0,17
Mat. ótico, fotografico e cinemato- grafico.	36.743	46.822	— 10.079	0,42	0,69
Fogões e fogareiros.	2.506	2.088	+ 418	0,03	0,03
Cimento.	12.674	34.720	— 22.046	0,14	0,52
Linhas, cordoalhas e botões.	17.391	32.970	— 15.579	0,20	0,49
Emolumentos de esc. comerciais.	2.500	6.120	— 3.620	0,03	0,09
Depósitos fechados.	500	—	+ 500	0,01	—
Total.	8.753.502	6.738.068	+ 2.015.434	100,00	100,00
RESUMO					
Segundo a incidência					
Mercadorias nacionais.	851.036	655.623	+ 195.413	9,72	9,73
Mercadorias estrangeiras.	7.902.466	6.082.445	+ 1.820.021	90,28	90,27
Segundo a modalidade de pagamento					
Taxa.	2.648.457	2.551.038	+ 97.419	30,26	37,86
Verba.	6.053.160	4.135.980	+ 1.917.180	69,15	61,38
Registro.	51.885	51.050	+ 835	0,59	0,76

IV — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE PORTO ALEGRE
ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

a) POR CLASSES DA TARIFA
JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Classes da tarifa	Total arrecadado		Diferenças em 1949	o/o Sôbre o total		
	1940	1939		1940	1939	
Cabelos, pêlos e penas.	2.516	8.734	—	6.218	0,04	0,15
Peles e couros.	21.540	22.073	—	533	0,38	0,37
Carnes, peixes, matérias oleosas e outros produtos de animais.	2.390	10.814	—	8.424	0,04	0,18
Madreperola, marfim, tartaruga e outros despojos de animais.	—	823	—	823	—	0,01
Lã.	8.200	28.120	—	19.920	0,15	0,47
Seda.	3.164	3.881	—	717	0,06	0,07
Frutas, cereais, hortaliças e legumes e seus produtos.	493.647	439.773	—	53.874	8,82	7,39
Plantas, folhas, flores, sementes, raízes, cascas, forragens e especiarias.	105.867	78.061	+	27.806	1,89	1,31
Sumos ou sucos vegetais, bebidas alcoólicas e fermentadas e outros líquidos.	134.556	125.404	+	9.152	2,40	2,11
Madeira.	26.516	12.745	+	13.771	0,47	0,21
Cana da India e outras, bambú, juncos, vime e cipós.	10.184	11.290	—	1.106	0,18	0,19
Cairo, esparto, manilha, paina, piassova, pita, sizal ou agave e outras matérias vegetais.	4.034	3.400	+	634	0,07	0,06
Algodão.	67.569	81.861	—	14.292	1,21	1,37
Linho, juta, cânhamo e râmia.	1.259	86.358	—	85.099	0,02	1,45
Papel e suas aplicações.	1.281.131	55.653	+	1.225.478	22,89	0,93
Pedras, terras, minérios e outros produtos minerais.	994.081	723.811	+	270.270	17,76	12,16
Louça e vidro.	187.968	229.566	—	111.598	3,36	5,03
Alumínio, chumbo, estanho, zinco e suas ligas.	46.866	70.478	—	23.612	0,84	1,18
Cobre e níquel e suas ligas.	18.898	100.449	—	81.551	0,34	1,69
Ferro e aço e suas ligas.	1.118.234	2.105.309	—	987.075	19,98	35,36
Ouro, platina e prata e suas ligas.	802	2.317	—	1.515	0,01	0,04

IV — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE PORTO ALEGRE
ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

a) POR CLASSES DA TARIFA
JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Classes da tarifa	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sôbre o total		
	1940	1939		1940	1939	
Metaloídes e vários metais.	4.000	5.093	—	1.093	0,07	0,09
Matérias primas, não classificadas para as indústrias e preparações diversas para perfumarias, tintu- rarias, curtume e outros usos...	82.230	299.810	—	217.580	1,47	5,04
Produtos químicos inorgânicos e or- gânicos.	385.443	179.188	+	206.255	6,89	3,01
Drogas, medicamentos químicos e preparações farmacêuticas, dieté- ticas e outras de uso em medi- cina.	7.375	24.113	—	16.738	0,13	0,41
Armamento e outras obras de armei- ro, objetos de munição e petre- chos de guerra	—	7.767	—	7.767	—	0,13
Obras de cutelaria e seus acessórios..	989	15.585	—	14.596	0,02	0,26
Relojoaria.	12.901	37.123	—	24.222	0,23	0,62
Aparelhos, instrumentos, máquinas e objetos físicos, químicos, matemá- ticos e óticos.	129.504	196.207	—	66.703	2,31	3,30
Aparelhos, instrumentos e objetos de cirurgia.	3.124	18.832	—	15.708	0,06	0,32
Instrumentos de música e seus per- tences.	13.209	26.317	—	13.108	0,24	0,44
Veículos, seus acessórios e pertences.	84.642	267.860	—	183.218	1,51	4,50
Máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios diversos.	157.684	413.712	—	256.028	2,82	6,95
Vários artigos.	27.146	93.761	—	66.615	0,49	1,57
Reduções de direitos, diferenças en- globadas, falta de volumes, arre- matações, mercadorias omissas, extraviadas e outras sem deter- minação de classe.	159.308	97.274	+	62.034	2,85	1,63
Total.	5.596.977	5.953.562	—	356.585	100,00	100,00

IV — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE PORTO ALEGRE
ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

b) POR PAÍSES DE PROCEDÊNCIA
JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939

(Milréis)

Procedências	1940	1939	Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
				1940	1939
Alemanha.	166.626	2.476.457	— 2.309.831	2,98	41,60
Argentina.	810.931	982.702	— 171.771	14,49	16,50
Belgica.	264.119	529.089	— 264.970	4,72	8,89
Chile.	4.000	4.087	— 87	0,07	0,07
China.	—	640	— 640	—	0,01
Colombia.	7.371	—	+ 7.371	0,13	—
Dinamarca.	6.947	8.879	— 1.932	0,12	0,15
Egito.	—	14	— 14	—	—
Espanha.	68	—	+ 68	—	—
Estados Unidos.	3.433.926	772.654	+ 2.661.272	61,35	12,98
França.	33.022	353.043	— 320.021	0,59	5,93
Grã Bretanha.	403.850	328.060	+ 75.790	7,22	5,51
Holanda.	26.254	76.042	— 49.788	0,47	1,28
Hungria.	4.484	9.555	— 5.071	0,08	0,16
Italia.	41.671	48.924	— 7.253	0,75	0,82
Iugo Slávia.	—	41.481	— 41.481	—	0,70
Japão.	60.591	14.055	+ 46.536	1,08	0,23
Luxemburgo.	—	22.436	— 22.436	—	0,38
Mexico.	1.886	—	+ 1.886	0,03	—
Noruega.	5.423	1.267	+ 4.156	0,10	0,02
Paraguai.	7	—	+ 7	—	—
Polônia.	9	—	+ 9	—	—
Portugal.	60.208	43.563	+ 16.645	1,08	0,73

IV — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE PORTO ALEGRE
 ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
 b) POR PAÍSES DE PROCEDÊNCIA
 JANEIRO A FEVEREIRO — 1940-1939
 (Milréis)

Procedências	1940	1939	Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
				1940	1939
POSSESSÕES BRITANICAS:					
Canadá.	53.691	21.303	+ 32.388	0,96	0,36
India.	31.661	—	+ 31.661	0,57	—
OUTRAS POSSESSÕES BRITANICAS:					
Na Africa.	—	406	— 406	—	0,01
Na Asia.	—	60.047	— 60.047	—	1,01
POSSESSÕES FRANCESAS:					
Na Africa.	—	1.494	— 1.494	—	0,02
POSSESSÕES HOLANDESAS:					
Na Asia.	46.682	—	+ 46.682	0,83	—
Na Oceania.	—	583	— 583	—	0,01
Suecia.	90.384	55.198	+ 35.186	1,61	0,93
Suissa.	23.786	32.270	— 8.484	0,43	0,54
Tchecoslovaquia.	—	33.567	— 33.567	—	0,56
Uruguai.	3.068	14	+ 3.054	0,05	—
Procedências não declaradas.	16.312	35.732	— 19.420	0,29	0,60
Total.	5.596.977	5.953.562	— 356.585	100,00	100,00



**Atos relativos á arrecadação
e fiscalização das
RENDAS ADUANEIRAS**

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO-LEI N.º 2.006, de 8 de Fevereiro de 1940
(D. O. 10-2-40)

Modifica a tabela de emolumentos consulares a que se refere o Decreto-lei n.º 1.330, de 7 de junho de 1939

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando que, embora dispensadas, para fins aduaneiros, as faturas consulares e comercial de valor inferior a vinte e cinco dólares, ouro, na conformidade do que estabelece o art. 4.º, letra b, do Decreto n.º 22.717, de 16 de maio de 1933, as faturas comerciais e outros documentos, de qualquer valor, são imprescindíveis ao controle da Fiscalização Bancária e ficam, por isso, obrigados à legalização consular; e

Considerando que a tabela de emolumentos consulares vigente não exclue do pagamento das respectivas taxas tais documentos, ainda que de pequenos valores, constituindo essa exigência, nesse caso, pesado onus aos interessados, decreta :

Art. 1.º O n.º 54, letra b, da tabela de emolumentos consulares, aprovada pelo Decreto-lei n.º 1.330, de 7 de junho de 1939, fica modificado pela forma abaixo :

54. Reconhecimento de assinatura ou legalização de documento não passado no Consulado :

b) Quando destinado à fiscalização bancária, para a transferência de cambiais do Brasil para o estrangeiro :

De valor até 500\$0, moeda brasileira, papel.	isento
De valor superior a 500\$0, até 1:000\$0	1\$5
De valor superior a 1:000\$.	3\$0

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1940, 119º da Independência e 52º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 2.016 — De 14 de Fevereiro de 1940
(D. O. 16-2-40)

Dispõe sobre o registro de jornais e revistas e fiscalização do papel com linhas d'água destinado à imprensa, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição e, tendo em vista as medidas estabelecidas pelo Decreto-lei n.º 1.938, de 30 de Dezembro de 1939, para concessão de favores às empresas jornalísticas do país, decreta :

CAPÍTULO I

DO PAPEL DE IMPRENSA E DO REGISTRO DAS EMPRESAS JORNALÍSTICAS

Art. 1.º O papel comum, branco ou de cor, áspero dos dois lados, calandrado, **couché**, assetinado ou liso, que contenha em toda sua largura ou comprimento linhas d'água **vergé**, de cinco em cinco centímetros, ou contenha o nome do jornal a que se destina, de vinte em vinte centímetros, será despachado nas alfândegas mediante depósito dos direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, na forma do art. 2.º do Decreto-lei n. 1.938, de 30 de dezembro de 1939, ou, em casos excepcionais, mediante assinatura de termo de responsabilidade, pelo importador, independentemente de qualquer outra exigência.

§ 1.º A autorização para assinar esse termo de responsabilidade ou para a sua baixa é da competência exclusiva do Departamento de Imprensa e Propaganda.

§ 2.º Essa autorização ou baixa, no caso de jornais ou revistas que circulem nos Estados, será solicitada por telegrama ao referido Departamento, que as despachará com a maior urgência e comunicará também por telegrama o que for decidido às alfândegas ou delegacias fiscais respectivas.

Art. 2.º As sociedades, firmas ou indivíduos responsáveis pela exploração da indústria do jornal ou de revistas, de natureza exclusivamente publicitária, nela não se incluindo os órgãos de classe ou de propaganda de laboratórios, sociedades comerciais, indústrias ou agrícolas, companhias de seguros, de terrenos, etc., para que possam funcionar no País e gozar dos favores da restituição dos direitos e demais taxas aduaneiras depositados pelo

papel que empregarem, deverão observar as seguintes exigências e formalidades :

I — Prova de se achar matriculado o periódico no Cartório de Títulos e Documentos e o título do jornal ou revista depositado no Departamento Nacional de Propriedade Industrial;

II — Autorização para circular, concedida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda;

III — Registrar o jornal ou revista na alfândega pela qual tiver de ser feita a importação do papel a empregar, constando do respectivo requerimento :

a) nome do proprietário ou responsável civil pela empresa e do diretor e secretário do órgão de publicidade;

b) sede da redação, com indicação da rua e número, si houver;

c) sede das oficinas de impressão, com o nome e residência do proprietário;

d) quantidade de exemplares de cada edição, qualidade do papel empregado e quantidade, em quilogramas, necessária para o consumo num ano;

e) formato das máquinas de impressão, dimensão do papel empregado, produção horária média, forma de circulação, si diário, semanal, etc., hora em que começa a impressão ou dias em que é feita, quando não se tratar de diários;

f) juntada de um exemplar do jornal ou revista, salvo quando tiverem eles de iniciar a circulação, não incidindo na lei do selo essa juntada.

CAPÍTULO II

DAS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS JORNALÍSTICAS

Art. 3.º Para obtenção do registro na alfândega, obrigam-se os responsáveis pelos órgãos de publicidade a :

I — Assinar, com fiador idôneo, exceto si tiver oficinas próprias, termo de responsabilidade em que se submete a todas as exigências fiscais, concernentes à boa aplicação do papel adquirido ou importado e ao pagamento dos direitos, si exigidos, ou de multas, quando impostas :

II — Remeter à fiscalização do Papel, nas alfândegas, dentro das primeiras 24 horas em que circular o jornal ou revista, por meio de protocolo, quanto aos que circulam na sede da repartição fiscal e em registro, pelo Correio, quanto aos demais, 2 exemplares de cada edição com a declaração do número de exemplares impressos;

III — Escriutar o papel adquirido ou importado em um livro cujo modelo acompanha o presente decreto-lei, devendo a respectiva escrita ser

apresentada, inteiramente em dia, até 15 de cada mês, para ser visada pela Fiscalização do Papel ;

IV — Facilitar o exame completo da edição do ano anterior, sem prejuízo da remessa à Fiscalização do Papel, nas alfândegas, dos exemplares referidos na regra II;

V — Comunicar à Fiscalização do Papel, com antecedência de 24 horas, a conclusão da impressão do jornal ou revista quando não se tratar de diários, não podendo a publicação ser distribuída aos leitores e assinantes sem prévia autorização da Fiscalização;

VI — Comunicar ao Departamento de Imprensa e Propaganda e à Fiscalização do Papel nas alfândegas, as alterações que se verificarem na empresa ou na sua representação.

Parágrafo único. No caso de empresas jornalísticas que adquirirem papel às firmas para isso devidamente registradas, o termo de responsabilidade, a que se refere o art. 1.º deste decreto-lei, será assinado mensalmente, na base do duodécimo da quantidade de papel constante do registro na alfândega, para aplicação no correr do ano, e nessa base também será realizado o depósito dos direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, ali referidas.

Art. 4.º As empresas jornalísticas são obrigadas a publicar o jornal ou revista com todas as páginas numeradas uma a uma, sempre a partir de 1 em cada edição, datadas e com a declaração do respectivo título.

Art. 5.º Si o papel importado por jornal ou revista, devidamente registrado, não fôr depositado nas suas oficinas impressoras ou depósitos de sua propriedade, a retirada do armazem ou trapiche em que estiver guardado dependerá de guia assinada por pessoa cuja firma conste do registro da alfândega e faça parte da administração da empresa jornalística, devendo ainda essa guia ser visada pelo fiscal do papel.

Parágrafo único. Nos casos de fornecimento por companhias para esse fim autorizadas, as guias de retirada de papel não poderão ultrapassar a quantidade suficiente para oito dias, si se tratar de diários, ou para uma única edição si de outros periódicos.

Art. 6.º Nenhum jornal ou revista poderá renovar o registro anual nas Alfândegas sem que tenha reguerido até 15 de janeiro a comprovação do papel aplicado no ano anterior e sem estar quite de multas ou penalidades em que haja incorrido, além da prova de ter obtido do Departamento de Imprensa e Propaganda autorização para continuar circulando.

Art. 7.º As empresas jornalísticas devem remeter, até o dia 15 de cada mês, à Fiscalização do Papel, nas Alfândegas, uma demonstração das aparas vendidas, assim como do papel inutilizado, ou empregado no serviço do jornal.

§ 1.º No caso de venda das aparas ou papel inutilizado, é obrigatória a indicação da firma compradora, bem como junta de uma via da respectiva nota de venda.

§ 2.º Entende-se como papel empregado nos serviços do jornal o que fôr aproveitado em laudas para a redação de artigos, notícias, reportagens, etc., ou empregado no empacotamento e embalagem para as remessas aos assinantes.

CAPÍTULO III

DAS FIRMAS OU COMPANHIAS FORNECEDORAS DE PAPEL

Art. 8.º A's empresas legalmente estabelecidas no Brasil, como representantes de fábricas de papel com sede no estrangeiro, é facultado o despacho livre de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras do papel com linhas ou marca d'água, ficando as mesmas consideradas como simples depositárias da mercadoria.

Art. 9.º Para que possam gozar dessa regalia devem tais empresas satisfazer as seguintes condições:

a) prova da existência legal e da representação;

b) prova de capital realizado mínimo de.... 500:000\$0;

c) depositar na Tesouraria da Alfândega em que se registrar para fornecer papel à Imprensa uma caução em dinheiro de 50:000\$0, como garantia dos direitos a que fôr obrigada por ventura a pagar ou das multas em que vier a incorrer;

d) depositar, trimestralmente, nos cofres da Alfândega, a quantia de 4:500\$0, destinada ao pagamento dos funcionários aduaneiros incumbidos de fiscalizá-las;

e) sujeitar-se às exigências, formalidades e sanções constantes do presente decreto-lei, mesmo as que se refiram a empresas jornalísticas;

f) possuir depósito próprio ou alugado, onde armazenem, exclusivamente, todo o papel retirado da Alfândega;

g) só vender o papel assim despachado a empresas jornalísticas, devidamente registradas, mediante guias em triplicata, assinadas pelo adquirente e processadas na Fiscalização do Papel;

h) enviar quinzenalmente à Fiscalização do Papel uma demonstração dos saldos em depósito,

com especificação das qualidades, peso e dimensões das bobinas e fardos.

Art. 10. Qualquer infração pelas referidas empresas ou companhias dos dispositivos deste decreto-lei implicará no cancelamento sumário da concessão obtida, perda do depósito na Alfândega, além de outras penalidades cominadas neste decreto-lei.

CAPÍTULO IV

DAS FÁBRICAS DE PAPEL QUE EMPREGAM APARAS OU MANTAS

Art. 11. O papel inutilizado ou as aparas, sómente podem ser vendidos a fábricas que os empreguem como matéria prima e preencham as seguintes exigências:

a) registrar-se na Alfândega como compradores de restos de papel de imprensa, indicando a sede do depósito e da fábrica;

b) submeter-se à fiscalização aduaneira, para o que depositará trimestralmente, na Tesouraria da Alfândega, a importância de 1:500\$0 para atender a essa fiscalização e assinará termo de responsabilidade pela aplicação das aparas de papel;

c) remeter, quinzenalmente, à Fiscalização do Papel, nas Alfândegas em que estiverem registradas, uma relação do papel inservível ou aparas adquiridos, com indicação do nome do jornal vendedor, quantidade e qualidade do papel e preço da compra;

d) depositar o papel assim adquirido em armazem de sua propriedade ou alugado em seu nome, não sendo permitido misturá-lo com o de outras procedências.

Art. 12. As mantas ou restos de bobinas podem ser vendidos a jornais devidamente registrados e impressos em máquinas planas, afim de aproveitá-los na respectiva impressão, dependendo essa transação do depósito prévio dos direitos e taxas aduaneiras, ou assinatura de termo de responsabilidade pelo adquirente, na forma do art. 1º e de assistência fiscal obrigatória, para verificação do estado e peso das mantas, que só podem ser vendidas como saírem das bobinas. O funcionário da Fiscalização incumbido desse serviço extraordinário terá uma remuneração de 25\$0, por dia, pagos pelo vendedor e depositados nos cofres da Alfândega em nome desse funcionário.

Art. 13. Cada jornal poderá aproveitar, como aparas incluindo o papel inutilizado, até 5% da quantidade aplicada e as revistas até 7%, devidamente comprovados.

CAPÍTULO V

DA FISCALIZAÇÃO DO PAPEL DE IMPRENSA

Art. 14. A Fiscalização do papel de imprensa, nas Alfândegas, cabe ao Chefe do Serviço de Isenção de Direitos.

Art. 15. Compete ao Chefe da Fiscalização do Papel :

a) solicitar da Inspetoria da Alfândega os auxiliares de que vier a necessitar;

b) velar para que tenha exata aplicação o presente decreto-lei e outros dispositivos regulamentares que digam respeito à aquisição e aplicação do papel estrangeiro para a imprensa e não o contrariem;

c) autorizar as empresas fornecedoras de papel estrangeiro, devidamente registradas, a entregar as aquisições feitas na forma e segundo os termos deste decreto-lei;

d) entender-se diretamente com o Departamento de Imprensa e Propaganda, no que fôr atinente ao papel para a imprensa, como representante, junto a este, do Ministério da Fazenda, dando ciência ao Inspetor da Alfândega, de tudo que ocorrer;

e) solicitar do Ministério da Fazenda, por intermedio da Inspetoria da Alfândega, as providências indispensáveis à boa marcha da Fiscalização e aos demais assuntos a ela referentes ;

f) fornecer à Inspetoria da Alfândega todos os elementos pela mesma julgados indispensáveis à boa norma da administração.

Art. 16. A Fiscalização do Papel de Imprensa, na Alfândega do Rio de Janeiro, para o fim de facilitar a ação centralizadora do Departamento de Imprensa e Propaganda, terá a seu cargo também o registro geral de todos os jornais ou revistas que circulam no país, devendo, para esse fim, as demais Alfândegas ou as Delegacias Fiscais disso incumbidas, no prazo de quinze (15) dias após a concessão do registro a qualquer periódico, enviar à Fiscalização o respectivo processado.

Art. 17. O registro de qualquer jornal ou revista deve ser comunicado pelos Inspetores das Alfândegas ou Delegacias Fiscais ao Departamento de Imprensa e Propaganda, 24 horas após a sua ultimação, com a indicação do nome do seu responsável, qualidade e quantidade do papel empregado num ano, si possui oficinas próprias e como circula, si diariamente, semanalmente, etc.

Art. 18. Incumbe ainda às repartições encarregadas da fiscalização do papel de imprensa:

a) pelo menos uma vez por semana verificar a tiragem dos jornais diários, e, quando entendam conveniente, as dos demais;

b) comunicar o resultado dessas verificações ao Departamento de Imprensa e Propaganda, com a indicação do número de exemplares impressos e o peso de cada um.

Parágrafo único. As repartições nos Estados além da comunicação, por telegrama, ao D. I. P. também enviarão os mesmos dados à Fiscalização do Papel na Alfândega do Rio de Janeiro, bem como as alterações que se verifiquem no registro dos jornais ou revistas, cabendo a esta última fazer de todas essas ocorrências as respectivas averbações no livro competente.

CAPÍTULO VI

DAS MULTAS E OUTRAS FINALIDADES

Art. 19. Aos que infringirem os dispositivos do presente decreto-lei serão aplicadas pela Inspetoria da Alfândega as seguintes penalidades, além do pagamento dos direitos devidos segundo a Tarifa das Alfândegas:

I — Multa igual aos direitos:

a) aos que, sem prévia autorização da autoridade competente, cederem, doarem ou venderem a terceiros, que tenham ou não igual concessão, papel despachado com os favores deste decreto-lei, ou o empreguem em proveito individual ou de outrem, desviando-o, assim, do fim para que foi importado;

b) aos que, para obtenção dos favores constantes deste decreto-lei, usarem de falsidade nas provas de importação direta do papel;

c) aos que não tiverem a escrita exigida ou que a tenham organizada deficientemente, ou com irregularidades que revelem fraude ou desvio de papel;

d) aos que despacharem papel usando do nome de jornais ou revistas, para obtenção dos favores fiscais, concomitantemente com a empresa jornalística que nisso tiver consentido, além das penas criminais em que possam incorrer;

e) aos que, nas comprovações do papel aplicado, não justifiquem as divergências para mais ou para menos, recaindo a cobrança dos direitos em dobro sobre as diferenças ou excessos apurados.

II — Incorrem em multa:

a) de 5:000\$0 a 10:000\$0 as empresas jornalís-

ticas que imprimirem jornais ou revistas em papel com linhas d'água, sem prévia autorização da Alfândega;

b) de 500\$0 a 5:000\$0:

1) os responsáveis por jornais ou revistas impressos em papel com linhas d'água sem que hajam obtido o necessário registro na Alfândega, além do pagamento dos direitos integrais pelo papel empregado;

2) os proprietários de tipografias que imprimirem jornais ou revistas em papel de imprensa sem estarem registradas para esse fim;

3) os responsáveis por trapiches ou armazens e as firmas autorizadas a fornecer papel aos jornais e revistas que infringirem o art. 5.º e seu parágrafo único;

c) de 200\$0 a 2:000\$0:

1) as empresas jornalísticas que retirarem dos armazens ou depósitos papel para imprensa sem prévia autorização da Alfândega, além do pagamento dos direitos integrais, sendo, na reincidência cassado o registro respectivo;

2) os que guardarem ou utilizarem papel para imprensa sem estarem para isso autorizados, além da apreensão e inutilização do papel assim encontrado;

d) de 100\$ a 1:000\$ as fábricas de papel que deixarem de cumprir o disposto na alínea c do art. 11 e as empresas jornalísticas que não fizerem a declaração exigida no art. 29;

e) de 50\$0 a 200\$0:

1) os que infringirem as regras II, III e V do art. 3.º e os que transferirem papel de um depósito para outro sem previo aviso à Alfândega;

2) os que, apesar do aviso à Fiscalização do Papel, para verificação da tiragem, em cumprimento à regra V do art. 3.º, não apresentarem na ocasião ao funcionário designado para verificar a tiragem, o jornal ou revista devidamente preparados para verificação e contagem, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado.

Art. 20. Aos que não requererem a comprovação da boa aplicação do papel no ano anterior dentro do prazo estabelecido no art. 6.º será imposta, pelo Chefe da repartição, a multa de 10% sobre os direitos integrais do papel despachado com os favores deste decreto-lei, sem prejuízo de quaisquer outras penalidades em que venham a incorrer.

Art. 21. As infrações de disposições deste decreto-lei para as quais não tenha sido expressamente cominada qualquer penalidade serão punidas com multa de 500\$0 a 10:000\$.

Art. 22. Em caso de reincidência as multas serão impostas no máximo e as que já o tenham sido

no máximo, deverão ser impostas no dobro, sem prejuízo do que prescreve o art. 189 da Nova Consolidação das Alfândegas e Mesas de Rendas.

Art. 23. As multas referidas neste decreto-lei serão sempre cobradas no dobro, exceto aquelas que, por lei, já assim tenham sido estabelecidas.

Parágrafo único. Os funcionários ou particulares de cujo esforço, interferência ou ação fiscal decorra a imposição de qualquer multa, terão direito à metade das importâncias efetivamente arrecadadas, com exceção daqueles que a impuzerem ou confirmarem.

Art. 24. No caso de posse, guarda ou emprego indevidos de papel com linhas d'água, o funcionário que isso verificar procederá à apreensão do papel, lavrando o competente auto, que será presente ao Inspetor da Alfândega, com o parecer do Chefe da Fiscalização do Papel; a mercadoria apreendida será recolhida à Alfândega e o auto apresentado ao Inspetor, que dará ao autuado o prazo de vinte (20) dias para defesa findo o qual será o processo julgado.

CAPÍTULO VII

DOS RECURSOS

Art. 25. Das decisões contrárias aos interessados caberá recurso para o Conselho Superior de Tarifa, dentro do prazo de vinte (20) dias a contar da ciência, ou da recepção da comunicação, quando esta for feita pelo Correio, sob registro, com aviso de resposta.

Parágrafo único. Si não fôr encontrado o infrator, para cientificar-se da penalidade imposta, será publicado edital, com o prazo de trinta (30) dias.

Art. 26. Recurso algum será encaminhado sem o prévio depósito da quantia reclamada, salvo quando se tratar de importância superior a 5:000\$0, hipótese em que poderá ser permitido termo de responsabilidade, com fiador idôneo.

Art. 27. O pedido de reconsideração ou qualquer outro processo interlocutório não interrompe o prazo de 20 dias estabelecido tanto para apresentação do recurso como para o depósito da importância em litígio ou assinatura do termo de responsabilidade.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. Nos primeiros quinze (15) dias de janeiro de cada ano, enquanto não tiver sido ultimado o processo de renovação de registro nas Alfândegas, é facultada a aquisição ou despacho de papel de imprensa pelas empresas jornalísticas na

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

base do empregado no ano anterior, mediante assinatura de um termo de responsabilidade provisório, que responda pelo recolhimento imediato dos direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, no caso de o Departamento de Imprensa e Propaganda vir a recusar a autorização para o periódico continuar a circular.

Art. 29. Para cumprimento do disposto no art. 5.º, é obrigatório por ocasião de ser processado o despacho de papel importado pelas empresas jornalísticas a declaração do local onde vai ser depositado o mesmo papel.

Art. 30. A Alfândega poderá permitir que um jornal ceda papel a outro, desde que fique provada a impossibilidade de fornecimento, na ocasião, pelas firmas devidamente registradas.

Art. 31. Também, em casos excepcionais e quando comprovada a inexistência de papel com as medidas necessárias, poderá a Alfândega permitir o corte de bobinas, mediante assistência de um funcionário da Fiscalização do Papel, ao qual será atribuída uma remuneração extraordinária, arbitrada pelo Inspetor da Alfândega ou Delegado Fiscal e depositada pela empresa que solicitar essa operação.

Art. 32. No ano de 1940 ficam autorizados os Inspetores das Alfândegas a conceder, a título precário e sem a prévia autorização do Departamento de Imprensa e Propaganda, o registro de jornais e revistas que já vinham circulando em 1939, com licença do Ministério da Justiça, devendo, no entanto, os processos de registro, no prazo de dez (10) dias, ser encaminhados ao Diretor Geral do D.I.P., que os devolverá dentro de sessenta (60) dias, concedendo ou não a autorização para circular.

Parágrafo único. Caso não seja mantida a autorização para continuar circulando, fica sem efeito o registro do jornal ou revista para o correr do ano, cobrando-se os direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras do papel consumido.

Art. 33. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1940, 119º da Independência e 52º da República.

GETÚLIO VARGAS.

DESPACHO DE S. EXCIA. O SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

— Foi adotado o seguinte parecer do Sr. Ministro da Fazenda :

“V. Ex., tomando conhecimento do processo encaminhado com o parecer deste Ministério, numero 108, de 21 de janeiro de 1939, referente ao recurso interposto pelo representante da Fazenda junto ao Conselho Superior de Tarifa, do ato dessa Câmara julgadora constante de seu acordão numero 464, de 26 de maio de 1938, reconsiderando sua anterior resolução, para autorizar a restituição da importância de 68:430\$0, pretendida por Jesus B. Vieira, correspondente à diferença de taxa ouro no pagamento de duas partidas de sal grosso, vindas de Cadiz pelos vapores “Izabran” e “Kemel”, em 1933 e processadas na Alfândega do Rio Grande, mandou que se proceda de acordo com o parecer emitido sobre o assunto, pelo Sr. Consultor Geral da República.

Esse superior julgado implica na reforma do mencionado acordão, para o restabelecimento do anterior, mantendo a decisão da autoridade julgadora de primeira instância, que considerou indevida a restituição reclamarada.

Ciente dessa resolução, intercedem os interes-

sados perante este Ministério no sentido de ser novamente encaminhado à consideração superior o pedido que fazem, baseados no principio da equidade, de reconsideração do citado despacho, afim de lhes ser deferida a restituição pleiteada.

No anterior encaminhamento do processo, informou este Ministério que, embora o conhecimento marítimo referente à partida de sal conduzida pelo vapor “Izabran” esteja datado de 28 de novembro de 1933, o embarque dessa mercadoria ficara concluído em 22 do mesmo mês, conforme se constata do certificado expedido pelo portador do sal e ratificado pelo comandante da embarcação no respectivo termo de entrada.

Com esse fundamento reconheceu o Ministério da Fazenda caber direito aos requerentes à restituição correspondente à diferença de taxa ouro relativa ao mencionado embarque.

V. Ex., porém, julgou por bem ouvir a respeito o Sr. Consultor Geral da República, cujo parecer, contrário àquele ponto de vista, fôra aprovado pelo superior despacho de 6 de outubro último.

São desse parecer as considerações a seguir :

“A lei prescreve duas condições essen-

ciais para que o pagamento dos direitos de importação sejam feitos na base anterior ao decreto de extinção do mil-réis ouro:

a) alfandegamento ou embarque da mercadoria antes da publicação do Decreto n.º 23.481;

b) desembaraço da mercadoria até 31 de dezembro de 1933.

A segunda condição foi atendida no processo em debate. O desembaraço da mercadoria efectuou-se antes do termo fixado na lei. A primeira condição, porém, não se objetivou, de maneira a legitimar o pedido de restituição. Com efeito, os documentos essenciais constantes do processo, conhecimento e faturas, demonstram que a mercadoria embarcou no porto de Cadiz em data posterior à publicação do decreto — a 28 de novembro. Pouco importa que a firma interessada tenha obtido atestado, confirmado pelo capitão do navio, de que a mercadoria foi embarcada em data anterior.

O conhecimento, instrumento do contrato de fretamento, tem força probatória, que não pôde ser ilidida, por declarações que lhe alterem a essência. A retificação da data do embarque da mercadoria foi feita pelo capitão do navio, vinte e quatro horas depois da entrada deste no porto do Rio Grande, visivelmente a pedido da firma interessada, porquanto não se compreende que o conhecimento e as faturas consulares em devida forma fixem a data precisa do embarque — 28 de novembro — e este já se houvesse realizado seis dias antes. Seria de certo precedente perigoso aceitar-se para efeitos fiscais a retificação de um documento da ordem e características do conhecimento.

.....

A publicação do decreto foi feita no Estado do Rio Grande do Sul, na edição do jornal oficial de 25 de novembro de 1933. O conhecimento do embarque da mercadoria menciona a data de 28 de novembro. Não está, portanto, o pedido de restituição dentro dos termos do art. 1º do Decreto n. 23.542, de 4 de dezembro de 1933.

Os requerentes, utilizando-se da outorga liberal consignada no Decreto n. 20.848, de 23 de dezembro de 1931, que permite o pedido de reconsideração da decisão de última instância, intercedem novamente no assunto, apelando para a equidade da Superior Autoridade.

Reportam-se ao memorial anterior dirigido a este Ministério, em que declaram que a compra da mercadoria fôra convencionada muito antes da data do Decreto n. 23.264, de 23 de outubro de 1933, que estabeleceu a percepção dos direitos na base de oito mil réis pelo mil réis ouro, com a circunstância de que o carregamento se fizera no desconhecimento da providencia determinada pelo Governo Brasileiro com o referido decreto e ter sido efetuada a respectiva descarga, no porto do destino, antes de 31 de dezembro do mesmo ano, término do prazo estabelecido pelo Decreto n. 23.542, de 4 de dezembro de 1933.

Diz tratar-se de mercadoria conduzida a granel, que não podia, por isso, ser de pronto recebida a bordo, com a circunstância ainda de provir a fatura de Londres, séde da firma transacionadora do sal, o que resultou no retardamento da expedição dos respectivos documentos.

Argumenta ainda com a jurisprudência administrativa, segundo a qual têm sido excluídas das alterações regulamentares as mercadorias encomendadas anteriormente à modificação da lei, como se vê da circular deste Ministério, n. 97, de 29 de agosto de 1933, transcrita às fls. 81 deste processo, procurando desse modo amparar o seu pedido, justificando a equidade impetrada.

O conhecimento marítimo representa o recibo, dado pelo comandante da embarcação ao embarcador da mercadoria, de que esta fôra recebida a bordo para o respectivo transporte, valendo, assim, como documento probante desse embarque e de propriedade da mercadoria; mas, nem por isso, deixa de ser susceptível de modificação, sendo um dos meios usados para isso o facultado aos capitães dos navios pelo art. 353, da Consolidação das Leis das Alfândegas, assim expresso :

“No mesmo dia ou no dia seguinte, dentro do improrrogável prazo de 24 horas úteis, o capitão ou mestre comparecerá à presença do inspector e aí ratificará as declarações que houver feito na ocasião da visita da entrada; lavrando-se disto termo em que se mencionarão a data da entrada e todas as circunstâncias exigidas pelo art. 351, §§ 1º e 2º.

§ 1.º Nessa ocasião, como em qualquer outra, exceto em a de busca ou quando o chefe da repartição tenha tido conhecimento

oficial ou denúncia de fraude, poderá o capitão ou mestre fazer quaisquer declarações sobre a carga do navio.

As que forem relativas a acréscimos serão logo aceitas para o fim de evitar as penas que estabelece o regulamento; quanto às referentes à diminuição, serão na ocasião competentes apreciadas pelo inspector ou administrador e atendidas ou não, segundo sua natureza e circunstância do caso.

§ 2.º No caso de não comparecer na Alfândega o capitão ou mestre, lavrar-se-á o

termo da entrada, fazendo-se expressa menção dessa circunstância, pela qual não fica ele, entretanto, sujeito a penalidade alguma".

Fez aqui reunir todos os elementos do processo que, com o pedido de reconsideração de que se trata, submete à deliberação de vossa excelência.

Acompanha o processo fichado nessa Alfândega sob n. 2.760, de 1938.

(D. O., 12-2-40).

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO DA FAZENDA

CIRCULARES:

— N. 4, de 14 de fevereiro de 1940. — (D. O., 16-2-40).

Declara aos Srs. inspetores de Alfândegas e administradores das Agências Fiscais, para seu conhecimento e devidos fins, haver resolvido permitir, até ulterior deliberação, que as lâminas ou placas de celulose, importadas, para a fabricação de papel, apresentem as perfurações, seja em forma de circunferência, retângulo ou triângulo, de 15 milímetros ou mais de diâmetro, no primeiro caso, e de base, nos demais, dispostas em linhas verticais e horizontais, espaçadas as referidas linhas, numa e noutra direcção, de 12 centímetros ou menos, podendo as partes correspondentes a essas perfurações se conservarem dobradas e aderidas às ditas placas, por pressão ou outro qualquer processo, apresentando, porém, solução de continuidade. As repartições, quando não se verificarem essas condições, e fôr requerido pelos interessados, devem promover a necessária inutilização, de modo que as ditas placas ou lâminas não possam ser aplicadas como papelão, correndo as despesas com esse expediente extraordinário por conta do interessado.

— N.º 5, de 15 de fevereiro de 1940 (D. O., 17-2-40).

Declaro aos Srs. inspetores das Alfândegas e administradores das Agências Fiscais, para seu conhecimento e devidos fins, que o Ministério da Agricultura resolveu tornar obrigatória a prévia autorização do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas, para os despachos aduaneiros de amidos, fécula e farinhas panificáveis, destinados à exportação, cujas normas serão estabelecidas pelo referido Serviço.

DESPACHOS:

— Assim foi decidido o pedido de reconsideração formulado pela Usina de Santa Rita ao acórdão n. 988, em que o Conselho Superior de Tarifas julgou perempto o recurso da primeira para a segunda instância:

"A questão levada ao julgamento do Conselho Superior da Tarifa, em grau de recurso "ex-officio" e por este decidido pelo acórdão n. 988, de 1935, diz respeito à imposição da taxa de armazenagem sobre o material despachado pela firma Flávio Ribeiro Coutinho, pela nota de importação n. 714, de 1932, da Alfândega de João Pessoa.

Não se tratando de um caso de restituição, de vez que o expediente sobre este assunto ficou anulado com o despacho deste Ministério, de fls. 46 v., cabe ao Conselho Superior da Tarifa conhecer do pedido de reconsideração formulado pelo interessado, na conformidade do artigo 176 do decreto n.º 24.036, de 26 de março de 1934, para cujo fim restitua-se-lhe o presente processo".

(D. O., 28-2-40).

— Tendo presente o processo relativo ao recurso interposto pela Societé de Sucreries Brésiliennes, para o Conselho Superior de Tarifa, do ato da Inspetoria da Alfândega de Santos que a obrigou ao recolhimento da taxa portuária de 2% ouro, sobre 52 volumes despachados com isenção e redução de direitos em julho de 1933, assim despachou o Sr. Ministro da Fazenda, conforme publicação contida no "Diário Oficial", de 28 de fevereiro de 1940:

"O recurso anexo refere-se ao ato da Alfândega de Santos, de fls. 22 v., que sujeitou o material despachado pela Societé Sucrerie Brésiliennes para a destilaria de álcool anidro de sua pro-

Diretoria das Rendas Aduaneiras

priedade ao pagamento da taxa de 2%, ouro, para obras do porto.

A autorização para restituição da quantia paga, a que alude a recorrente no final de sua petição, seria uma consequência do julgamento do citado

recurso, não constituindo, assim, o assunto principal da questão.

Nesta conformidade, restitua-se o processo ao Conselho Superior de Tarifa para sôbre o caso exerça sua função julgadora".

EXPEDIENTE DA DIRETORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

CIRCULAR :

— N.º 3, de 13 de fevereiro de 1940 (D. O., 14-2-40).

De conformidade com o resolvido no processo fichado sob número 24.905, de 1939, declaro aos senhores inspetores das Alfândegas e administradores das Mesas de Rendas Alfandegadas, para seu conhecimento e devidos fins, que a Comissão de

Similares, com fundamento no art. 90, letra a, do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, resolveu, em sessão de 25 de fevereiro de 1939 (ata publicada no "Diário Oficial", d 11 de março do mesmo ano), mandar cancelar o registo concedido à Barbará S. A. para "connexões de tubos de ferro fundido, galvanizado, rosqueado, de todos os tipos, tamanhos e feitios", constante das circulares desta Diretoria Geral da Fazenda Nacional de ns. 23 e 39, respectivamente, de 26 de março de 1936 e 10 de novembro de 1937.

EXPEDIENTE DA DIRETORIA DAS RENDAS ADUANEIRAS

CIRCULARES :

— N.º 3, de 8 de fevereiro de 1940 (D. O., 12-2-40).

De conformidade com o despacho do Sr. Ministro da Fazenda, exarado no processo fichado sob n.º 48.617, de 1939, declaro aos senhores inspetores das Alfândegas e chefes das demais repartições aduaneiras, que não mais se torna necessário o recolhimento aos cofres públicos, das comissões devidas aos despachantes aduaneiros pelo desembaraço de mercadorias entradas por cabotagem, quando fôr cometido voluntariamente aos mesmos despachantes tal serviço, que continúa a ser regido pela circular deste Ministério n. 7, de 23 de janeiro de 1932.

— N.º 4, de 8 de fevereiro de 1940 (D. O., 12-2-40).

De conformidade com o resolvido no processo

fichado neste Ministério sob n.º 102.522, de 1939, declaro aos senhores inspetores das Alfândegas e chefes das demais estações aduaneiras do país, para seu conhecimento e devidos fins, que a "Montanha Carbonífera S. A.", adquirente dos direitos da exploração da mina de carvão, manifestada e registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral em nome da Sociedade Carbonífera Mineira e Montanea Ltda., se acha em condições de atender as exigências do Decreto n. 20.089, de 9 de junho de 1931, alterado pelo de n.º 1.828, de 21 de julho de 1937.

—N.º 5, de 20 de fevereiro de 1940 (D. O., 22-2-40).

Declaro aos senhores inspetores das Alfândegas e chefes das demais estações aduaneiras, para seu conhecimento e devidos fins, que, por despacho no processo fichado sob n.º 52.933, de 1939, o Sr. ministro da Fazenda, à vista do parecer unanime do Conselho Superior de Tarifa, resolveu esclarecer que o "fio ou verguinha de cobre, nú ou

coberto, preparado para soldar" tem a mesma classificação tarifária estabelecida para idêntica mercadoria feita de alumínio, pois o aditamento que o Decreto-lei n.º 1.028, de 4 de janeiro de 1939, fez à nota n. 175 ao art. 665 da Tarifa das Alfândegas é extensivo ao art. 771 da dita tarifa, por força da nota número 201 a êste correspondente.

— N.º 6, de 20 de fevereiro de 1940 (D. O. 22-2-40).

Declaro aos senhores inspetores das Alfândegas e chefes das demais estações aduaneiras, para seu conhecimento e devidos efeitos que, por despacho proferido no processo fichado neste ministério sob n.º 11.852, dêste ano, o Exmo. Sr. Presidente da República determinou a inclusão das lampadas elétricas para iluminação entre os objetos de vidro de qualquer espécie sujeitos a quebra, para o fim de gozarem do abatimento previsto no art. 33, § 1.º, das Preliminares da Tarifa das Alfândegas.

Outrossim, declaro que a aludida determinação presidencial se limita às lampadas elétricas

para iluminação e não pode, por extensão, ser aplicada a produto diverso, embora composto de vidro associado a metal ou a outros materiais.

— N.º 7, de 26 de fevereiro de 1940 (D. O., 27-2-40).

Declaro aos senhores inspetores das Alfândegas e chefes das demais estações aduaneiras, para seu conhecimento e devidos fins, que, por despacho de 17 de janeiro último, proferido no processo fichado neste Ministério sob n.º 54.820, de 1939, o Exmo. Sr. Presidente da República resolveu determinar que não mais se apliquem as exigências e obrigações do art. 66 do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, aos importadores dos adubos enumerados nos artigos 83 e 936 da Tarifa das Alfândegas e do papel destinado à embalagem de frutas nacionais a que se refere o art. 17 do dito decreto-lei.

Outrossim, declaro que o aludido despacho presidencial não atinge os importadores dos sacos especiais de que trata também a última das disposições citadas.







MINISTÉRIO DA FAZENDA

DIRETORIA DAS RENDAS ADUANEIRAS

BOLETIM ESTATÍSTICO

MÊS DE MARÇO

1940

24

INDICE

I — ARRECADAÇÃO GERAL

(Informações telegráficas)

1. Discriminadamente pelas Alfândegas

a) Março — 1940-1939	1
b) Janeiro a Março — 1940-1939	2

2. Discriminadamente pelas rubricas orçamentárias

a) Março — 1940-1939	3
b) Janeiro a Março — 1940-1939	4

3. Discriminadamente pelas Alfândegas, segundo as rubricas orçamentárias — Janeiro a Março — 1940-1939

Manaus.	5
Belém.	5
São Luiz	6
Parnaíba.	6
Fortaleza.	7
Natal.	7
João Pessoa.	8
Recife.	8
Maceió.	9
Aracajú.	9
Salvador.	10
Vitória.	10
Rio de Janeiro.	11
Santos.	11
Paranaguá.	12
São Francisco.	12
Florianópolis.	13
Rio Grande.	13
Pelotas.	14
Pôrto Alegre.	14
Livramento.	15
Uruguaiana.	15
Corumbá.	16

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO

1. Arrecadação de direitos de importação para consumo Janeiro a Março — 1940 - 1939	
a) Por classes de tarifa.	17
b) Por procedências.	19
2. Arrecadação do imposto de consumo, discrimina- damente pelas espécies tributadas — Janeiro a Março 1940 - 1939.	20
3. Resumo da importação de mercadorias despachadas com redução e isenção de direitos — Janeiro a Março 1940 - 1939.	22

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS

1. Arrecadação de direitos de importação para consu- mo — Janeiro a Março — 1940 - 1939	
a) Por classes de tarifa.	23
b) Por procedências.	25
2. Arrecadação do imposto de consumo, discrimina- damente pelas espécies tributadas — Janeiro a Março 1940 - 1939.	26

ANEXO

Resumo de importação de mercadorias despachadas com isenção e redução de direitos (1939-1938).	29
---	----

ATOS RELATIVOS A ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS RENDAS ADUANEIRAS

Expediente do Sr. Ministro da Fazenda.	33
Expediente da Diretoria das Rendas Aduaneiras.	34

I — ARRECADAÇÃO GERAL
1. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS
MARÇO — 1940-1939
(Milréis)

Alfândegas	1940	1939	Diferenças em 1940
Manáus.	819.215	961.241	— 142.026
Belém.	2.588.724	3.372.597	— 783.873
São Luiz.	454.457	470.929	— 16.472
Parnaíba.	259.434	194.726	+ 61.708
Fortaleza.	1.349.902	1.672.364	— 322.462
Natal.	301.018	383.412	— 82.394
João Pessoa.	482.640	420.819	+ 61.821
Recife.	7.485.170	9.495.704	— 2.010.531
Maceió.	431.452	427.870	+ 3.582
Aracajú.	317.029	402.057	— 85.028
Salvador.	3.054.331	3.586.765	— 532.434
Vitória.	333.038	317.989	+ 15.049
Rio de Janeiro.	43.862.208	43.375.026	+ 487.182
Santos.	51.218.539	58.917.985	— 4.669.446
Paranaguá.	170.105	592.458	— 359.353
São Francisco.	201.001	346.935	— 145.934
Florianópolis.	292.210	404.174	— 111.964
Rio Grande.	1.844.377	1.860.794	— 16.417
Pelotas.	1.062.173	1.092.853	— 30.680
Pôrto Alegre.	6.625.764	7.882.716	— 1.256.952
Livramento.	574.895	767.027	— 192.132
Uruguaiana.	221.004	160.664	+ 60.340
Corumbá.	273.670	304.054	— 30.384
Total.	127.252.356	137.348.159	— 10.095.803

I — ARRECADAÇÃO GERAL
1. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS
JANEIRO A MARÇO — 1940-1939
(Milréis)

Alfândegas	1940	1939	Diferenças em 1940
Manáus.	1 899.821	2.290.843	— 391.022
Belém.	6 105.751	7.142.323	— 1.036.572
São Luiz.	1.083.561	1.211.831	— 128.267
Parnaíba.	635.352	463.283	+ 172.069
Fortaleza.	4 091.499	4.043.671	+ 47.828
Natal.	692.900	772.269	— 79.369
João Pessoa.	1 206.575	1.312.382	— 105.807
Recife.	21 931.803	20.433.191	+ 1.498.612
Maceió.	1.139.867	1.274.170	— 134.303
Aracajú.	711.485	846.639	— 105.154
Salvador.	9 153.868	9.952.316	— 798.448
Vitória.	724.473	964.017	— 239.574
Rio de Janeiro.	129 621.508	111.709.468	+ 11.912.040
Santos.	168.815.927	144.691.461	+ 24.154.466
Paranaguá.	615.669	1.477.921	— 862.252
São Francisco.	595.557	1.179.898	— 584.341
Florianópolis.	633.936	814.472	— 180.536
Rio Grande.	5 264.791	4.728.817	+ 535.974
Pelotas.	2.668.184	3.160.764	— 492.580
Porto Alegre.	19 656.822	20.651.617	— 994.795
Livramento.	2 252.323	2.004.202	+ 248.121
Uruguaiana.	613.250	459.989	+ 183.261
Corumbá.	557.589	609.842	— 52.253
Total.	380.762.514	345.195.416	+ 35.567.098

I — ARRECADAÇÃO GERAL

2. DISCRIMINADAMENTE PELAS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

MARÇO — 1940 - 1939

(Milréis)

Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	85.036.189	92.619.639	— 7.583.450
Imposto adicional de 10%.	7.673.492	8.004.162	— 330.670
Taxa adicional — (Decr. 300)	172.059	190.259	— 18.200
Expediente das capatazias.	2.481	37.410	— 34.929
Armazenagem.	3.168	11.602	— 8.434
Imposto de docas.	18.470	41.609	— 23.139
Impostos de faróis.	534.226	654.969	— 120.743
Total.	93.440.085	101.559.650	— 8.119.565
Imposto de consumo.	22.131.651	24.550.899	— 2.419.248
Imposto de renda.	771.985	483.291	+ 288.694
Impostos s/atos emanados.	2.604.225	2.362.281	+ 241.944
Rendas patrimoniais.	232.488	219.337	+ 13.151
Rendas industriais.	3.073	4.236	— 1.163
Diversas rendas.	6.932.621	6.873.029	+ 59.592
Total da renda ordinária.	126.116.128	136.052.723	-- 9.936.595
RENDA EXTRAORDINÁRIA	1.136.228	1.295.436	-- 159.208
Total geral.	127.252.356	137.348.159	-- 10.095.803

I — ARRECADAÇÃO GERAL

2. DISCRIMINADAMENTE PELAS RUBRICAS ORÇAMENTARIAS

JANEIRO A MARÇO — 1940-1939

(Milréis)

Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	262.083.112	237.266.277	+ 24.816.835
Imposto adicional de 10%.	23.409.235	20.550.310	+ 2.858.925
Taxa adicional — (Decr. 300).	646.907	711.793	— 64.886
Expediente das capatazias.	54.951	104.934	— 49.980
Armazenagem.	28.872	46.116	— 17.544
Imposto de docas.	75.271	93.903	— 18.632
Imposto de faróis.	1.601.429	1.806.373	— 204.944
Total.	287.899.780	260.580.006	+ 27.319.774
Imposto de consumo.	56.220.999	53.620.579	+ 2.600.420
Imposto de renda.	2.624.209	2.102.946	+ 521.263
Impostos s/atos emanados.	8.410.277	7.201.669	+ 1.208.608
Rendas patrimoniais.	444.772	325.423	+ 119.349
Rendas industriais.	11.456	14.164	— 2.708
Diversas rendas.	21.760.586	18.692.719	+ 3.067.867
Total da renda ordinária.	377.342.079	342.540.506	+ 34.801.573
RENDA EXTRAORDINÁRIA	3.420.435	2.654.910	+ 765.525
Total geral.	380.762.514	345.195.416	+ 35.567.098

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MARÇO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940	
M A N Á U S				
RENDA ORDINÁRIA				
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:				
Direitos de importação para consumo	693.119	1.042.891	—	349.772
Imposto adicional de 10%.	69.698	104.331	—	34.633
Outras rubricas: 3 a 7.	3.200	8.683	—	5.483
Total.	766.017	1.155.905	—	389.888
Imposto de consumo.	931.722	981.157	—	49.435
Imposto de renda.	82.011	37.267	+	44.744
Impostos s/átos emanados.	23.630	28.055	—	4.425
Rendas patrimoniais.	—	—	—	—
Rendas industriais.	75	62	+	13
Diversas rendas.	65.977	65.528	+	449
Total da renda ordinária. . .	1.869.432	2.267.974	—	398.542
RENDA EXTRAORDINÁRIA	30.389	22.869	+	7.520
Total geral.	1.899.821	2.290.843	—	391.022
B E L É M				
RENDA ORDINÁRIA				
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:				
Direitos de importação para consumo	3.076.951	4.236.917	—	1.159.996
Imposto adicional de 10%.	—	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	62.480	59.157	—	—
Total.	3.139.431	4.296.104	+	1.156.673
Imposto de consumo.	2.456.480	2.341.115	+	115.365
Imposto de renda.	73.335	82.468	—	9.133
Impostos s/átos emanados.	151.850	108.346	+	43.504
Rendas patrimoniais.	23.350	20.764	+	2.586
Rendas industriais.	221	602	—	381
Diversas rendas.	186.871	174.371	+	12.500
Total da renda ordinária. . .	6.031.538	7.023.770	—	992.232
RENDA EXTRAORDINÁRIA	74.213	118.553	—	44.340
Total geral.	6.105.751	7.142.323	—	1.036.572

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MARÇO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
S ã O L U I Z			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	286.781	123.829	— 137.048
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	21.836	28.127	— 6.291
Total.	308.617	151.956	— 143.339
Imposto de consumo.	555.965	562.771	— 6.806
Imposto de renda.	19.125	14.629	+ 34.496
Impostos s/átos emanados.	119.918	112.973	+ 6.975
Rendas patrimoniais.	8.799	11.533	— 2.734
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	30.919	51.961	— 21.012
Total da renda ordinária.	1.073.403	1.205.823	— 132.420
RENDA EXTRAORDINÁRIA	10.161	6.008	+ 4.153
Total geral.	1.083.564	1.211.831	— 128.267
P A R N A Í B A			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	251.390	160.694	+ 90.696
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	878	1.778	— 900
Total.	252.268	162.472	+ 89.796
Imposto de consumo.	139.007	111.566	+ 27.441
Imposto de renda.	7.398	9.758	— 2.360
Impostos s/átos emanados.	196.692	116.076	+ 50.616
Rendas patrimoniais.	7.712	610	+ 7.132
Rendas industriais.	63	—	+ 63
Diversas rendas.	21.628	29.219	— 7.591
Total da renda ordinária.	624.798	459.701	+ 165.097
RENDA EXTRAORDINÁRIA	10.554	3.582	+ 6.972
Total geral.	635.352	463.283	+ 172.069

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MARÇO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
F O R T A L E Z A			
REND A ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	2.036.699	2.136.787	— 100.088
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	178.378	236.851	— 58.473
Total.	2.215.077	2.373.638	— 158.561
Imposto de consumo.	1.445.816	1.364.842	+ 80.974
Imposto de renda.	65.589	89.749	— 24.160
Impostos s/átos emanados.	106.746	60.708	+ 46.038
Rendas patrimoniais.	14.713	14.922	— 209
Rendas industriais.	215	316	— 101
Diversas rendas.	207.070	115.923	+ 91.147
Total da renda ordinária. . .	4.055.226	4.020.098	+ 35.128
REND A EXTRAORDINÁRIA	36.273	23.573	+ 12.700
Total geral.	4.091.499	4.043.671	+ 47.828
N A T A L			
REND A ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	162.562	202.075	— 39.513
Imposto adicional de 10%.	16.257	25.835	— 9.578
Outras rubricas: 3 a 7.	14.400	21.125	— 6.725
Total.	193.219	249.035	— 55.816
Imposto de consumo.	273.466	274.486	— 1.020
Imposto de renda.	1.249	9.034	— 7.785
Impostos s/átos emanados.	78.631	175.345	— 96.714
Rendas patrimoniais.	4.412	4.693	— 281
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	34.188	36.806	— 2.618
Total da renda ordinária. . .	585.165	749.399	— 164.234
REND A EXTRAORDINÁRIA	107.735	22.870	+ 84.865
Total geral.	692.900	772.269	— 79.369

I -- ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MARÇO — 1940-1939

(Mil reis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
JOÃO PESSÔA			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo (imposto adicional de 10%	231.195	344.057	— 62.862
Outras rubricas: 3 a 7.	12.800	13.122	— 322
Total.	293.995	357.179	— 63.184
Imposto de consumo.	726.308	750.118	— 24.140
Imposto de renda.	41.362	33.709	+ 7.653
Impostos s/âtos emanados.	40.206	38.003	+ 2.203
Rendas patrimoniais.	18.239	15.397	+ 2.842
Rendas industriais.	8	18	— 10
Diversas rendas.	71.185	99.446	— 28.261
Total da renda ordinária.	1.191.303	1.294.200	— 102.897
RENDA EXTRAORDINÁRIA	15.272	18.182	— 2.910
Total geral.	1.206.575	1.312.382	— 105.807
R E C I F E			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	13.267.221	12.529.908	+ 737.316
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	126.071	126.876	+ 805
Total.	13.393.295	12.656.784	+ 736.511
Imposto de consumo.	6.316.423	5.967.511	+ 348.912
Imposto de renda.	98.549	132.567	— 34.018
Impostos s/âtos emanados.	321.795	182.806	+ 138.989
Rendas patrimoniais.	167.195	153.789	+ 13.406
Rendas industriais.	327	140	+ 187
Diversas rendas.	1.373.977	1.104.190	+ 269.787
Total da renda ordinária.	21.671.561	20.197.787	+ 1.473.774
RENDA EXTRAORDINÁRIA	260.242	235.404	+ 24.838
Total geral.	21.931.803	20.433.191	+ 1.498.612

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DICRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MARÇO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
M A C E I Ó			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	328.132	475.409	— 117.277
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	30.332	32.209	— 1.877
Total.	358.464	507.618	— 149.154
Imposto de consumo.	378.208	378.443	— 235
Imposto de renda.	23.509	23.539	— 30
Impostos s/átos emanados.	185.799	176.496	+ 9.303
Rendas patrimoniais.	5.041	2.266	+ 2.775
Rendas industriais.	159	78	+ 81
Diversas rendas.	182.561	179.163	+ 3.398
Total da renda ordinária.	1.133.741	1.267.603	— 133.862
RENDA EXTRAORDINÁRIA	6.126	6.567	— 441
Total geral.	1.139.867	1.274.170	— 134.303
A R A C A J Ú			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	69.559	139.604	— 70.045
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	2.069	817	+ 1.252
Total.	71.628	140.421	— 68.793
Imposto de consumo.	443.576	483.811	— 40.235
Imposto de renda.	1.904	3.500	— 1.596
Impostos s/átos emanados.	161.560	122.880	+ 38.680
Rendas patrimoniais.	6.585	9.466	— 2.881
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	50.660	81.783	— 31.123
Total da renda ordinária.	735.913	841.861	— 105.948
RENDA EXTRAORDINÁRIA	5.572	4.778	+ 794
Total geral.	741.485	846.639	— 105.154

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MARÇO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
SALVADOR			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	3.698.689	4.488.836	— 790.147
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	91.025	87.334	+ 3.691
Total.	3.789.714	4.576.170	— 786.456
Imposto de consumo.	3.051.945	3.224.796	— 169.851
Imposto de renda.	279.540	501.169	— 221.629
Impostos s/átos emanados.	630.500	501.816	+ 128.684
Rendas patrimoniais.	43.195	43.990	— 795
Rendas industriais.	354	543	— 189
Diversas rendas.	648.351	816.595	— 168.244
Total da renda ordinária.	8.446.599	9.665.079	— 1.218.480
RENDA EXTRAORDINÁRIA	707.269	287.237	+ 420.032
Total geral.	9.153.868	9.952.316	— 798.448
VITÓRIA			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	11.336	256.189	— 244.853
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	9.700	23.214	— 13.514
Total.	21.036	279.403	— 258.367
Imposto de consumo.	235.202	354.982	— 119.780
Imposto de renda.	29.911	16.119	+ 13.792
Imposto s/átos emanados.	274.347	247.730	+ 26.617
Rendas patrimoniais.	88.281	17.007	+ 71.274
Rendas industriais.	182	—	+ 182
Diversas rendas.	27.244	37.213	— 9.969
Total da renda ordinária.	676.203	952.454	— 276.251
RENDA EXTRAORDINÁRIA	48.270	11.593	+ 36.677
Total geral.	724.473	964.047	— 239.574

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MARÇO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
RIO DE JANEIRO			
REDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	98.271.406	86.693.109	+ 11.578.297
Imposto adicional de 10%	10.106.790	9.078.270	+ 1.028.520
Outras rubricas: 3 a 7.	614.610	730.807	— 116.197
Total.	108.992.806	96.502.186	+ 12.490.620
Imposto de consumo.	12.261.258	10.811.612	+ 1.449.646
Imposto de renda.	—	—	—
Impostos s/átos emanados.	3.641	3.037	+ 604
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	5.435	7.082	— 1.647
Diversas rendas.	7.526.872	6.199.221	+ 1.027.648
Total da renda ordinária. . .	128.790.012	113.823.141	+ 14.966.871
REDA EXTRAORDINÁRIA	831.496	886.327	— 54.831
Total geral.	129.621.508	114.709.468	+ 14.912.040
S A N T O S			
REDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	126.768.388	108.520.477	+ 18.247.911
Imposto adicional de 10%	13.216.490	11.341.874	+ 1.874.616
Outras rubricas: 3 a 7.	589.968	790.650	— 200.682
Total.	140.574.846	120.653.001	+ 19.921.845
Imposto de consumo.	13.787.454	12.293.253	+ 1.494.201
Imposto de renda.	592.903	236.555	+ 306.348
Impostos s/átos emanados.	3.838.688	3.306.312	+ 532.346
Rendas patrimoniais.	2.142	1.605	+ 537
Rendas industriais.	2.432	2.872	— 440
Diversas rendas.	9.267.718	7.670.005	+ 1.597.713
Total da renda ordinária. . .	168.066.183	144.213.633	+ 23.852.550
REDA EXTRAORDINÁRIA	779.744	477.828	+ 301.916
Total geral.	168.845.927	144.691.461	+ 24.154.466

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MARÇO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
PARANAGUÁ			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	380.022	1.052.500	— 672.478
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7	35.200	48.000	— 12.800
Total.	415.222	1.100.500	— 685.278
Imposto de consumo.	93.808	196.721	— 102.913
Imposto de renda.	3.714	5.495	— 1.781
Impostos s/átos emanados.	48.836	76.745	— 27.909
Rendas patrimoniais.	301	—	+ 301
Rendas industriais.	76	8	+ 68
Diversas rendas.	46.030	89.691	— 43.661
Total da renda ordinária. . .	607.987	1.469.160	— 861.173
RENDA EXTRAORDINÁRIA	7.682	8.761	— 1.079
Total geral.	615.669	1.477.921	— 862.252
SÃO FRANCISCO			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	379.288	834.602	— 455.314
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	11.225	39.301	— 28.076
Total.	390.513	873.903	— 483.390
Imposto de consumo.	86.853	145.276	— 58.423
Imposto de renda.	1.814	5.652	— 3.838
Impostos s/átos emanados.	60.551	58.118	+ 2.433
Rendas patrimoniais.	3.039	2.893	+ 146
Rendas industriais.	—	68	— 68
Diversas rendas.	47.980	86.782	— 38.802
Total da renda ordinária. . .	590.750	1.172.692	— 581.942
RENDA EXTRAORDINÁRIA	4.807	7.206	— 2.399
Total geral.	595.557	1.179.898	— 584.341

I -- ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MARÇO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
FLORIANÓPOLIS			
RENDAS ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	242.075	405.268	— 163.193
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	1.307	8.653	— 7.616
Total.	243.112	413.921	— 170.809
Imposto de consumo.	193.795	210.301	— 16.506
Imposto de renda.	14.123	1.272	+ 12.851
Impostos s/átos emanados.	126.371	129.618	— 3.247
Rendas patrimoniais.	15.523	6.732	+ 8.791
Rendas industriais.	350	198	+ 152
Diversas rendas.	34.662	47.203	— 12.541
Total da renda ordinária.	627.936	809.245	— 181.309
RENDAS EXTRAORDINÁRIA	6.000	5.227	+ 773
Total geral.	633.936	814.472	— 180.536
RIO GRANDE			
RENDAS ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	2.555.668	2.054.093	+ 501.575
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	80.000	101.541	— 24.541
Total.	2.635.668	2.158.634	+ 477.034
Imposto de consumo.	1.102.347	1.706.198	— 303.851
Imposto de renda.	57.271	10.586	+ 46.685
Impostos s/átos emanados.	499.925	138.817	+ 61.078
Rendas patrimoniais.	5.818	1.901	+ 3.917
Rendas industriais.	262	480	— 218
Diversas rendas.	615.661	268.458	+ 347.203
Total da renda ordinária.	5.216.952	4.585.104	+ 631.848
RENDAS EXTRAORDINÁRIA	47.839	143.713	— 95.874
Total geral.	5.264.791	4.728.817	+ 535.974

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3 DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MARÇO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
PELOTAS			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	480.918	1.020.485	— 539.567
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	8.214	4.653	+ 3.591
Total.	489.162	1.025.138	— 535.976
Imposto de consumo.	1.526.976	1.521.578	+ 5.398
Imposto de renda.	133.049	54.853	+ 78.196
Impostos s/átos emanados.	361.831	337.403	+ 24.428
Rendas patrimoniais.	397	17.855	— 17.458
Rendas industriais.	767	168	+ 599
Diversas rendas.	122.139	167.741	— 45.602
Total da renda ordinária.	2.634.321	3.124.736	— 490.415
RENDA EXTRAORDINÁRIA	33.863	36.028	— 2.165
Total geral.	2.668.184	3.160.764	— 492.580
PÔRTO ALEGRE			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	7.846.445	9.484.141	— 1.637.996
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	5.485	2.572	+ 2.913
Total.	7.851.930	9.487.013	— 1.635.083
Imposto de consumo.	9.216.678	9.294.113	— 77.435
Imposto de renda.	1.011.264	463.311	+ 547.953
Impostos s/átos emanados.	621.047	511.126	+ 109.921
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	352	1.058	— 706
Diversas rendas.	596.137	688.955	— 92.818
Total da renda ordinária.	19.297.408	20.445.576	— 1.148.168
RENDA EXTRAORDINÁRIA	359.414	206.041	+ 153.373
Total geral.	19.656.822	20.651.617	— 994.795

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MARÇO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentária	1940	1939	Diferenças em 1940
LIVRAMENTO			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	712.217	425.838	+ 286.409
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	400.158	371.970	+ 28.188
Total.	1.112.405	797.808	+ 314.597
Imposto de consumo.	310.884	307.897	+ 2.987
Imposto de renda.	24.635	263.762	— 239.127
Impostos s/átos emanados.	342.689	231.378	+ 111.311
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	70	303	— 233
Diversas rendas.	445.382	312.526	+ 132.856
Total da renda ordinária.	2.236.065	1.913.674	+ 322.391
RENDA EXTRAORDINÁRIA	16.258	90.528	— 74.270
Total geral.	2.252.323	2.004.202	+ 248.121
URUGUAIANA			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	158.790	135.671	+ 23.119
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	95.468	14.417	+ 81.051
Total.	254.258	150.088	+ 104.170
Imposto de consumo.	134.443	129.600	+ 4.843
Imposto de renda.	3.101	6.217	— 3.116
Impostos s/átos emanados.	132.821	126.167	+ 6.654
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	111.791	34.032	+ 77.759
Total da renda ordinária.	636.414	446.104	+ 190.310
RENDA EXTRAORDINÁRIA	6.836	13.885	— 7.049
Total geral.	643.250	459.989	+ 183.261

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MARÇO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
C O R U M B Á			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	121.228	202.567	— 78.339
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	12.869	8.562	+ 4.307
Total.	137.097	211.129	— 74.032
Imposto de consumo.	249.385	208.102	+ 41.283
Imposto de renda.	28.853	51.735	— 22.882
Impostos s/átos emanados.	82.173	84.654	— 2.481
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas Industriais.	108	168	— 60
Diversas rendas.	45.553	35.904	+ 9.649
Total da renda ordinária. ...	543.169	591.692	— 48.523
RENDA EXTRAORDINÁRIA	14.420	18.150	— 3.730
Total Geral.	557.589	609.842	— 52.253

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

a) POR CLASSES DA TARIFA

JANEIRO A MARÇO — 1940 - 1939

(Milréis)

Classes da tarifa	Arrecadação		Diferenças em 1940	o/o Sôbre o total	
	1940	1939		1940	1939
Animais vivos.	361	1.352	— 991	0,00	0,00
Cabelos, pêlos e penas.	126.151	115.505	+ 10.646	0,13	0,13
Peles e couros.	601.019	636.366	— 35.347	0,61	0,73
Carnes, peixes, matérias oleosas e outros produtos de animais.	991.431	1.655.694	— 664.260	1,01	1,91
Madrepérola, marfim, tartaruga e outros desposos de animais.	171.130	66.656	+ 104.474	0,17	0,08
Lã.	1.376.123	2.428.530	— 1.052.407	1,40	2,80
Seda.	1.025.739	1.079.838	— 54.099	1,04	1,25
Frutas, cereais, hortaliças e legumes e seus produtos.	6.202.258	8.132.569	— 1.930.311	6,31	9,38
Plantas, folhas, flores, frutos, sementes, raízes, cascas, forragens e especiarias.	1.625.116	1.355.560	+ 269.556	1,65	1,56
Sumos ou sucos vegetais, bebidas alcoólicas e fermentadas e outros líquidos.	3.317.693	3.390.900	— 43.207	3,41	3,91
Madeira.	512.791	515.682	— 2.888	0,55	0,63
Cana da Índia e outras, bambú, juncos, vime e cipós.	87.096	52.610	+ 34.456	0,09	0,06
Cairo, esparto, manilha, paina, piassava, pita, sizal ou agave e outras matérias vegetais.	337.587	164.834	+ 172.753	0,34	0,19
Algodão.	1.551.563	1.616.274	— 64.711	1,58	1,87
Linho, juta, cânhamo e râmia.	3.392.188	2.490.143	+ 902.045	3,45	2,87
Papel e suas aplicações.	1.722.698	1.929.659	— 206.961	1,75	2,23
Pedras, terras, minérios e outros produtos minerais.	31.502.882	20.603.481	+ 10.899.401	32,05	23,77
Louça e vidro.	3.545.685	3.002.056	+ 543.629	3,61	3,46
Alumínio, chumbo, estanho, zinco e suas ligas.	571.239	542.956	+ 28.283	0,58	0,63
Cobre e níquel e suas ligas.	1.329.911	1.429.860	— 99.919	1,35	1,65

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

a) POR CLASSES DA TARIFA
JANEIRO A MARÇO — 1940-1939
(Milréis)

Classes da tarifa	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Ferro e aço e suas ligas.	11.269.634	8.549.733	+ 2.719.901	11,17	9,86
Ouro, platina e prata e suas ligas.	54.554	55.479	— 925	0,06	0,06
Metaloides e vários metais.	121.117	125.027	— 3.880	0,12	0,14
Matérias primas, não classificadas para as indústrias e preparações diversas para perfumarias, tintura- rias, curtume e outros usos.	5.009.206	3.861.025	+ 1.148.181	5,10	4,45
Produtos químicos inorgânicos e or- gânicos.	4.328.974	2.791.345	+ 1.537.629	4,40	3,23
Drogas, medicamentos químicos e preparações farmacêuticas, dietê- ticas e outras de uso em medicina.	2.848.550	3.006.626	— 158.076	2,90	3,48
Armamento e outras obras de armei- ro, objetos de munição e petrechos de guerra.	608.888	191.482	+ 417.406	0,62	0,22
Obras de cutelaria e seus acessórios.	83.763	172.539	— 88.776	0,09	0,20
Relojoaria.	386.116	313.221	+ 72.925	0,39	0,36
Aparelhos, instrumentos, máquinas e objetos físicos, químicos, matemá- ticos e físicos.	3.969.428	3.627.014	+ 342.414	4,04	4,18
Aparelhos, instrumentos e objetos de cirurgia.	256.770	375.121	— 118.651	0,26	0,43
Instrumentos de música e seus per- tences.	63.208	132.268	— 69.060	0,06	0,15
Veículos, seus acessórios e pertences	3.140.698	4.831.570	— 1.690.872	3,20	5,57
Máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios diversos.	3.332.252	3.569.356	— 237.104	3,39	4,12
Vários artigos.	1.748.391	1.855.482	— 107.091	1,79	2,14
Reduções de direitos, diferenças en- globadas, falta de volumes, arre- matações, mercadorias omissas, ex- traviadas, etc.	1.008.600	1.994.966	— 986.366	1,03	2,30
Total.	98.280.906	86.993.109	+ 11.587.797	100,00	100,00

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO

1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

b) POR PROCEDÊNCIAS

JANEIRO A MARÇO — 1940 - 1939

(Milréis)

Procedências	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Alemanha.	2.756.603	15.371.862	— 12.618.259	2,80	17,73
Argentina.	5.040.566	7.262.745	— 2.222.179	5,13	8,38
Bélgica.	4.599.293	4.153.188	+ 446.105	4,68	4,79
Estados Unidos.	35.907.296	19.855.621	+ 16.051.675	36,53	22,90
França.	4.138.373	3.892.466	+ 245.907	4,21	4,49
Grã-Bretanha.	8.029.368	7.427.963	+ 601.405	8,17	8,57
Holanda.	8.507.835	2.467.094	+ 6.040.741	8,66	2,85
Itália.	1.706.776	1.248.483	+ 458.293	1,74	1,44
Japão.	2.755.304	1.689.231	+ 1.066.073	2,80	1,95
México.	2.438.394	1.804.885	+ 633.509	2,48	2,08
Perú.	7.152.480	5.861.508	+ 1.290.972	7,28	6,76
Portugal.	4.482.591	2.832.878	+ 1.649.713	4,56	3,27
Possessões Britânicas:					
Canadá.	853.424	918.003	— 64.579	0,87	1,06
Irlanda.	512.831	735.028	— 222.197	0,52	0,85
Possessões Holandesas na America do					
Norte e Central	2.466.565	2.886.126	— 419.561	2,51	3,33
Suécia.	1.289.233	734.267	+ 554.966	1,31	0,85
Suíça.	1.708.464	1.221.393	+ 487.071	1,74	1,41
Outras procedências	3.935.510	6.327.368	— 2.391.858	4,01	7,29
Total.	98.280.906	86.693.109	+ 11.587.797	100,00	100,00

II — ARRECADAÇÃO DO ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
2. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
JANEIRO A MARÇO — 1940-1939
(Mil-réis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	O/o Sobre o total		
	1940	1939		1940	1939	
Fumo.	33.680	22.606	+	11.074	0,27	0,21
Bebidas.	916.097	1.000.418	—	54.351	7,72	9,25
Alcool.	50	211	—	161	0,00	0,00
Fósforos.	3.587	22.017	—	18.430	0,03	0,20
Sal.	548.677	557.845	—	9.168	4,47	5,16
Calçados.	6.012	20.649	—	14.637	0,05	0,19
Perfumarias e artigos de tocador.	350.181	273.570	+	76.611	2,86	2,53
Especialidades farmamêuticas.	503.018	681.996	—	178.978	4,10	6,31
Conservas.	632.324	739.567	—	107.243	5,16	6,84
Vinagre e óleos adequados à alimentação	376.836	385.781	—	8.945	3,07	3,57
Velas.	107	563	—	456	0,00	0,00
Tecidos.	673.650	729.571	—	55.921	5,49	6,75
Artefatos de tecidos e de peles.	306.117	270.920	+	35.227	2,50	2,51
Papel e artefatos.	13.029	15.363	—	2.334	0,11	0,11
Cartas de jogar.	5.252	11.926	—	9.674	0,04	0,14
Chapéus e bengalas.	12.968	17.841	—	4.873	0,11	0,17
Louças e vidros.	95.718	91.114	+	1.604	0,78	0,87
Ferragens e artefatos de ferro e outros metais.	71.682	108.139	—	33.457	0,61	1,00
Café torrado ou moido e chá.	16.115	10.077	+	6.068	0,13	0,09
Banha, manteiga e sucedâneos.	—	102	—	102	—	0,00
Móveis.	201.789	172.195	+	29.594	1,65	1,59
Armas de fogo, munições, etc.	12.558	19.618	—	7.090	0,35	0,46
Lâmpadas, pilhas, etc.	1.037.464	753.919	+	283.545	8,46	6,97
Queijos e requeijões.	1.611	2.789	+	1.855	0,04	0,03
Elettricidade.	—	—	—	—	—	—

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
2. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
JANEIRO A MARÇO — 1940 - 1939
(Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sôbre o total	
	1940	1939		1940	1939
Tintas e vernizes.	911.834	545.909	+ 365.925	7,44	5,05
Leques e ventarolas.	30	20	+ 10	0,00	0,00
Artefatos de borracha.	117.465	162.133	— 44.668	0,96	1,50
Navalhas e pinceis para barba.	31.208	59.473	— 28.265	0,25	0,55
Pentes, escovas e espanadores.	23.521	52.713	— 29.192	0,19	0,49
Brinquedos.	10.296	13.327	— 3.031	0,08	0,12
Artefatos de couros e outros materiais.	25.972	32.917	— 6.945	0,21	0,30
Jóias, obras de ourives.	373	28.910	— 28.537	0,00	0,27
Gazolina e carburêto de cálcio.	4.861.934	3.514.159	+ 1.347.775	39,65	32,51
Bijouterias, obj. de adôrno e relógios.	119.498	77.866	+ 41.632	0,98	0,72
Ladrilhos, mozaicos, azulejos, etc.	33.289	75.841	— 42.552	0,27	0,70
Instrumentos de música.	13.649	18.769	— 5.120	0,11	0,17
Mat. fotogrâfico e cinematogrâfico.	183.448	231.199	— 47.751	1,50	2,14
Fogões e fogareiros.	2.401	4.770	— 2.369	0,02	0,05
Cimento.	19.442	25.654	— 6.212	0,16	0,24
Linhas, cordoalhas e botões.	22.253	23.065	— 812	0,18	0,21
Total.	12.261.258	10.811.612	+ 1.449.646	100,00	100,00
RESUMO					
Segundo a origem das mercadorias					
Nacionais.	548.666	556.182	— 7.516	4,47	5,15
Estrangeiras.	11.712.592	10.225.430	+ 1.457.162	95,53	94,85
Segundo a modalidade de pagamento					
Taxa.	4.415.242	4.618.654	— 203.412	36,01	42,72
Verba.	7.846.016	6.192.958	+ 1.653.058	63,99	57,28

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
 3. RESUMO DA IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS DESPACHADAS COM REDUÇÃO
 E ISENÇÃO DE DIREITOS
 JANEIRO A MARÇO — 1940
 (Milréis)

Discriminação			Valor	Direitos devidos	Direitos arrecadados	Diferenças
R E - D U - Ç Õ E S	85 %	Janeiro	102.666	5.969	895	5.074
		Fevereiro	147.631	17.532	2.630	14.902
		Março	83.001	7.246	1.087	6.159
		Total	333.298	30.747	4.612	26.135
	75 %	Janeiro	67.364	15.906	4.794	11.112
		Fevereiro	250.934	28.432	7.108	21.324
		Março	43.213	11.721	2.930	8.791
		Total	361.511	56.059	14.832	41.227
	50 %	Janeiro	3.886.538	240.241	120.121	120.120
		Fevereiro	891.263	113.138	56.569	56.569
		Março	1.583.651	250.619	125.325	125.324
		Total	6.364.452	604.028	302.015	302.013
I S E N - Ç Õ E S	Governo Federal	Janeiro	18.120.877	2.099.842	—	—
		Fevereiro	21.822.502	2.151.379	—	—
		Março	26.264.998	2.454.207	—	—
		Total	66.208.377	6.705.428	—	—
	Governo dos Estados	Janeiro	699.368	124.497	—	—
		Fevereiro	180.453	31.102	—	—
		Março	340.462	6.462	—	—
		Total	1.220.283	162.061	—	—
	Particulares	Janeiro	15.572.886	6.362.577	—	—
		Fevereiro	14.443.533	8.457.093	—	—
		Março	14.237.803	6.092.020	—	—
		Total	44.254.222	20.911.690	—	—
	Livres pela tarifa	Janeiro	1.306.877	—	—	—
		Fevereiro	930.161	—	—	—
		Março	845.121	—	—	—
		Total	3.082.159	—	—	—

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
 1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
 a) POR CLASSES DA TARIFA
 JANEIRO A MARÇO — 1940-1939
 (Milréis)

Classes da tarifa	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Animais vivos. :	944	1.793	— 849	0,00	0,00
Cabelos, pelos e penas.	799.534	547.822	+ 251.712	0,63	0,50
Peles e couros.	370.041	478.226	— 108.185	0,29	0,44
Carnes, peixes e produtos animais...	1.126.688	1.586.059	— 459.371	0,89	1,46
Madreperola, marfim e tartaruga...	79.271	49.286	+ 29.985	0,06	0,05
Lã.	1.727.389	2.489.636	— 762.247	1,36	2,29
Seda.	1.452.322	2.093.497	— 641.175	1,15	1,93
Frutas, cereais e legumes.	6.783.836	8.842.829	— 2.058.993	5,35	8,15
Plantas, folhas, flores, frutos, e semen- tes.	985.319	999.597	— 14.278	0,78	0,92
Sumos vegetais, bebidas alcoólicas.	3.200.669	3.343.270	— 112.601	2,52	3,08
Madeira.	528.830	489.067	+ 39.763	0,42	0,45
Cana da Índia, junco, vime e cipós...	76.076	34.662	+ 41.414	0,06	0,03
Cairo, esparto e mat. veg. filamen- tosas.	459.779	451.799	+ 7.980	0,36	0,42
Algodão.	2.437.843	2.022.748	+ 415.095	1,92	1,86
Linho, juta, cânhamo e râmia.	4.620.328	2.672.931	+ 1.947.397	3,64	2,46
Papel e aplicações.	1.294.700	1.368.998	— 74.298	1,02	1,26
Pedras, terras, minérios e prod. mi- nerais.	33.186.201	26.812.395	+ 6.373.806	26,18	24,71
Louça e vidro.	2.599.321	3.023.039	— 423.718	2,05	2,79
Alumínio, chumbo, estanho, zinco e ligas.	1.292.809	771.425	+ 521.384	1,02	0,71
Cobre, níquel e ligas.	1.000.017	1.041.029	— 41.012	0,79	0,96

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
 I. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
 a) POR CLASSES DA TARIFA
 JANEIRO A MARÇO — 1940-1939
 (Milréis)

Classes da tarifa	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sôbre o total	
	1940	1939		1940	1939
Ferro, aço e ligas.	16.090.221	14.401.965	+ 1.688.256	12,69	13,27
Ouro, platina, prata e ligas.	13.744	11.241	+ 2.503	0,01	0,01
Metaloides e varios metais.	136.950	202.774	- 65.824	0,11	0,19
Mat. primas para indústrias e outros usos.	6.961.932	5.388.368	+ 1.573.564	5,49	4,97
Produtos químicos inorgânicos e or- gânicos.	7.001.120	3.273.378	+ 3.730.742	5,52	3,02
Drogas, medicamentos de uso em me- dicina.	938.879	845.686	+ 93.193	0,74	0,78
Armamento, munição e petrechos de guerra.	73.247	127.433	- 54.186	0,06	0,12
Obras de cutelaria e seus accessorios.	68.052	119.522	- 81.470	0,05	0,14
Relojoaria.	181.367	264.265	- 79.898	0,15	0,24
Aparelhos, objectos quim. e fisicos	2.146.021	2.121.004	+ 22.017	1,69	1,96
Aparelhos e instrumentos de cirurgia.	99.892	217.890	- 117.998	0,08	0,20
Instrumentos de música e pertences.	139.988	229.722	- 89.734	0,12	0,21
Veiculos, acessórios e pertences.	23.329.000	14.913.007	+ 8.385.993	18,40	13,77
Máquinas, aparelhos e utensilios di- versos.	3.921.633	3.814.438	+ 110.195	3,10	3,52
Vários artigos.	1.390.533	1.568.035	- 177.502	1,10	1,44
Reduções de direitos, diferenças en- globadas, falta de volumes, arrema- tações, mercadorias omissas, extra- das, etc.	246.841	1.838.641	- 1.591.800	0,20	1.69
Total.	126.770.337	108.520.477	+ 18.249.860	100,00	100,00

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
 1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
 b) POR PROCEDÊNCIAS
 JANEIRO A MARÇO — 1940 - 1939
 (Milréis)

Procedências	Arrecadação		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Alemanha.	1.066.077	13.516.750	—12.450.673	0,84	12,45
Argentina.	6.324.522	8.233.649	— 1.909.127	4,99	7,59
Bélgica.	4.678.113	6.492.174	— 1.814.061	3,69	5,98
Estados Unidos.	57.374.180	35.218.345	+22.155.835	45,26	32,45
França.	4.056.915	3.860.794	+ 196.121	3,20	3,56
Grã-Bretanha.	8.754.506	8.018.698	+ 735.808	6,91	7,39
Holanda.	494.611	1.680.243	— 1.185.632	0,39	1,55
Itália.	3.931.216	3.660.477	+ 270.739	3,10	3,37
Japão.	5.328.792	3.199.863	+ 2.128.929	4,20	2,95
Noruega.	698.932	507.778	+ 191.154	0,55	0,47
Perú.	4.978.353	9.007.182	— 4.028.829	3,93	8,30
Portugal.	1.726.685	2.306.856	+ 580.171	1,36	2,13
Possessões Britânicas:					
Canadá.	1.232.662	722.456	+ 510.206	0,97	0,67
Índia.	3.436.367	1.995.493	+ 1.440.874	2,71	1,84
Possessões Holandesas na America do					
Sul	16.589.502	5.190.281	+11.399.221	13,09	4,78
Suécia.	1.531.637	916.603	+ 615.034	1,21	0,84
Suíça.	752.384	437.056	+ 315.328	0,59	0,40
Uruguai.	131.942	395.481	— 263.539	0,10	0,37
Outras procedências.	3.682.941	3.160.298	+ 522.643	2,91	2,91
Total.	126.770.337	108.520.477	+18.249.860	100,00	100,00

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
 2. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
 PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
 JANEIRO A MARÇO — 1940 - 1939
 (Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1940		1940	1939
Fumo.	110.500	115.637	— 5.137	0,80	0,94
Bebidas.	1.328.509	1.417.784	— 89.275	9,64	11,53
Alcool.	27.430	25.125	+ 2.305	0,20	0,20
Fósforos.	23.450	28.726	— 5.276	0,17	0,23
Sal.	951.710	560.160	+ 391.250	6,90	4,56
Calçados.	24.816	29.045	— 4.199	0,18	0,24
Perfumarias e artigos de tocador.	180.666	94.097	+ 86.569	1,31	0,77
Especialidades farmacêuticas.	256.955	222.411	+ 34.544	1,86	1,81
Conservas.	676.520	814.627	— 138.107	4,90	6,63
Vinagre e azeite.	260.132	326.136	— 66.004	1,89	2,65
Velas.	9.042	8.465	+ 577	0,07	0,07
Tecidos.	145.542	371.556	+ 226.014	3,23	3,02
Artefatos de tecidos e de peles.	113.388	255.457	— 142.069	0,82	2,08
Papel e artefatos.	55.266	52.547	+ 2.719	0,40	0,13
Cartas de jogar.	1.840	4.276	— 2.436	0,01	0,03
Chapéus e bengalas.	8.054	11.288	— 3.234	0,06	0,09
Louças e vidros.	79.885	105.289	— 25.404	0,58	0,86
Ferragens e artefatos de ferro e alu- mínio.	96.435	134.790	— 38.355	0,70	1,10
Café torrado ou moído e chá.	113.203	162.250	— 49.047	1,04	1,32
Banha, manteiga e sucedâneos.	10.067	11.223	— 1.156	0,07	0,09
Móveis.	144.937	96.944	+ 47.993	1,05	0,79
Armas de fogo e suas munições.	26.515	18.613	+ 7.902	0,19	0,15
Lâmpadas, pilhas, etc.	688.982	594.255	+ 94.727	5,00	1,83
Queijos e requeijões.	17.987	21.110	— 3.123	0,13	0,17
Elettricidade.	58.529	52.193	+ 6.336	0,42	0,42
Tintas e vernizes.	820.190	673.194	+ 146.996	5,95	5,48
Leques e ventarolas.	650	735	— 85	0,00	0,01
Artefatos de borracha.	278.695	209.772	+ 68.923	2,02	1,71
Navalhas e pincéis para barba.	9.016	44.796	— 35.780	0,07	0,36
Pentes, escovas e espanadores.	18.918	31.594	+ 12.676	0,35	0,26

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
 2. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
 PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
 JANEIRO A MARÇO — 1940-1939
 (Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Brinquedos.	11.781	15.510	— 3.729	0,09	0,13
Artefatos de couro e outros materiais	12.450	11.876	+ 574	0,09	0,10
Jóias e obras de ourives.	13.164	79.113	— 65.949	0,10	0,64
Gazolina e carburêto de cálcio.	6.589.848	5.273.013	+ 1.316.835	47,80	42,89
Bijouterias, objetos de adorno e re- lógios.	73.972	30.035	+ 43.937	0,54	0,24
Ladrilhos, mozaicos, azulejos, etc....	25.738	149.365	— 123.627	0,19	1,22
Instrumentos de música.	20.013	21.517	— 1.504	0,15	0,18
Mat. ótico, fotográfico e cinemato- grafico.	56.403	74.063	— 17.660	0,41	0,60
Fogões e fogareiros.	6.571	5.270	+ 1.301	0,05	0,04
Cimento.	19.278	44.288	— 25.010	0,14	0,36
Linhas, cordoalhas e botões.	41.272	67.165	— 25.893	0,30	0,55
Emolumentos de esc. comerciais.	15.600	27.640	— 12.040	0,11	0,22
Selagem de estoque.	5	—	+ 5	0,00	—
Depósitos fechados.	3.500	—	+ 3.500	0,02	—
Total.	13.787.454	12.293.253	+ 1.494.201	100,00	100,00
RESUMO					
Segundo a origem das mercadorias					
Nacionais.	1.901.580	1.622.014	+ 282.566	13,81	13,19
Estrangeiras.	11.882.874	10.671.239	+ 1.211.635	86,19	86,81
Segundo a modalidade de pagamento					
Taxa.	3.777.967	3.953.861	— 175.894	27,40	32,16
Verba.	9.467.177	7.731.517	+ 1.735.660	68,66	62,89
Registro.	542.310	607.875	— 65.565	3,94	4,95

A N E X O

RESUMO DA IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS

Discriminação		1939	
		Valor (Milreis)	Direitos devidos (Milreis)
Isenção de direitos	Governo Federal.	380.723.594	53.251.190
	Governo dos Estados.	19.342.258	4.608.087
	Orgãos Autônomos :		
	Instituto de Defesa da Produção.	5.757.963	1.077.201
	Caixas Economicas.	563.493	69.509
	Sindicatos.	11.148	1.463
	Estradas de Ferro.	138.584.720	15.675.298
	Empresas de Navegação.	38.474.279	6.409.849
	Empresas de Aeronautica Civil.	28.580.894	4.933.017
	Rodoviação.	4.506.834	336.835
	Empresas Telegraficas e Telefônicas.	4.486.205	1.657.968
	Empresas de Eletricidade (Carris, Luz e Força)	540.455	138.387
	Empresas Concessionarias de Serv. Publicos.	14.334.765	3.222.679
	Imprensa Periodica e Empresas Editoras.	15.808.510	3.857.477
	Estabelecimentos Bancarios.	21.681	7.215
	Associações e Clubs Sportivos.	1.453.945	48.847
	Estabelecimentos de Ensino.	—	—
	Diversos.	245.811.541	38.261.839
	Total.	929.002.285	133.556.861
Redução de direitos	Redução de 90%.	—	—
	Idem de 85%.	39.964.665	6.610.846
	Idem de 80%.	19.354	46.706
	Idem de 75%.	48.431.567	3.604.107
	Idem de 50%.	129.662.053	21.588.013
	Redução de 50% (Art. 36, das Prel. da Tarifa.	559.842	296.155
	Total.	218.637.481	32.145.827

DESPACHADAS COM ISENÇÃO E REDUÇÃO DE DIREITOS

1938		Diferenças em 1939	
Valor (Milreis)	Direitos devidos (Milreis)	Valor (Milreis)	Direitos devidos (Milreis)
367.970.530	48.192.430	+ 12.753.064	+ 5.058.760
26.896.285	4.962.328	— 7.554.027	— 354.241
3.422.483	677.960	+ 2.335.480	+ 399.241
2.078.386	431.346	— 1.514.893	— 361.837
143.051.157	17.416.105	+ 11.148	+ 1.463
46.117.618	8.265.740	— 4.466.437	— 1.740.807
20.710.220	3.641.789	— 7.643.369	— 1.855.891
1.813.570	131.220	+ 7.870.674	+ 1.288.228
4.470.236	2.025.971	+ 2.693.264	+ 205.615
2.997.615	128.352	+ 15.969	— 368.003
17.536.077	3.297.257	— 2.457.160	— 289.965
43.835.191	35.944.991	— 3.201.312	— 74.578
973.744	—	+ 1.973.319	— 32.087.514
393.618	85.388	— 952.063	+ 7.215
518.844	161.991	+ 1.060.297	— 35.541
252.735.254	16.070.475	— 518.844	— 161.991
935.520.888	171.736.343	— 6.923.713	— 7.808.636
4.525.381	625.978	— 6.518.603	— 38.179.482
23.612.591	3.537.472	— 4.525.381	— 625.978
23.089.607	2.425.170	+ 16.352.074	+ 3.073.374
62.017.451	6.581.063	— 23.070.253	— 2.378.464
172.212.192	26.025.618	— 13.585.884	— 2.976.956
75.118	60.419	+ 42.550.139	— 4.437.605
285.532.340	39.255.720	+ 484.724	+ 235.736
		— 66.894.859	— 7.109.893



**Atos relativos á arrecadação
e fiscalização das
RENDAS ADUANEIRAS**

ATOS RELATIVOS À ARRECADAÇÃO E À FISCALIZAÇÃO DAS RENDAS ADUANEIRAS

EXPEDIENTE GERAL DO SR. MINISTRO DA FAZENDA

CIRCULARES :

— N.º 6 de 1 de março de 1940 (D. O. 6-3-40).

Declaro aos Snrs. inspetores das Alfândegas e Administradores das Agências Fiscais, para o seu conhecimento e devidos fins, que fica prorrogado por mais noventa dias o prazo marcado pelas circulares deste Ministério ns. 44 e 67, de 5 de setembro e 4 de dezembro de 1939, respectivamente, referente ao uso do modelo não oficial de guias de exportação, de que trata a Circular n.º 30, de 7 de julho daquele ano.

— N.º 7, de 4 de março de 1940 (D. O., 6-3-40).

Tendo o 2º Conselho de Contribuintes trazido ao conhecimento desta Secretaria de Estado que várias repartições, ao encaminharem recursos de suas decisões, têm deixado de prestar informações sobre os antecedentes dos contribuintes, afim de que possa ter aplicação, em casos excepcionais, o princípio de equidade, nos termos do art. 19. do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938, recomendando aos Snrs. chefes das repartições subordinadas a este Ministério providenciem no sentido de ser fielmente observado o que a respeito determina a circular n.º 44, de 16 de setembro do referido ano.

— N.º 8, de 4 de março de 1940 (D. O. 6-3-40).

De acordo com o resolvido no processo número 46.760-38, declaro aos Snrs. chefes das repartições subordinadas a este Ministério, para seu conhecimento e devidos efeitos, que as importâncias recolhidas aos cofres públicos, para liquidação de débitos decorrentes de processos fiscais, deverão ser escrituradas como depósito, *ex-vi* do disposto no Decreto-lei n.º 42, de 6 de dezembro de 1937, verificando-se a conversão em renda da quantia depositada, sómente depois de decorridos trinta dias, contados da data do recolhimento e relativa-

mente aos contribuintes que, nesse prazo, não tiverem provado haver intentado ação jurídica para a anulação da dívida.

— N.º 12, de 20 de março de 1940 (D. O. 28-3-40).

Tendo em vista a comunicação feita pelo Ministério das Relações Exteriores em aviso número C/251/922.81 (31), de 10 de maio último, declaro aos Snrs. inspetores das Alfândegas e administradores das Agências Fiscais, para seu conhecimento e devidos fins, que a tabela das quotas anuais dos direitos aduaneiros relativos às mercadorias importadas pelos agentes diplomáticos da Bolívia, constante da circular deste Ministério n. 71, de 31 de dezembro de 1938, fica substituída pela seguinte:

Para os chefes de Missão, £ 400, no 1.º ano e £ 300, nos anos seguintes;

Para os secretários e adidos, £ 300, no 1.º ano e £ 100, nos anos seguintes.

DESPACHOS :

No processo relativo ao acordo n.º 4838 do Conselho Superior de Tarifa, foi proferido este despacho :

“Não tendo o Conselho Superior de Tarifa deliberado sobre o merito da questão, em virtude da preliminar levantada e cabendo à parte usar dos meios facultados pelo artigo 176 do decreto número 24.036, de 26 de março de 1934, relevo, por equidade, a perempção arguida, para possibilitar àquela Câmara julgadora conhecer do pedido e decidir como julgar acertado”. (D. O. 5-3-40).

— Foi negado provimento aos recursos interpostos pelo Representante da Fazenda aos acordãos ns. 5813 e 1640 do Conselho Superior de Tarifa (D. O. 5 e 20 de março de 1940).

— Providos os recursos do mesmo representante, foram anulados os acordãos ns. 3913, 629 e 1617 (D. O. 5-3-40). 2860, 4767 (D. O. 20-3-40) e 2584 (D. O. 25-3-40).

— Foi negado provimento a um recurso sobre restituição de direitos, de acôrdo com o seguinte parecer da Diretoria das Rendas Aduaneiras:

"O recurso não merece provimento, porque a reclamação foi feita depois de ter a mercadoria saído do armazem e no despacho não permanece prova de haver sido computado no pêsso dos pneumáticos, envoltórios da natureza dos de que trata o § 2.º do art. 37 das Preliminares da Tarifa das Alfândegas modificada, pelo Decreto-lei n.º 1.028, de 4 de janeiro de 1939. Encaminhe-se à Diretoria Geral". (D. O. 16-3-40).

"O recurso anexo refere-se ao ato da Alfândega de Santos, de fls. 22-v., que sujeitou o material despachado pela Societé de Sucreries Brésiliennes para a destilaria de alcool anidro de sua propriedade ao pagamento da taxa de 2%, ouro, para obras do porto.

A autorização para restituição da quantia paga, a que alude a recorrente no final de sua petição, se-

ria uma consequência do julgamento do citado recurso, não constituindo, assim, o assunto principal da questão.

Nesta conformidade, restitua-se o processo ao Conselho Superior de Tarifa para que sôbre o caso exerça sua função julgadora". (D. O. 16-3-40).

"A questão levada ao julgamento do Conselho Superior de Tarifa, em gráo de recurso "ex-officio" e por êste decidida pelo acórdão n.º 988, de 1935, diz respeito à imposição a taxa de armazenagem sôbre o material despachado pela firma Flávio Ribeiro Coutinho, pela nota de importação n. 714, de 1928, da Alfândega de João Pessoa.

Não se tratando de um caso de restituição, de vez que o expediente sôbre êste assunto ficou anulado com o despacho dêste Ministério, de fls. 466-v., cabe ao Conselho Superior de Tarifa conhecer do pedido de reconsideração formulado pelo interessado, na conformidade do art. 176 do Decreto número 24.036, e 26 de março de 1934, para cujo fim restitua-se-lhe o presente processo". (D. O. 16-3-40).

EXPEDIENTE DA DIRETORIA DAS RENDAS ADUANEIRAS

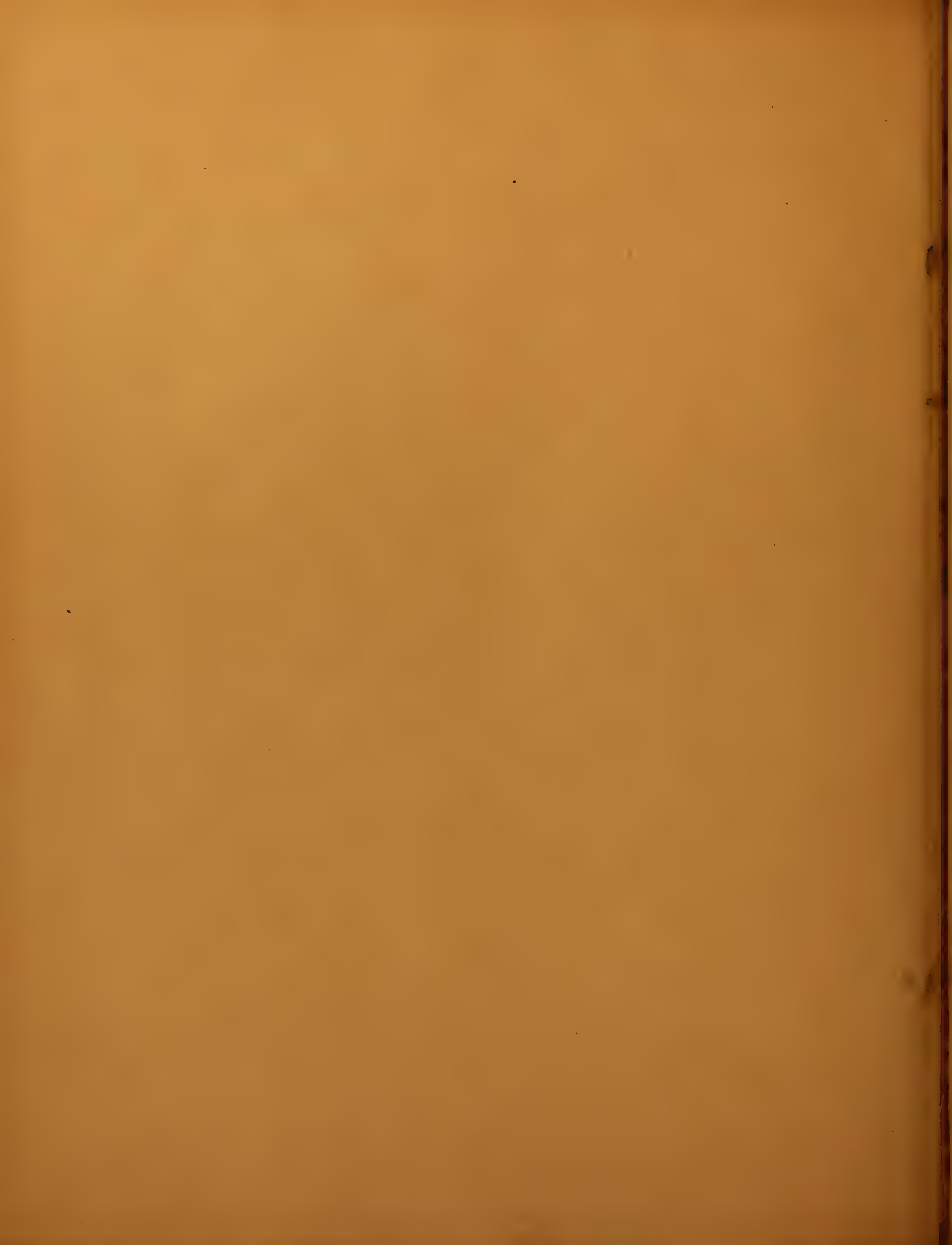
CIRCULARES :

— N.º 8, de 6 de março de 1940 (D. O. 9-3-40).

De conformidade com o resolvido no processo fichado no Tesouro sob n.º 3.537, deste ano, declarou aos Snrs. inspetores das Alfândegas e chefes das demais estações aduaneiras, para seu conhecimento e devidos efeitos, que os direitos das vaselinas brancas ou amarelas, naturais, para usos em farmacia ou perfumaria, devem recair sobre o seu pêsso real, conforme consta do art. 599 da tarifa expedida com o Decreto n. 24.343, de 5 de junho de 1934 e publicada no "Diário Oficial" de 11 seguinte.

—N.º 10, de 13 de março de 1940 (D. O. 16-3-40).

Tendo em vista o resolvido no processo fichado no Tesouro sob n.º 2.484, dêste ano, decláro, de ordem do Sr. Ministro da Fazenda, aos Srs. Inspetores das Alfândegas e chefes das demais estações aduaneiras, para efeito de aplicação do critério de reciprocidade, que recente modificação introduzida na lei aduaneira do Equador determinou se concedesse isenção de direitos para um automóvel que cada agente diplomático importar no período de 2 anos, cobrando-se os direitos dos que excederem a essa quota ou que forem vendidos antes de expirado o prazo previsto, e, ainda, ficando, para os cônsules, uma quota correspondente à metade da atribuída aos diplomatas.





MINISTÉRIO DA FAZENDA

DIRETORIA DAS RENDAS ADUANEIRAS

BOLETIM ESTATÍSTICO

MÊS DE ABRIL

1940

25

INDICE

I — ARRECADAÇÃO GERAL

(Informações telegráficas)

1. Discriminadamente pelas Alfândegas

a) Abril — 1940-1939	1
b) Janeiro a Abril — 1940-1939	2

2. Discriminadamente pelas rubricas orçamentárias

a) Abril — 1940-1939	3
b) Janeiro a Abril — 1940-1939	4

3. Discriminadamente pelas Alfândegas, segundo as

rubricas orçamentárias — Janeiro a Abril —
1940-1939

Manaus.	5
Belém.	5
São Luiz.	6
Parnaíba.	6
Fortaleza.	7
Natal.	7
João Pessoa.	8
Recife.	8
Maceió.	9
Aracajú.	9
Salvador.	10
Vitória.	10
Rio de Janeiro.	11
Santos.	11
Paranaguá.	12
São Francisco.	12
Florianópolis.	13
Rio Grande.	13
Pelotas.	14
Pôrto Alegre.	14
Livramento.	15
Uruguaiana.	15
Corumbá.	16

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO

1. Arrecadação de direitos de importação para consumo Janeiro a Abril — 1940 - 1939	
a) Por classes de tarifa	17
b) Por procedências	19
2. Arrecadação do imposto de consumo, discrimina- damente pelas espécies tributadas — Janeiro a Abril 1940 - 1939	20
3. Resumo da importação de mercadorias despachadas com redução e isenção de direitos — Janeiro a Abril 1940	22

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS

1. Arrecadação de direitos de importação para consu- mo — Janeiro a Abril — 1940 - 1939	
a) Por classes de tarifa	23
b) Por procedências	25
2. Arrecadação do imposto de consumo, discrimina- damente pelas espécies tributadas — Janeiro a Abril 1940 - 1939	26
3. Resumo da importação de mercadorias despachadas com redução e isenção de direitos — Janeiro a Abril-1940	28

IV — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE PORTO ALEGRE

1. Arrecadação dos direitos de importação para consumo Janeiro a Abril — 1940 - 1939	
a) Por classes de tarifa	29
b) Por procedências	31

ANEXO

Resumo por procedências da importação geral de merca- dorias — 1939-1938	33
---	----

Arrecadação de direitos de importação para consumo nas Alfândegas de Rio de Janeiro e de Santos das merca- dorias procedentes de: EE.UU. da America do Norte, Alemanha, Inglaterra e França (1938-1939-1940)	37
---	----

ATOS RELATIVOS A ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS RENDAS ADUANEIRAS

Atos do Poder Executivo	41
Despachos do Sr. Presidente da Republica	41
Expediente do Sr. Ministro da Fazenda	42
Expediente da Diretoria Geral da Fazenda Nacional	42
Expediente da Diretoria das Rendas Aduaneiras	42
Acordãos do Conselho Superior de Tarifa	43

I — ARRECADAÇÃO GERAL

1. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS

a) ABRIL — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas	1940	1939	Diferenças em 1940
Manáus.	732.381	684.687	+ 47.694
Belém.	3.096.962	1.366.981	+ 1.729.981
São Luiz.	261.252	414.157	— 152.905
Parnaíba.	155.274	196.769	— 41.495
Fortaleza.	1.270.994	1.180.653	+ 90.341
Natal.	155.141	243.353	— 88.212
João Pessoa.	408.609	400.944	+ 7.665
Recife.	5.940.241	4.351.623	+ 1.588.618
Maceió.	323.994	229.973	+ 94.021
Aracajú.	204.621	191.943	+ 12.678
Salvador.	2.757.753	2.860.410	— 102.657
Vitória.	185.048	200.213	— 15.165
Rio de Janeiro.	46.156.155	44.657.273	+ 1.498.882
Santos.	56.043.873	44.737.751	+ 11.306.122
Paranaguá.	213.121	313.420	— 70.299
São Francisco.	256.868	220.026	+ 36.842
Florianópolis.	320.106	214.154	+ 105.952
Rio Grande.	1.268.897	1.303.434	— 34.537
Pelotas.	905.616	673.409	+ 232.207
Pôrto Alegre.	6.111.832	5.299.397	+ 812.435
Livramento.	856.934	794.881	+ 62.053
Uruguaiana.	221.004	108.744	+ 112.260
Corumbá.	215.046	118.165	+ 96.881
Total.	128.091.722	110.762.360	+ 17.329.362

I — ARRECADAÇÃO GERAL
1. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS

b) JANEIRO A ABRIL — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas	1940	1939	Diferenças em 1940	
Manáus.	2.632.202	2.975.530	—	343.328
Belém.	9.202.713	8.509.304	+	693.409
São Luiz.	1.344.816	1.625.988	—	281.172
Parnaíba.	790.626	660.052	+	130.574
Fortaleza.	5.362.493	5.224.324	+	138.169
Natal.	818.041	1.015.622	—	167.581
João Pessoa.	1.615.184	1.713.326	—	98.142
Recife.	27.872.044	24.784.814	+	3.087.230
Maceió.	1.463.861	1.504.143	—	40.282
Aracajú.	946.106	1.038.582	—	92.476
Salvador.	11.911.621	12.812.726	—	901.105
Vitória.	909.521	1.164.260	—	254.739
Rio de Janeiro.	175.777.663	159.366.741	+	16.410.922
Santos.	224.889.800	189.429.212	+	35.460.588
Paranaguá.	858.790	1.791.341	—	932.551
São Francisco.	852.425	1.399.924	—	547.499
Florianópolis.	954.042	1.028.626	—	74.584
Rio Grande.	6.634.146	6.032.251	+	601.895
Pelotas.	3.573.800	3.834.173	—	260.373
Pôrto Alegre.	25.768.654	25.951.014	—	182.360
Livramento.	3.109.257	2.799.083	+	310.174
Uruguaiana.	864.254	568.733	+	295.521
Corumbá.	772.635	728.007	+	44.628
Total.	508.954.694	455.957.776	+	52.996.918

Diretoria das Rendas Aduaneiras**I — ARRECADAÇÃO GERAL****2. DISCRIMINADAMENTE PELAS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS****a) ABRIL — 1940 - 1939****(Milréis)**

Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	88.187.857	78.242.142	+ 9.945.715
Imposto adicional de 10%.	7.992.666	7.304.013	+ 688.653
Taxa adicional — (Decr. 300).	304.118	200.586	+ 103.532
Expediente das capatazias.	27.474	30.286	— 2.812
Armazenagem.	11.850	11.008	+ 842
Imposto de docas.	13.524	9.992	+ 3.532
Impostos de faróis.	498.064	668.765	— 170.701
Total.	97.035.553	86.466.792	+ 10.568.761
Imposto de consumo.	18.542.951	14.166.160	+ 4.376.791
Imposto de renda.	1.927.659	1.191.878	+ 735.781
Impostos s/atos emanados.	2.578.595	2.595.862	— 17.267
Rendas patrimoniais.	104.884	60.937	+ 43.947
Rendas industriais.	2.964	3.987	— 1.023
Diversas rendas.	6.867.275	5.426.553	+ 1.440.722
Total da renda ordinária.	127.059.881	109.912.169	+ 17.147.712
RENDA EXTRAORDINÁRIA	1.031.841	850.191	+ 181.650
Total geral	128.091.722	110.762.360	+ 17.329.362

I — ARRECADAÇÃO GERAL

2. DISCRIMINADAMENTE PELAS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

b) JANEIRO A ABRIL — 1940-1939

(Milréis)

Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	350.353.767	315.508.419	+ 34.845.348
Imposto adicional de 10%.	31.401.901	27.854.323	+ 3.547.578
Taxa adicional — (Decr. 300).	951.025	912.379	+ 38.646
Expediente das capatazias.	82.428	135.220	— 52.792
Armazenagem.	40.722	57.424	— 16.702
Imposto de docas.	88.795	103.895	— 15.100
Imposto de faróis.	2.089.253	2.475.138	— 385.885
Total.	385.007.891	347.046.798	+ 37.961.093
Imposto de consumo.	74.899.193	67.786.739	+ 7.112.454
Imposto de renda.	4.541.050	3.294.824	+ 1.246.226
Impostos s/atos emanados.	11.009.970	9.800.531	+ 1.209.439
Rendas patrimoniais.	520.041	386.360	+ 133.681
Rendas industriais.	14.345	18.151	— 3.806
Diversas rendas.	28.516.972	24.119.272	+ 4.397.700
Total da renda ordinária. . .	504.509.462	452.452.675	+ 52.056.787
RENDA EXTRAORDINÁRIA	4.445.232	3.505.101	+ 910.131
Total geral.	508.954.694	455.957.776	+ 52.996.918

Diretoria das Rendas Aduaneiras**I — ARRECADAÇÃO GERAL****3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS****JANEIRO A ABRIL — 1940 - 1939****(Milréis)**

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940	
M A N Á U S				
RENDA ORDINÁRIA				
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:				
Direitos de importação para consumo	1.009.399	1.344.769	—	335.370
Imposto adicional de 10%	101.525	134.812	—	33.287
Outras rubricas: 3 a 7.	5.077	10.283	—	5.206
Total.	1.116.001	1.489.864	—	373.863
Imposto de consumo.	1.156.387	1.200.529	—	44.142
Imposto de renda.	195.712	133.874	+	61.838
Impostos s/átos emanados.	30.593	33.501	—	2.908
Rendas patrimoniais.	—	—	—	—
Rendas industriais.	112	87	+	25
Diversas rendas.	92.371	86.528	+	5.843
Total da renda ordinária. . .	2.591.176	2.944.383	—	353.207
RENDA EXTRAORDINÁRIA	41.026	31.147	+	9.879
Total geral.	2.632.202	2.975.530	—	343.328
B E L É M				
RENDA ORDINÁRIA				
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:				
Direitos de importação para consumo	4.979.010	4.821.130	+	157.880
Imposto adicional de 10%	—	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	100.612	71.234	+	29.378
Total.	5.079.622	4.892.364	+	187.258
Imposto de consumo.	3.295.263	3.008.719	+	286.544
Imposto de renda.	246.651	98.395	+	148.256
Impostos s/átos emanados.	187.614	126.542	+	61.072
Rendas patrimoniais.	29.856	25.400	+	4.456
Rendas industriais.	246	690	—	444
Diversas rendas.	261.032	221.387	+	39.645
Total da renda ordinária. . .	9.100.284	8.373.497	+	726.787
RENDA EXTRAORDINÁRIA	102.429	135.807	—	33.378
Total geral.	9.202.713	8.509.304	+	693.409

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A ABRIL — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
S ã o L u i z			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	368.873	649.994	— 281.121
imposto adicional de 10%.....	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	21.836	40.687	— 18.851
Total.	390.709	690.681	— 299.972
Imposto de consumo.	657.078	669.723	— 12.645
Imposto de renda.	66.697	22.182	+ 44.515
Impostos s/átos emanados.	165.099	147.763	+ 17.336
Rendas patrimoniais.	9.468	11.886	— 2.418
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	43.146	75.491	— 32.345
Total da renda ordinária.	1.332.197	1.617.726	— 285.529
RENDA EXTRAORDINÁRIA	12.619	8.262	+ 4.357
Total geral.	1.344.816	1.625.988	— 281.172
P A R N A Í B A			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	282.464	278.164	+ 4.300
Imposto adicional de 10%.....	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	1.084	2.032	— 948
Total.	283.548	280.196	+ 3.352
Imposto de consumo.	159.566	128.674	+ 30.892
Imposto de renda.	31.890	11.846	+ 20.044
Impostos s/átos emanados.	262.020	189.688	+ 72.332
Rendas patrimoniais.	9.080	680	+ 8.400
Rendas industriais.	63	—	+ 63
Diversas rendas.	31.881	43.716	— 11.835
Total da renda ordinária.	778.048	654.800	+ 123.248
RENDA EXTRAORDINÁRIA	12.578	5.252	+ 7.326
Total geral.	790.626	660.052	+ 130.574

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A ABRIL — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
F O R T A L E Z A			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	2.710.363	2.814.655	— 104.292
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	242.842	293.481	— 50.639
Total.	2.953.205	3.108.136	— 154.931
Imposto de consumo.	1.816.362	1.675.251	+ 141.111
Imposto de renda.	120.568	170.541	— 49.973
Impostos s/átos emanados.	139.116	79.507	+ 59.609
Rendas patrimoniais.	18.645	17.682	+ 963
Rendas industriais.	352	851	— 499
Diversas rendas.	263.600	141.866	+ 121.734
Total da renda ordinária.	5.311.848	5.193.834	+ 118.014
RENDA EXTRAORDINÁRIA	50.645	30.490	+ 20.155
Total geral.	5.362.493	5.224.324	+ 138.169
N A T A L			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	235.394	314.015	— 78.621
Imposto adicional de 10%	23.982	39.273	— 15.291
Outras rubricas: 3 a 7.	16.000	27.936	— 11.936
Total.	275.376	381.224	— 105.848
Imposto de consumo.	327.788	315.972	+ 11.816
Imposto de renda.	10.210	9.827	+ 383
Impostos s/átos emanados.	83.346	217.491	— 134.145
Rendas patrimoniais.	4.496	9.650	— 5.154
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	37.151	50.596	— 13.445
Total da renda ordinária.	738.367	984.760	— 246.393
RENDA EXTRAORDINÁRIA	109.674	30.862	+ 78.812
Total geral.	848.041	1.015.622	— 167.581

I -- ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A ABRIL — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
JOÃO PESSÔA			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	438.751	548.292	— 109.541
Imposto adicional de 10%.....	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	17.600	17.922	— 322
Total.	456.351	566.214	— 109.863
Imposto de consumo.	882.144	872.924	+ 9.220
Imposto de renda.	19.598	62.063	— 12.465
Impostos s/âtos emanados.	78.443	50.033	+ 28.410
Rendas patrimoniais.	25.874	20.310	+ 5.564
Rendas industriais.	23	22	+ 1
Diversas rendas.	102.939	115.001	— 12.062
Total da renda ordinária.	1.595.372	1.686.567	— 91.195
RENDA EXTRAORDINÁRIA	19.812	26.759	— 6.947
Total geral.	1.615.184	1.713.326	— 98.142
R E C I F E			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	16.695.430	14.982.043	+ 1.713.387
Imposto adicional de 10%.....	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	167.815	165.561	+ 2.254
Total.	16.863.245	15.147.604	+ 1.715.641
Imposto de consumo.	8.236.905	7.428.483	+ 808.422
Imposto de renda.	160.012	164.997	— 4.985
Impostos s/âtos emanados.	417.453	226.648	+ 190.805
Rendas patrimoniais.	210.811	177.816	+ 32.995
Rendas industriais.	440	752	+ 312
Diversas rendas.	1.613.091	1.332.784	+ 280.307
Total da renda ordinária.	27.501.957	24.479.084	+ 3.022.873
RENDA EXTRAORDINÁRIA	370.087	305.730	+ 64.357
Total geral.	27.872.044	24.784.814	+ 3.087.230

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DICRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A ABRIL -- 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
M A C E I Ó			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	451.290	580.393	— 129.103
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	39.751	39.174	+ 577
Total.	491.041	619.567	— 128.526
Imposto de consumo.	441.283	420.429	+ 20.854
Imposto de renda.	31.688	31.660	+ 28
Impostos s/átos emanados.	251.402	228.033	+ 23.369
Rendas patrimoniais.	5.758	2.298	+ 3.460
Rendas industriais.	172	106	+ 66
Diversas rendas.	235.304	193.336	+ 41.968
Total da renda ordinária.	1.456.648	1.495.429	— 38.781
RENDA EXTRAORDINÁRIA	7.213	8.714	— 1.501
Total geral.	1.463.861	1.504.143	— 40.282
A R A C A J Ú			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	76.542	156.796	— 80.254
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	2.292	1.607	+ 685
Total.	78.834	158.403	— 79.569
Imposto de consumo.	547.505	571.369	— 23.864
Imposto de renda.	21.455	5.486	+ 15.969
Impostos s/átos emanados.	225.435	187.410	+ 38.025
Rendas patrimoniais.	8.506	15.479	— 6.973
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	57.068	92.477	— 35.409
Total da renda ordinária.	938.803	1.030.624	— 91.821
RENDA EXTRAORDINÁRIA	7.303	7.958	— 655
Total geral.	946.106	1.038.582	— 92.476

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A ABRIL — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
SALVADOR			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	1.733.329	5.938.586	— 1.205.257
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	122.705	116.833	+ 5.872
Total.	4.856.034	6.055.419	— 1.199.385
Imposto de consumo.	3.861.101	3.988.117	— 127.016
Imposto de renda.	636.052	747.750	— 111.698
Impostos s/átos emanados.	872.606	680.725	+ 191.881
Rendas patrimoniais.	45.136	47.846	— 2.710
Rendas industriais.	367	556	— 189
Diversas rendas.	773.945	972.213	— 198.268
Total da renda ordinária.	11.045.241	12.492.626	— 1.447.385
RENDA EXTRAORDINÁRIA	866.380	320.100	+ 546.280
Total geral.	11.911.621	12.812.726	— 901.105
VITÓRIA			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	16.338	265.502	— 249.164
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	16.100	29.835	— 13.735
Total.	32.438	295.337	— 262.899
Imposto de consumo.	284.527	394.011	— 109.484
Imposto de renda.	36.867	31.662	+ 5.205
Imposto s/átos emanados.	354.465	353.326	+ 1.139
Rendas patrimoniais.	104.550	21.219	+ 83.331
Rendas industriais.	182	—	+ 182
Diversas rendas.	38.372	46.374	— 8.002
Total da renda ordinária.	851.401	1.141.929	— 290.528
RENDA EXTRAORDINÁRIA	58.120	22.331	+ 35.789
Total geral.	909.521	1.164.260	— 254.739

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A ABRIL — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
RIO DE JANEIRO			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	132.451.110	121.654.079	+ 10.797.031
Imposto adicional de 10%	13.614.716	12.769.530	+ 845.186
Outras rubricas: 3 a 7.	819.676	1.016.124	— 196.448
Total.	146.885.502	135.439.733	+ 11.445.769
Imposto de consumo.	17.662.634	14.215.103	+ 3.417.531
Imposto de renda.	—	—	—
Impostos s/átos emanados.	4.668	4.329	+ 339
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	6.282	8.962	— 2.680
Diversas rendas.	10.013.724	8.421.588	+ 1.589.136
Total da renda ordinária. . .	174.572.810	158.122.715	+ 16.450.095
RENDA EXTRAORDINÁRIA	1.204.853	1.244.026	— 39.173
Total geral.	175.777.663	159.366.741	+ 16.410.922
SANTOS			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	168.582.489	141.612.520	+ 26.939.969
Imposto adicional de 10%	17.661.678	14.910.708	+ 2.750.970
Outras rubricas: 3 a 7.	802.918	1.076.375	— 273.457
Total.	187.047.085	157.629.603	+ 29.417.482
Imposto de consumo.	18.686.013	15.691.001	+ 2.995.012
Imposto de renda.	903.391	570.240	+ 333.151
Impostos s/átos emanados.	4.950.228	4.750.928	+ 199.300
Rendas patrimoniais.	2.361	1.318	+ 1.043
Rendas industriais.	4.122	3.272	+ 850
Diversas rendas.	12.294.407	10.144.060	+ 2.150.347
Total da renda ordinária. . .	223.887.607	188.790.922	+ 35.096.685
RENDA EXTRAORDINÁRIA	1.002.193	638.290	+ 363.903
Total geral.	224.889.800	189.429.212	+ 35.460.588

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A ABRIL — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
P A R A N A G U Á			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	511.392	1.276.755	— 762.363
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7	13.200	67.200	— 24.000
Total.	557.592	1.343.955	— 786.363
Imposto de consumo	133.862	235.502	— 101.640
Imposto de renda	6.538	7.383	— 845
Impostos s/átos emanados	78.153	88.565	— 10.412
Rendas patrimoniais	301	53	+ 248
Rendas industriais	76	90	— 14
Diversas rendas	68.567	101.386	— 35.819
Total da renda ordinária.	845.089	1.779.934	— 934.845
RENDA EXTRAORDINÁRIA	13.701	11.407	+ 2.294
Total geral.	858.790	1.791.341	— 932.551
S ã O F R A N C I S C O			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	565.911	966.816	— 400.905
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7	17.532	53.109	— 35.577
Total.	583.443	1.019.925	— 436.482
Imposto de consumo	100.268	173.251	— 72.983
Imposto de renda	3.188	6.621	— 3.433
Impostos s/átos emanados	79.573	84.990	— 5.417
Rendas patrimoniais	4.122	3.199	+ 923
Rendas industriais	13	68	— 55
Diversas rendas	75.567	103.478	— 27.911
Total da renda ordinária.	846.174	1.391.532	— 545.358
RENDA EXTRAORDINÁRIA	6.251	8.392	— 2.141
Total geral.	852.425	1.399.924	— 547.499

Diretoria das Rendas Aduaneiras**I — ARRECADAÇÃO GERAL****3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS****JANEIRO A ABRIL — 1940 - 1939****(Milréis)**

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
FLORIANÓPOLIS			
RENDAS ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	442.765	524.740	— 81.975
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	1.426	13.206	— 11.780
Total.	444.191	537.946	— 93.755
Imposto de consumo.	239.010	236.117	+ 2.893
Imposto de renda.	19.131	14.242	+ 4.889
Impostos s/átos emanados.	165.434	165.381	+ 53
Rendas patrimoniais.	23.366	7.372	+ 15.994
Rendas industriais.	350	298	+ 52
Diversas rendas.	53.879	60.294	— 6.415
Total da renda ordinária. . .	945.361	1.021.650	— 76.289
RENDAS EXTRAORDINÁRIA	8.681	6.976	+ 1.705
Total geral.	954.042	1.028.626	— 74.584
RIO GRANDE			
RENDAS ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	3.032.328	2.554.952	+ 477.376
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	100.160	163.670	— 63.510
Total.	3.132.488	2.718.622	+ 413.866
Imposto de consumo.	1.994.164	2.160.592	— 166.428
Imposto de renda.	124.193	17.978	+ 106.215
Impostos s/átos emanados.	693.263	545.125	+ 148.138
Rendas patrimoniais.	12.477	2.546	+ 9.931
Rendas industriais.	200	555	— 355
Diversas rendas.	627.646	380.832	+ 246.814
Total da renda ordinária. . .	6.584.431	5.826.250	+ 758.181
RENDAS EXTRAORDINÁRIA	49.715	206.001	— 156.286
Total geral.	6.634.146	6.032.251	+ 601.895

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3 DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A ABRIL — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
PELOTAS			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	711.130	1.215.902	— 501.472
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	8.360	5.821	+ 2.539
Total.	722.790	1.221.723	— 498.933
Imposto de consumo.	1.866.193	1.815.971	+ 20.522
Imposto de renda.	292.273	88.537	+ 203.736
Impostos s/átos emanados.	462.919	423.614	+ 39.335
Rendas patrimoniais.	5.234	21.106	— 15.872
Rendas industriais.	767	168	+ 599
Diversas rendas.	182.471	190.613	— 8.142
Total da renda ordinária. ...	3.532.977	3.791.732	— 258.755
RENDA EXTRAORDINÁRIA	40.823	42.441	— 1.618
Total geral.	3.573.800	3.834.173	— 260.373
PÓRTO ALEGRE			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	10.621.277	11.981.735	— 1.360.458
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	5.801	5.085	+ 716
Total.	10.627.078	11.986.820	— 1.359.742
Imposto de consumo.	11.650.779	11.694.742	— 43.963
Imposto de renda.	1.499.984	561.771	+ 938.213
Impostos s/átos emanados.	770.678	604.093	+ 166.585
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	400	1.133	— 733
Diversas rendas.	806.852	858.676	— 51.824
Total da renda ordinária. ...	25.355.771	25.707.235	— 351.464
RENDA EXTRAORDINÁRIA	412.883	243.779	+ 169.104
Total geral.	25.768.654	25.951.014	— 182.360

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A ABRIL — 1940¹- 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentária	1940	1939	Diferenças em 1940
LIVRAMENTO			
RENDAS ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	1.005.947	590.817	+ 415.130
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	567.944	439.941	+ 128.003
Total.	1.573.891	1.030.758	+ 543.133
Imposto de consumo.	381.682	431.362	— 49.680
Imposto de renda.	48.248	477.691	— 429.443
Impostos s/átos emanados.	448.136	342.560	+ 105.576
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	70	373	— 303
Diversas rendas.	635.438	389.123	+ 246.315
Total da renda ordinária.	3.087.465	2.671.867	+ 415.598
RENDAS EXTRAORDINÁRIA	21.792	127.216	— 105.424
Total geral.	3.109.257	2.799.083	+ 310.174
URUGUAIANA			
RENDAS ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	213.421	163.411	+ 50.010
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	114.125	16.698	+ 97.427
Total.	327.546	180.109	+ 147.437
Imposto de consumo.	205.749	156.110	+ 49.639
Imposto de renda.	3.623	8.034	— 4.411
Impostos s/átos emanados.	181.133	162.914	+ 18.219
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	137.996	42.858	+ 95.138
Total da renda ordinária.	856.047	550.025	+ 306.022
RENDAS EXTRAORDINÁRIA	8.207	18.708	— 10.501
Total geral.	864.254	568.733	+ 295.521

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A ABRIL — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
C O R U M B Á			
REDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	212.514	242.353	— 29.839
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	17.367	10.242	+ 7.125
Total.	229.881	252.595	— 22.714
Imposto de consumo.	312.630	242.787	+ 69.843
Imposto de renda.	33.081	52.044	— 18.963
Impostos s/átos emanados.	108.163	107.365	+ 798
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais	108	168	— 60
Diversas rendas.	70.525	48.595	+ 21.930
Total da renda ordinária. . .	754.388	703.554	+ 50.834
REDA EXTRAORDINÁRIA	18.247	24.453	— 6.206
Total Geral	772.635	728.007	+ 44.628

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

a) POR CLASSES DA TARIFA

JANEIRO A ABRIL — 1940 - 1939

(Milréis)

Classes da tarifa	Arrecadação		Diferenças em 1940	o/o Sôbre o total	
	1940	1939		1940	1939
Animais vivos.	1.203	1.948	— 745	0,00	0,00
Cabelos, pêlos e penas.	171.296	166.853	+ 4.443	0,13	0,14
Peles e couros.	514.688	793.065	— 278.377	0,39	0,65
Carnes, peixes, matérias oleosas e outros produtos de animais.	1.766.544	1.922.413	— 155.869	1,34	1,58
Madrepérula, marfim, tartaruga e outros desposos de animais.	222.384	93.425	+ 128.959	0,17	0,08
Lã.	2.283.620	3.415.049	— 1.131.429	1,72	2,81
Seda.	1.503.028	1.447.642	+ 55.386	1,14	1,19
Frutas, cereais, hortaliças e legumes e seus produtos.	8.545.183	10.533.561	— 1.988.378	6,45	8,66
Plantas, folhas, flores, frutos, semen- tes, raízes, cascas, forragens e espe- ciarias.	2.065.581	1.656.997	+ 408.584	1,56	1,36
Sumos ou sucos vegetais, bebidas al- coólicas e fermentadas e outros lí- quidos.	4.665.524	4.345.036	+ 320.488	3,52	3,57
Madeira.	741.485	681.217	+ 60.268	0,56	0,56
Cana da Índia e outras, bambú, jun- cos, vime e cipós.	106.990	52.670	+ 54.320	0,08	0,04
Cairo, esparto, manilha, paina, pias- sava, pita, sizal ou agave e outras matérias vegetais.	468.895	254.519	+ 214.376	0,35	0,21
Algodão.	2.094.457	1.960.436	+ 134.021	1,58	1,61
Linho, juta, cânhamo e râmia.	4.029.417	3.028.130	+ 1.001.287	3,04	2,49
Papel e suas aplicações.	2.303.778	2.577.655	— 273.877	1,74	2,12
Pedras, terras, minérios e outros pro- dutos minerais.	43.893.870	35.018.877	+ 8.874.993	33,13	28,79
Louça e vidro.	4.289.472	3.914.898	+ 374.574	3,24	3,22
Alumínio, chumbo, estanho, zinco e suas ligas.	777.671	779.422	— 1.751	0,59	0,64
Cobre e níquel e suas ligas.	2.054.835	2.048.871	+ 5.964	1,55	1,68

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

a) POR CLASSES DA TARIFA
JANEIRO A ABRIL — 1940-1939

(Milréis)

Classes da tarifa	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Ferro e aço e suas ligas.	14.904.359	10.905.417	+ 3.998.942	11,25	8,96
Ouro, platina e prata e suas ligas.	99.256	75.826	+ 23.430	0,07	0,06
Metaloides e vários metais.	293.555	157.319	+ 136.236	0,22	0,13
Matérias primas, não classificadas para as indústrias e preparações diversas para perfumarias, tintura- rias, curtume e outros usos.	6.565.125	5.097.667	+ 1.467.758	1,96	1,19
Produtos químicos inorgânicos e or- gânicos.	5.896.117	3.855.853	+ 2.040.264	4,45	3,17
Drogas, medicamentos químicos e preparações farmacêuticas, dieté- ticas e outras de uso em medicina.	3.505.283	3.698.660	— 193.377	2,65	3,04
Armamento e outras obras de armei- ro, objetos de munição e petrechos de guerra.	726.906	287.740	+ 439.166	0,55	0,24
Obras de cutelaria e seus acessórios.	130.531	211.483	— 80.952	0,10	0,17
Relojoaria.	510.696	400.648	+ 110.048	0,39	0,33
Aparelhos, instrumentos, máquinas e objetos físicos, químicos, matemá- ticos e óticos.	5.203.283	4.715.338	+ 487.945	3,93	3,88
Aparelhos, instrumentos e objetos de cirurgia.	376.832	497.418	— 120.586	0,28	0,41
Instrumentos de música e seus per- tences.	132.591	197.490	— 64.899	0,10	0,16
Veículos, seus acessórios e pertences	3.991.665	6.416.234	— 2.424.569	3,01	5,27
Maquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios diversos.	4.304.399	4.669.972	— 365.573	3,25	3,84
Vários artigos.	2.136.610	2.441.598	— 304.988	1,61	2,01
Reduções de direitos, diferenças en- globadas, falta de volumes, arre- matasções, mercadorias omissas, ex- traviadas, etc.	1.184.141	3.332.732	— 2.148.591	0,90	2,74
Total.	132.461.570	121.654.079	+ 10.807.491	100,00	100,00

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO

1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

b) POR PROCEDÊNCIAS

JANEIRO A ABRIL — 1940 - 1939

(Milréis)

Procedências	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Alemanha.	2.874.745	20.308.729	—17.433.984	2,17	16,62
Argentina.	7.009.611	9.391.628	— 2.382.017	5,29	7,73
Bélgica.	5.791.322	5.479.415	+ 311.907	4,37	4,50
Dinamarca.	105.963	554.612	— 448.649	0,08	46
Estados Unidos.	47.916.592	25.157.433	+22.759.159	36,18	20,69
França.	5.855.523	5.057.755	+ 797.768	4,42	4,17
Grã-Bretanha.	10.655.879	10.213.071	+ 442.808	8,05	8,11
Holanda.	11.158.583	3.228.107	+ 7.930.476	8,42	2,65
Itália.	2.292.455	1.631.710	+ 660.745	1,73	1,34
Japão.	3.778.167	2.175.067	+ 1.603.100	2,85	1,79
México.	4.198.104	10.222.329	— 6.024.225	3,17	8,41
Perú.	7.169.328	5.861.508	+ 1.307.820	5,41	4,82
Polônia.	1.391	765.215	— 763.824	0,00	0,63
Portugal.	3.635.589	3.588.608	+ 46.981	2,75	2,95
Possessões Britânicas:					
Canadá.	1.190.056	1.298.808	— 108.752	0,90	1,07
Irlanda.	495.121	795.849	— 300.728	0,37	0,66
Possessões Holandesas :					
Na America do Norte e Central.	7.063.390	6.475.203	+ 588.187	5,33	5,33
Suécia.	1.767.612	1.013.646	+ 753.966	1,34	0,83
Suíça.	2.241.881	1.520.233	+ 721.648	1,69	1,25
Tcheco-Slováquia.	25.821	1.111.328	— 1.085.507	0,02	0,91
Outras procedências.	7.234.407	5.803.825	+ 1.430.582	5,46	4,78
Total.	132.461.570	121.654.079	+10.807.491	100,00	100,00

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
2. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
JANEIRO A ABRIL — 1940-1939
(Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Fumo.	35.695	23.027	+ 12.668	0,20	0,16
Bebidas.	1.363.011	1.305.451	+ 57.560	7,73	9,17
Alcool.	50	996	— 946	0,00	0,01
Fósforos.	3.787	26.027	— 22.240	0,02	0,18
Sal.	688.466	611.713	+ 76.753	3,90	4,51
Calçados.	6.177	20.619	— 14.442	0,04	0,15
Perfumarias e artigos de tocador.	496.549	366.117	+ 130.432	2,81	2,57
Especialidades farmacêuticas.	687.261	841.728	— 154.467	3,89	5,93
Conservas.	812.793	933.962	— 121.169	4,60	6,56
Vinagre e óleos adequados à alimentação	528.912	456.137	+ 72.775	2,99	3,20
Velas.	149	625	— 476	0,00	0,00
Tecidos.	898.137	923.783	— 25.646	5,08	6,49
Artefatos de tecidos e de peles.	452.100	371.683	+ 80.417	2,56	2,61
Papel e artefatos.	17.856	19.760	— 1.904	0,10	0,14
Cartas de jogar.	19.860	15.306	+ 4.554	0,11	0,11
Chapéus e bengalas.	18.317	19.852	— 1.535	0,10	0,14
Louças e vidros.	116.336	126.055	— 9.719	0,66	0,89
Ferragens e artefatos de ferro e outros metais	110.298	135.427	— 25.129	0,62	0,95
Café torrado ou moído e chá.	21.043	14.252	+ 6.791	0,12	0,10
Banha, manteiga e sucedâneos.	711	102	+ 609	0,00	0,00
Móveis.	243.658	230.234	+ 13.424	1,38	1,62
Armas de fogo, munições, etc.	49.759	57.400	— 7.641	0,28	0,40
Lâmpadas, pilhas, etc.	1.255.924	961.468	+ 294.456	7,11	6,74
Queijos e requeijões.	5.347	3.896	+ 1.451	0,03	0,03
Elettricidade.	—	—	—	—	—

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
2. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
JANEIRO A ABRIL — 1940-1939
(Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Tintas e vernizes.	1.267.963	690.530	+ 577.433	7,18	4,84
Leques e ventarolas.	31	20	+ 11	0,00	0,00
Artefatos de borracha.	141.641	226.523	— 84.882	0,80	1,59
Navalhas e pinceis para barba.	43.552	79.977	— 36.425	0,25	0,56
Pentes, escovas e espanadores.	32.800	65.941	— 33.141	0,19	0,46
Brinquedos.	14.286	18.737	— 4.451	0,08	0,13
Artefatos de couros e outros materiais.	33.957	47.349	— 13.392	0,19	0,33
Jóias e obras de ourives.	886	28.910	— 28.024	0,01	0,20
Gazolina e carburêto de cálcio.	7.717.377	5.012.829	+ 2.704.548	43,70	35,20
Bijouterias, obj. de adorno e relógios.	157.802	113.893	+ 43.909	0,89	0,80
Ladrilhos, mozaicos, azulejos, etc. ...	59.122	85.000	— 25.878	0,33	0,60
Instrumentos de música.	20.598	31.711	— 11.113	0,12	0,22
Mat. fotográfico e cinematográfico. ...	278.776	276.712	+ 2.064	1,58	1,94
Fogões e fogareiros.	3.033	6.192	— 3.159	0,02	0,04
Cimento.	29.766	29.914	— 148	0,17	0,21
Linhas, cordoalhas e botões.	28.548	31.885	— 3.337	0,16	0,22
Emolumentos de esc. comerciais.	—	—	—	—	—
Selagem de estoque.	—	—	—	—	—
Depósitos fechados.	—	—	—	—	—
Total.	17.662.634	14.245.103	+ 3.417.531	100,00	100,00
RESUMO					
Segundo a origem das mercadorias					
Nacionais.	687.497	635.334	+ 52.163	3,89	4,46
Estrangeiras.	16.975.137	13.609.769	+ 3.365.368	96,11	95,54
Segundo a modalidade de pagamento					
Taxa.	6.028.328	5.950.712	+ 77.616	34,13	41,78
Verba.	11.634.306	8.294.391	+ 3.339.915	65,87	58,22

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
 3. RESUMO DA IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS DESPACHADAS COM REDUÇÃO
 E ISENÇÃO DE DIREITOS
 JANEIRO A ABRIL — 1940
 (Milréis)

Discriminação		Valor	Direitos devidos	Direitos arrecadados	Diferenças	
R E - D U - Ç Õ E S	85 %	Janeiro	102.666	5.969	895	5.074
		Fevereiro	147.631	17.532	2.630	14.902
		Março	83.001	7.246	1.087	6.159
		Abril	695.516	53.038	7.956	45.082
		Total	1.028.814	83.785	12.568	71.217
	80 %	Abril	48.262	128.644	25.729	102.915
	75 %	Janeiro	67.364	15.906	4.794	11.112
		Fevereiro	250.934	28.432	7.108	21.324
		Março	43.213	11.721	2.930	8.791
		Abril	55.317	1.064	1.016	3.048
		Total	416.828	60.123	15.848	44.275
	50 %	Janeiro	3.886.538	240.241	120.121	120.120
		Fevereiro	969.758	113.138	60.273	52.865
		Março	1.555.801	250.649	121.987	128.662
		Abril	3.413.997	164.678	232.762	231.916
		Total	9.826.094	1.068.706	535.143	533.563
	Total geral ..		11.319.998	1.341.258	589.288	751.970
I S E N - Ç Õ E S	Govêrno Federal	Janeiro	18.120.877	2.099.842	—	—
		Fevereiro	21.822.502	2.151.379	—	—
		Março	26.264.998	2.454.207	—	—
		Abril	39.191.705	4.093.021	—	—
		Total	105.400.082	10.798.449	—	—
	Govêrno dos Estados	Janeiro	699.368	124.497	—	—
		Fevereiro	180.453	31.102	—	—
		Março	340.462	6.462	—	—
		Abril	1.087.013	303.769	—	—
		Total	2.307.296	465.830	—	—
	Particulares	Janeiro	15.572.886	6.362.577	—	—
		Fevereiro	14.443.533	8.457.093	—	—
		Março	14.237.803	6.092.020	—	—
		Abril	11.784.152	6.171.639	—	—
		Total	56.038.374	27.083.329	—	—
	Livres pela tarifa	Janeiro	1.306.368	—	—	—
		Fevereiro	930.161	—	—	—
		Março	845.121	—	—	—
		Abril	390.046	—	—	—
		Total	3.471.696	—	—	—
	Total geral ..		167.217.448	38.347.608	—	—

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

a) POR CLASSES DA TARIFA
JANEIRO A ABRIL — 1940-1939
(Milréis)

Classes da tarifa	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Animais vivos.	1.283	2.032	— 749	0,00	0,00
Cabelos, pelos e penas.	1.097.593	733.359	+ 364.234	0,65	0,52
Peles e couros.	519.867	610.068	— 90.201	0,31	0,43
Carnes, peixes e produtos animais... .	1.544.363	2.077.476	— 533.113	0,92	1,47
Madreperola, marfim e tartaruga... .	88.560	61.796	+ 26.764	0,05	0,04
Lã.	2.201.355	3.515.546	— 1.314.191	1,31	2,48
Seda.	1.901.843	2.734.602	— 832.759	1,13	1,93
Frutas, cereais e legumes.	9.180.749	12.032.109	— 2.851.360	5,45	8,49
Plantas, folhas, flores, frutos, e semen- tes.	1.284.416	1.285.265	— 849	0,76	0,91
Sumos vegetais, bebidas alcoólicas. . . .	5.329.678	4.402.088	+ 927.590	3,16	3,11
Madeira.	764.271	706.277	+ 57.994	0,45	0,50
Cana da Índia, junco, vime e cipós... .	88.030	45.949	+ 42.081	0,05	0,03
Cairo, esparto e mat. veg. filamen- tosas.	688.281	572.000	+ 116.281	0,41	0,40
Algodão.	3.128.657	2.832.382	+ 296.275	1,86	2,00
Linho, juta, cânhamo e râmia.	5.209.033	3.174.327	+ 2.034.706	3,09	2,24
Papel e aplicações.	1.596.637	1.771.844	— 175.207	0,95	1,25
Pedras, terras, minérios e prod. mi- nerais.	44.126.933	33.440.608	+ 10.686.325	26,16	23,62
Louça e vidro.	3.267.777	3.694.502	— 426.725	1,94	2,61
Alumínio, chumbo, estanho, zinco e ligas.	1.584.227	1.145.101	+ 439.126	0,94	0,81
Cobre, níquel e ligas.	1.363.789	1.337.288	+ 26.501	0,81	0,94

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
a) POR CLASSES DA TARIFA

JANEIRO A ABRIL — 1940 - 1939

(Milréis)

Classes da tarifa	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sôbre o total	
	1940	1939		1940	1939
Ferro, aço e ligas.	22.740.419	19.125.849	+ 3.614.570	13,48	13,50
Ouro, platina, prata e ligas.	15.321	17.516	— 2.195	0,01	0,01
Metaloides e varios metais.	295.868	235.086	+ 60.782	0,18	0,17
Mat. primas para indústrias e outros usos.	9.905.197	6.996.136	+ 2.909.061	5,88	4,94
Produtos químicos inorgânicos e or- gânicos.	9.189.680	4.471.813	+ 4.717.837	5,45	3,16
Drogas, medicamentos de uso em me- dicina.	1.101.632	1.067.429	+ 37.203	0,66	0,75
Armamento, munição e petrechos de guerra.	131.805	150.557	— 15.752	0,08	0,11
Obras de cutelaria e seus acessórios.	81.823	190.006	— 105.183	0,05	0,13
Relojoaria.	221.586	331.050	— 109.464	0,13	0,23
Aparelhos, objetos quim. e físicos...	2.756.322	2.650.398	+ 105.924	1,63	1,87
Aparelhos e instrumentos de cirurgia.	144.159	268.744	— 124.585	0,09	0,19
Instrumentos de música e pertences.	191.929	297.843	— 105.914	0,11	0,21
Veículos, acessórios e pertences.	29.515.328	19.738.975	+ 9.776.853	17,50	13,94
Máquinas, aparelhos e utensilios di- versos.	5.278.573	5.149.051	+ 129.522	3,13	3,64
Vários artigos.	1.713.666	1.958.669	— 215.003	1,02	1,38
Reduções de direitos, diferenças en- globadas, falta de volumes, arrema- tações, mercadorias omissas, extra- das, etc.	330.183	2.818.749	— 2.488.566	0,20	1,99
Total.	168.590.333	141.642.520	+ 26.947.813	100,00	100,00

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
1. ARRECADAÇÃO DOS DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
b) POR PROCEDÊNCIA

JANERO A ABRIL — 1940 - 1939

(Milréis)

Procedências	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Alemanha.	1.102.088	17.651.841	—16.549.753	0,65	12,46
Argentina.	8.625.352	11.258.596	— 2.633.244	5,12	7,95
Belgica.	6.120.035	8.126.805	— 2.006.770	3,63	5,74
Estados Unidos.	73.483.729	45.444.760	+28.038.969	43,59	32,08
Finlândia.	119.829	592.219	— 472.390	0,07	0,42
França.	6.001.035	4.901.104	+ 1.099.931	3,56	3,46
Grã Bretanha.	11.596.482	10.664.616	+ 931.866	6,88	7,53
Holanda.	589.526	2.355.798	— 1.766.272	0,35	1,66
Italia.	5.457.677	4.838.924	+ 618.753	3,24	3,42
Japão.	6.701.957	4.158.408	+ 2.543.549	3,98	2,94
Noruega.	842.660	684.792	+ 157.868	0,50	0,48
Perú.	4.983.465	9.007.182	— 4.023.717	2,96	6,36
Polônia.	—	439.677	— 439.677	—	0,31
Portugal.	3.347.498	3.090.112	+ 257.386	1,99	2,18
Possessões Britânicas:					
Canadá	1.483.927	899.848	+ 584.079	0,88	0,64
India.	3.755.703	2.351.422	+ 1.404.281	2,22	1,66
Possessões Holandesas:					
Na America do Sul.	26.046.530	9.818.168	+16.228.362	15,44	6,93
Suécia	2.136.439	1.220.904	+ 915.535	1,27	0,86
Suíça	948.650	554.660	+ 393.990	0,56	0,39
Uruguai	131.959	526.818	— 394.859	0,08	0,37
Outras procedências	5.115.792	3.055.866	+ 2.059.926	3,03	2,16
Total geral.	168.590.333	141.642.520	+26.947.813	100,00	100,00

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
2. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
JANEIRO A ABRIL — 1940 - 1939
(Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	% Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Fumo	130.200	130.841	— 641	0,70	0,83
Bebidas	2.069.829	1.842.981	+ 226.848	11,08	11,75
Alcool	28.615	26.113	+ 2.502	0,15	0,17
Fosforos	26.358	36.827	— 10.469	0,14	0,24
Sal	1.168.986	741.872	+ 427.114	6,26	4,73
Calçados	27.269	37.795	— 10.526	0,15	0,24
Perfumarias e artigos de toucador	228.252	128.844	+ 99.408	1,22	0,82
Especialidades farmacêuticas	299.880	283.839	+ 16.041	1,61	1,81
Conservas	948.010	1.073.349	— 125.339	5,07	6,84
Vinagre e azeite	586.385	405.465	+ 180.920	3,14	2,59
Velas	9.759	8.620	+ 1.139	0,05	0,05
Tecidos	606.220	472.615	+ 133.605	3,25	3,01
Artefatos de tecidos e de peles	174.552	360.627	— 186.075	0,94	1,92
Papel e artefatos	67.566	64.455	+ 3.111	0,36	0,41
Cartas de jogar	1.855	5.428	— 3.573	0,01	0,03
Chapeus e bengalas	12.233	13.621	— 1.388	0,07	0,09
Louças e vidros	94.277	138.245	— 43.968	0,50	0,88
Ferragens e artefatos de ferro e alumínio	127.304	176.422	— 49.118	0,68	1,13
Café torrado ou moído e chá	183.186	198.280	— 15.094	0,98	1,26
Banha, manteiga e sucedâneos	46.957	11.322	+ 35.635	0,09	0,07
Moveis	181.494	130.906	+ 50.588	0,97	0,84
Armas de fogo e suas munições	43.301	20.055	+ 23.246	0,23	0,13
Lâmpadas, pilhas, etc.	931.355	751.267	+ 180.088	4,98	4,79
Queijos e requeijões	21.066	28.787	— 7.721	0,11	0,18
Elettricidade	77.200	69.080	+ 8.120	0,41	0,44
Tintas e vernizes	1.076.624	907.142	+ 169.482	5,76	5,78
Leques e ventarolas	670	760	— 90	0,00	0,00
Artefatos de borracha	358.348	300.806	+ 57.542	1,92	1,92
Navalhas e pinceis para barba	13.945	61.862	— 47.917	0,07	0,39
Pentes, escovas e espanadores	56.063	43.112	+ 12.951	0,30	0,27

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
 2. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
 PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
 JANEIRO A ABRIL — 1940 - 1939
 (Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Brinquedos.	13.457	17.841	— 4.384	0,07	0,11
Artefatos de couro e outros materiais	15.589	13.292	+ 2.297	0,08	0,08
Jóias e obras de ourives.	14.566	81.075	— 66.509	0,08	0,52
Gazolina e carburêto de cálcio.	8.750.199	6.667.599	+ 2.082.600	46,83	42,49
Bijouterias, objetos de adorno e re- lógios.	90.535	48.903	+ 41.632	0,48	0,31
Ladrilhos, mozaicos, azulejos, etc.	32.710	159.364	— 126.654	0,18	1,02
Instrumentos de música.	26.237	28.499	— 2.262	0,14	0,18
Mat. ótico, fotográfico e cinemato- grafico.	64.960	92.952	— 27.992	0,35	0,59
Fogões e fogareiros.	7.578	6.310	+ 1.268	0,04	0,04
Cimento.	22.253	50.260	— 28.007	0,12	0,32
Linhas, cordoalhas e botões.	58.965	85.728	— 26.763	0,32	0,55
Emolumentos de esc. comerciais.	17.600	27.840	— 10.240	0,09	0,18
Selagem de estoque.	105	—	+ 105	0,00	—
Depósitos fechados.	3.500	—	+ 3.500	0,02	—
Total.	18.686.013	15.691.001	+ 2.995.012	100,00	100,00
R E S U M O					
Segundo a origem das mercadorias					
Nacionais.	2.287.742	1.936.587	+ 351.155	12,25	12,34
Estrangeiras.	16.398.271	13.754.414	+ 2.643.857	87,75	87,66
Segundo a modalidade de pagamento					
Taxa.	5.702.498	5.237.822	+ 464.676	30,52	33,38
Verba.	12.417.860	9.832.269	+ 2.585.591	66,45	62,66
Registro.	565.655	620.910	— 55.255	3,03	3,96

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
3. RESUMO DA IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS DESPACHADAS COM REDUÇÃO
E ISENÇÃO DE DIREITOS
JANEIRO A ABRIL — 1940

(Milréis)

Discriminação			Valor	Direitos devidos	Direitos arrecadados	Diferenças
R E - D U - C Õ E S	85 %	Janeiro	2 114 292	544 498	81 675	462 823
		Fevereiro	2 510 093	922 361	138 353	784 008
		Março	6 912 750	1 013 814	149 749	864 065
		Abril	7 667 210	1 596 239	244 133	1 352 106
		Total	19 204 345	4 076 912	613 910	3 463 002
	80 %	Janeiro	199 017	472 544	94 509	378 035
		Total				
	75 %	Janeiro	6 598 743	161 714	40 129	121 285
		Fevereiro	1 240 129	233 061	58 265	174 796
		Março	7 527 974	235 638	58 909	176 729
		Abril	653 679	72 100	18 960	53 140
		Total	16 020 525	702 513	176 563	525 950
	50 %	Janeiro	3 577 291	669 357	334 678	334 679
		Fevereiro	3 812 227	597 585	298 792	298 793
		Março	3 723 116	850 624	425 312	425 312
		Abril	3 111 904	434 761	217 380	217 381
		Total	14 224 568	2 552 327	1 276 162	1 276 165
	Total geral		49 648 455	7 804 296	2 161 144	5 643 152
I S E N - C Õ E S	Governo Federal	Janeiro	372 546	64 151	—	—
		Fevereiro	510 327	123 761	—	—
		Março	118 862	32 036	—	—
		Abril	23 589 943	1 851 488	—	—
		Total	24 621 678	2 071 736	—	—
	Governo dos Estados	Janeiro	412 493	136 095	—	—
		Fevereiro	89 172	10 439	—	—
		Março	1 449 349	221 173	—	—
		Abril	1 598 735	89 982	—	—
		Total	3 549 749	457 689	—	—
	Particulares	Janeiro	4 546 207	1 125 629	—	—
		Fevereiro	4 148 244	995 307	—	—
		Março	4 883 317	2 765 019	—	—
		Abril	6 970 473	2 408 245	—	—
		Total	20 548 241	7 294 200	—	—
	Livres pela tarifa	Janeiro	3 713 586	—	—	—
		Fevereiro	1 249 261	—	—	—
		Março	199 098	—	—	—
		Abril	1 409 892	—	—	—
		Total	6 571 837	—	—	—
	Total geral		55 291 505	9 823 625	—	—

IV — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE PORTO ALEGRE
1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

a) POR CLASSES DA TARIFA
JANEIRO A ABRIL — 1940 - 1939
(Milréis)

Classes da tarifa	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Animais vivos.	—	17	—	0,00	0,00
Cabelos, pêlos e penas.	13.550	33.716	—	0,13	0,28
Peles e couros.	27.020	81.019	—	0,26	0,68
Carnes, peixes, matérias oleosas e outros produtos de animais.	7.278	20.009	—	0,07	0,17
Madreperola, marfim, tartaruga e outros despojos de animais.	—	5.000	—	0,00	0,04
Lã.	39.030	87.718	—	0,37	0,73
Seda.	4.221	15.781	—	0,04	0,13
Frutas, cereais, hortaliças e legumes e seus produtos.	364.046	591.424	+	8,19	4,94
Plantas, folhas, flores, frutos sementes, raízes, cascas, forragens e especiarias.	225.167	159.896	+	2,13	1,33
Sumos ou sucos vegetais, bebidas alcoólicas e fermentadas e outros líquidos.	228.273	208.439	+	2,16	1,74
Madeira.	46.502	27.218	+	0,44	0,23
Cana da Índia e outras, bambú, juncos, vime e cipós.	12.021	20.144	—	0,11	0,17
Cairo, esparto, manilha, paina, piassova, pita, sizal ou agave e outras matérias vegetais.	14.789	8.165	+	0,14	0,07
Algodão.	112.398	171.209	—	1,06	1,43
Linho, juta, cânhamo e râmia.	23.677	179.043	—	0,22	1,49
Papel e suas aplicações.	1.356.593	144.433	+	12,85	1,20
Pedras, terras, minérios e outros produtos minerais.	2.310.931	1.801.424	+	21,90	15,03
Louça e vidro.	438.255	603.384	—	4,15	5,03
Alumínio, chumbo, estanho, zinco e suas ligas.	92.646	130.046	—	0,88	1,09
Cobre e níquel e suas ligas.	50.335	179.056	—	0,48	1,49
Ferro e aço e suas ligas.	2.836.602	4.079.845	—	26,88	34,05
Ouro, platina e prata e suas ligas. ...	1.892	3.761	—	0,02	0,03

IV — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE PORTO ALEGRE
1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

a) POR CLASSES DA TARIFA
JANEIRO A ABRIL — 1940 - 1939
(Milréis)

Classes da tarifa	Total Arrecadação		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total		
	1940	1939		1940	1939	
Metaloídes e vários metais.	13.181	8.242	+	4.942	0,12	0,07
Matérias primas, não classificadas para as indústrias e preparações diversas para perfumarias, tintu- rarias, curtume e outros usos...	158.744	627.290	—	468.546	1,50	5,23
Produtos químicos inorgânicos e or- gânicos.	534.145	468.280	+	65.865	5,06	3,91
Drogas, medicamentos químicos e preparações farmacêuticas, dietê- ticas e outras de uso em medi- cina.	16.941	43.314	—	26.373	0,16	0,36
Armamento e outras obras de armei- ro, objetos de munição e petre- chos de guerra		7.809	—	7.809	0,00	0,07
Obras de cutelaria e seus acessórios..	2.814	31.002	—	28.188	0,03	0,26
Relojoaria.	23.198	75.038	—	51.540	0,22	0,63
Aparelhos, instrumentos, máquinas e objetos físicos, químicos, matemá- ticos e óticos.	256.557	405.848	—	149.291	2,43	3,39
Aparelhos, instrumentos e objetos de cirurgia.	5.151	41.432	—	36.281	0,05	0,35
Instrumentos de música e seus per- tences.	18.886	45.684	—	26.798	0,18	0,38
Veículos, seus acessórios e pertences.	306.225	536.542	—	230.317	2,90	4,48
Máquinas, aparelhos, ferramentais e utensílios diversos.	277.707	757.608	—	479.901	2,63	6,32
Vários artigos.	49.216	198.412	—	149.196	0,47	1,66
Reduções de direitos, diferenças en- globadas, falta de volumes, arre- matações, mercadorias omissas, extraviadas e outras sem deter- minação de classe.	186.478	184.487	+	1.991	1,77	1,54
Total.	10.554.772	11.981.735	—	1.426.963	100,00	100,00

IV — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE PORTO ALEGRE
1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

b) POR PROCEDÊNCIAS
JANEIRO A ABRIL — 1940 - 1939
(Milréis)

Procedências	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sôbre o total	
	1940	1939		1940	1939
Alemanha.	205.214	4.871.677	— 4.666.463	1,94	40,66
Argentina.	1.118.673	1.652.099	— 533.426	10,60	13,79
Bélgica.	753.324	1.144.154	— 390.830	7,14	9,55
China.	36.554	14.456	+ 22.098	0,35	0,12
Estados Unidos.	6.121.851	2.150.648	+ 3.971.203	58,00	17,95
França.	105.605	564.569	— 458.964	1,00	4,71
Grã-Bretanha.	681.556	595.356	+ 86.200	6,46	4,97
Holanda.	31.936	107.837	— 75.901	0,30	0,89
Itália.	60.464	94.076	— 33.612	0,57	0,79
Yugo-Slavia.	—	41.481	— 41.481	—	0,35
Japão.	137.687	17.607	+ 120.080	1,30	0,15
Luxemburgo.	—	74.288	— 74.288	—	0,62
Portugal.	98.933	75.257	+ 23.676	0,94	0,63
Possessões Britânicas:					
Canadá.	53.691	36.083	+ 17.608	0,51	0,30
Outras possessões Britânicas:					
na Asia.	—	114.072	— 114.072	—	0,95
Síria.	—	47.812	— 47.812	—	0,40
Suécia.	197.794	115.502	+ 82.292	1,87	0,96
Suíça.	53.590	67.343	— 13.753	0,51	0,56
Tchecoslovaquia.	—	75.258	— 75.258	—	0,63
Uruguai.	610.218	13.809	+ 596.409	5,78	0,12
Outras procedências	287.682	108.351	+ 179.331	2,73	0,90
Total.	10.554.772	11.981.735	— 1.426.963	100,00	100,00

ANEXO

IMPORTAÇÃO GERAL

RESUMO POR PRO

(Valor e Direitos)

Procedências	1939		
	Valor	Tonelagem	Direitos
Alemanha.	953.514	540.787	166.716
Argentina.	400.863	962.572	73.590
Armenia.	1.038	383	139
Belgica.	244.981	136.557	52.098
Canadá.	60.048	14.577	9.288
Chile.	24.319	32.812	5.997
China.	4.296	729	2.334
Colombia.	1.219	4.228	1.589
Cuba.	288	168	87
Dantzig.	2.149	1.349	123
Dinamarca.	20.566	3.802	2.580
Equador.	2.512	166	118
Espanha.	2.565	798	403
Estados Unidos.	1.572.465	1.023.606	303.296
Finlandia.	38.519	39.643	3.952
França.	139.609	23.074	34.667
Grã Bretanha.	454.820	730.033	92.707
Grecia.	2.180	1.308	619
Holanda.	76.090	183.158	19.795
Hungria.	19.486	9.732	6.050
India Inglesa.	54.989	27.045	9.227
India Holandeza.	6.332	6.069	2.586
Islandia.	1.043	442	198
Irlanda.	13.515	413	4.123
Italia.	92.238	24.566	20.832
Iugo-Slavia.	785	877	178
Japão.	76.459	12.777	22.583
Luxemburgo.	6.487	2.952	1.679
Mexico.	69.309	291.787	36.938
Noruega.	30.162	23.669	5.439
Nova Zelandia.	—	—	—
Paraguai.	2.280	19.307	593
Perú.	58.474	142.727	52.846
Persia.	1.229	47	609
Polonia.	10.893	8.481	2.813
Portugal.	87.673	34.168	29.053
Russia.	780	882	104
Síria.	1.305	475	858

DE MERCADORIAS

CEDÊNCIAS — 1939-1938

em contos de réis)

1938			Diferenças em 1939		
Valor	Tonelagem	Direitos	Valor	Tonelagem	Direitos
1.297.580	1.054.165	214.912	— 344.066	— 513.378	— 48.196
560.099	961.021	78.706	— 159.236	+ 1.551	— 5.116
481	241	85	+ 557	+ 142	+ 54
243.748	136.031	50.845	+ 1.233	+ 526	+ 1.253
53.299	11.976	9.252	+ 6.749	+ 2.601	+ 36
19.355	23.077	1.451	+ 4.964	+ 9.735	+ 1.543
2.864	496	1.574	+ 1.432	+ 233	+ 760
66	22	24	+ 1.153	+ 4.206	+ 1.565
113	15	50	+ 175	+ 153	+ 37
			+ 2.149	+ 1.349	+ 123
33.539	7.401	3.981	— 12.973	— 3.599	— 1.401
9.414	11.869	341	— 6.902	— 11.703	— 226
2.301	1.016	597	+ 261	— 218	— 194
1.309.121	756.071	280.891	+ 263.344	+ 267.535	+ 22.402
37.751	33.750	24.675	+ 768	+ 5.893	— 20.723
157.140	32.118	39.638	— 17.531	— 9.044	— 4.971
538.975	728.516	101.979	— 84.155	+ 1.517	— 9.272
3.520	1.158	1.040	— 1.340	+ 150	— 421
135.984	392.655	54.375	— 59.894	— 209.497	— 34.580
8.700	4.881	1.581	+ 10.786	+ 4.851	+ 4.469
46.232	19.242	8.531	+ 8.757	+ 7.803	+ 696
2.252	368	1.086	+ 4.080	+ 5.701	+ 1.500
			+ 1.043	+ 442	+ 198
8.252	225	2.517	+ 5.263	+ 188	+ 1.606
99.912	23.889	23.958	— 7.671	+ 677	— 3.126
2.193	1.636	244	— 1.408	— 759	— 66
73.453	9.083	24.633	+ 3.006	+ 3.694	— 2.050
7.371	3.909	2.611	— 884	— 957	— 935
57.174	276.708	37.979	+ 12.135	+ 15.079	— 1.041
33.732	25.526	14.310	— 3.570	— 1.857	— 8.871
971	834	373	— 971	— 834	— 373
			+ 2.280	+ 19.307	+ 593
25.393	65.841	24.479	+ 33.081	+ 76.886	+ 28.367
863	23	407	+ 366	+ 24	+ 202
12.917	12.753	2.649	— 2.024	— 4.272	+ 164
81.570	26.108	28.681	+ 6.103	+ 8.060	+ 372
327	50	80	+ 453	+ 832	+ 24
1.038	277	571	+ 267	+ 198	+ 287

IMPORTAÇÃO GERAL

RESUMO POR PRO

(Valor e Direitos)

Procedências	1939		
	Valor	Tonelagem	Direitos
Suecia.	78.492	43.385	9.880
Suissa.	52.243	2.481	7.771
Tcheco-Slovaquia.	17.691	6.588	3.521
Terra Nova.	14.540	7.371	3.012
Turquia.	6.144	35.439	1.823
União Sul Africana.	1.855	123	174
Uruguai.	37.880	22.176	11.618
Venezuela.	1.206	10.382	477
Possessões, colonias, protetorados e territórios sob mandato:			
Inglezes na America do Norte.	4.306	14.330	1.690
Holandezes na America Central.	18.916	99.431	13.328
Holandezes na America do Sul.	69.221	338.141	30.335
Inglezes na Asia.	13.300	4.302	2.603
Portuguezes na Asia.	—	—	—
Francezes na Africa.	1.117	437	201
Inglezes na Africa.	15.782	7.208	1.786
Americanos na Oceania.	1.025	375	129
Holandezes na Oceania.	2.502	9.923	823
Inglezes na Oceania.	3.524	351	562
Procedências não declaradas e outras de menor intercambio.	3.456	2.252	3.297
Totais.	4.878.680	4.910.861	1.059.837
R E S U M O :			
Direitos Integrais :			
Tarifa minima.	3.297.663	3.877.998	803.964
Tarifa Geral.	11.019	2.196	4.363
Convenios Comerciais.	640.995	144.816	117.953
Totais.	3.949.677	4.025.010	926.280
Isenções de Direitos :			
Tarifa Minima.	844.500	855.966	129.132
Tarifa Geral.	353	543	18
Convenios Commerciais.	84.149	29.342	4.407
Totais.	929.002	885.851	133.557

DE MERCADORIAS

CEDÊNCIAS — 1939 - 1938

em contos de réis)

1938			Diferenças em 1939					
Valor	Tonelagem	Direitos	Valor	Tonelagem	Direitos	Valor	Tonelagem	Direitos
89 810	42 287	11.039	—	11.348	+	1.098	—	1.159
48 087	2 209	7.671	+	4.156	+	272	+	100
54 321	12 657	12.740	—	36.630	—	6.069	—	9.219
16 288	7 627	3.093	—	1.748	—	256	—	81
6 781	14 113	2.043	—	637	—	21.321	—	220
4 769	33 827	1.805	—	2.914	—	33.704	—	1.631
32 450	31.896	10.535	+	5.430	—	9.720	+	1.083
—	—	—	+	1.206	+	10.382	+	477
1 360	8 068	362	+	2.946	+	6.262	+	1.328
6 469	30 465	2.758	+	12.447	+	68.966	+	10.570
29 183	135 746	14.269	+	40.038	+	202.395	+	16.066
9 178	3 629	2.298	+	4.122	+	673	+	305
2	1	3	—	2	—	1	—	3
1 623	264	109	—	506	+	173	—	208
13 769	5 464	1.857	+	2.013	+	1.744	—	71
638	280	96	+	387	+	95	+	33
6 145	11 450	1.883	—	3.643	—	4.527	—	1.060
1 570	136	250	+	1954	+	215	+	312
1 331	2 111	2.551	—	875	—	162	+	746
5.194 507	4.968.489	1.117.780	—	315.827	—	57.628	—	57.943
3 609 586	3.734.805	824.735	—	311.923	+	143.193	—	20.771
6 667	951	3.131	+	4.352	+	1.245	+	1.232
642 733	101.316	118.178	—	1.738	+	43.500	—	225
4.258.986	3.837.072	946.044	—	309.309	+	187.938	—	19.764
865 577	1.114.744	161.927	—	21.077	—	258.778	—	35.795
40	3	3	+	313	+	540	+	15
69 904	16.670	6.806	+	14.245	+	12.672	—	2.399
935.521	1.131.417	171.736	—	6.519	—	245.566	—	38.179

ARRECAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO E DE SANTOS

1 — Números absolutos (Em contos de réis)

Periodos	Estados Unidos	Alemanha	Inglaterra	França
1938 :				
Janeiro.	19.039	14.712	5.906	2.662
Fevereiro.	20.723	12.266	5.899	2.543
Março.	13.303	12.996	6.850	3.050
Abril.	16.329	10.029	4.880	2.814
Maio.	17.710	10.437	4.702	2.966
Junho.	16.244	9.249	4.900	2.651
Julho.	20.674	9.382	4.912	2.757
Agosto.	14.522	10.112	5.550	2.938
Setembro.	16.221	10.172	4.855	2.047
Outubro.	15.214	8.648	5.579	2.745
Novembro.	12.533	9.815	7.143	3.215
Dezembro.	24.557	10.569	5.708	3.264
Total.	207.069	128.387	66.884	33.652
1939 :				
Janeiro.	20.394	8.990	4.884	2.075
Fevereiro.	12.308	8.567	4.562	2.485
Março.	22.372	11.326	6.001	3.192
Abril.	15.528	9.067	5.431	2.206
Maio.	16.817	10.182	6.295	3.033
Junho.	16.743	10.695	5.302	2.941
Julho.	23.141	10.032	5.766	2.375
Agosto.	18.684	10.980	6.864	3.171
Setembro.	16.062	4.949	4.585	1.213
Outubro.	20.521	2.756	4.226	1.751
Novembro.	27.429	2.139	5.071	798
Dezembro.	20.819	1.882	5.868	3.141
Total.	230.818	91.565	64.855	28.381
1940 :				
Janeiro.	38.526	2.030	6.641	1.676
Fevereiro.	26.224	731	5.015	4.537
Março.	28.520	1.061	5.129	1.982
Abril.	28.119	154	5.468	3.661
Total.	121.389	3.976	22.253	11.856

ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO E DE SANTOS

2 — Números índices (Média mensal 1938 = 100)

Períodos	Estados Unidos	Alemanha	Inglaterra	França
1938 :				
Janeiro.	110	137	105	94
Fevereiro.	120	114	105	90
Março.	77	121	122	108
Abril.	94	93	87	100
Maio.	102	97	84	105
Junho.	94	86	87	94
Julho.	119	87	88	98
Agosto.	84	94	99	104
Setembro.	94	95	87	73
Outubro.	88	80	100	97
Novembro.	72	91	128	114
Dezembro.	142	98	102	116
1939 :				
Janeiro.	118	84	87	74
Fevereiro.	71	80	81	88
Março.	129	105	107	113
Abril.	89	84	97	78
Maio.	97	95	112	108
Junho.	97	99	95	104
Julho.	134	93	103	84
Agosto.	108	102	123	113
Setembro.	93	46	82	43
Outubro.	118	25	75	62
Novembro.	158	19	90	28
Dezembro.	120	17	105	112
1940 :				
Janeiro.	223	18	119	59
Fevereiro.	151	6	89	161
Março.	165	9	92	70
Abril.	162	1	98	130



**Atos relativos á arrecadação
e fiscalização das
RENDAS ADUANEIRAS**

ATO DO PODER EXECUTIVO

DECRETO-LEI N. 2.121 — De 9 de Abril de 1940
(D. O. 11-4-40)

Retifica a tabela de emolumentos consulares, aprovada pelo Decreto-lei n. 2.006, de 8 de fevereiro de 1940

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Fica redigida da forma abaixo a letra b, do número 54, da tabela de emolumentos consulares aprovada pelo Decreto-lei número 2.006, de 8 de fevereiro de 1940 :

“54 —
.....

b) Quando destinado à fiscalização bancária para a transferência de cambiais do Brasil para o estrangeiro :

De valor até 500\$0, moeda brasileira, papel isento
De valor superior a 500\$0, até 1:000\$0..... 2\$0
De valor superior a 1:000\$0..... 3\$0”

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1940, 119º da Independência e 52º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DESPACHOS DE S. EXCIA. O SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA :

— Foram aprovados os seguintes pareceres do Sr. Ministro da Fazenda :

“Pedro Sales e Paulo Muicuce comunicam estar em organização uma sociedade anônima com a denominação de “Companhia Industrial de Cimento Lavras”, em Lavras, Estado de Minas Gerais, para realização de cujo empreendimento pedem o apoio do Governo, aguardando, nesse sentido, a palavra da Superior Autoridade.

O Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, por seu artigo 11, inciso 20, concede isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras para os maquinismos, aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais importados pelas empresas, companhias ou firmas que explorem a indústria de extração do petróleo, do carvão mineral, fabricação de cimento e de vidro plano, observadas as condições estabelecidas no capítulo VI.

Nestas condições, cumpre aos organizadores da citada companhia promoverem a assinatura do respectivo contrato, habilitando-se, para isso, na conformidade do que dispõe o art. 26 do Decreto-lei n. 300, de 1938, já aludido”.

(D. O. 9-4-40) .

“A Sociedade Anônima Fábrica Votorantim, com sede na capital do Estado de São Paulo e fábricas de óleos vegetais denominadas “Santa Helena” e “Lucinda”, nos municípios de Sorocaba e Campinas, no mesmo Estado, solicita autorização para o desembaraço, livre de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, de 449 caixas marca S. A. F. V., sem números, contendo folhas de Flandres em laminas simples, pesando legal 46.681 quilos, vindas de Nova Orleans, consignadas à ordem, pelo vapor nacional “Alegrete”, entrado em janeiro último, material esse destinado à confecção de envoltórios para os produtos daquelas fábricas.

Esclarece a requerente que já satisfaz as exigências do capítulo XI do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, achando-se, assim, habilitada a gozar dos favores concedidos pelo art. 12, inciso 7º do mesmo decreto-lei.

O Decreto-lei n.º 300, de 24 de fevereiro de 1938, por seu artigo 12, inciso 7.º, citado, isenta dos direitos de importação (pagando as demais taxas), os maquinismos, aparelhos e materiais necessários à exploração do fabrico do óleo de linhaça e outros vegetais, desde que sejam empregadas exclusivamente semenutes de produção nacional, observadas as condições do capítulo XI.

O material destinado ao envoltório dos óleos vegetais, como o que faz objeto do pedido apreciado, não se encontra compreendido no dispositivo acima transcrito, que beneficia apenas os maquinismos e materiais destinados à fabricação do produto. Acresce ainda que o favor legal é circunscri-

to aos direitos de importação, enquanto a suplicante pretende a isenção ampla dos direitos e taxas aduaneiras. Opino, assim, pelo indeferimento do pedido. V. Ex., no entanto, resolverá como julgar mais acertado.

(D. O. 27-4-40).

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO DA FAZENDA

CIRCULARES :

N. 14, de 10 de abril de 1940 (D. O. 12-4-40).

"De acordo com o resolvido no processo número 721/40, declaro aos Srs. Inspetores de Alfândegas e administradores das agências fiscais, para seu conhecimento e devidos fins, que fica incluído no artigo 14 do decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, para pagamento da taxa de \$200 por quilo, o produto argentino denominado "Carrapaticida Manchester".

— N. 15, de 17 de abril de 1940 (D. O. 20-4-40).

"De acordo com o resolvido no processo número 88.929/39, recomendo aos Srs. Inspetores das Alfândegas e administradores das Agências fiscais, que providenciem no sentido de serem incluídos os despachos de exportação para o estrangeiro ou em trânsito por território estrangeiro, para o efeito da remuneração dos despachantes aduaneiros, na

alínea "c" do artigo único do decreto n.º 22.329, de 9 de janeiro de 1933, sem prejuízo da faculdade de ser o serviço contratado na forma do artigo 25 do decreto n.º 22.104, de 17 de novembro de 1932, atendendo-se, em qualquer caso, a observação constante da tabela anexa ao citado decreto n.º 22.329, de 1933".

DESPACHOS :

— Negado provimento aos recursos do Representante da Fazenda, ficaram mantidos os acordãos do Conselho Superior de Tarifa ns. 6844 (D. O. 13), 4602 (D. O. 16), 5392, 6820/4, 6841/3, 6893/7 e 6900/3 (D. O. 17), 6899 (D. O. 20), 4626 e 6898 (D. O. 23).

— Foram providos os recursos interpostos pelo Representante da Fazenda junto ao Conselho Superior de Tarifa e anulados os acordãos ns. 2464-A, 5434, 5442 (D. O. 10), 3935 e 2790 (D. O. 16).

EXPEDIENTE DA DIRETORIA GERAL DE FAZENDA NACIONAL

— Conforme despachos publicados nas edições de 24 e 27 de abril de 1940, do "Diário Oficial", foram indeferidos diversos pedidos de restituição de direitos. Para que ao importador assistisse direito à pretendida restituição era indispensável que, antes do mais, recorresse ao Conselho Superior de Tarifa e discutisse a questão da classificação da mercadoria solucionada desfavoravelmente pela Alfân-

dega, ou a questão da redução de direitos negada pela instância inferior. Somente depois de provido o recurso voluntário quanto à classificação ou a redução é que caberia o direito à restituição, e desde que a parte não obteve ganho de causa naquelas questões, e desde logo requereu a restituição, esta não pode ser deferida.

EXPEDIENTE DA DIRETORIA DAS RENDAS ADUANEIRAS :

CIRCULARES :

— N. 11, de 30 de março de 1940 (D. O. 2-4-40).

De acordo com o resolvido no processo fichado no Tesouro sob o n.º 78.251/38, e em aditamento à circular n.º 49, do mesmo ano, declaro aos Srs. Inspetores das Alfândegas e chefes das demais esta-

ções aduaneiras, para seu conhecimento e devidos fins, que, para o desembaraço de encomendas contendo moedas estrangeiras, em papel ou cheques emitidos por Bancos, deve haver além de audiência da Fiscalização do Selo Adesivo nas Operações Bancárias, o pronunciamento da Fiscalização Bancária, exercida pelo Banco do Brasil.

— N. 12, de 4 de abril de 1940 (D. O. 12-4-40).

De acordo com o resolvido pelo Sr. ministro da Fazenda, no processo fichado no Tesouro, sob número 24.887/39, e tendo em vista a necessidade de uniformizar o sistema de despacho de óleo, combustível, gasolina, querosene e trigo, importados a granel, declaro aos senhores inspectores das Alfândegas e chefes das demais estações aduaneiras, para seu conhecimento e devidos fins, que a descarga daquelas mercadorias será condicionada ao recolhimento prévio dos direitos e taxas correspondentes à quantidade declarada no manifesto respectivo, obrigando-se, ainda, o importador, ao pagamento de quaisquer diferenças que venham a ser apuradas após a medição dos tanques onde fôrem depositadas.

— N. 13, de 9 de abril de 1940 (D. O. 12-4-40).

De acordo com o resolvido pelo Sr. ministro da Fazenda, no processo fichado no Tesouro, sob número 99.921/39, declaro aos senhores Inspectores das Alfândegas e chefes das demais estações aduaneiras, para seu conhecimento e devidos fins, que, na classificação da palha e aço, seja adotada a seguinte norma:

Palha de aço grosseira, — em filamentos toscos, para raspagem de assoalhos e usos semelhantes — classificação — art. 802, da tarifa vigente,

taxa de 1\$040, por quilo, tarifa mínima, pêso legal;

Palha de aço fina, em artefato de malha ou em forma de pequenas esponjas, usualmente empregadas como esfregão de utensilios de cozinha — classificação — utensilios não classificados, para artes e ofícios manuais — art. 1.859, da tarifa, taxa de 2\$6, por quilo, tarifa mínima, pêso legal.

— N. 14, de 16 de abril de 1940 (D. O. 19-4-40).

Declaro aos Srs. Inspectores das Alfândegas e chefes das demais estações aduaneiras, para seu conhecimento e devidos fins, que, por despacho proferido no processo fichado no Tesouro sob número 7.851, do ano em curso, acorde com o laudo do Instituto de Tecnologia, datada de 23 de fevereiro último, o Sr. ministro da Fazenda resolveu esclarecer que as barras de ferro, virgens, de perfil T, com mais de 0m,25 mm. de espessura, destinadas à fabricação de guias para elevadores, estão incluídas no art. 799, da tarifa em vigor, para pagamento da taxa de \$520, por quilo, tarifa mínima, pêso legal, e que as mesmas barras, com aplainamento necessário ao seu uso como guia para elevadores, perfuradas ou não, com ou sem encaixe de macho e fêmea, se encluem no art. 1.806, combinado com o art. 861, para pagamento da taxa de 2\$080, por quilo, tarifa mínima, pêso legal como obras não especificadas, de ferro, batidas, simples.

ACORDÃOS DO CONSELHO SUPERIOR DE TARIFAS

Durante o mês de abril de 1940 foram publicados no "Diário Oficial" os acordãos ns. 6934 a 7158 (dia 24); 7160 a 7395 (dia 25); 7396 a 7462 (dia 26) e 7463 a 7528 (dia 30).

Reiniciada a publicação integral dos acordãos, nas duas últimas edições citadas, pudemos remodelar esta secção, dando conta das decisões mais interessantes, o que não era possível fazer ao tempo em que o órgão oficial apenas tornava conhecidas as cmendas.

Primeira Camara

— O artigo 18, § unico das Preliminares, não se applica às metades de tesouras, prontas para ser adaptadas às outras metades, importadas separadamente. Ac. 7420/1.

— No artigo 33 das Preliminares, que faculta o abatimento de 5% para quebras, não estão incluídas as lampadas electricas. Ac. 7475.

— Os sacos marcados, importados antes do decreto-lei n. 1.028, e contendo mercadoria taxada a pêso legal, não estão sujeitos a direitos. Ac. 7430, 7500.

— A divergencia de valores entre os documentos apresentados a despacho e os catalogos de mercadorias taxadas "ad-valorem" dá logar à applicação da multa do decreto n. 4910 de 1925. Ac. 7436.

— Foram classificados nos seguintes artigos da tarifa, e pelas taxas minimas adiante indicadas:

89 — tx. 3\$120, gelatina impura, em folhas, para fins industriais. Ac. 7526.

361 — tx. 2\$080, mandibulas de ferro, para britador de pedras. Ac. 7468.

368 — 3.^a alinea, caixas de madeira, formando moveis, para acondicionar maquinas de costura. Ac. 7472.

- 254 — tx. 18060, sementes de girasol. Ac. 7494.
 268 — tx. 582, farinaceos em laminas ou flocos, para serem servidos sem cosedura. Ac. 7429.
 556 — tx. 38120, papel graneado e semelhantes. Ac. 7424.
 556 — tx. 88320, papel metalaizado. Ac. 7428.
 599 — tx. 2885, gas-oil importado para fabrica-
 ção de gas de iluminação. Ac. 7503.
 622 — tx. 1586, objeto de porcelana pintada, de fantasia, com figuras em alto relevo. Ac. 7506.
 928 — tx. 5530, tinta para impressão em dupli-
 cadores. Ac. 7425.
 987 — tx. 25% "ad-val." extrato de piretro, ma-
 teria prima para preparação de insecticida. Ac.
 7523.
 1234 — tx. 25% "ad-val." sal constituido de sul-
 fato de niquel e clorureto de amonio. Ac. 7423.
 1358 — tx. 53\$, fermento lacteo em ampolas
 para uso por via oral. Ac. 7427.
 1575 — tx. 1586, despertador com caixa revestida,
 em grande parte, de bakelite. Ac. 7433.
 1782, pequenos motores de aplicação exclusi-
 va em bicicletas. Ac. 7504.
 1790 — tx. —1\$140, barras cilindricas de aço,
 polidas e torneadas. Ac. 7495.
 1792 — tx. 1664\$, balança que exige atuação
 do operador no destravamento e na graduação da
 pesagem. Ac. 7471.
 1831 — "b", buchas e pinas de aço vasado, com
 aplicação em esteiras de maquinas operatrizes (Ac.
 7431); cilindros de aço para esteiras, articulados
 com efeito de rodas. Ac. 7497/8.
 1841 — prensa manual de imprimir por meio
 de tipos. Ac. 7422.
 1859 — tx. 2\$080, maquinas para teares. Ac.
 7527.
 1874 — tx. 20\$390, farol ou farolete de metal
 ordinario, com reflector prateado. Ac. 7434; lan-
 terna de metal ordinario com a parte interna pra-
 teada. Ac. 7435, 7469 e 7499.

Segunda Camara

- Não se aplicam as isenções do imposto de
 selo, consignadas no decreto n.º 1.137, de 1936, à
 taxa de recurso, criada para manutenção dos Con-
 selhos. Ac. 7457 e 7487.
 — Descarregada a mercadoria sem indícios
 externos visíveis de violação não ha prova de que
 a avaria tenha ocorrido a bordo, não existindo as-
 sim responsabilidade do comandante do navio.
 Ac. 7446.

— Ocorre a infração do artigo 8 K do regu-
 lamento de faturas consulares quando a fatura
 declara o mesmo pêso bruto, legal e real para tam-
 bores de ferro contendo gasolina. Ac. 7460 e 7464.

— Podem gosar de redução de direitos os ma-
 quinismos, aparelhos, ferramentas e utensilios
 destinados ao aperfeiçoamento do fabrico de açu-
 car e à construção e melhoramento de engenhos
 centrais. Ac. 7415.

— Concedem-se favores aduaneiros para a
 importação de material com similar na industria
 nacional, uma vez provado que os fornecedores
 dos materiais registrados não podem atender ao
 pedido do importador, na quantidade, qualidade
 e época reclamadas. Ac. 7444, 7459 e 7523.

— Os combustiveis e lubrificantes não gosam
 de favores aduaneiros. Ac. 7465 e 7520.

— A farinha de trigo não gosa da isenção da
 taxa de previdencia social. Ac. 7478.

— Não ha similar na industria nacional para:
 "sustentador de fio de trolley" .Ac. 7397; "val-
 vulas para conjunto de turbina hidraulica de aço
 fundido, metal monel, ferro fundido e bronze",
 "flanges, cotovelos, tês e cruzamentos de aço fun-
 dido",. Ac. 7398; "conjunto destinado à confecção
 de um tanque de evaporação de caldo de cana".
 Ac. 7415; "tubo de aço batido simples para con-
 dução de gas sob pressão". Ac. 7410, 7442 e 7450;
 "sulfato de aluminio, destinado à purificação de
 agua". Ac. 7748 e 7518; "lampadas eletricas tu-
 bulares, especiais para aquecedores". Ac. 7456.

— A taxa de expediente, substituida pelo adi-
 cional de que trata o artigo 100 do decreto nú-
 mero 24.023 de 1934, é devida desde que sua isen-
 ção não tenha sido conferida por expressa dispo-
 sição contratual. Ac. 7406, 7408, 7445, 7482 e
 7483.

— O adicional de 10% mandado cobrar pelo
 artigo 2 do decreto n.º 24.343 de 1934 deve ser
 calculado sobre os direitos realmente devidos. Ac.
 7406, 7408, 7445, 7482 e 7483.

— A isenção de direitos de importação e ex-
 pediente não compreende a da taxa de previden-
 cia social. (Ac. 7514 e 7521.; nem a isenção de di-
 reitos de consumo inclue a da taxa de expediente
 e dos adicionais. (Ac. 7515/16); mas a isenção de
 impostos de importação e expediente abrange o
 adicional de 10% do artigo 2 do decreto n.º 24.343
 de 1934. (A. 7524).



MINISTÉRIO DA FAZENDA

DIRETORIA DAS RENDAS ADUANEIRAS

BOLETIM ESTATÍSTICO

MÊS DE MAIO

1940

26

INDICE

I — ARRECADAÇÃO GERAL

(Informações telegráficas)

1. Discriminadamente pelas Alfândegas

a) Maio — 1940 - 1939	1
b) Janeiro a Maio — 1940 - 1939	2

2. Discriminadamente pelas rubricas orçamentárias

a) Maio — 1940 - 1939	3
b) Janeiro a Maio — 1940 - 1939	4

3. Discriminadamente pelas Alfândegas, segundo as rubricas orçamentárias — Janeiro a Maio — 1940 - 1939

Manaus.	5
Belém.	5
São Luiz	6
Parnaíba.	6
Fortaleza.	7
Natal.	7
João Pessoa.	8
Recife.	8
Maceió.	9
Aracajú.	9
Salvador.	10
Vitória.	10
Rio de Janeiro.	11
Santos.	11
Paranaguá.	12
São Francisco.	12
Florianópolis.	13
Rio Grande.	13
Pelotas.	14
Pôrto Alegre.	14
Livramento.	15
Uruguaiana.	15
Corumbá.	16

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO

1. Arrecadação de direitos de importação para consumo
Janeiro a Maio — 1940-1939
 - a) Por classes de tarifa. 17
 - b) Por procedências. 18
2. Arrecadação do imposto de consumo, discriminadamente pelas espécies tributadas — Janeiro a Maio 1940-1939. 19-20
3. Resumo da importação de mercadorias despachadas com redução e isenção de direitos — Janeiro a Maio 1940. 21

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS

1. Arrecadação de direitos de importação para consumo — Janeiro a Maio — 1940-1939
 - a) Por classes de tarifa. 22
 - b) Por procedências. 23
2. Arrecadação do imposto de consumo, discriminadamente pelas espécies tributadas — Janeiro a Abril 1940-1939. 24-25
3. Resumo da importação de mercadorias despachadas com redução e isenção de direitos — Janeiro a Maio-1940. 26

IV — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE PORTO ALEGRE

1. Arrecadação dos direitos de importação para consumo
Janeiro a Maio — 1940-1939
 - a) Por classes de tarifa. 27
 - b) Por procedências. 28

ATOS RELATIVOS A ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS RENDAS ADUANEIRAS

- | | |
|--|----|
| Despachos do Sr. Presidente da Republica. | 31 |
| Expediente da Diretoria Geral da Fazenda Nacional. | 33 |
| Expediente do Sr. Ministro da Fazenda. | 35 |
| Acordãos do Conselho Superior de Tarifa. | 36 |

Diretoria das Rendas Aduaneiras**I — ARRECADAÇÃO GERAL****1. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS****a) MAIO — 1940 - 1939****(Milréis)**

Alfândegas	1940	1939	Diferenças em 1940
Manágus.	487.793	735.954	— 248.161
Belém.	1.855.610	2.327.162	— 471.552
São Luiz.	253.886	355.389	— 101.503
Parnaíba.	98.076	141.221	— 43.145
Fortaleza.	792.181	1.123.814	— 331.633
Natal.	173.372	206.795	— 33.423
João Pessoa.	250.975	478.248	— 227.273
Recife.	5.950.462	7.100.420	— 1.149.958
Maceió.	206.466	405.253	— 198.787
Aracajú.	182.655	192.923	— 10.268
Salvador.	2.447.613	2.942.789	— 495.176
Vitória.	119.764	167.322	— 47.558
Rio de Janeiro.	34.956.047	43.578.590	— 8.622.543
Santos.	44.589.240	50.454.717	— 5.865.477
Paranaguá.	285.621	846.789	— 561.168
São Francisco.	277.566	413.860	— 136.294
Florianópolis.	127.594	346.510	— 218.916
Rio Grande.	1.634.262	2.061.959	— 427.697
Pelotas.	530.697	559.283	— 28.586
Pôrto Alegre.	5.574.626	6.315.679	— 741.053
Livramento.	690.305	480.389	+ 209.916
Uruguaiana.	143.802	123.204	+ 20.598
Corumbá.	132.561	120.204	+ 12.357
Total.	101.761.174	121.478.474	— 19.717.300

I — ARRECADAÇÃO GERAL
 1. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS
 b) JANEIRO A MAIO — 1940 - 1939
 (Milréis)

Alfândegas	1940	1939	Diferenças em 1940
Manáua.	3.119.995	3.711.484	— 591.489
Belém.	11.102.423	10.836.466	+ 265.957
São Luiz.	1.598.702	1.981.377	— 382.675
Parnaíba.	888.702	801.273	+ 87.429
Fortaleza.	6.154.671	6.348.138	— 193.464
Natal.	1.021.413	1.222.417	— 201.004
João Pessoa.	1.866.159	2.191.574	— 325.415
Recife.	33.822.506	31.885.234	+ 1.937.272
Maceió.	1.670.327	1.909.396	— 239.069
Aracajú.	1.128.761	1.231.505	— 102.744
Salvador.	14.359.234	15.755.515	— 1.396.281
Vitória.	1.029.285	1.331.582	— 302.297
Rio de Janeiro.	210.733.710	202.945.331	+ 7.788.379
Santos.	269.479.040	239.883.929	+ 29.595.111
Paranaguá.	1.144.411	2.638.130	— 1.493.719
São Francisco.	1.129.991	1.813.784	— 683.793
Florianópolis.	1.081.636	1.375.136	— 293.500
Rio Grande.	8.268.408	8.094.210	+ 174.198
Pelotas.	4.104.497	4.393.456	— 288.959
Porto Alegre.	31.343.280	32.266.693	— 923.413
Livramento.	3.799.562	3.279.472	+ 520.090
Uruguaiana.	1.037.854	691.937	+ 345.917
Corumbá.	905.196	848.211	+ 56.985
Total.	610.789.766	577.436.250	+ 33.353.516

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL

2. DISCRIMINADAMENTE PELAS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

a) MAIO — 1940 - 1939

(Milréis)

Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
RENDAS ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	69.000.527	85.785.149	— 16.784.622
Imposto adicional de 10%.	6.334.338	7.361.305	— 1.026.967
Taxa adicional — (Decr. 300).	266.191	128.886	+ 137.305
Expediente das capatazias.	18.436	43.927	— 25.491
Armazenagem.	6.841	17.564	— 10.723
Imposto de docas.	13.590	31.244	— 17.654
Impostos de faróis.	488.640	612.553	— 123.913
Total.	76.128.563	93.980.628	— 17.852.065
Imposto de consumo.	15.162.593	16.515.179	— 1.352.586
Imposto de renda.	1.161.821	1.108.508	+ 53.313
Impostos s/atos emanados.	2.337.064	2.773.153	— 436.089
Rendas patrimoniais.	75.694	69.716	+ 5.978
Rendas industriais.	5.189	5.453	— 264
Diversas rendas.	6.063.438	6.058.073	+ 5.365
Total da renda ordinária. . .	100.934.352	120.510.710	— 19.576.358
RENDAS EXTRAORDINÁRIA	826.812	967.764	— 140.952
Total geral.	101.761.174	121.478.474	— 19.717.300

I — ARRECADAÇÃO GERAL

2. DISCRIMINADAMENTE PELAS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

b) JANEIRO A MAIO — 1940 - 1939

(Milréis)

Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	419.341.915	401.293.568	+ 18.048.347
Imposto adicional de 10%.	37.736.239	35.215.628	+ 2.520.611
Taxa adicional — (Decr. 300).	1.220.044	1.041.265	+ 178.779
Expediente das capatazias.	100.864	179.147	— 78.283
Armazenagem.	47.567	74.988	— 27.421
Imposto de docas.	102.385	135.139	— 32.754
Imposto de faróis.	2.577.893	3.087.691	+ 509.798
Total.	461.126.907	441.027.426	+ 20.099.481
Imposto de consumo.	90.030.420	84.301.918	+ 5.728.502
Imposto de renda.	5.769.169	4.403.332	+ 1.365.837
Impostos s/atos emanados.	13.343.178	12.573.684	+ 769.494
Rendas patrimoniais.	595.735	456.076	+ 139.659
Rendas industriais.	19.534	23.604	— 4.070
Diversas rendas.	34.578.339	30.177.345	+ 4.400.994
Total da renda ordinária.	605.463.282	572.963.385	+ 32.499.897
RENDA EXTRAORDINÁRIA	5.326.484	4.472.865	+ 853.619
Total geral.	610.789.766	577.436.250	+ 33.353.516

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MAIO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940	
M A N Á U S				
RENDA ORDINÁRIA				
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:				
Direitos de importação para consumo	1.155.941	1.664.812	—	508.871
Imposto adicional de 10%.	129.188	166.849	—	37.661
Outras rubricas: 3 a 7.	12.349	10.923	+	1.426
Total.	1.297.478	1.842.584	—	545.006
Imposto de consumo.	1.351.628	1.428.213	—	76.585
Imposto de renda.	263.499	255.386	+	8.113
Impostos s/átos emanados.	48.316	38.421	+	9.895
Rendas patrimoniais.	—	—	—	—
Rendas industriais.	112	336	—	224
Diversas rendas.	109.161	104.309	+	4.852
Total da renda ordinária. . .	3.070.194	3.669.249	—	599.055
RENDA EXTRAORDINÁRIA	49.801	42.235	+	7.566
Total geral.	3.119.995	3.711.484	—	591.489
B E L É M				
RENDA ORDINÁRIA				
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:				
Direitos de importação para consumo	5.975.385	6.251.320	—	275.935
Imposto adicional de 10%.	—	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	120.861	91.605	+	29.256
Total.	6.096.246	6.342.925	—	246.679
Imposto de consumo.	3.914.773	3.725.548	+	189.225
Imposto de renda.	362.196	134.381	+	227.815
Impostos s/átos emanados.	219.311	162.998	+	56.313
Rendas patrimoniais.	36.619	31.217	+	5.402
Rendas industriais.	546	740	—	394
Diversas rendas.	314.495	271.644	+	42.851
Total da renda ordinária. . .	10.943.986	10.669.453	+	274.533
RENDA EXTRAORDINÁRIA	158.437	167.013	—	8.576
Total geral.	11.102.423	10.836.466	+	265.957

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCREMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MAIO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
S ã O L U I Z			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	456.856	788.118	— 331.262
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	29.601	51.521	— 21.920
Total.	486.457	839.639	— 353.182
Imposto de consumo.	766.463	819.310	— 52.847
Imposto de renda.	71.446	34.568	+ 36.878
Impostos s/átos emanados.	195.693	172.847	+ 22.846
Rendas patrimoniais.	9.791	12.276	— 2.485
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	54.819	90.627	— 35.808
Total da renda ordinária. . .	1.584.669	1.969.267	— 384.598
RENDA EXTRAORDINÁRIA	14.033	12.110	+ 1.923
Total geral.	1.598.702	1.981.377	— 382.675
P A R N A Í B A			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	298.891	328.124	— 29.233
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	1.281	2.238	— 957
Total.	300.172	330.362	— 30.190
Imposto de consumo.	178.110	147.369	+ 30.741
Imposto de renda.	32.500	12.788	+ 19.712
Impostos s/átos emanados.	317.047	249.764	+ 67.283
Rendas patrimoniais.	9.472	715	+ 8.757
Rendas industriais.	63	—	+ 63
Diversas rendas.	38.036	53.400	— 15.364
Total da renda ordinária. . .	875.400	794.398	+ 81.002
RENDA EXTRAORDINÁRIA	13.302	6.875	+ 6.427
Total geral.	888.702	801.273	+ 87.429

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MAIO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
F O R T A L E Z A			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	3.037.869	3.440.846	— 402.977
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	286.331	369.739	— 83.408
Total.	3.324.200	3.810.585	— 486.385
Imposto de consumo.	2.151.848	2.011.273	+ 140.575
Imposto de renda.	144.168	185.550	— 41.382
Impostos s/átos emanados.	150.985	101.899	+ 49.086
Rendas patrimoniais.	20.190	18.994	+ 1.196
Rendas industriais.	427	1.045	— 618
Diversas rendas.	307.875	180.087	+ 127.788
Total da renda ordinária. . .	6.099.693	6.309.433	— 209.740
RENDA EXTRAORDINÁRIA	54.981	38.705	+ 16.276
Total geral.	6.154.674	6.348.138	— 193.464
N A T A L			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	326.328	396.095	— 69.767
Imposto adicional de 10%.	33.075	49.333	— 16.258
Outras rubricas: 3 a 7.	19.200	33.756	— 14.556
Total.	378.603	479.184	— 100.581
Imposto de consumo.	371.969	364.054	+ 7.915
Imposto de renda.	13.663	13.724	— 61
Impostos s/átos emanados.	92.342	259.140	— 166.798
Rendas patrimoniais.	11.686	9.778	+ 1.908
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	39.146	60.290	— 21.144
Total da renda ordinária. . .	907.409	1.186.170	— 278.761
RENDA EXTRAORDINÁRIA	114.004	36.247	+ 77.757
Total geral.	1.021.413	1.222.417	— 201.004

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MAIO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
JOÃO PESSOA			
REDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	504.799	718.854	— 214.055
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	24.000	24.322	— 322
Total.	528.799	743.176	— 214.377
Imposto de consumo.	1.032.914	1.028.306	+ 4.608
Imposto de renda.	59.139	134.816	— 75.677
Impostos s/âtos emanados.	83.451	82.704	+ 747
Rendas patrimoniais.	30.266	23.907	+ 6.359
Rendas industriais.	26	28	— 2
Diversas rendas.	108.846	144.372	— 35.526
Total da renda ordinária. . .	1.843.441	2.157.309	— 313.868
REDA EXTRAORDINÁRIA	22.718	34.265	— 11.547
Total geral.	1.866.159	2.191.574	— 325.415
R E C I F E			
REDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	20.487.857	19.661.150	+ 826.707
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	208.117	202.598	+ 5.519
Total.	20.695.974	19.863.748	+ 832.226
Imposto de consumo.	9.842.830	9.340.848	+ 501.982
Imposto de renda.	210.313	184.101	+ 26.212
Impostos s/âtos emanados.	491.208	252.366	+ 238.842
Rendas patrimoniais.	233.288	198.507	+ 34.781
Rendas industriais.	555	1.231	— 676
Diversas rendas.	1.849.879	1.631.307	+ 218.572
Total da renda ordinária. . .	33.321.047	31.472.108	+ 1.851.939
REDA EXTRAORDINÁRIA	498.459	413.126	+ 85.333
Total geral.	33.822.506	31.885.234	+ 1.937.272

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DICRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MAIO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
M A C E I Ó			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	529.302	783.103	— 253.801
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	44.040	54.307	— 10.267
Total.	573.342	837.410	— 265.068
Imposto de consumo.	484.055	477.492	+ 6.563
Imposto de renda.	52.633	45.201	+ 7.432
Impostos s/átos emanados.	282.930	292.751	— 9.821
Rendas patrimoniais.	6.513	3.019	+ 3.494
Rendas industriais.	213	143	+ 70
Diversas rendas.	262.490	243.128	+ 19.362
Total da renda ordinária. . .	1.662.176	1.899.144	— 236.968
RENDA EXTRAORDINÁRIA	8.151	10.252	— 2.101
Total geral.	1.670.327	1.909.396	— 239.069
A R A C A J Ú			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	90.850	190.481	— 99.631
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	2.442	2.045	+ 397
Total.	93.292	192.526	— 99.234
Imposto de consumo.	646.321	668.645	— 22.324
Imposto de renda.	29.093	11.374	+ 17.719
Impostos s/átos emanados.	273.060	230.444	+ 42.616
Rendas patrimoniais.	13.748	17.404	— 3.656
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	63.093	100.727	— 37.634
Total da renda ordinária. . .	1.118.607	1.221.120	— 102.513
RENDA EXTRAORDINÁRIA	10.154	10.385	— 231
Total geral.	1.128.761	1.231.505	— 102.744

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MAIO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
SALVADOR			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	5.793.664	7.487.873	— 1.694.209
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	145.105	149.464	— 4.359
Total.	5.938.769	7.637.337	— 1.698.568
Imposto de consumo.	4.664.475	4.768.377	— 103.902
Imposto de renda.	865.989	941.167	— 75.178
Impostos s/átos emanados.	1.039.294	838.587	+ 200.707
Rendas patrimoniais.	55.349	55.014	+ 335
Rendas industriais.	448	593	— 145
Diversas rendas.	874.949	1.112.269	— 237.320
Total da renda ordinária.	13.439.273	15.353.344	— 1.914.071
RENDA EXTRAORDINÁRIA	919.961	402.171	+ 517.790
Total geral.	14.359.234	15.755.515	— 1.396.281
VITÓRIA			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	19.304	279.768	— 260.464
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	17.700	35.048	— 17.348
Total.	37.004	314.816	— 277.812
Imposto de consumo.	310.276	422.309	— 112.033
Imposto de renda.	47.570	53.740	— 6.170
Imposto s/átos emanados.	414.626	428.342	— 13.716
Rendas patrimoniais.	109.314	26.845	+ 82.469
Rendas industriais.	182	—	+ 182
Diversas rendas.	46.246	57.103	— 10.857
Total da renda ordinária.	965.218	1.303.155	— 337.937
RENDA EXTRAORDINÁRIA	61.067	28.427	+ 35.640
Total geral.	1.029.285	1.331.582	— 302.297

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MAIO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
RIO DE JANEIRO			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	158.164.222	153.646.003	+ 4.518.219
Imposto adicional de 10%	16.355.459	16.057.216	+ 298.243
Outras rubricas: 3 a 7.	1.028.064	1.256.741	— 526.920
Total.	175.547.745	170.959.960	+ 4.587.785
Imposto de consumo.	21.632.903	19.705.934	+ 1.926.969
Imposto de renda.	—	—	—
Impostos s/átos emanados.	5.747	5.493	+ 254
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	8.847	11.698	— 2.851
Diversas rendas.	12.077.399	10.697.919	+ 1.379.480
Total da renda ordinária. . .	209.272.641	201.381.004	+ 7.891.637
RENDA EXTRAORDINÁRIA	1.461.069	1.564.327	— 103.258
Total geral.	210.733.710	202.945.331	+ 7.788.379
S A N T O S			
RENDA ORDINARIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	201.153.190	180.127.714	+ 21.025.476
Imposto adicional de 10%	21.218.517	18.942.230	+ 2.276.287
Outras rubricas: 3 a 7.	997.749	1.316.282	— 318.533
Total.	223.369.456	200.386.226	+ 22.983.230
Imposto de consumo.	22.692.704	18.823.988	+ 3.868.716
Imposto de renda.	1.019.245	677.190	+ 342.055
Impostos s/átos emanados.	6.066.910	6.357.710	— 290.800
Rendas patrimoniais.	2.586	1.874	+ 712
Rendas industriais.	6.010	4.172	+ 1.838
Diversas rendas.	15.111.723	12.786.897	+ 2.324.826
Total da renda ordinária. . .	268.268.634	239.038.057	+ 29.230.577
RENDA EXTRAORDINÁRIA	1.210.406	845.872	+ 364.534
Total geral.	269.479.040	239.883.929	+ 29.595.111

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MAIO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
PARANAGUÁ			
RENDAS ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	687.576	1.969.471	— 1.281.895
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	64.000	81.600	— 17.600
Total.	751.576	2.051.071	— 1.299.495
Imposto de consumo.	169.543	311.947	— 142.404
Imposto de renda.	7.153	15.689	— 8.536
Impostos s/âtos emanados.	112.434	105.379	+ 7.055
Rendas patrimoniais.	301	250	+ 51
Rendas industriais.	216	90	+ 126
Diversas rendas.	83.248	136.703	— 53.455
Total da renda ordinária.	1.124.471	2.621.129	— 1.496.658
RENDAS EXTRAORDINARIA	19.940	17.001	+ 2.939
Total geral.	1.144.411	2.638.130	— 1.493.719
SÃO FRANCISCO			
RENDAS ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	778.330	1.274.172	— 495.842
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	20.393	68.153	— 47.760
Total.	798.723	1.342.325	— 543.602
Imposto de consumo.	112.948	215.542	— 102.594
Imposto de renda.	3.443	7.630	— 4.187
Impostos s/âtos emanados.	97.214	109.587	— 12.373
Rendas patrimoniais.	4.234	4.154	+ 80
Rendas industriais.	13	68	— 55
Diversas rendas.	105.497	122.660	— 17.163
Total da renda ordinária.	1.122.072	1.801.966	— 679.894
RENDAS EXTRAORDINARIA	7.919	11.818	— 3.899
Total geral.	1.129.991	1.813.784	— 683.793

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MAIO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
FLORIANÓPOLIS			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	470.040	756.613	— 286.573
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	1.785	17.702	— 15.917
Total.	471.825	774.315	— 302.490
Imposto de consumo.	284.390	276.847	+ 7.543
Imposto de renda.	20.827	19.189	+ 1.638
Impostos s/átos emanados.	199.999	204.806	— 4.807
Rendas patrimoniais.	27.908	10.790	+ 17.118
Rendas industriais.	350	298	+ 52
Diversas rendas.	62.155	79.932	— 17.777
Total da renda ordinária. . .	1.067.454	1.366.177	— 298.723
RENDA EXTRAORDINÁRIA	14.182	8.959	+ 5.223
Total geral.	1.081.636	1.375.136	— 293.500
RIO GRANDE			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	3.776.069	3.780.082	— 4.013
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	123.840	213.849	— 90.009
Total.	3.899.909	3.993.931	— 94.022
Imposto de consumo.	2.452.302	2.631.997	— 179.695
Imposto de renda.	132.833	39.515	+ 93.318
Impostos s/átos emanados.	837.660	705.640	+ 132.020
Rendas patrimoniais.	15.330	10.068	+ 5.262
Rendas industriais.	212	608	— 396
Diversas rendas.	851.334	455.936	+ 395.398
Total da renda ordinária. . .	8.189.580	7.837.695	+ 351.885
RENDA EXTRAORDINÁRIA	78.828	256.515	— 177.687
Total geral.	8.268.408	8.094.210	+ 174.198

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3 DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MAIO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
PELOTAS			
REDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	783.585	1.339.729	— 556.144
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	8.360	8.425	— 65
Total.	791.945	1.348.154	— 556.209
Imposto de consumo.	2.136.314	2.108.099	+ 28.215
Imposto de renda.	328.441	135.425	+ 193.016
Impostos s/átos emanados.	578.267	506.647	+ 71.620
Rendas patrimoniais.	9.110	31.264	— 22.124
Rendas industriais.	795	168	+ 627
Diversas rendas.	211.674	216.702	— 5.028
Total da renda ordinária. ...	4.056.576	4.346.459	— 289.883
REDA EXTRAORDINÁRIA	47.921	46.997	+ 924
Total geral.	4.104.497	4.393.456	— 288.959
PÓRTO ALEGRE			
REDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	13.297.887	15.214.057	— 1.916.170
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	12.092	6.406	+ 5.686
Total.	13.309.979	15.220.463	— 1.910.484
Imposto de consumo.	13.762.096	14.072.073	— 309.977
Imposto de renda.	1.896.427	884.426	+ 1.012.001
Impostos s/átos emanados.	900.119	722.532	+ 177.587
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	513	1.408	— 895
Diversas rendas.	995.932	1.074.394	— 78.462
Total da renda ordinária. ...	30.865.066	31.975.296	— 1.110.230
REDA EXTRAORDINÁRIA	478.214	291.397	+ 186.817
Total geral.	31.343.280	32.266.693	— 923.413

Diretoria das Rendas Aduaneiras**I — ARRECADAÇÃO GERAL****3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS****JANEIRO A MAIO — 1940 - 1939****(Milréis)**

Alfândegas e Rubricas Orçamentária	1940	1939	Diferenças em 1940
LIVRAMENTO			
RENDAS ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	1.112.706	708.837	+ 403.869
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	730.877	489.726	+ 241.151
Total.	1.843.583	1.198.563	+ 645.020
Imposto de consumo.	504.699	487.036	+ 17.663
Imposto de renda.	63.066	553.873	— 490.807
Impostos s/átos emanados.	585.317	428.251	+ 157.066
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	378	751	— 681
Diversas rendas.	774.967	438.198	+ 336.769
Total da renda ordinária. . .	3.771.702	3.106.672	+ 665.030
RENDAS EXTRAORDINÁRIA	27.860	172.800	— 144.940
Total geral.	3.799.562	3.279.472	+ 520.090
URUGUAIANA			
RENDAS ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	207.821	205.552	+ 2.269
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	129.149	16.702	+ 112.447
Total.	336.970	222.254	+ 114.716
Imposto de consumo.	200.468	185.798	+ 14.670
Imposto de renda.	108.605	10.345	+ 98.260
Impostos s/átos emanados.	209.858	187.409	+ 22.449
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	150.609	60.141	+ 90.468
Total da renda ordinária. . .	1.006.510	665.947	+ 340.563
RENDAS EXTRAORDINÁRIA	31.344	25.990	+ 5.354
Total geral.	1.037.854	691.937	+ 345.917

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A MAIO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
C O R U M B Á			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	233.443	280.794	— 47.351
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	21.417	15.078	+ 6.339
Total.	254.860	295.872	— 41.012
Imposto de consumo.	366.391	280.913	+ 85.478
Imposto de renda.	36.920	53.254	— 16.334
Impostos s/átos emanados.	141.390	129.967	+ 11.423
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	136	227	— 91
Diversas rendas.	84.766	58.600	+ 26.166
Total da renda ordinária. ...	884.463	818.833	+ 65.630
RENDA EXTRAORDINÁRIA	20.733	29.378	— 8.645
Total Geral.	905.196	848.211	+ 56.985

Diretoria das Rendas Aduaneiras

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO

1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

a) POR CLASSES DA TARIFA

JANEIRO A MAIO — 1940-1939

(Milréis)

Classes da tarifa	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Animais vivos.	1.312	2.328	— 1.016	0,00	0,00
Cabelos, pêlos e penas.	214.058	215.326	— 1.268	0,14	0,14
Peles e couros.	688.551	1.028.585	— 340.034	0,14	0,67
Carnes, peixes e produtos animais.	1.873.515	2.233.072	— 359.557	1,18	1,45
Madrepérola, marfim e tartaruga.	341.147	124.790	+ 216.357	0,22	0,08
Lã.	3.386.014	4.438.385	— 1.052.371	2,14	2,89
Seda.	2.053.147	1.913.237	+ 139.910	1,30	1,24
Frutas, cereais e legumes.	10.607.651	13.518.756	— 2.911.105	6,71	8,80
Plantas, folhas, flores e sementes.	2.765.570	2.235.323	+ 530.247	1,75	1,54
Sumos vegetais, bebidas alcoólicas.	6.279.152	5.436.517	+ 842.635	3,97	3,54
Madeira.	879.952	924.890	— 44.938	0,56	0,60
Cana da Índia, juncos, vime e cipós.	157.824	71.764	+ 86.060	0,10	0,05
Cairo e matérias vegetais filamentosas.	552.704	271.880	+ 280.824	0,35	0,18
Algodão.	2.633.012	2.496.089	+ 136.923	1,66	1,62
Linho, juta, cânhamo e râmia.	4.565.299	3.628.592	+ 936.707	2,89	2,36
Papel e aplicações.	3.040.974	3.257.825	— 216.851	1,92	2,12
Pedras, minérios e prod. minerais.	48.335.964	44.222.840	+ 4.113.124	30,56	28,78
Louça e vidro.	5.101.920	4.839.955	+ 261.965	3,23	3,15
Alumínio, chumbo, estanho e ligas.	947.727	984.917	— 37.190	0,60	0,64
Cobre, níquel e ligas.	2.403.554	2.480.228	— 76.674	1,52	1,61
Ferro e aço e ligas.	17.987.666	13.375.061	+ 4.612.605	11,37	8,70
Ouro, platina e prata e ligas.	147.414	132.862	+ 14.552	0,09	0,09
Metaloides e vários metais.	407.431	209.004	+ 198.427	0,26	0,13
Matérias primas para indústrias.	7.783.459	6.535.237	+ 1.248.222	4,92	4,25
Produtos químicos.	7.538.866	5.112.825	+ 2.426.041	4,77	3,32
Drogas e medicamentos.	4.241.014	5.130.227	— 889.213	2,68	3,34
Armamento e petrechos de guerra.	796.428	392.789	+ 403.639	0,50	0,25
Obras de cutelaria e seus acessórios.	155.465	260.310	— 104.845	0,10	0,16
Relojoaria.	689.213	536.834	+ 152.379	0,44	0,34
Aparelhos, objetos químicos e físicos.	6.604.407	5.947.931	+ 656.476	4,16	3,87
Aparelhos e instrumentos de cirurgia.	512.436	637.179	— 124.743	0,32	0,41
Instrumentos de música e perteces.	186.689	241.089	— 54.400	0,12	0,15
Veículos, acessórios e pertences.	4.885.395	7.707.074	— 2.821.679	3,08	5,01
Máquinas, aparelhos e utensílios.	5.278.855	5.794.131	— 515.276	3,34	3,77
Vários artigos.	2.742.644	2.154.532	— 411.888	1,73	2,05
Reduções de direitos, etc.	1.387.974	4.153.619	— 2.765.645	0,88	2,70
Total.	158.174.403	153.646.003	+ 4.528.400	100,00	100,00

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO

1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

b) POR PROCEDÊNCIAS

JANEIRO A MAIO — 1940 - 1939

(Milréis)

Procedências	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Alemanha.	2.923.098	26.223.810	—23.300.712	1,85	17,07
Argentina.	8.923.703	12.093.560	— 3.169.857	5,64	7,87
Bélgica.	6.656.693	6.713.327	— 56.634	4,21	4,37
Dinamarca.	127.981	608.364	— 480.383	0,08	0,40
Estados Unidos.	57.030.447	32.314.123	+24.716.324	36,06	21,03
França.	7.343.221	6.581.091	+ 762.130	4,64	4,28
Grã-Bretanha.	14.116.024	13.010.062	+ 1.105.962	8,92	8,47
Holanda.	11.442.243	4.075.025	+ 7.367.218	7,23	2,65
Itália.	2.813.847	2.044.492	+ 769.355	1,78	1,33
Japão.	4.856.691	2.914.389	+ 1.942.302	3,07	1,90
México.	5.625.410	11.750.841	— 6.125.431	3,56	7,65
Perú.	7.185.448	8.774.413	— 1.588.965	4,54	5,71
Polônia.	1.391	1.016.753	— 1.015.362	0,00	0,66
Portugal.	4.880.222	4.446.690	+ 433.532	3,09	2,90
Possessões Britânicas:					
Canadá.	1.502.608	1.477.962	+ 24.646	0,95	0,96
Irlanda.	653.936	880.340	— 226.404	0,41	0,57
Possessões Holandesas:					
Na America do Norte e Central.	8.698.247	6.485.280	+ 2.212.967	5,50	4,22
Suécia.	2.019.698	1.307.996	+ 711.702	1,28	0,85
Suíça.	2.859.641	2.024.055	+ 835.586	1,81	1,32
Tcheco-Slováquia.	34.080	1.297.340	— 1.263.260	0,02	0,84
Outras procedências.	8.479.774	7.606.090	+ 873.684	5,36	4,95
Total.	158.174.403	153.646.003	+ 4.528.400	100,00	100,00

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
2. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
JANEIRO A MAIO — 1940-1939
(Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Fumo.	36.176	38.933	— 2.757	0,17	0,20
Bebidas.	1.738.316	1.588.615	+ 149.701	8,04	8,06
Alcool.	50	1.011	— 961	0,00	0,01
Fósforos.	3.990	31.569	— 27.579	0,02	0,16
Sal.	866.108	1.082.274	— 216.166	4,00	5,49
Calçados.	6.777	24.693	— 17.916	0,03	0,13
Perfumarias e artigos de toucador...	579.102	480.291	+ 98.811	2,68	2,44
Especialidades farmacêuticas.	816.289	1.085.134	— 268.845	3,77	5,51
Conservas.	969.349	1.087.971	— 118.622	4,48	5,52
Vinagre e oleos adequados á alimentação	751.949	554.136	+ 197.813	3,48	2,81
Velas.	3.869	707	+ 3.162	0,02	0,00
Tecidos.	1.155.865	1.140.330	+ 15.535	5,34	5,79
Artefatos de tecidos e de peles.....	613.596	449.489	+ 164.107	2,84	2,28
Papel e artefatos.	23.791	23.977	— 186	0,11	0,12
Cartas de jogar.	19.860	19.242	+ 618	0,09	0,10
Chapéus e bengalas.	30.769	21.311	+ 9.458	0,14	0,11
Louças e vidros.	155.397	175.406	— 20.009	0,72	0,89
Ferragens, artefatos de ferro, etc...	131.608	172.097	— 40.489	0,61	0,87
Café torrado ou moído e chá.	28.513	17.193	+ 11.320	0,13	0,09
Banha, manteiga e sucedâneos.	711	444	+ 267	0,00	0,00
Móveis.	292.507	282.968	+ 9.539	1,35	1,44
Armas de fogo, munições, etc.	59.615	93.952	— 34.337	0,28	0,47
Lâmpadas, pilhas, etc.	1.521.566	1.206.298	+ 315.268	7,03	6,12
Queijos e requeijões.	5.461	6.008	— 547	0,03	0,03
Tintas e vernizes.	1.498.968	904.646	+ 594.322	6,93	4,59

II — ARRECAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
2. ARRECAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
JANEIRO A MAIO — 1940-1939
(Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total		
	1940	1939		1940	1939	
Leques	31	20	+	11	0,00	0,00
Artefatos de borracha.	178.443	305.399	—	126.956	0,82	1,55
Navalhas e pinceis para barba.	52.040	94.167	—	42.127	0,24	0,48
Pentes, escovas e espanadores.....	43.051	75.051	—	32.000	0,20	0,38
Brinquedos.	19.165	27.856	—	8.691	0,09	0,14
Artefatos de couros e outros materiais .	49.616	61.121	—	11.505	0,23	0,31
Jóias. e obras de ourives.	886	28.924	—	28.038	0,00	0,14
Gazolina e carburêto de cálcio.	9.244.145	7.901.142	+	1.343.003	42,73	40,10
Bijouterias, obj. de adorno e relógios.	211.707	158.550	+	53.157	0,98	0,81
Ladrilhos, mozaicos, azulejos, etc. ...	69.981	95.427	—	25.446	0,32	0,48
Instrumentos de música.	24.723	37.591	—	12.868	0,12	0,19
Mat. fotográfico e cinematográfico. ..	352.136	346.618	+	5.518	1,63	1,76
Fogões e fogareiros.	3.239	7.451	—	4.212	0,01	0,04
Cimento.	38.184	35.799	+	2.385	0,18	0,18
Linhas, cordoalhas e botões.	35.354	42.123	—	6.769	0,16	0,21
Total.	21.632.903	19.705.934	+	1.926.969	100,00	100,00

RESUMO

Segundo a origem das mercadorias

Nacionais.	863.410	1.073.555	—	210.145	3,99	5,45
Estrangeiras.	20.769.493	18.632.379	+	2.137.114	96,01	94,55

Segundo a modalidade de pagamento

Taxa.	7.639.008	7.462.201	+	176.807	35,31	37,87
Verba.	13.993.895	12.243.733	+	1.750.162	64,69	62,13

Diretoria das Rendas Aduaneiras

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
3. RESUMO DA IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS DESPACHADAS COM REDUÇÃO
E ISENÇÃO DE DIREITOS
JANEIRO A MAIO — 1940

(Milréis)

R E D U Ç Õ E S

DISCRIMINAÇÃO		Valor	Direitos devidos	Direitos arrecadados	Diferenças
85%	Janeiro a Abril.....	1.028.814	83.785	12.568	71.217
	Maio.....	540.134	42.031	66.646	35.385
	Total.....	1.568.948	125.816	19.214	106.602
80%	Janeiro a Abril.....	48.262	128.644	25.729	102.915
	Maio.....	66.231	171.054	34.211	136.843
	Total.....	114.493	299.698	59.940	239.758
75%	Janeiro a Abril.....	416.828	60.123	15.848	44.275
	Maio.....	103.585	13.908	3.147	10.760
	Total.....	520.413	74.031	18.995	55.035
50%	Janeiro a Abril.....	9.826.094	1.063.706	535.143	533.563
	Maio.....	5.346.619	1.005.450	499.132	506.318
	Total.....	15.172.713	2.074.156	1.034.275	1.039.881
Total geral.....		17.376.567	2.573.701	1.132.424	1.441.276

I S E N Ç Õ E S

DISCRIMINAÇÃO		Valor	Direitos devidos
Govêrno Federal.....	Janeiro a Abril.....	105.400.082	10.798.449
	Maio.....	106.632.538	15.606.841
	Total.....	212.032.620	26.405.290
Govêrno dos Estados.....	Janeiro a Abril.....	2.307.296	465.830
	Maio.....	738.217	128.582
	Total.....	30.455.513	594.412
Particulares em virtude de contrato..	Janeiro a Abril.....	56.038.374	27.083.329
	Maio.....	10.005.642	4.645.252
	Total.....	66.044.016	31.728.581
Livres pela tarifa.....	Janeiro a Abril.....	3.471.696	—
	Maio.....	721.651	—
	Total.....	4.193.347	—
Total geral.....		285.315.496	58.728.283

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
a) POR CLASSES DA TARIFA
JANEIRO A MAIO — 1940-1939
(Milréis)

Classes da tarifa	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Animais vivos.	1.816	2.297	— 481	0,00	0,00
Cabelos, pelos e penas.	1.235.796	937.365	+ 298.431	0,61	0,52
Peles e couros.	632.935	737.440	— 104.505	0,31	0,41
Carnes, peixes e produtos animais.	1.755.637	2.508.805	— 753.168	0,87	1,39
Madreperola, marfim e tartaruga.	104.833	72.733	+ 32.100	0,05	0,04
Lã.	2.972.828	4.736.300	— 1.763.472	1,48	2,63
Seda.	2.369.659	3.364.538	— 994.879	1,18	1,87
Frutas, cereais e legumes.	11.347.632	15.300.977	— 3.953.345	5,64	8,49
Plantas, folhas, flores e sementes.	1.709.572	1.619.618	+ 89.954	0,85	0,90
Sumos vegetais, bebidas Alcoólicas.	6.786.972	5.615.181	+ 1.171.791	3,37	3,12
Madeira.	919.313	897.990	+ 21.323	0,46	0,50
Cana da Índia, junco, vime e cipós.	93.655	76.353	+ 17.302	0,05	0,04
Cairo e matérias vegetais filamentosas.	828.659	714.841	+ 113.818	0,41	0,40
Algodão.	3.993.376	3.646.549	+ 346.827	1,99	2,02
Linho, juta, cânhamo e râmia.	6.326.062	4.126.322	+ 2.199.740	3,14	2,29
Papel e aplicações.	1.956.296	2.370.813	— 414.517	0,97	1,32
Pedras, minérios e prod. minerais.	51.590.645	12.216.949	+ 9.373.696	25,65	23,44
Louça e vidro.	3.787.245	4.114.036	— 656.791	1,88	2,47
Alumínio, chumbo, estanho e ligas.	2.098.768	1.512.021	+ 586.747	1,04	0,84
Cobre, níquel e ligas.	1.750.662	1.695.995	+ 54.667	0,87	0,94
Ferro, aço e ligas.	27.239.315	24.062.121	+ 3.177.194	13,54	13,36
Ouro, platina, prata e ligas.	17.183	20.360	— 3.177	0,01	0,01
Metaloides e varios metais.	355.343	338.385	+ 16.958	0,18	0,19
Matérias primas para indústrias.	11.819.992	9.048.719	+ 2.771.273	5,88	5,02
Produtos químicos.	11.471.837	5.944.284	+ 5.527.553	5,70	3,30
Drogas e medicamentos.	1.580.038	1.338.587	+ 241.451	0,79	0,74
Armamento e petrechos de guerra.	145.450	177.462	— 32.012	0,07	0,10
Obras de cutelaria e seus acessórios.	105.681	226.523	— 120.842	0,05	0,13
Relojoaria.	274.711	430.929	— 156.218	0,14	0,24
Aparelhos, objetos químicos e físicos.	3.434.979	3.283.818	+ 151.161	1,71	1,82
Aparelhos e instrumentos de cirurgia.	187.130	321.883	— 134.753	0,09	0,18
Instrumentos de música e pertences.	244.076	346.750	— 102.674	0,12	0,19
Veículos, acessórios e pertences.	33.022.121	25.329.217	+ 7.692.904	16,42	14,06
Máquinas, aparelhos e utensílios.	6.271.239	6.563.641	— 292.402	3,12	3,64
Vários artigos.	2.211.255	2.423.198	— 211.943	1,10	1,35
Reduções de direitos, etc.	522.684	3.674.714	— 3.152.030	0,26	2,04
Total.	201.165.395	180.127.714	+ 21.037.681	100,00	100,00

Diretoria das Rendas Aduaneiras

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
1. ARRECADAÇÃO DOS DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
b) POR PROCEDENCIA
JANERO A MAIO — 1940 - 1939
(Milréis)

Procedências	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sôbre o total	
	1940	1939		1940	1939
Alemanha.	1.135.725	21.918.363	—20.782.638	0,56	12,17
Argentina.	10.675.573	14.443.190	— 3.767.617	5,31	8,02
Belgica.	6.930.229	10.138.223	— 3.207.994	3,45	5,63
Estados Unidos.	85.401.141	55.104.719	+30.296.422	42,45	30,59
Finlândia.	119.829	836.282	— 716.453	0,06	0,47
França.	7.326.584	6.410.349	+ 916.235	3,64	3,56
Grã Bretanha.	15.807.091	14.162.326	+ 1.644.765	7,86	7,86
Holanda.	751.137	2.932.384	— 2.181.247	0,37	1,63
Italia.	6.930.113	6.166.385	+ 763.728	3,44	3,42
Japão.	8.287.679	5.473.111	+ 2.814.568	4,12	3,04
Noruega.	849.547	794.218	+ 55.329	0,42	0,44
Perú.	7.899.805	14.571.401	— 6.671.596	3,93	8,09
Polônia.	—	633.851	— 633.851	—	0,35
Portugal.	4.205.720	3.866.510	+ 339.210	2,09	2,15
Possessões Britânicas:					
Canadá.	2.273.007	1.180.508	+ 1.092.499	1,13	0,66
India.	4.597.857	3.115.825	+ 1.482.032	2,29	1,73
Possessões Holandesas:					
Na America do Sul.	28.277.632	11.883.951	+16.393.681	14,06	6,60
Suécia.	2.402.868	1.511.490	+ 891.378	1,19	0,84
Suíça.	1.085.966	731.124	+ 354.842	0,53	0,40
Uruguai.	151.098	581.174	— 430.076	0,08	0,32
Outras procedências.	6.056.794	3.672.330	+ 2.384.464	3,02	2,03
Total geral.	201.165.395	180.127.714	+21.037.681	100,00	100,00

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
2. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
JANEIRO A MAIO — 1940-1939
(Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Fumo.	143.595	118.354	— 4.759	0,63	0,79
Bebidas.	2.475.094	2.301.410	+ 173.684	10,91	12,22
Alcool.	29.379	26.854	+ 2.525	0,13	0,14
Fósforos.	26.644	45.677	— 19.033	0,12	0,24
Sal.	1.557.296	965.065	+ 592.231	6,86	5,13
Calçados.	30.714	40.712	— 9.998	0,15	0,22
Perfumarias e artigos de toucador.	257.701	181.859	+ 75.845	1,13	0,97
Especialidades farmacêuticas.	391.873	368.364	+ 26.509	1,74	1,96
Conservas.	1.166.610	1.252.653	— 86.043	5,14	6,65
Vinagre e azeite.	792.907	510.748	+ 282.159	3,49	2,71
Velas.	9.871	9.118	+ 756	0,04	0,05
Tecidos.	802.893	581.433	+ 221.460	3,54	3,09
Artefatos de tecidos e de peles.	210.609	362.912	— 122.303	1,06	1,93
Papel e artefatos.	79.581	78.251	+ 1.333	0,35	0,42
Cartas de jogar.	1.943	5.916	— 3.973	0,01	0,03
Chapéus e bengalas.	13.159	16.923	— 3.764	0,06	0,09
Louças e vidros.	104.820	169.129	— 64.309	0,46	0,90
Ferragens e artefatos de ferro e alumínio.	159.375	223.467	— 64.092	0,70	1,19
Café torrado ou moido e chá.	228.928	241.201	— 12.273	1,01	1,28
Banha, manteiga e sucedâneos.	17.062	11.482	+ 5.580	0,07	0,06
Móveis.	203.897	163.507	+ 40.390	0,90	0,87
Armas de fogo e suas munições.	17.124	28.805	+ 18.619	0,21	0,15
Lâmpadas, pilhas, etc.	1.113.151	948.371	+ 195.083	5,04	5,04
Queijos e requeijões.	24.374	34.346	— 9.972	0,11	0,18
Elettricidade.	97.118	87.053	+ 10.065	0,44	0,46
Tintas e vernizes.	1.321.591	1.134.737	+ 186.854	5,82	6,03
Leques e ventarolas.	670	760	— 90	0,00	0,00
Artefatos de borracha.	474.145	435.951	+ 38.494	2,09	2,32
Navalhas e pinceis para barba.	19.535	71.519	— 51.984	0,09	0,38
Pentes, escovas e espanadores.	73.381	55.065	+ 18.316	0,32	0,29

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
 2 ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
 PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
 JANEIRO A MAIO — 1940 - 1939
 (Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Brinquedos.	15.564	19.668	— 4.104	0,07	0,10
Artefatos de couro e outros materiais	18.668	15.283	+ 3.385	0,08	0,09
Jóias e obras de ourives.	16.738	82.815	— 66.077	0,07	0,44
Gazolina e carburêto de cálcio.	10.286.213	7.595.701	+ 2.690.512	45,33	40,35
Bijouterias, objetos de adorno e re- lógios.	111.328	72.112	+ 39.216	0,49	0,38
Ladrilhos, mozáicos, azulejos, etc....	47.809	172.116	— 124.307	0,21	0,91
Instrumentos de música.	32.398	33.356	— 958	0,14	0,18
Mat. ótico, fotográfico e cinemato- grafico.	87.908	122.247	— 34.339	0,39	0,65
Fogões e fogareiros.	7.680	7.114	+ 566	0,03	0,04
Cimento.	26.618	66.730	— 40.112	0,12	0,35
Linhas, cordoalhas e botões.	81.022	106.804	— 25.782	0,36	0,57
Emolumentos de esc. comerciais.	18.100	28.400	— 10.300	0,08	0,15
Selagem de estoque.	105	—	+ 105	0,00	—
Depósitos fechados.	3.600	—	+ 3.600	0,01	—
Total.	22.692.703	18.823.988	+ 3.868.715	100,00	100,00
R E S U M O					
Segundo a origem das mercadorias					
Nacionais.	2.824.277	2.314.775	+ 509.502	12,45	12,30
Estrangeiras.	19.868.426	16.509.213	+ 3.359.213	87,55	87,70
Segundo a modalidade de pagamento					
Taxa.	7.177.365	6.696.209	+ 481.156	31,63	35,57
Verba.	14.942.913	11.488.804	+ 3.454.109	65,85	61,03
Registro.	572.425	638.975	— 66.550	2,52	3,40

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
3. RESUMO DA IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS DESPACHADAS COM REDUÇÃO
E ISENÇÃO DE DIREITOS
JANEIRO A MAIO — 1940
(Milréis)

R E D U Ç Õ E S

DISCRIMINAÇÃO		Valor	Direitos devidos	Direitos arrecadados	Diferenças
85%	Janeiro a Abril.....	19.204.345	4.076.912	613.910	3.463.002
	Maio	7.639.049	1.960.663	299.263	1.661.400
	Total	26.843.394	6.037.575	913.173	5.124.402
80%	Janeiro a Abril.....	199.017	472.544	94.509	378.035
	Maio	—	—	—	—
	Total	199.017	472.544	94.509	378.035
75%	Janeiro a Abril.....	16.020.525	702.513	176.563	525.950
	Maio	1.587.939	157.723	39.443	113.280
	Total	17.608.464	860.236	216.006	644.230
50%	Janeiro a Abril.....	14.224.568	2.552.327	1.276.162	1.276.165
	Maio	4.317.739	572.969	286.528	286.441
	Total	18.542.307	3.125.296	1.562.690	1.562.606
Total geral		63.193.182	10.495.651	2.786.378	7.709.273

I S E N Ç Õ E S

DISCRIMINAÇÃO		Valor	Direitos devidos
Governo Federal	Janeiro a Abril.....	24.621.678	2.071.736
	Maio	1.331.921	230.465
	Total	25.953.599	2.302.201
Governo dos Estados.....	Janeiro a Abril.....	3.549.749	457.689
	Maio	2.065.448	1.090.369
	Total	5.615.197	1.548.058
Particulares em virtude de contrato.....	Janeiro a Abril.....	20.548.241	7.294.200
	Maio	7.420.035	2.218.174
	Total	27.968.276	9.512.374
Livres pela tarifa.....	Janeiro a Abril.....	6.571.837	—
	Maio	566.130	—
	Total	7.137.967	—
Total geral		66.675.039	12.362.633

Diretoria das Rendas Aduaneiras

IV — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE PORTO ALEGRE
1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

a) POR CLASSES DA TARIFA
JANEIRO A MAIO — 1940 - 1939
(Milréis)

Classes da tarifa	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total		
	1940	1939		1940	1939	
Animais vivos.	26	17	+	9	0,00	0,00
Cabelos, pêlos e penas.	17.645	44.256	—	26.611	0,13	0,29
Peles e couros.	39.831	94.621	—	54.790	0,30	0,62
Carnes, peixes e produtos animais. ..	10.757	40.087	—	29.330	0,08	0,26
Madreperola, marfim e tartaruga...	—	5.943	—	5.943	—	0,04
Lã.	60.553	148.216	—	87.663	0,46	0,97
Seda.	9.945	18.425	—	8.480	0,08	0,12
Frutas, cereais e legumes.	1.131.964	623.311	+	508.653	8,56	4,10
Plantas, folhas, flores e sementes.	246.080	181.804	+	64.276	1,86	1,20
Sumos vegetais, bebidas alcoolicas..	285.131	259.880	+	25.251	2,15	1,71
Madeira.	54.027	49.269	+	4.758	0,41	0,32
Cana da India, junco, vime e cipós..	12.021	29.745	—	17.724	0,09	0,20
Cairo e matérias vegetais filamentosas	14.789	8.165	+	6.624	0,11	0,05
Algodão.	133.800	208.866	—	75.066	1,01	1,37
Linho, juta, cânhamo e râmia.	24.869	192.018	—	167.149	0,19	1,26
Papel e aplicações.	1.372.545	172.516	+	1.200.029	10,37	1,13
Pedras, minérios e prod. minerais..	2.957.892	2.729.754	+	228.138	22,35	17,94
Louça e vidro.	441.363	804.750	—	363.387	3,34	5,29
Alumínio, chumbo, estanho e ligas..	94.874	145.684	—	50.810	0,72	0,96
Cobre, níquel e suas ligas.	57.268	222.486	—	165.218	0,43	1,46
Ferro e aço e ligas.	3.946.459	4.805.350	—	858.891	29,83	31,59
Ouro, platina e prata e suas ligas. ..	4.346	4.595	—	249	0,03	0,03
Metaloídes e vários metais.	13.256	9.293	+	3.963	0,10	0,06
Matérias primas para indústrias ..	223.996	748.521	—	524.525	1,69	4,92
Produtos químicos.....	568.874	655.439	—	86.565	4,30	4,31
Drogas e medicamentos	19.805	48.266	—	28.461	0,15	0,32
Armamento e petrechos de guerra.	—	7.809	—	7.809	—	0,05
Obras de cutelaria e seus acessórios..	2.814	34.164	—	31.350	0,02	0,22
Relojoaria.	25.377	86.769	—	61.392	0,19	0,57
Aparelhos objetos químicos e físicos ..	345.327	531.339	—	186.012	2,61	3,49
Aparelhos e instrumentos de cirurgia..	7.985	63.092	—	55.107	0,06	0,42
Instrumentos de música e pertences.	23.191	52.223	—	29.032	0,18	0,34
Veículos, acessórios e pertences.	499.498	678.895	—	179.397	3,78	4,46
Maquinas, aparelhos e utensílios.....	333.856	965.611	—	631.755	2,52	6,35
Vários artigos.	58.758	242.360	—	183.602	0,44	1,59
Reduções de direitos, etc.....	192.460	300.518	—	108.058	1,46	1,99
Total.	13.231.382	15.214.057	—	1.982.675	100,00	100,00

IV — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE PORTO ALEGRE
 1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
 b) POR PROCEDÊNCIAS
 JANEIRO A MAIO — 1940-1939
 (Milréis)

Procedências	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Alemanha.	211.385	5.900.790	— 5.689.405	1,60	38,78
Argentina.	1.408.336	1.675.526	— 267.190	10,64	11,01
Bélgica.	763.409	1.412.688	— 649.279	5,77	9,29
China.	38.975	14.652	+ 24.323	0,29	0,10
Estados Unidos.	8.139.920	3.253.294	+ 4.886.626	61,52	21,38
França.	144.600	699.148	— 554.548	1,09	4,60
Grã-Bretanha.	710.369	797.420	— 87.051	5,37	5,24
Holanda.	34.586	119.658	— 85.072	0,26	0,79
Itália.	70.024	144.314	— 74.290	0,53	0,95
Yugo-Slavia.	—	41.481	— 41.481	—	0,27
Japão.	162.541	24.286	+ 138.255	1,23	0,16
Luxemburgo.	—	96.883	— 96.883	—	0,64
Portugal.	153.675	119.980	+ 33.695	1,16	0,79
Possessões Britânicas:					
Canadá.	184.503	57.790	+ 126.713	1,39	0,38
Outras possessões Britânicas:					
na Ásia.	—	124.984	— 124.984	—	0,82
Síria.	—	47.812	— 47.812	—	0,31
Suécia.	197.794	140.025	+ 57.769	1,50	0,92
Suíça.	58.278	78.887	— 20.609	0,45	0,52
Tchecoslovaquia.	—	79.819	— 79.819	—	0,52
Uruguai.	611.688	22.991	+ 588.697	4,62	0,15
Outras procedências	341.299	361.629	— 20.330	2,58	2,38
Total.	13.231.382	15.214.057	— 1.982.675	100,00	100,00

Atos relativos á arrecadação
e fiscalização das
RENDAS ADUANEIRAS

ATOS RELATIVOS A ARRECADAÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS RENDAS ADUANEIRAS

DESPACHOS DE S. EXCIA. O SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA :

— Foi indeferido um pedido de isenção de direitos, de acôrdo com o parecer emitido pelo Sr. Ministro da Fazenda nos seguintes termos :

“O Sr. Hermann Breidenbach, cidadão alemão, pede a V. Excelência, no requerimento de fls., do processo anexo, isenção de direitos, para 45.000 lâminas de navalhas de segurança, que trouxe da Alemanha, em sua bagagem.

Alega o requerente que foi esse o único meio que encontrou para sair daquele país, com valores; que não tem intenção de comerciar, recorrendo àquele expediente, em desespero, visando converter as lâminas em dinheiro, que serviria para a sua manutenção; e, finalmente, que não dispõe da quantia de 9:400\$, a quanto montam os direitos de importação.

Máo grado a situação precária alegada pelo requerente, não se me afigura aconselhavel o atendimento do pedido, em virtude do precedente que seria criado, facilitando a transferência de dinheiro da Alemanha para o Brasil, de maneira ilegal e “sui-generis”.

Por esse motivo, e por não encontrar a pretensão em causa nenhum amparo em lei, sou pelo indeferimento da petição de fls. V. Excia., no entanto, tendo em vista o disposto no art. 107, do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, resolverá como julgar mais acertado”.

(D. O. 28-5-40).

— Conforme consta do “Diario Oficial”, de 31 de maio de 1940, foram aprovados por S. Excia. os seguintes pareceres do Sr. Ministro da Fazenda :

“Lídia Rothberg, passageira que foi do vapor americano “Argentina”, entrado em 24 de janeiro último, solicita autorização para o desembarço, livre de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, de um piano de armário, tapetes de lã, uma bicicleta, um refrigerador de metal com aparelhagem frigorífica e um globo geográfico, parte de sua bagagem, artigos êsses bastante usados, sendo o globo geográfico pertencente a um filho menor da suplicante.

De acôrdo com o art. 36 das disposições preliminares da tarifa, êsses objetos quando usados e recebidos com a bagagem dos passageiros, ficam sujeitos ao pagamento dos direitos devidos com o abatimento de 50%, favor que a Alfândega do Rio de Janeiro concedeu, à vista do estado dos objetos de que se trata, na conformidade com as resoluções superiores.

Assim, a menos que a requerente faça prova de que o piano é de sua propriedade e uso profissional, quando poderá gozar da isenção pleiteada, parece que não cabe tratamento diverso do que deferiu a Alfândega. V. Ex., no entanto, resolverá como julgar mais acertado”.

“Verônica Gardonni, de nacionalidade húngara, passageira que foi do vapor francês “Massilia”, entrado em 27 de março de 1939, procedente de Trieste, solicita autorização para o desembarço, livre de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, do restante de sua bagagem, constante da relação anexa e agora recebido, visto a Alfândega desta Capital não poder processar o respectivo despacho pelo fato de não ter a suplicante mencionado em sua declaração de bagagem a circunstância da remessa posterior dêsses objetos. Verificado pela Alfândega que se trata realmente de efeitos de bagagem de propriedade da requerente, não vejo inconveniente no atendimento do pedido, de acôrdo com os arts. 8.º, n. XI, e 36 das preliminares da tarifa, em harmonia com o art. 11, inciso 14, do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, atribuindo-se a isenção de direitos e taxas à roupa de uso pessoal, de casa, camas, colchões e almofadas, máquina de costura, utensílios de cozinha, aparelhos e peças de louças e vidros para serviço de mesa, livros de leitura, desde que constem de um exemplar de cada obra, baixelas usadas e vários outros artigos de uso doméstico e cobrando-se os direitos devidos, com o abatimento de 50%, dos móveis, objetos de adorno, gramofone, rádio e mais objetos enquadrados no art. 36 das preliminares da tarifa. V. Ex., no entanto, resolverá como julgar de melhor acerto”.

“O Ministério das Relações Exteriores transmite o pedido da Embaixada da Alemanha no sen-

tido de ser concedida a isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, em caráter definitivo, para um automóvel marca Mercedes-Bens, tipo "cabriolet", número de motor 169.399 e de chassi 169.399, cor "grenat", de 8 cilindros e 120 H.P., transido da Alemanha pelo Dr. Albert E. Galvin e despachado com isenção temporária, mediante "carnet de passagens em Douanes n. 219.497", expedido pelo Automóvel Clube da Alemanha, em 4 de março de 1939, carro esse vendido agora por seu proprietário ao Sr. Werner von Levetzouw, conselheiro da Embaixada da Alemanha no Rio de Janeiro.

Segundo dispõe o Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, os automóveis que vierem ao Brasil acompanhados de "carnet de passagens em Douanes" legalmente emitidos e forem desembarçados com isenção temporária dos direitos e taxas aduaneiras, ficarão sujeitos ao pagamento desses direitos e taxas se aqui forem vendidos a terceiros.

Na conformidade desse dispositivo, o carro em questão estaria sujeito ao pagamento dos direitos devidos. Acontece, porém, que o comprador desse carro é um diplomata que goza da isenção para o automóvel adquirido para seu uso, de acordo com o artigo 11, inciso 6.º, do citado decreto-lei n. 300, de 1938, em harmonia com a circular n. 71, de 31 de dezembro de 1938, que menciona os países que ratificaram as Convenções sobre funcionários diplomáticos e agentes consulares, assinadas pelo Governo brasileiro, em 20 de fevereiro de 1928, na VI Conferência Internacional Americana, reunida em Havana, promulgada pelo decreto n. 18.956, de 23 de outubro de 1929, e que regulamentaram, entre outras matérias, a isenção de direitos em favor dos diplomatas e consules de carreira, estrangeiros.

Segundo essa relação, goza a Alemanha de isenção ampla, mediante reciprocidade, a favor dos Embaixadores, Ministros, Encarregados de Negócios, Conselheiros, Secretários, Adidos e objetos de serviço da Missão diplomática e dos Consulados.

Nestas condições e, atendendo à solicitação da mencionada Missão, parece não haver inconveniente na concessão pleiteada, em caráter especial, fazendo a Alfândega desta Capital as devidas anotações para baixa do termo antes assinado para o desembarço do carro de que se trata. V. Ex., no entanto, decidirá como julgar de melhor acerto".

N.º 19, de 15 de maio de 1940 (D. O. 18, retificada a 21-5-40).

— Tendo em vista o que solicitou a Comissão de Similares em ofício n. 70, de 22 de abril próximo findo, e de acordo com o resolvido no processo n. 38.634, do corrente ano, declaro aos Snrs. inspetores das Alfândegas e administradores das Agências Fiscais, para seu conhecimento e devidos fins:

a) que o "amoníaco anidro ou liquefeito" comprimido em cilindros de aço, para carga de máquinas frigoríficas, não está compreendido na circular n.º 63, de 26 de novembro de 1935, que cogita de "amônia líquida";

b) que a "barras" ou "vergalhões" de alumínio, chumbo, estanho, zinco, cobre, níquel e suas ligas, enumerados na circular n.º 57, de 12 de outubro de 1939, refere-se unicamente aos produtos "laminados" ou "trifilados" e não compreendem os "lingotes" e "placas" dos mesmos metais ou suas ligas que, quando importados para fundição, não têm similar nacional registrado; e

c) que a Companhia Química Rhodia Brasileira, consoante comunicação feita em 12 de janeiro de 1940, à Comissão de Similares, deixou de fabricar os produtos — "salicilato de metila" e "acetato de cromo sólido" — para os quais havia obtido registro pelas circulares ns. 63, de 26 de novembro de 1935, e 52, de 18 de setembro de 1936, respectivamente.

DESPACHOS:

— Mereceu aprovação este parecer da Diretoria das Rendas Aduaneiras, publicado no "Diário Oficial", de 9 de maio de 1940:

"A legalização facultativa de mais duas vias (6ª e 7ª) das faturas consulares e das respectivas cópias de faturas comerciais, afim de substituírem as 1ª e 5ª vias, no caso de extravio destas encontra apoio nas disposições legais transcritas no parecer de fls. 10v./11 e é oportuna, pois já estão surgindo as questões de desaparecimento das faturas aludidas, decorrentes da guerra travada entre vários países da Europa. Na referida legalização deverão ser empregadas, em diagonal na fatura consular a palavra "Facultativa" e a expressão "sendo esta via utilizada, a original fica sem valor".

Diretoria das Rendas Aduaneiras

As 6ª e 7ª vias facultativas das faturas consulares serão assinadas pelo consul que autenticar as demais vias e ficarão ambas sujeitas ao emolumento de 2\$0, ouro, indicado no n.º 36 da tabela estabelecida pelo Decreto-lei n.º 1.330, de 7 de junho de 1939, uma vêz que o emolumento de 1\$0, ouro, proposto pela Câmara de Comércio de Liverpool além de não estar previsto na dita tabela, não compensa o trabalho da legalização facultativa.

Parece-me que com estes esclarecimentos poderá ser respondido o aviso de fls. 9, do Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores”.

— Pelo Sr. Ministro da Fazenda foi determinado que se procedesse de acôrdo com o seguinte parecer da Diretoria das Rendas Aduaneiras :

“A exigência da Alfândega de Santos e a reclamação da Comissão Mixta Ferroviária Brasileiro-Boliviana giram em torno de um só ponto: a despesa com a comprovação da aplicação dos materiais despachados com o favor da isenção de di-

reitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras.

Como se verifica do processo, o despacho do Exmo. Sr. Presidente da República recomenda a adoção das cautelas devidas para evitar abusos. O cumprimento da recomendação póde ser efetivado de forma a não acarretar despesas para a comissão que representa um serviço público.

A Alfândega de Santos remete à de Corumbá uma relação dos materiais e a segunda das repartições incumbe um de seus funcionários de, num exame “in-loco”, verificar o destino do material.

Se houver afastamento da séde da repartição, ao funcionário se abonará uma diária, como prescreve o Estatuto do Funcionário Público.

Parece-me que, assim, se terá dado inteiro cumprimento ao determinado no despacho presidencial”.

(D. O., 31-5-40).

EXPEDIENTE DA DIRETORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DESPACHOS :

— De acôrdo com os pareceres prestados pela Diretoria das Rendas Aduaneiras, foi negado provimento a diversos recursos interpostos de atos que recusaram deferir restituições de direitos. Os fundamentos de alguns desses pareceres foram os seguintes :

— o adicional de 10%, cuja restituição foi impetrada, foi regularmente cobrado, uma vez que as mercadorias foram despachadas com redução e não com isenção completa de direitos. (D. O. 3, 16, 28-5-40).

— não é lícito ao interessado pleitear a restituição de direitos pagos si não discutiu a questão relativa à classificação da mercadoria, não pleiteou a concessão de favores aduaneiros, ou não recorreu para o Conselho Superior de Tarifa reclamando a reforma da decisão desfavorável proferida em primeira instancia. (D. O. 4, 17, 28-5-40).

— o importador não recorreu para o Conselho Superior de Tarifa da decisão que lhe impôs a multa por infração do regulamento de faturas consulares, mas, desviando o

curso do processo, reclamou logo a restituição da multa paga, sem que obtivesse, em segunda instancia, a reforma do ato punitivo. (D. O. 17-5-40).

— A outro recurso relativo a restituição de direitos negada, deixou de ser dado provimento, à vista do parecer emitido pela Diretoria das Rendas Aduaneiras, publicado no “Diário Oficial” de 23 de maio de 1940, e abaixo transcrito :

“O § 1.º, do art. 165, da Consolidação das Leis das Alfândegas, declara o seguinte :

“As mercadorias descarregadas ou existentes em quaisquer armazens ou depósitos, estão sujeitas ao pagamento dos direitos que vigorem ao tempo em que forem postas em despacho, considerando-se tais desde que fôr distribuída a respectiva nota pelo inspetor da alfândega ou administrador da mesa de rendas.

A nota de importação junta, sob n.º 2.480, foi processada na Alfândega do Rio Grande, em 30 de dezembro de 1933, e, na mesma data, distribuída para desembaraço dos 378.370 quilos de sal, vindo de Cadiz.

Dispõe o Decreto n. 23.481, de 21 de novembro de 1933 :

"Art. 1.º A partir da publicação deste decreto, todas as repartições públicas arrecadoras perceberão na base de 8\$0, pelo antigo mil réis ouro".

Os direitos do sal importado foram pagos à razão de 8\$0, e a mercadoria entregue aos seus donos sem nenhuma objeção. Posteriormente, o governo atendendo às reclamações do comércio importador, expediu o Decreto n. 23.542, de 4 de dezembro de 1933, pelo qual as mercadorias desembaraçadas nas alfândegas até 31 de dezembro improrrogavelmente, pagariam a taxa de 6\$226, pelo antigo mil réis ouro.

Veiu a circular do Ministério da Fazenda, n.º 5, de 10 de janeiro de 1934, e deu caráter interpretativo àquele decreto, por isso que a expressão — desembaraçadas — equivalia a — despachadas.

Comtudo, a vigência do Decreto n.º 23.481, citado, ficou determinada pela fixação da data, o que importa dizer que os atos por ela regidos, ficam subordinados ao efeitos de sua execução.

Desse modo, a fatura consular e o conhecimento de carga estão legalizados com data de 4 de dezembro de 1933, o que prova que o embarque da mercadoria se deu em plena execução da lei que instituiu a cobrança dos direitos sob a base de 8\$0 papel, pelo antigo mil réis ouro.

Nestas condições não é líquido o direito à restituição pleiteada e ao recurso deve ser negado provimento.

Encaminhe-se à Diretoria Geral da Fazenda".

— Nos termos do seguinte parecer da Diretoria das Rendas Aduaneiras, foi negado provimento a outro recurso sobre restituição de direitos:

"Quando entrou em vigor a nova Tarifa, o Ministério da Fazenda expediu a circular n.º 84, de 10 de junho de 1934, esclarecendo que as mercadorias embarcadas no período de 11 a 21 de junho do mesmo ano ficavam sujeitas à nova taxa, desde que os interessados assim requeressem ao chefe da repartição aduaneira.

A companhia recorrente deu entrada ao despacho de importação junto sob n.º 339, de 21 de

junho daquele ano, na mesma data. E' o que está declarado pelo encarregado do manifesto. Pagou os direitos e entrou na posse e domínio dos volumes em 8 de agosto do ano referido, conforme recibo passado no verso da nota de importação. Nada requereu nesse período para se beneficiar da nova taxa decretada.

Tem inteira aplicação ao caso o disposto no § 2º, art. 165, da Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas. Assim, o direito à restituição não é líquido e o pedido de reconsideração carece de amparo legal". (D. O. 24-5-40).

— O parecer abaixo, emitido pelo Sr. Diretor das Rendas Aduaneiras, foi adotado como resposta a uma solicitação do Ministério da Agricultura:

"A taxa de 4% que incidia sobre a seda importada foi extinta pelo Decreto n.º 24.343, de 5 de junho de 1934, conforme está expressamente declarado no art. 3.º, letra E.

A extinção se deu de modo geral, abrangendo não só aquela como diversas taxas que anteriormente eram cobradas nos despachos de importação.

Daquela data em diante, não figurou mais no orçamento da receita e se houve qualquer estimativa no orçamento do Ministério da Agricultura, baseada na referida taxa, teve fim inexistente, porque as alfândegas executaram a nova tarifa posta em vigor, com o Decreto n. 24.343, citado, sem cogitar da arrecadação das taxas que vinham de ser abolidas.

Convem acentuar que a taxa de 4% recaia sobre a seda que, pela tarifa antiga, estava na classe 18 e atualmente se acha na classe 7. Assim, a abertura dos créditos de que trata o final do ofício número 4.111, de fls. 5, não pôde ser autorizada.

Entretanto, da renda arrecadada sobre os artigos da classe 7.^a, no corrente exercício, pôde o governo reservar 4% sobre o total da receita, os quais serão escriturados pela Contadoria Central, em depósito, fazendo jogo de contas em cada balanço mensal, cuja importância ficaria à disposição do Ministério da Agricultura para incentivar a indústria da seda.

Encaminhe-se á Diretoria Geral da Fazenda". (D. O., 28-5-40).

Diretoria das Rendas Aduaneiras

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO DA FAZENDA

CIRCULARES:

N. 18, de 15 de maio de 1940 (D. O. 17, retificada a 21/5/40)

De acordo com o resolvido no processo n. 38.363-40, declaro aos Srs. inspetores das Alfândegas e administradores das Agências Fiscais, para seu conhecimento e efeitos dos arts. 6.º e 96, do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, que resolvi aprovar o registro feito pela Comissão de Similares, no período de 12 de dezembro de 1939 a 10 de abril do corrente ano, dos produtos discriminados na relação anexa, considerados similares aos estrangeiros.

Relação completa dos produtos similares aos estrangeiros, registrados com indicação dos nomes dos seus fabricantes e sede das respectivas fabricas produtoras, no periodo decorrido de 12 de dezembro de 1939 a 10 de abril de 1940.

Classe	Artigo tarifa	Artigo	Fabricantes		Unidade	Preço corrente
			Firmas	Séde das firmas		
34. ^a	1.831	Maquinas operatrizes não classificadas (<i>descaroçadores</i> isolados de 50, 60, 70 ou 80 serras, pneumáticos ou de escovas, com costelas simples ou duplas, dotados de alimentação automaticas e equipados com limpador extrator individual, de 6 rolos).	Máquinas Piratinha Ltda. ...	Rua Eduardo Gonçalves, 38, São Paulo — Estado de São Paulo.	Um....	Variável..
34. ^a	1.831	Maquinas operatrizes não classificadas (<i>desuntadores</i> isolados de 106 ou 141 serras de 12 polegadas, com separadores de aluminio, transmissão superior, equipados com eletro-iman e condensador individual ou bateria).	Idem	Idem	Um....	idem.
34. ^a	1.831	Maquinas operatrizes não classificadas (<i>instalações completas economicas de Tipo fazenda</i> ou de grande vulto, do tipo Usina, compostas de um a quatro <i>descaroçadores</i> e respectivos órgãos conjugadas a prensas de haixa).	Idem	Idem	Um...	idem.
34. ^a	1.831	Maquinas operatrizes não classificadas (<i>prensas hidraulicas</i> com estrutura de aço laminado de 1 ou 2 caixões, produzindo fardos com densidade de 350 a 700 quilos por metro cubico com 1 ou 2 cilindros de aço fundido, trabalhando com bombas hidraulicas de 2 a 4 cilindros e calçadores automaticos elétricos ou mecânicos).	Idem	Idem	Um...	idem.
34. ^a	1.831	Maquinas operatrizes não classificadas (<i>sistema de alimentação pneumática de algodão em caroço</i> incluindo <i>aspiradores</i> , tubos telescopicos, tubulações condutoras, registros de derivação, valvulas de alimentação, separadores de carimans e impurezas e todos os demais órgãos competentes com dimensões e dispositivos adequados).	Idem	Idem	Um....	idem.
34. ^a	1.831	Maquinas operatrizes não classificadas (<i>sistema de recalque pneumático de algodão em pluma</i> , compostos de <i>aspiradores</i> , tubulações, ciclone e competentes acessórios).	Idem	Idem	Um....	idem.
34. ^a	1.831	Maquinas operatrizes não classificadas (<i>sistema de condução e elevação de caroço</i> , com calhas dotadas de parafusos sem fim, respectivas bicas; valvulas e ciclone).	Idem	Idem	Um...	idem.

Comissão de Similares, 10 de abril de 1940. — João Th. Medeiros, presidente. — A. Forjaz de Araujo Coutinho, membro. — José Lins, membro. — Nelson Barcellos Maia, membro, — Costa Pinto, membro. — Rodolpho Ortarblad, membro. — Clovis Washington, secretário.

ACORDAOS DO CONSELHO SUPERIOR DE TARIFA:

(Publicados durante o mez de maio de 1940, nas edições do "Diario Oficial" de 6 (ns. 7529/53), 7 (ns. 7554/86), 8 (ns. 7587/7627), 9 (ns. 7628/81), 10 (ns. 7682/7758), 11 (ns. 7759/83), 13 (ns. 7784/7815), 14 (ns. 7816/37), 15 (ns. 7838/69), ns. 7870/82) e 24 n.º 7268).

Primeira Camara

Quando em um artigo da Tarifa houver as expressões "de qualquer outra qualidade, quaisquer outras não classificados", ou equivalentes, e for o despacho formulado citando esse artigo e a taxa correspondente, as outras expressões por ventura contidas em a nota, a titulo de esclarecimento, não isentam o importador da multa de direitos em dobro caso a mercadoria verificada em conferência seja diferente e de taxa mais elevada. O despacho formulado desse modo poderia acarretar prejuizos para a Fazenda Pública se, por acaso, houvesse negligência do conferente; e o acto viria incentivar oo emprego de subtilezas, no fundo fraudulentas, se se deixasse de aplicar a multa. Tanto mais que a lei faculta o pagamento da diferença em tempo, ato que libera o importador de qualquer penalidade, se por ventura o despacho assim corrigido não acusar diferença nova. Ac. 7721.

Estão classificados nos artigos:

- 771 — 12\$480, tela ou pano de arame de cobre importado em peças de grandes dimensões, não sendo cylindricas e não tendo dispositivos para uso exclusivo em maquinas. Ac. 7597.
- 1563 — 78\$000, aparelhos electricos destinados a barbear, embora não funcionem com laminas comuns, mas por meio de pequenos dentes que raspam a barba junto à pele. Ac. 7607.
- 1866 — 18\$200, tecido de algodão impermeabilizado de borracha. Ac. 7616.
- 1866 — taxa segundo o peso por metro quadrado, tubos de borracha, embora destinados a revestimento de rolinhos de maquinas de fiação. Ac. 7620.
- 599 — 28\$500, diesel-oil quando importado para fabricação de gas pinch, pelas empresas fornecedoras de gas, e comprovada sua applicação. Ac. 7531, 7683 e 7690.
- 1831 — forno para derreter bronze, com motor, ventilador, etc., formando um conjunto, que lhe dá o caracteristico de maquina. Ac. 7537.
- 1787 — caldeiras electricas para cocção, destinadas a cosinhas a vapor denominadas Senking, ainda que de capacidade superior a 50 dm3. Ac. 7544.
- 1267 — taxa segundo a materia da fabricação, aparelhos electricos para soldar metaes. Ac. 7641.
- 1866 — 31\$200, borracha esponjosa para qualquer fim. Ac. 7645.
- 542 — 26\$000, copias de plantas feitas em papel ferro prussiato. Ac. 7688 e diversos outros.
- 1831 — na divisão correspondente, peças de maquinas motrizes a gas, gasogenio, petroleo, etc., importadas separadamente, ainda que tenham applicação em tratores. Ac. 7691.
- 587 — 2\$600, pequenas esferas de aço carbono, destinadas a desgastar, quer empregadas em moinhos trituradores, quer em outras maquinas ou aparelhos. Ac. 7696.
- 331 — 15\$600, laminas de cortiça, cobertas de um lado, ou dos dois, de tecidos. Ac. 7697.
- 557 — \$550, papelão impregnado de betume, tendo uma das faces pintadas com tinta a oleo de pigmentoo mineral. Ac. 7748.
- 861 — 1\$560, trilhos de feitio especial ou comum, destinados a portas corrediças. Ac. 7759.

Diretoria das Rendas Aduaneiras

- 1481 — 18\$200, especialidade farmacêutica em forma de solução medicinal, contendo mais de uma solução medicamentosa, diluída em solução aquosa ou alcoólica. Ac. 7783.
- 477 — 34\$320, tecido de algodão denominado "gabardine". Ac. 7821.
- 175 — taxa segundo o peso por m², tecido de lã para máquina, semelhante à sarçaneta ou seriguilha. Ac. 7822.
- 833 — 7\$280, as correntes de aço ou ferro, embora sejam partes integrantes de máquinas ou aparelhos de transmissão, quando importadas separadamente. Ac. 7834.
- 861 — 3\$120, tubos feitos de laminas de ferro batido, latinados, fechados no sentido longitudinal por uma dobra da propria lamina prestando-se a serem usados em cortinas e reposteiros. Ac. 7836.
- 137 — 4\$590, o fio de lã crú para tecelagem, que possui característica inconfundível com o fio frouxo para bordar e semelhantes, da taxa de 21\$840. A própria denominação de fio frouxo, embora que não utilizada só para bordar, identifica logo a mercadoria, quer ao tacto quer à vista. Ac. 7787.
- 861 — 2\$080, verguinhas de ferro com sulcos, applicaveis em varetas de guarda-chuva, quando cortadas em pedaços de tamanho certo. Ac. 7838.
- 1831 — 1\$610, buchas e pinos, com emprego nas esteiras articuladas das máquinas motrizes tratores, sistema tanks. Ac. 7875.
- 1859 — taxa segundo a qualidade, os esticadores para cabos subterraneos. Ac. 7877.
- 1663 — 17\$100, solenoides e miliamperimetro, que são partes integrantes de apare-

lhos de raios X, e de outros usados em diatermia, não tendo outras applicações. Ac. 7882.

Aplicações das Preliminares :

Art. 22 — Classificam-se pela predominancia da materia os fios de lã para tecelagem, de uma só perna, com mescla de "Rayon". Ac. 7830.

Art. 44 — Está sujeito a direitos de 33% "ad-valorem", tarifa minima, o emaranhado de filamentos elementares de "Rayon", brancos, sedosos e curtos, mais ou menos regulares no comprimento (rayoncurt) constituindo materia prima para a fabricação de fios para tecelagem. Ac. 7605.

Segunda Camara

— Ocorrendo a falta das faturas comercial e consular, confessada pela parte ou quando findo o prazo do termo de responsabilidade, a penalidade a impor (multa de direitos em dobro) é uma unica, pela ausencia de ambos os documentos. Ac. 7587.

— Nos processos relativos a multas por infração do regulamento de faturas consulares é indispensavel a abertura de prazo para defesa, em face do decreto n.º 24.478, de 1934, muito embora se trate de materia que tem forma processual propria. Ac. 7842, com voto vencido do Sr. Odilio Martins de Araujo.

— Não constitue contrabando o fato de passageiro abastado conduzir de bôa fé, juntamente com as joias da esposa, tres barrinhas de ouro baixo, pesando 559,5 gr. obtido de fundição de ouro de joias antigas, considerado portanto objecto de estimação e não para fins comerciais. Ac. 7742.

— Não satisfaz as exigencias legais a fatura consular que discrimina a mercadoria: toneladas brutas de carvão de pedra; não se infere daí que o material se encontre em estado bruto. Ac. 7627.

— Gosando os barcos de favores aduaneiros, desses favores participam os motores a oleo cru, com pertences para acionar barcos. Ac. 7550.

— Tem similar na produção nacional grampos de ferro de qualquer tipo, dimensão e grossura (Ac. 7573), canos "grés" (Ac. 7556 e diversos), cabo telefonico até 2 cm. de diâmetros, feito de fio de cobre isolado com seda, com capa interna de chumbo e externa de algodão (Ac. 7632).

— As mercadorias depositadas em domicilio estão fora da zona fiscal, e, assim sendo, qualquer busca ou apreensão só pode ser realizada por autoridade aduaneira quando concedido mandado judicial. Ac. 7852.

— Gosa de redução de direitos o oleo mineral

(gas-oil) para calorificação do gas de agua, como materia prima para a fabricação de gas. Ac. 7868.

— A isenção de direitos de importação para consumo e de expediente não compreende a isenção para o imposto adicional de 10% de que trata o artigo 8 do decreto n.º 24.343, e da taxa de 2% de Previdencia Social. Ac. 7811/2.

— O papel com linhas dagua importado por empresa jornalística, com isenção de direitos, não pode ser guardado sinão nos logares para isso determinados ou autorizados pela Inspetoria da Alfandega. Ac. 7747.

— Quando empregado em mineração, o estopim é material de exploração não de custeio. Ac. 7675 e seguintes).





MINISTÉRIO DA FAZENDA

DIRETORIA DAS RENDAS ADUANEIRAS

BOLETIM ESTATÍSTICO

MÊS DE JUNHO

1940

27

INDICE

I — ARRECADAÇÃO GERAL

(Informações telegráficas)

1. Discriminadamente pelas Alfândegas	
a) Junho — 1940-1939	1
b) Janeiro a Junho — 1940-1939	2
2. Discriminadamente pelas rubricas orçamentárias	
a) Junho — 1940-1939	3
b) Janeiro a Junho — 1940-1939	4
3. Discriminadamente pelas Alfândegas, segundo as rubricas orçamentárias — Janeiro a Junho — 1940-1939	
Manaus.	5
Belém.	5
São Luiz.	6
Parnaíba.	6
Fortaleza.	7
Natal.	7
João Pessoa.	8
Recife.	8
Maceió.	9
Aracajú.	9
Salvador.	10
Vitória.	10
Rio de Janeiro.	11
Santos.	11
Paranaguá.	12
São Francisco.	12
Florianópolis.	13
Rio Grande.	13
Pelotas.	14
Pôrto Alegre.	14
Livramento.	15
Uruguaiana.	15
Corumbá.	16

II—ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO

1. Arrecadação de direitos de importação para consumo Janeiro a Junho — 1940-1939	
a) Por classes de tarifa.	17
b) Por procedências.	18
2. Arrecadação do imposto de consumo, discrimina- damente pelas espécies tributadas — Janeiro a Junho 1940-1939.	19-20
3. Resumo da importação de mercadorias despachadas com redução e isenção de direitos — Janeiro a Junho 1940	21

III—ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS

1. Arrecadação de direitos de importação para consu- mo — Janeiro a Junho — 1940-1939	
a) Por classes de tarifa.	22
b) Por procedências.	23
2. Arrecadação do imposto de consumo, discrimina- damente pelas espécies tributadas — Janeiro a Junho 1940-1939	24-25
3. Resumo da importação de mercadorias despachadas com redução e isenção de direitos — Janeiro a Junho-1940	26

IV—ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE PORTO ALEGRE

1. Arrecadação dos direitos de importação para consumo Janeiro a Junho — 1940-1939	
a) Por classes de tarifa	27
b) Por procedências	28
2. Arrecadação do imposto de consumo, discrimina- mente pelas espécies tributadas — Janeiro a Junho 1940-1939	29-30

ATOS RELATIVOS A ARRECADAÇÃO E FISCA- LIZAÇÃO DAS RENDAS ADUANEIRAS

Despachos do Sr. Presidente da Republica.	33
Expediente do Sr. Ministro da Fazenda.	38
Expediente da Diretoria Geral da Fazenda Nacional	41
Expediente da Diretoria das Rendas Aduaneiras.	43
Acórdãos do Conselho Superior de Tarifa.	44

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL
1. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS

a) JUNHO — 1940 - 1939
(Milréis)

Alfândegas	1940	1939	Diferenças em 1940
Manaus.	466.714	595.781	— 129.067
Belém.	2.175.077	2.357.083	— 182.006
São Luiz.	305.341	447.150	— 141.809
Parnaíba.	153.752	87.991	+ 65.761
Fortaleza.	1.297.174	959.894	+ 337.280
Natal.	229.362	200.656	+ 28.706
João Pessoa.	281.342	362.939	— 81.597
Recife.	3.885.348	5.746.629	— 1.861.281
Maceió.	249.626	381.510	— 131.884
Aracajú.	192.889	199.092	— 6.203
Salvador.	22.249.898	2.568.622	— 318.724
Vitória.	106.656	177.094	— 70.438
Rio de Janeiro.	36.125.776	39.465.098	— 3.339.322
Santos.	42.020.346	46.838.031	— 4.817.685
Paranaguá.	410.413	419.683	— 9.270
São Francisco.	260.329	395.248	— 134.919
Florianópolis.	99.100	237.438	— 138.338
Rio Grande.	1.532.984	1.447.000	+ 85.984
Pelotas.	627.147	955.774	— 328.627
Pôrto Alegre.	5.444.118	6.035.113	— 590.995
Livramento.	627.822	429.061	+ 198.758
Uruguaiana.	168.849	242.642	— 73.793
Corumbá.	120.100	126.043	— 5.943
Total.	99.030.163	110.675.575	— 11.645.412

I — ARRECADAÇÃO GERAL
I. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS

b) JANEIRO A JUNHO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas	1940	1939	Diferenças em 1940
Manaus	3.586.709	4.307.265	— 720.556
Belem.	13.277.500	13.193.549	+ 83.951
São Luiz.	1.904.043	2.428.527	— 524.484
Parnaíba	1.042.454	889.264	+ 153.190
Fortaleza.	7.451.848	7.308.032	+ 143.816
Natal.	1.250.775	1.423.073	— 172.298
João Pessoa	2.147.501	2.554.513	— 407.012
Recife.	37.707.854	37.631.863	+ 75.991
Maceió.	1.919.953	2.290.906	— 370.953
Aracaju	1.321.650	1.430.597	— 108.947
Salvador.	16.609.132	18.324.137	— 1.715.005
Vitoria.	1.135.941	1.508.676	— 372.735
Rio de Janeiro.	246.859.486	242.410.429	+ 4.449.057
Santos.	311.499.386	286.721.960	+ 24.777.426
Paranaguá.	1.554.824	3.057.813	— 1.502.989
São Francisco	1.390.320	2.209.032	— 818.712
Florianópolis.	1.180.736	1.612.574	— 431.838
Rio Grande.	9.801.392	9.541.210	+ 260.182
Pelotas.	4.731.644	5.349.230	— 617.586
Porto Alegre.	36.787.398	38.301.806	— 1.514.408
Livramento.	4.427.384	3.708.536	+ 718.848
Uruguaiana.	1.206.703	934.579	+ 272.124
Corumbá.	1.025.296	974.254	+ 51.042
Total.	709.819.929	688.111.825	+ 21.708.104

I — ARRECADAÇÃO GERAL
2. DISCRIMINADAMENTE PELAS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS
a) JUNHO — 1940 - 1939
(Milréis)

Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	68.921.703	75.347.887	— 6.426.184
Imposto adicional de 10%.....	6.219.382	6.581.145	— 361.763
Taxa adicional — (Decr. 300).....	268.318	129.830	+ 138.488
Expediente das capatazias.	21.892	33.089	— 11.197
Armazenagem.	27.522	16.785	+ 10.737
Imposto de docas.	11.380	5.757	+ 5.623
Impostos de faróis.	383.894	678.506	— 294.612
Total.	75.854.091	82.792.999	6.938.908
Imposto de consumo.	13.228.534	15.788.812	— 2.560.278
Imposto de renda.	1.441.576	2.334.662	— 893.086
Impostos s/atos emanados.	2.130.875	2.711.926	— 581.051
Rendas patrimoniais.	73.272	61.078	+ 9.194
Rendas industriais.	3.306	5.693	— 2.387
Diversas rendas.	5.416.703	6.017.074	— 600.371
Total da renda ordinária.	98.148.357	109.715.244	11.566.887
RENDA EXTRAORDINARIA			
Total geral.	881.806	960.331	78.525
	99.030.163	110.675.575	11.645.412

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL

2. DISCRIMINADAMENTE PELAS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

b) JANEIRO A JUNHO — 1940-1939
(Milréis)

Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
RENTA ORDINARIA			
RENTA — IMPOSTOS E TAXAS:			
Importação para consumo	488.263.618	476.641.455	+ 11.622.163
Adicional de 10%.	13.955.621	41.796.773	+ 2.158.848
Alcool — (Decr. 300).	1.488.362	1.171.095	+ 317.267
Das capatazias.	122.756	212.236	— 89.480
De ...	55.089	91.773	— 16.684
De ...	113.765	110.896	— 27.131
De ...	2.961.787	3.766.197	— 804.410
De ...	536.980.998	523.820.425	+ 13.160.573
De ...	103.258.951	100.090.730	+ 3.168.224
De ...	7.210.745	6.737.994	+ 472.751
De ...	15.174.053	15.285.610	+ 188.443
De ...	669.007	520.154	+ 118.853
De ...	22.840	29.297	— 6.457
De ...	39.995.042	36.194.419	+ 3.800.623
RENTA ORDINARIA. ...	703.611.639	682.678.629	+ 20.933.010
RENTA EXTRAORDINARIA	6.208.290	5.433.196	+ 775.094
RENTA EXTRAORDINARIA. ...	709.819.929	688.111.825	+ 21.708.104

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I -- ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A JUNHO — 1940 - 1939

(Mil-réis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940	
M A N Á U S				
RENDA ORDINÁRIA				
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:				
Direitos de importação para consumo	1.317.276	1.872.230	—	554.954
Imposto adicional de 10%	149.919	187.800	—	37.851
Outras rubricas: 3 a 7.	20.175	14.145	+	6.030
Total.	1.487.400	2.074.175	—	586.775
Imposto de consumo.	1.556.680	1.638.158	—	81.478
Imposto de renda.	290.021	360.979	+	70.958
Impostos s/átos emanados.	70.797	61.115	+	9.682
Rendas patrimoniais.	—	—	—	—
Rendas industriais.	124	349	—	225
Diversas rendas.	123.609	120.670	+	2.939
Total da renda ordinária. . .	3.528.631	4.255.446	—	726.815
RENDA EXTRAORDINÁRIA	58.078	51.819	+	6.259
Total geral.	3.586.709	4.307.265	—	720.556
B E L É M				
RENDA ORDINÁRIA				
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:				
Direitos de importação para consumo	7.249.047	7.432.604	—	183.557
Imposto adicional de 10%	—	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	153.088	116.754	+	36.334
Total.	7.402.135	7.549.358	—	147.223
Imposto de consumo.	4.490.204	4.422.902	+	67.302
Imposto de renda.	532.631	450.048	+	82.583
Impostos s/átos emanados.	254.902	189.759	+	65.143
Rendas patrimoniais.	38.157	32.629	+	5.528
Rendas industriais.	474	1.240	—	766
Diversas rendas.	381.253	325.699	+	55.554
Total da renda ordinária. . .	13.099.756	12.971.635	+	128.121
RENDA EXTRAORDINÁRIA	177.744	221.914	—	44.170
Total geral.	13.277.500	13.193.549	+	83.951

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A JUNHO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
S ã o L u i z			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	598.098	1.008.212	— 410.114
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	37.648	66.004	— 28.356
Total.	635.746	1.074.216	— 438.470
Imposto de consumo.	876.929	966.520	— 89.591
Imposto de renda.	79.930	47.758	+ 32.172
Impostos s/atos emanados.	216.108	203.018	+ 13.390
Rendas patrimoniais.	10.586	14.134	— 3.548
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	68.303	108.653	— 40.350
Total da renda ordinária.	1.887.902	2.414.299	— 526.397
RENDA EXTRAORDINÁRIA	16.141	14.228	+ 1.913
Total geral.	1.904.043	2.428.527	— 524.484
P A R N A Í B A			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	376.276	347.082	+ 29.194
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	1.835	2.373	— 538
Total.	378.111	349.455	+ 28.656
Imposto de consumo.	200.750	156.535	+ 44.215
Imposto de renda.	33.155	39.836	— 6.681
Impostos s/atos emanados.	362.909	274.688	+ 88.221
Rendas patrimoniais.	9.532	770	+ 8.762
Rendas industriais.	63	35	+ 28
Diversas rendas.	43.806	60.154	— 16.348
Total da renda ordinária.	1.028.326	881.473	+ 146.853
RENDA EXTRAORDINÁRIA	14.128	7.791	+ 6.337
Total geral.	1.042.454	889.264	+ 153.190

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A JUNHO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
F O R T A L E Z A			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	3.825.689	3.929.392	— 103.703
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	330.215	424.180	— 93.935
Total.	4.155.934	4.353.572	— 197.638
Imposto de consumo.	2.526.650	2.316.251	+ 180.399
Imposto de renda.	163.569	206.796	— 43.227
Impostos s/átos emanados.	162.744	118.301	+ 44.443
Rendas patrimoniais.	28.259	20.016	+ 8.243
Rendas industriais.	599	1.095	— 496
Diversas rendas.	348.448	217.381	+ 131.067
Total da renda ordinária.	7.386.203	7.263.412	+ 122.791
RENDA EXTRAORDINÁRIA	65.645	44.620	+ 21.025
Total geral.	7.451.848	7.308.032	+ 143.816
N A T A L			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	430.456	440.243	— 9.787
Imposto adicional de 10%.	43.488	55.710	— 12.222
Outras rubricas: 3 a 7.	25.600	38.597	— 14.997
Total.	499.544	534.550	— 35.006
Imposto de consumo.	412.468	407.653	+ 4.815
Imposto de renda.	63.539	70.361	— 6.822
Impostos s/átos emanados.	95.167	290.809	— 195.642
Rendas patrimoniais.	16.496	10.608	+ 5.888
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	44.131	68.191	— 24.060
Total da renda ordinária.	1.131.345	1.382.172	— 250.827
RENDA EXTRAORDINÁRIA	119.430	40.901	+ 78.529
Total geral.	1.250.775	1.423.073	— 172.298

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A JUNHO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
JOÃO PESSOA			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	586.100	832.183	— 246.083
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	25.600	30.722	— 5.122
Total.	611.700	862.905	— 251.205
Imposto de consumo.	1.178.363	1.160.947	+ 17.416
Imposto de renda.	62.542	191.636	— 129.094
Impostos s/átos emanados.	96.416	85.206	+ 11.210
Rendas patrimoniais.	38.367	29.004	+ 9.363
Rendas industriais.	31	31	—
Diversas rendas.	134.058	183.083	— 49.025
Total da renda ordinária.	2.121.477	2.512.812	— 391.335
RENDA EXTRAORDINÁRIA	26.024	41.701	— 15.677
Total geral.	2.147.501	2.554.513	— 407.012
RECIFE			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	22.621.378	23.136.629	— 515.251
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	242.732	256.216	— 13.484
Total.	22.864.110	23.392.845	— 528.735
Imposto de consumo.	11.108.199	11.054.118	+ 54.081
Imposto de renda.	239.089	258.498	— 19.409
Impostos s/átos emanados.	558.256	286.632	+ 271.624
Rendas patrimoniais.	253.329	227.624	+ 25.705
Rendas industriais.	630	1.306	— 676
Diversas rendas.	2.116.143	1.935.736	+ 180.407
Total da renda ordinária.	37.139.756	37.156.759	— 17.003
RENDA EXTRAORDINÁRIA	568.098	475.104	+ 92.994
Total geral.	37.707.854	37.631.863	+ 75.991

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DICRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A JUNHO -- 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
M A C E I Ó			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	627.394	964.351	— 336.957
Imposto adicional de 10%.....	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	49.543	67.767	— 18.224
Total.	676.937	1.032.118	— 355.181
Imposto de consumo.	533.918	536.691	— 2.773
Imposto de renda.	54.660	60.398	— 5.738
Impostos s/átos emanados.	334.354	336.856	— 2.502
Rendas patrimoniais.	8.453	12.543	— 4.090
Rendas industriais.	226	171	+ 55
Diversas rendas.	302.521	300.533	+ 1.988
Total da renda ordinária.	1.911.069	2.279.310	— 368.241
RENDA EXTRAORDINÁRIA	8.884	11.596	— 2.712
Total geral.	1.919.953	2.290.906	— 370.953
A R A C A J Ú			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	102.991	219.434	— 116.443
Imposto adicional de 10%.....	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	2.736	2.316	+ 420
Total.	105.727	221.750	— 116.023
Imposto de consumo.	742.677	758.459	— 15.782
Imposto de renda.	47.005	45.197	+ 1.808
Impostos s/átos emanados.	325.960	267.562	+ 58.398
Rendas patrimoniais.	19.521	19.642	— 121
Rendas industriais.	—	84	84
Diversas rendas.	67.875	105.603	— 37.728
Total da renda ordinária.	1.308.765	1.418.297	— 109.532
RENDA EXTRAORDINÁRIA	12.885	12.300	+ 585
Total geral.	1.321.650	1.430.597	— 108.947

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A JUNHO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
SALVADOR			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	6.831.855	8.624.523	— 1.792.668
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	173.637	184.620	— 10.983
Total	7.005.492	8.809.143	— 1.803.651
Imposto de consumo.	5.306.568	5.491.076	— 184.508
Imposto de renda.	1.081.371	1.200.395	— 119.024
Impostos s/átos emanados.	1.228.660	985.174	+ 243.486
Rendas patrimoniais.	60.092	56.475	+ 3.617
Rendas industriais.	900	842	+ 58
Diversas rendas.	966.166	1.227.367	— 261.201
Total da renda ordinária.	15.619.249	17.770.472	— 2.121.223
RENDA EXTRAORDINÁRIA	959.883	553.665	+ 406.218
Total geral.	16.609.132	18.324.137	— 1.715.005
VITÓRIA			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	19.314	289.386	— 270.072
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	19.346	44.027	— 24.681
Total	38.660	333.413	— 294.753
Imposto de consumo.	333.012	465.640	— 132.628
Imposto de renda.	52.773	58.881	— 6.108
Imposto s/átos emanados.	467.572	516.004	— 48.432
Rendas patrimoniais.	120.117	31.376	+ 88.741
Rendas industriais.	182	—	+ 182
Diversas rendas.	53.169	67.358	— 14.189
Total da renda ordinária.	1.065.485	1.472.672	— 407.187
RENDA EXTRAORDINÁRIA	70.456	36.004	+ 34.452
Total geral.	1.135.941	1.508.676	— 372.735

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A JUNHO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
RIO DE JANEIRO			
RENDAS ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	185.394.297	183.234.819	+ 2.159.478
Imposto adicional de 10%	19.145.123	19.106.281	+ 38.842
Outras rubricas: 3 a 7.	1.190.697	1.520.487	— 329.790
Total.	205.730.117	203.861.587	+ 1.868.530
Imposto de consumo.	25.261.688	23.649.988	+ 1.611.700
Imposto de renda.	—	—	—
Impostos s/átos emanados.	6.957	7.168	— 211
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	10.096	14.782	— 4.686
Diversas rendas.	14.047.504	12.971.674	+ 1.075.830
Total da renda ordinária.	245.056.362	240.505.199	+ 4.551.163
RENDAS EXTRAORDINÁRIA	1.803.124	1.905.230	— 102.106
Total geral.	246.859.486	242.410.429	+ 4.449.057
SANTOS			
RENDAS ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	232.859.944	213.863.837	+ 18.996.107
Imposto adicional de 10%	24.617.061	22.446.982	+ 2.170.079
Outras rubricas: 3 a 7.	1.155.262	1.565.557	— 410.295
Total.	258.632.267	237.876.376	+ 20.755.891
Imposto de consumo.	25.701.981	23.268.378	+ 2.433.603
Imposto de renda.	1.179.082	1.307.968	— 128.886
Impostos s/átos emanados.	7.079.483	7.899.056	— 819.573
Rendas patrimoniais.	3.155	2.957	+ 198
Rendas industriais.	6.814	5.087	+ 1.727
Diversas rendas.	17.452.554	15.379.073	+ 2.073.481
Total da renda ordinária.	310.055.336	285.738.895	+ 24.316.441
RENDAS EXTRAORDINÁRIA	1.444.050	983.065	+ 460.985
Total geral.	311.499.386	286.721.960	+ 24.777.426

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A JUNHO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
PARANAGUÁ			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	975.893	2.300.393	— 1.324.500
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7	73.600	92.800	— 19.200
Total.	1.049.493	2.393.193	— 1.343.700
Imposto de consumo.	208.055	343.176	— 140.121
Imposto de renda.	9.037	19.756	— 10.719
Impostos s/âtos emanados.	146.175	117.802	+ 28.373
Rendas patrimoniais.	301	570	— 269
Rendas industriais.	300	90	+ 210
Diversas rendas.	118.550	158.619	— 40.069
Total da renda ordinária. ...	1.531.911	3.038.206	— 1.506.295
RENDA EXTRAORDINÁRIA	22.913	19.607	+ 3.306
Total geral.	1.554.824	3.057.813	— 1.502.989
SÃO FRANCISCO			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	987.556	1.568.475	— 580.919
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7	22.992	77.592	— 54.600
Total.	1.010.548	1.646.067	— 635.519
Imposto de consumo.	121.073	230.861	— 109.788
Imposto de renda.	3.570	7.771	— 4.201
Impostos s/âtos emanados.	113.624	139.590	— 25.966
Rendas patrimoniais.	4.370	5.198	— 828
Rendas industriais.	13	68	— 55
Diversas rendas.	125.578	165.632	— 40.054
Total da renda ordinária. ...	1.378.776	2.195.187	— 816.411
RENDA EXTRAORDINÁRIA	11.544	13.845	— 2.301
Total geral.	1.390.320	2.209.032	— 818.712

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A JUNHO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
FLORIANÓPOLIS			
RENDAS ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	493.148	876.338	— 383.190
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	1.989	24.994	— 23.005
Total.	495.137	901.332	— 406.195
Imposto de consumo.	311.054	315.150	— 4.096
Imposto de renda.	24.483	33.386	— 8.903
Impostos s/átos emanados.	234.263	246.801	— 12.538
Rendas patrimoniais.	29.642	11.819	+ 17.823
Rendas industriais.	378	323	+ 55
Diversas rendas.	69.336	93.272	— 23.936
Total da renda ordinária. . .	1.164.293	1.602.083	— 437.790
RENDAS EXTRAORDINÁRIA	16.443	10.491	+ 5.952
Total geral.	1.180.736	1.612.574	— 431.838
RIO GRANDE			
RENDAS ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	4.439.878	4.451.582	— 11.704
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	142.531	261.161	— 118.630
Total.	4.582.409	4.712.743	— 130.334
Imposto de consumo.	3.041.927	2.994.173	+ 47.754
Imposto de renda.	155.828	91.798	+ 64.030
Impostos s/átos emanados.	956.620	853.075	+ 103.545
Rendas patrimoniais.	18.965	12.812	+ 6.153
Rendas industriais.	253	673	— 420
Diversas rendas.	959.793	569.062	+ 390.731
Total da renda ordinária. . .	9.715.795	9.234.336	+ 481.459
RENDAS EXTRAORDINÁRIA	85.597	306.874	— 221.277
Total geral.	9.801.392	9.541.210	+ 260.182

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3 DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A JUNHO — 1940-1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
PELOTAS			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	1.002.521	1.615.610	— 613.089
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	8.360	9.258	— 898
Total.	1.010.881	1.654.868	— 643.987
Imposto de consumo.	2.384.190	2.430.641	— 46.451
Imposto de renda.	345.098	302.962	+ 42.136
Impostos s/âtos emanados.	680.218	616.512	+ 63.706
Rendas patrimoniais.	9.665	31.977	— 22.312
Rendas industriais.	845	224	+ 621
Diversas rendas.	248.248	256.906	— 8.658
Total da renda ordinária.	4.679.145	5.294.090	— 614.945
RENDA EXTRAORDINÁRIA	52.499	55.140	— 2.641
Total geral.	4.731.644	5.349.230	— 617.586
PÔRTO ALEGRE			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	15.729.563	18.167.202	— 2.437.639
Imposto adicional de 10%	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	12.092	12.559	— 467
Total.	15.741.655	18.179.761	— 2.438.106
Imposto de consumo.	15.761.620	16.375.965	— 614.345
Imposto de renda.	2.562.001	1.306.536	+ 1.255.465
Impostos s/âtos emanados.	1.019.748	856.760	+ 162.988
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	538	1.699	— 1.161
Diversas rendas.	1.121.821	1.244.988	— 123.167
Total da renda ordinária.	36.207.383	37.965.709	— 1.758.326
RENDA EXTRAORDINÁRIA	580.015	336.097	+ 243.918
Total geral.	36.787.398	38.301.806	— 1.514.408

Diretoria das Rendas Aduaneiras

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A JUNHO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentária	1940	1939	Diferenças em 1940
L I V R A M E N T O			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	1.257.600	793.821	+ 463.779
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	896.752	536.975	+ 359.777
Total.	2.154.352	1.330.796	+ 823.556
Imposto de consumo.	575.486	538.530	+ 36.956
Imposto de renda.	78.107	571.612	— 493.505
Impostos s/átos emanados.	656.448	564.345	+ 92.103
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	182	751	— 569
Diversas rendas.	925.019	485.871	+ 439.148
Total da renda ordinária.	4.389.594	3.491.905	+ 897.689
RENDA EXTRAORDINÁRIA	37.790	216.631	— 178.841
Total geral.	4.427.384	3.708.536	+ 718.848
U R U G U A I A N A			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	268.116	322.084	— 53.968
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	149.373	16.705	+ 132.668
Total.	417.489	338.789	+ 78.700
Imposto de consumo.	221.436	211.653	+ 9.783
Imposto de renda.	114.293	45.096	+ 69.197
Impostos s/átos emanados.	239.086	218.653	+ 20.433
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais.	—	—	—
Diversas rendas.	179.898	79.577	+ 100.321
Total da renda ordinária.	1.172.202	893.768	+ 278.434
RENDA EXTRAORDINÁRIA	34.501	40.811	— 6.310
Total geral.	1.206.703	934.579	+ 272.124

I — ARRECADAÇÃO GERAL

3. DISCRIMINADAMENTE PELAS ALFÂNDEGAS, SEGUNDO AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

JANEIRO A JUNHO — 1940 - 1939

(Milréis)

Alfândegas e Rubricas Orçamentárias	1940	1939	Diferenças em 1940
C O R U M B Á			
RENDA ORDINÁRIA			
IMPORTAÇÃO — IMPOSTOS E TAXAS:			
Direitos de importação para consumo	269.228	321.025	— 51.797
Imposto adicional de 10%.	—	—	—
Outras rubricas: 3 a 7.	25.926	16.388	+ 9.538
Total.	295.154	337.413	— 42.259
Imposto de consumo.	404.026	322.265	+ 81.761
Imposto de renda.	38.961	60.326	— 21.365
Impostos s/átos emanados.	167.286	150.724	+ 16.562
Rendas patrimoniais.	—	—	—
Rendas industriais	192	447	— 255
Diversas rendas.	97.259	69.317	+ 27.942
Total da renda ordinária. . .	1.002.878	940.492	+ 62.386
RENDA EXTRAORDINÁRIA	22.418	33.762	— 11.344
Total Geral	1.025.296	974.254	+ 51.042

Diretoria das Rendas Aduaneiras

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO

1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

a) POR CLASSES DA TARIFA

JANEIRO A JUNHO — 1940 - 1939

(Milréis)

Classes da tarifa	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Animais vivos.	1.421	3.709	— 2.288	0,00	0,00
Cabelos, pêlos e penas.	256.001	251.965	+ 4.036	0,14	0,14
Peles e couros.	822.345	1.214.215	— 391.870	0,44	0,66
Carnes, peixes e produtos animais.	2.039.616	2.444.939	— 405.323	1,10	1,33
Madrepérola, marfim e tartaruga.	357.815	149.143	+ 208.672	0,19	0,08
Lã.	4.253.657	5.262.283	— 1.008.626	2,30	2,87
Seda.	2.718.810	2.242.306	+ 476.504	1,47	1,22
Frutas, cereais e legumes.	12.655.291	16.416.155	— 3.760.864	6,83	8,96
Plantas, folhas, flores e sementes.	3.283.438	2.555.846	+ 727.592	1,77	1,39
Sumos vegetais, bebidas alcoólicas.	7.690.164	6.780.849	+ 909.315	4,15	3,70
Madeira.	1.041.551	1.114.290	— 72.739	0,56	0,61
Cana da Índia, juncos, vime e cipós.	181.618	128.531	+ 53.087	0,10	0,07
Cairo e matérias vegetais filamentosas.	623.887	322.391	+ 301.496	0,34	0,18
Algodão.	3.118.225	2.993.357	+ 124.868	1,68	1,63
Linho, juta, cânhamo e râmia.	5.110.980	4.310.284	+ 800.696	2,76	2,35
Papel e aplicações.	3.667.779	3.921.866	— 254.087	1,98	2,14
Pedras, minérios e prod. minerais.	56.356.305	49.821.401	+ 6.534.904	30,40	27,19
Louça e vidro.	5.762.204	5.786.448	— 24.244	3,11	3,16
Alumínio, chumbo, estanho e ligas.	1.206.304	1.158.852	+ 47.452	0,65	0,63
Cobre, níquel e ligas.	2.754.730	2.995.563	— 240.833	1,49	1,64
Ferro e aço e ligas.	20.856.294	16.859.898	+ 3.996.396	11,25	9,20
Ouro, platina e prata e ligas.	179.749	168.142	+ 11.607	0,10	0,09
Metaloides e vários metais.	444.654	270.477	+ 174.177	0,24	0,15
Matérias primas para indústrias.	8.949.238	8.154.626	+ 794.612	4,83	4,45
Produtos químicos.	9.031.572	6.338.217	+ 2.693.355	4,87	3,46
Drogas e medicamentos.	4.872.328	6.418.164	— 1.545.836	2,63	3,50
Armamento e petrechos de guerra.	799.999	421.541	+ 378.458	0,43	0,24
Obras de cutelaria e seus acessórios.	178.649	346.306	— 167.657	0,09	0,19
Relojoaria.	820.307	672.678	+ 147.629	0,44	0,37
Aparelhos, objetos químicos e físicos.	7.480.650	7.213.313	+ 267.337	4,03	3,94
Aparelhos e instrumentos de cirurgia.	613.673	731.467	— 117.794	0,33	0,40
Instrumentos de música e perteces.	230.470	304.163	— 73.693	0,12	0,17
Veículos, acessórios e pertences.	5.805.124	9.525.762	— 3.720.638	3,13	5,20
Máquinas, aparelhos e utensílios.	6.258.741	6.946.669	— 687.928	3,37	3,79
Vários artigos.	3.338.985	3.948.375	— 609.390	1,80	2,15
Reduções de direitos, etc.	1.643.749	5.040.628	— 3.396.879	0,88	2,75
Total.	185.406.323	183.234.819	+ 2.171.504	100,00	100,00

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO

1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

b) POR PROCEDÊNCIAS

JANEIRO A JUNHO — 1940-1939

(Milréis)

Procedências	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Alemanha.	3.009.091	32.168.739	—29.159.648	1,62	17,56
Argentina.	10.724.439	14.760.505	— 4.036.066	5,78	8,06
Bélgica.	7.291.431	7.922.973	— 631.542	3,93	4,32
Dinamarca.	143.334	642.163	— 498.829	0,08	0,35
Estados Unidos.	68.007.217	38.750.814	+29.256.403	36,68	21,15
Francia.	8.810.446	8.097.943	+ 712.503	4,75	4,42
Grã-Bretanha.	17.647.765	15.850.446	+ 1.797.319	9,52	8,65
Holanda.	11.744.767	5.074.381	+ 6.670.386	6,33	2,77
Italia.	3.292.979	2.451.683	+ 841.296	1,78	1,34
Japão.	5.722.076	3.469.922	+ 2.252.154	3,09	1,89
México.	5.657.303	11.753.361	— 6.096.058	3,05	6,41
Peru.	9.631.397	8.780.875	+ 850.522	5,20	4,79
Polónia.	13.274	1.184.628	— 1.171.354	0,01	0,65
Portugal.	5.997.625	5.499.195	+ 498.430	3,23	3,00
Possessões Britânicas:					
Canadá.	1.931.562	1.806.669	+ 124.893	1,04	0,99
Irlanda.	782.196	1.030.717	— 248.521	0,42	0,56
Possessões Holandesas:					
Na America do Norte e Central.	9.682.362	9.803.337	— 120.975	5,22	5,35
Suécia.	2.219.273	1.671.310	+ 547.963	1,20	0,91
Suiça.	3.252.882	2.375.866	+ 877.016	1,76	1,30
Tcheco-Slovaquia.	34.353	1.469.154	— 1.434.801	0,02	0,80
Outras procedências.	9.810.551	8.670.138	+ 1.140.413	5,29	4,73
Total.	185.406.323	183.234.819	+ 2.171.504	100,00	100,00

Diretoria das Rendas Aduaneiras

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
2. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
JANEIRO A JUNHO — 1940-1939
(Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Fumo.	40.854	40.559	+ 295	0,16	0,17
Bebidas.	2.129.509	2.004.710	+ 124.799	8,43	8,48
Alcool.	100	1.152	— 1.052	0,00	0,00
Fósforos.	20.782	33.610	— 12.828	0,08	0,14
Sal.	1.184.056	1.151.215	+ 32.841	4,69	4,87
Calçados.	7.911	26.307	— 18.396	0,03	0,11
Perfumarias e artigos de toucador...	719.439	575.940	+ 143.499	2,85	2,44
Especialidades farmacêuticas.	946.661	1.406.986	— 460.325	3,75	5,95
Conservas.	1.116.207	1.259.989	— 143.782	4,42	5,33
Vinagre e óleos adequados á alimentação	880.609	724.877	+ 155.732	3,49	3,07
Velas.	3.869	758	+ 3.111	0,02	0,00
Tecidos.	1.421.912	1.335.365	+ 86.547	5,63	5,65
Artefatos de tecidos e de peles.	725.733	566.996	+ 158.737	2,87	2,40
Papel e artefatos.	30.633	28.089	+ 2.544	0,12	0,12
Cartas de jogar.	22.744	31.290	— 8.546	0,09	0,13
Chapéus e bengalas.	39.735	28.548	+ 11.187	0,16	0,12
Louças e vidros.	179.757	212.757	— 33.000	0,71	0,90
Ferragens, artefatos de ferro, etc.	159.092	210.716	— 51.624	0,63	0,89
Café torrado ou moído e chá.	32.556	24.528	+ 8.028	0,13	0,10
Banha, manteiga e sucedâneos.	711	444	+ 267	0,00	0,00
Móveis.	336.037	349.743	— 13.706	1,33	1,48
Armas de fogo, munições, etc.	61.319	100.542	— 39.223	0,24	0,43
Lâmpadas, pilhas, etc.	1.741.622	1.470.387	+ 271.235	6,89	6,22
Queijos e requeijões.	6.246	6.927	— 681	0,02	0,03
Tintas e vernizes.	1.744.124	1.121.846	+ 622.278	6,91	4,74

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
2. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
JANEIRO A JUNHO — 1940-1939
(Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sôbre o total		
	1940	1939		1940	1939	
Leques	31	20	+	11	0,00	0,00
Artefatos de borracha.	212.662	100.113	—	187.451	0,84	1,69
Navalhas e pinceis para barba.	58.203	123.467	—	65.264	0,23	0,52
Pentes, escovas e espanadores.....	48.618	82.374	—	33.756	0,19	0,35
Brinquedos.	23.520	39.315	—	15.795	0,09	0,17
Artefatos de couros e outros materiais.	59.021	82.597	—	23.576	0,23	0,35
Jóias e obras de ourives.	886	28.924	—	28.038	0,00	0,12
Gazolina e carburêto de cálcio.	10.457.731	9.286.849	+	1.170.882	41,40	39,27
Bijouterias, obj. de adôrno e relógios.	253.180	201.335	+	51.845	1,00	0,85
Ladrilhos, mozaicos, azulejos, etc.	79.542	107.488	—	27.946	0,32	0,46
Instrumentos de música.	34.139	46.798	—	12.659	0,14	0,20
Mat. fotogrâfico e cinematogrâfico.	391.612	434.106	—	42.494	1,55	1,84
Fogões e fogareiros.	3.705	8.672	—	4.967	0,02	0,03
Cimento.	45.983	39.958	+	6.025	0,18	0,16
Linhas, cordoalhas e botões.	40.636	53.691	—	13.055	0,16	0,22
Total.	25.261.687	23.649.988	+	1.611.699	100,00	100,00
RESUMO						
Segundo a origem das mercadorias						
Nacionais.	1.180.154	1.142.472	+	37.682	4,67	4,83
Estrangeiras.	24.081.533	22.507.516	+	1.574.017	95,33	95,17
Segundo a modalidade de pagamento						
Taxa.	9.135.284	9.375.171	—	239.887	36,16	39,64
Verba.	16.126.403	14.274.817	+	1.851.586	63,84	60,36

Diretoria das Rendas Aduaneiras

II — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO
3. RESUMO DA IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS DESPACHADAS COM REDUÇÃO
E ISENÇÃO DE DIREITOS
JANEIRO A JUNHO — 1940
(Milréis)

R E D U Ç Õ E S

DISCRIMINAÇÃO	Valor	Direitos devidos	Direitos arrecadados	Diferenças
85%..... { Janeiro a Maio.....	1.568.948	125.816	19.214	106.602
Junho	228.431	29.474	4.422	25.053
Total.....	1.797.379	155.290	23.636	131.655
80%..... { Janeiro a Maio.....	114.493	299.698	59.940	239.758
Junho	—	—	—	—
Total.....	114.493	299.698	59.940	239.758
75%..... { Janeiro a Maio.....	520.413	74.031	18.995	55.035
Junho	259.548	43.167	10.649	32.518
Total.....	779.961	117.198	29.644	87.553
50%..... { Janeiro a Maio.....	15.172.713	2.074.156	1.034.275	1.039.881
Junho	3.267.431	674.537	338.398	336.139
Total.....	18.440.144	2.748.693	1.372.673	1.376.020
Total geral.....	21.131.977	3.320.879	1.485.893	1.834.986

I S E N Ç Õ E S

DISCRIMINAÇÃO	Valor	Direitos devidos
Governo Federal { Janeiro a Maio.....	212.032.620	26.405.290
Junho	58.311.070	6.924.087
Total.....	270.343.690	33.329.377
Governos dos Estados { Janeiro a Maio.....	3.045.513	594.412
Junho	1.790.408	176.525
Total.....	4.835.921	770.937
Particulares em virtude de contrato... { Janeiro a Maio.....	66.044.016	31.728.581
Junho	12.075.219	5.045.534
Total.....	78.119.235	36.774.115
Livres pela tarifa { Janeiro a Maio.....	4.193.347	—
Junho	319.597	—
Total.....	4.512.944	—
Total geral.....	357.811.790	70.874.429

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
I. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
a) POR CLASSES DA TARIFA
JANEIRO A JUNHO — 1940-1939
(Milréis)

Classes da tarifa	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Animais vivos.	3.620	2.981	+ 639	0,00	0,00
Cabelos, pelos e penas.	1.332.570	1.192.415	+ 140.155	0,57	0,56
Pelos e couros.	672.693	865.729	— 193.036	0,29	0,40
Carnes, peixes e produtos animais.	1.996.211	2.800.442	— 804.231	0,86	1,31
Madreperola, marfim e tartaruga.	108.523	104.708	+ 3.815	0,05	0,05
Lã.	3.540.116	5.741.346	— 2.201.230	1,52	2,68
Seda.	2.848.666	3.802.758	— 954.092	1,22	1,78
Frutas, cereais e legumes.	13.438.702	17.541.817	— 4.103.115	5,77	8,20
Plantas, folhas, flores e sementes.	2.086.291	1.880.851	+ 205.437	0,90	0,88
Sumos vegetais, bebidas Alcoólicas	7.831.807	7.129.477	+ 402.330	3,36	3,47
Madeira.	1.031.732	1.080.800	— 49.068	0,44	0,51
Cana da Índia, junco, vime e cipós.	109.177	90.657	+ 18.520	0,05	0,04
Cairo e matérias vegetais filamentosas	983.216	873.749	+ 109.467	0,42	0,41
Algodão.	5.102.523	4.339.935	+ 762.588	2,19	2,03
Linho, juta, cânhamo e râmia.	6.883.751	5.268.652	+ 1.615.099	2,96	2,46
Papel e aplicações.	2.211.996	2.791.756	— 549.760	0,96	1,31
Pedras, minérios e prod. minerais.	59.715.042	48.200.304	+11.514.738	25,65	22,54
Louça e vidro.	4.512.130	4.995.256	— 483.126	1,94	2,34
Alumínio, chumbo, estanho e ligas.	2.413.853	1.868.584	+ 545.269	1,04	0,87
Cobre, níquel e ligas.	2.192.336	2.249.774	+ 57.438	0,94	1,05
Ferro, aço e ligas.	30.682.156	28.665.183	+ 2.016.973	13,18	13,40
Ouro, platina, prata e ligas.	17.937	25.258	— 7.321	0,01	0,01
Metaloides e varios metais.	490.657	379.414	+ 111.243	0,21	0,18
Matérias primas para indústrias	13.817.951	11.115.073	+ 2.702.878	5,93	5,20
Produtos químicos	13.211.559	7.346.837	+ 5.864.722	5,67	3,44
Drogas e medicamentos.	1.778.107	1.729.553	+ 48.554	0,76	0,81
Armamento e petrechos de guerra.	168.167	190.118	— 21.951	0,07	0,09
Obras de cutelaria e seus acessórios.	117.078	276.418	— 159.340	0,05	0,13
Relojoaria.	302.380	505.103	— 202.723	0,13	0,24
Aparelhos, objetos químicos e físicos.	4.015.225	3.889.390	+ 125.835	1,72	1,82
Aparelhos e instrumentos de cirurgia.	199.297	387.616	— 188.319	0,09	0,18
Instrumentos de música e pertences.	283.916	421.453	— 137.537	0,12	0,20
Veículos, acessórios e pertences.	38.325.566	30.542.702	+ 7.782.864	16,46	14,28
Máquinas, aparelhos e utensílios	7.223.789	7.793.661	— 569.872	3,10	3,64
Vários artigos.	2.590.187	3.044.513	— 454.026	1,11	1,42
Reduções de direitos, etc.	603.030	4.429.551	— 3.826.521	0,26	2,07
Total.	232.872.257	213.863.837	+ 19.008.420	100,00	100,00

Diretoria das Rendas Aduaneiras

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
1. ARRECADAÇÃO DOS DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
b) POR PROCEDÊNCIA
JANEIRO A JUNHO — 1940 - 1939
(Milréis)

Procedências	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Alemanha.	1.158.062	26.668.250	—25.510.188	0,50	12,47
Argentina.	12.781.898	16.455.996	— 3.674.098	5,49	7,69
Belgica.	7.791.081	11.948.341	— 4.157.260	3,35	5,59
Estados Unidos.	100.411.809	65.410.391	+35.001.418	43,13	30,58
Finlândia.	119.829	953.316	— 833.487	0,05	0,45
França.	8.745.142	7.834.833	+ 910.309	3,76	3,66
Grã Bretanha.	19.648.981	16.624.648	+ 3.024.333	8,44	7,77
Holanda.	791.032	3.284.097	— 2.493.065	0,34	1,54
Italia.	7.853.797	7.371.137	+ 482.660	3,37	3,45
Japão.	9.509.651	6.576.944	+ 2.932.707	4,08	3,08
Noruega.	849.547	840.534	+ 9.013	0,36	0,39
Perú.	9.927.419	14.571.401	— 4.643.982	4,26	6,81
Polônia.	—	736.696	— 736.696	—	0,34
Portugal.	5.018.508	5.087.478	+ 68.970	2,15	2,38
Possessões Britânicas:					
Canadá.	2.439.458	1.516.945	+ 922.513	1,05	0,71
India.	4.940.225	4.061.935	+ 878.290	2,12	1,90
Possessões Holandesas:					
Na America do Sul.	30.016.372	15.485.102	+14.531.270	12,89	7,24
Suécia.	2.470.768	2.012.692	+ 458.076	1,06	0,94
Suiça.	1.274.432	888.257	+ 386.175	0,55	0,42
Uruguai.	151.259	676.737	— 525.478	0,06	0,32
Outras procedências.	6.972.987	4.858.107	+ 2.114.880	2,99	2,27
Total geral.	232.872.257	213.863.837	+19.008.420	100,00	100,00

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
2. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
JANEIRO A JUNHO — 1940 - 1939
(Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Fumo.	157.902	171.489	— 13.587	0,61	0,74
Bebidas.	2.873.061	3.012.916	— 139.855	11,18	12,95
Alcool.	29.860	27.303	+ 2.557	0,12	0,12
Fósforos.	27.000	57.930	— 30.930	0,11	0,25
Sal.	1.876.329	1.493.805	+ 382.524	7,30	6,42
Calçados.	31.801	43.070	— 8.269	0,14	0,19
Perfumarias e artigos de toucador..	331.051	216.575	+ 114.479	1,29	0,93
Especialidades farmacêuticas.....	472.311	445.752	+ 26.559	1,84	1,92
Conservas.	1.286.114	1.397.890	— 111.776	5,00	6,01
Vinagre e azeite.	923.421	706.352	+ 217.072	3,59	3,04
Velas.	9.901	9.215	+ 689	0,04	0,04
Tecidos.	979.769	677.804	+ 301.965	3,81	2,91
Artefatos de tecidos e de peles	288.001	410.673	— 122.669	1,12	1,76
Papel e artefatos.	90.876	91.645	— 769	0,35	0,39
Cartas de jogar.	2.943	7.300	— 4.357	0,01	0,03
Chapéus e bengalas.	13.559	18.245	— 4.686	0,05	0,08
Louças e vidros.	123.253	200.594	— 77.341	0,48	0,86
Ferragens e art. de ferro e alumínio.	185.539	247.646	— 62.107	0,72	1,06
Café torrado ou moído e chá.	261.910	280.941	— 16.001	1,03	1,21
Banha, manteiga e sucedâneos.	17.102	11.767	+ 5.335	0,07	0,05
Móveis.	223.159	188.585	+ 34.574	0,87	0,81
Armas de fogo e suas munições.	55.683	33.487	+ 22.196	0,22	0,14
Lâmpadas, pilhas, etc.	1.314.703	1.197.488	+ 117.215	5,12	5,15
Queijos e requeijões.	30.286	37.751	— 7.468	0,12	0,16
Elettricidade.	116.606	105.674	+ 10.932	0,45	0,45
Tintas e vernizes.	1.531.749	1.342.068	+ 189.681	5,96	5,77
Leques e ventarolas.	766	760	+ 6	0,00	0,00
Artefatos de borracha.	547.266	507.267	+ 39.999	2,13	2,18
Navalhas e pinceis para barba.	21.885	84.591	— 62.706	0,09	0,36
Pentes, escovas e espanadores.	73.771	63.140	+ 10.631	0,29	0,27

Diretoria das Rendas Aduaneiras

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
2 ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
JANEIRO A JUNHO — 1940 - 1939
(Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Brinquedos.	16.951	32.491	— 15.540	0,06	0,14
Artefatos de couro e outros materiais	48.188	16.746	+ 31.442	0,19	0,07
Joias e obras de ourives.	18.810	84.963	— 66.153	0,07	0,37
Gazolina e carburêto de cálcio.	11.260.658	9.335.233	+ 1.925.425	43,81	40,12
Bijouterias, objetos de adorno e re- lógios.	94.730	99.068	— 4.338	0,37	0,43
Ladrilhos, mozáicos, azulejos, etc....	55.372	184.157	— 128.785	0,22	0,79
Instrumentos de música.	39.286	40.123	— 837	0,15	0,17
Mat. ótico, fotográfico e cinemato- grafico.	107.885	150.663	— 42.778	0,42	0,65
Fogões e fogareiros.	8.343	8.416	— 73	0,03	0,04
Cimento:	29.915	72.359	— 42.444	0,12	0,31
Linhas, cordoalhas e botões.	97.018	123.733	— 26.715	0,38	0,53
Emolumentos de esc. comerciais.	17.600	30.700	— 13.100	0,06	0,13
Selagem de estoque.	505	—	+ 505	0,00	—
Depósitos fechados.	3.100	—	+ 3.100	0,01	—
Total.	25.701.980	23.268.378	+ 2.433.602	100,00	100,00
RESUMO					
Segundo a origem das mercadorias					
Nacionais.	3.278.406	2.984.277	+ 294.129	12,76	12,83
Estrangeiras.	22.423.574	20.284.101	+ 2.139.473	87,24	87,17
Segundo a modalidade de pagamento					
Taxa.	8.384.073	8.354.470	+ 29.603	32,62	35,90
Verba.	16.740.822	14.262.483	+ 2.478.339	65,13	61,30
Registro.	577.085	651.425	— 74.340	2,25	2,80

III — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE SANTOS
3. RESUMO DA IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS DESPACHADAS COM REDUÇÃO
E ISENÇÃO DE DIREITOS
JANEIRO A JUNHO — 1940
(Milréis)

R E D U Ç Õ E S

DISCRIMINAÇÃO		Valor	Direitos devidos	Direitos arrecadados	Diferenças
85%.....	Janeiro a Maio.....	26.813.391	6.037.575	913.173	5.124.402
	Junho.....	5.515.521	1.717.562	262.306	1.485.256
	Total.....	32.388.918	7.785.137	1.175.479	6.609.658
80%.....	Janeiro a Maio.....	199.017	472.544	94.509	378.035
	Junho.....	—	—	—	—
	Total.....	199.017	472.544	94.509	378.035
75%.....	Janeiro a Maio.....	17.608.461	860.236	216.006	644.230
	Junho.....	1.286.983	192.409	50.168	141.941
	Total.....	18.895.447	1.052.645	266.474	786.171
50%.....	Janeiro a Maio.....	18.512.307	3.125.296	1.562.690	1.562.606
	Junho.....	2.719.411	521.877	260.980	260.897
	Total.....	21.261.718	3.647.173	1.823.670	1.823.503
Total geral.....		73.094.225	12.957.499	3.360.132	9.597.367

I S E N Ç Õ E S

DISCRIMINAÇÃO		Valor	Direitos devidos
Govêrno Federal.....	Janeiro a Maio.....	25.953.599	2.302.201
	Junho.....	5.026.044	277.697
	Total.....	30.979.643	2.579.898
Govêrnos dos Estados.....	Janeiro a Maio.....	5.615.197	1.548.058
	Junho.....	981.536	97.097
	Total.....	6.596.733	1.645.155
Particulares em virtude de contrato..	Janeiro a Maio.....	27.968.276	9.512.374
	Junho.....	5.339.320	2.697.124
	Total.....	33.307.596	12.209.498
Livres pela tarifa.....	Janeiro a Maio.....	7.137.967	—
	Junho.....	2.148.708	—
	Total.....	9.286.675	—
Total geral.....		80.170.647	15.434.551

Diretoria das Rendas Aduaneiras

IV — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE PORTO ALEGRE
1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

a) POR CLASSES DA TARIFA
JANEIRO A JUNHO — 1940 - 1939
(Milréis)

Classes da tarifa	Total arrecadado		Diferenças em 1940	O/o Sobre o total		
	1940	1939		1940	1939	
Animais vivos.	26	17	+	9	0,00	0,00
Cabelos, pêlos e penas.	17.645	51.484	—	33.839	0,11	0,28
Peles e couros.	64.297	125.256	—	60.959	0,41	0,69
Carnes, peixes e produtos animais. . .	12.762	51.652	—	38.890	0,08	0,28
Madreperola, marfim e tartaruga. . .	117	6.200	—	6.083	0,00	0,03
Lã.	88.073	183.446	—	95.373	0,56	1,01
Seda.	13.189	24.919	—	11.730	0,08	0,14
Frutas, cereais e legumes.	1.210.145	658.875	+	551.270	7,73	3,63
Plantas, folhas, flores e sementes. . . .	256.759	227.656	+	29.103	1,64	1,25
Sumos vegetais, bebidas alcoolicas. . .	344.061	308.329	+	35.732	2,20	1,70
Madeira.	56.326	56.400	—	74	0,36	0,31
Cana da India, junco, vime e cipós. . .	20.715	42.475	—	21.760	0,13	0,23
Cairo e matérias vegetais filamentosas	18.466	18.350	+	116	0,12	0,10
Algodão.	151.377	250.127	—	98.750	0,97	1,38
Linho, juta, cânhamo e râmia.	26.016	228.652	—	202.636	0,17	1,26
Papel e aplicações.	1.378.012	196.824	+	1.181.188	8,80	1,08
Pedras, minérios e prod. minerais. . .	4.060.216	3.518.970	+	541.246	25,92	19,37
Louça e vidro.	609.126	887.669	—	278.543	3,89	4,89
Alumínio, chumbo, estanho e ligas. . .	115.083	176.404	—	61.321	0,73	0,97
Cobre, níquel e suas ligas.	60.600	271.500	—	210.900	0,39	1,49
Ferro e aço e ligas.	4.470.554	5.534.185	—	1.063.631	28,54	30,47
Ouro, platina e prata e suas ligas. . .	4.369	5.646	—	1.277	0,03	0,03
Metaloídes e vários metais.	17.714	19.464	—	1.750	0,11	0,11
Matérias primas para indústrias. . .	265.322	851.208	—	585.886	1,69	4,69
Produtos químicos.	668.901	898.091	—	229.190	4,27	4,94
Drogas e medicamentos.	22.010	69.168	—	47.158	0,14	0,38
Armamento e petrechos de guerra. . .	—	7.926	—	7.926	—	0,04
Obras de cutelaria e seus acessórios. . .	3.101	41.134	—	38.033	0,02	0,23
Relojoaria.	32.321	94.097	—	61.776	0,21	0,52
Aparelhos objetos químicos e físicos. .	393.403	631.241	—	237.838	2,51	3,47
Aparelhos e instrumentos de cirurgia. .	9.403	71.682	—	62.279	0,06	0,39
Instrumentos de música e pertences. . .	23.652	68.865	—	45.213	0,15	0,38
Veículos, acessórios e pertences. . . .	578.952	802.139	—	223.187	3,70	4,42
Maquinas, aparelhos e utensílios. . . .	388.192	1.130.565	—	742.373	2,48	6,22
Vários artigos.	77.072	293.459	—	216.387	0,49	1,62
Reduções de direitos, etc.	205.081	363.127	—	158.046	1,31	2,00
Total.	15.663.058	18.167.202	—	2.504.144	100,00	100,00

IV — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE PORTO ALEGRE
 1. ARRECADAÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO
 b) POR PROCEDÊNCIAS
 JANEIRO A JUNHO — 1940-1939
 (Milréis)

Procedências	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Alemanha.	215.016	6.814.021	— 6.599.005	1,37	37,51
Argentina.	1.533.845	1.876.470	— 342.625	9,80	10,33
Bélgica.	940.224	1.849.722	— 909.498	6,00	10,18
China.	38.975	14.976	+ 23.999	0,25	0,08
Estados Unidos.	9.268.381	4.102.436	+ 5.165.945	59,18	22,58
França.	154.725	767.052	— 612.327	0,99	4,22
Grã-Bretanha.	1.032.482	929.270	+ 103.213	6,60	5,11
Holanda.	34.586	167.323	— 132.737	0,22	0,92
Itália.	75.656	178.275	— 102.619	0,48	0,98
Yugo-Slavia.	—	41.481	— 41.481	—	0,23
Japão.	219.616	24.659	+ 194.957	1,40	0,14
Luxemburgo.	—	118.263	— 118.263	—	0,65
Portugal.	158.535	145.595	+ 12.940	1,01	0,80
Possessões Britânicas:					
Canadá.	227.119	57.790	+ 169.329	1,45	0,32
Outras possessões Britânicas:					
na Ásia.	—	124.984	— 124.984	—	0,69
Síria.	—	47.812	— 47.812	—	0,26
Suécia.	199.410	263.346	— 63.936	1,27	1,45
Suíça.	67.735	95.464	— 27.729	0,43	0,53
Tchecoslovaquia.	—	89.254	— 89.254	—	0,49
Uruguai.	725.342	51.970	+ 673.372	4,63	0,29
Outras procedências	771.410	407.039	+ 364.371	4,92	2,24
Total.	15.663.058	18.167.202	— 2.504.144	100,00	100,00

Diretoria das Rendas Aduaneiras

IV — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE PORTO ALEGRE
2. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
JANEIRO A JUNHO — 1940 - 1939
(Milréis)

Espécies tributadas	Total Arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Fumo	4.501.371	5.057.492	— 556.121	28,56	30,88
Bebidas	3.977.699	3.817.846	+ 159.853	25,24	23,31
Alcool	49.786	54.293	— 4.507	0,32	0,33
Fósforos	47.495	74.048	— 26.553	0,30	0,45
Sal	564.103	720.944	— 156.841	3,58	4,40
Calçados	364.378	369.451	— 5.073	2,31	2,26
Perfumaria e artigos de toucador	349.349	393.140	— 43.791	2,22	2,40
Especialidades farmacêuticas	227.925	231.070	— 3.145	1,45	1,41
Conservas	403.229	421.165	— 17.936	2,56	2,57
Vinagre e oleos adequados á alimentação	78.974	75.855	+ 3.119	0,50	0,46
Velas	36.431	36.818	— 387	0,23	0,23
Tecidos	579.048	654.670	— 75.622	3,67	4,00
Artefatos de tecidos e de peles	934.146	1.030.694	— 96.548	5,93	6,29
Papel e seus artefatos	62.955	55.227	+ 7.728	0,40	0,34
Cartas de jogar	6.225	4.054	+ 2.171	0,04	0,02
Chapéu e bengalas	219.873	245.219	— 25.346	1,39	1,50
Louças e vidros	109.938	131.796	— 21.858	0,70	0,81
Ferragens e art. de ferro e aluminio...	272.826	288.355	— 15.529	1,73	1,76
Café torrado ou moido e chá	243.714	229.445	+ 14.269	1,55	1,40
Banha, manteiga e sacedâneos	34.725	29.507	+ 5.218	0,22	0,18
Móveis	438.977	384.111	+ 54.866	2,79	2,35
Armas de fogo e suas munições	99.354	146.798	— 47.444	0,63	0,90
Lâmpadas, pilhas e ap. eletricos	150.348	176.149	— 25.801	0,95	1,08
Queijos e requeijões	12.405	12.070	+ 335	0,08	0,07
Tintas e vernizes	193.739	215.789	— 22.050	1,23	1,32
Leques	4.585	4.780	— 195	0,03	0,03
Artefatos de borracha	65.743	54.658	+ 11.085	0,42	0,33
Navalhas e pinceis para barba	62.205	57.827	+ 4.378	0,39	0,35
Pentes, escovas e espanadores	45.840	48.796	— 2.956	0,29	0,30
Brinquedos	9.941	13.282	— 3.341	0,06	0,08

IV — ARRECADAÇÃO DA ALFÂNDEGA DE PORTO ALEGRE
2. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO, DISCRIMINADAMENTE
PELAS ESPÉCIES TRIBUTADAS
JANEIRO A JUNHO — 1940 - 1939
(Milréis)

Espécies tributadas	Total arrecadado		Diferenças em 1940	o/o Sobre o total	
	1940	1939		1940	1939
Artefatos de couro e outros materiais ..	70.034	71.901	— 1.867	0,44	0,44
Jóias e obras de ourives ..	172.869	113.537	+ 29.332	1,10	0,88
Gazolina e carburêto de cálcio ..	1.026.908	652.598	+ 374.310	6,52	3,98
Bijouterias, objetos de adorno e relógios ..	37.502	56.540	— 19.038	0,24	0,35
Ladrilhos, mazâcos e azulejos ..	29.697	26.394	+ 3.303	0,19	0,16
Instrumentos de músicas ..	9.556	9.379	+ 177	0,06	0,06
Mat. fotográfico e cinematográfico ..	7.599	24.639	— 17.040	0,05	0,15
Fogões e fogareiros ..	50.265	62.598	— 12.333	0,32	0,38
Cimento ..	44.274	101.254	— 59.980	0,28	0,64
Linhas, cordoalhas e botões ..	72.889	90.176	— 17.287	0,46	0,55
Emolumentos de escritórios comerciais ..	85.000	98.600	— 13.600	0,53	0,60
Depósitos fechados ..	7.700	—	+ 7.700	0,04	—
Total	15.761.620	16.375.965	— 614.345	100,00	100,00
RESUMO					
Segundo a origem das mercadorias					
Nacionais ..	14.303.351	15.005.535	— 702.184	90,75	91,63
Estrangeiras ..	1.458.269	1.370.430	+ 87.839	9,25	8,37
Segundo a modalidade de pagamento					
Texto ..	11.134.979	11.743.801	— 608.822	70,65	71,71
Verba ..	3.255.016	3.320.373	— 65.357	20,65	20,28
Adicional ..	—	273	— 273	—	0,00
Registro ..	1.371.625	1.311.518	+ 60.107	8,70	8,01

Atos relativos á arrecadação
e fiscalização das
RENDAS ADUANEIRAS

DECISÕES DE S. EXCIA. O SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

DESPACHOS :

— N. 32.939/40 (Tesouro). Em que a Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco solicita a concessão do abatimento de 85% nos direitos de 31 tambores com hidrosulfito de sódio (Blanchita), para o fabrico de açúcar na usina da suplicante :

“Indeferido, de acordo com o parecer”.

O parecer aludido, prestado pelo senhor ministro da Fazenda é do seguinte teor :

“A Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco, proprietária da fábrica de açúcar denominada “Usina Cucáu”, instalada no Município de Rio Formoso, no referido Estado, solicita a concessão de abatimento de 85% nos direitos de 31 tambores marca C. G. M. P.-E. P. C., ns. 1/31, vindos dos Estados Unidos da América do Norte pelo vapor “Scanàork”; com baldeação no Rio de Janeiro para o vapor “Bandeirante”, entrado em 26 de janeiro do corrente ano, contendo hidrosulfito de sódio (Blanchita), mercadoria essa destinada ao fabrico de açúcar na usina da suplicante.

O Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, por seu artigo 13, paragrafo 1.º, inciso 1.º, concede a redução de 85% nos direitos dos maquinismos, aparelhos, ferramentas e utensílios destinados ao aperfeiçoamento do fabrico do açúcar e à construção ou melhoramento dos engenhos centrais, importados por agricultores ou empresas agrícolas.

Tratando-se de material com aplicação na fabricação de açúcar, poderia ser atribuído ao mesmo a redução acima se a interessada não houvesse, independente do pedido tardiamente feito, despachado e desembaraçado os volumes mediante o pagamento integral dos direitos.

Assim e na forma do artigo 6.º, letra “b”, do mencionado decreto-lei, improcede o pedido”.

(D. O., 1-6-940) .

—N. 44.278/40 (Tesouro). Relativo ao pedido formulado pela sociedade Agrícola e Pastoril.
“Aprovado”.

O despacho acima foi emitido à vista do parecer do Sr. ministro da Fazenda, assim redigido :

“A Sociedade Agrícola e Pastoral de Uruguaiana solicita autorização para o desembaraço, livre de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, de 35 vacas, 12 carneiras e 3 touros, todos de raça holandêsa, importados do Uruguai pelo criador Egídio Lopes, devidamente registrado no Ministério da Agricultura, para melhoramento dos seus rebanhos.

O Decreto-lei n. 3300, de 24 de fevereiro de 1938, por seu artigo 11, inciso 50, isenta dos direitos e taxas aduaneiras os animais reprodutores importados por criadores como tais registrados no Ministério da Agricultura e que provem possuir campo de criação, mediante certificado do mesmo Ministério.

A concessão do favor depende, entretanto, de ato da Superior Autoridade, na forma do art. 6.º do Decreto-lei n. 967, de 21 de dezembro de 1938.

Submetendo o assunto à consideração de V. Ex., opino pelo atendimento do pedido, ficando o beneficiário sujeito à penalidade prevista no art. 67 do Decreto-lei n. 300, citado (pagamento dos direitos em dôbro), caso os animais tenham destino diversos ao fim para que foram despachados. V. Ex., no entanto, resolverá como julgar mais acertado”.

— N. 44.276/40 (Tesouro). Relativo ao pedido formulado por Carlos Alberto Bofil Borges:

“Sim, na forma do parecer”.

O parecer aludido foi prestado pelo Sr. ministro da Fazenda, nos termos que se seguem :

“Carlos Alberto Bofil Borges, criador no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, solicita autorização para o desembaraço, livre de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, de 800 animais ovinos de

cria Romey Marcos, adquiridos para melhoramento dos rebanhos nacionais do postulante).

O Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, por seu artigo 11, inciso 50, isenta dos direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras.

Os demais animais reprodutores importados por criadores como tais registrados no Ministério da Agricultura e que provem possuir campo de criação, mediante certificado do mesmo Ministério.

A concessão do favor depende, entretanto, de ato da Superior Autoridade, na forma do art. 6.º do Decreto-lei n. 967, de 21 de dezembro de 1938.

Submetendo o assunto à consideração de V. Ex., opino pelo atendimento do pedido, ficando o beneficiário sujeito à penalidade prevista no art. 67 do Decreto-lei n. 300, citado (pagamento dos direitos em dôbro), caso os animais tenham destino diverso ao fim para que foram despachados. V. Ex., no entanto, resolverá como julgar mais acertado".

— N. 44.266/40 (Tesouro). Referente ao pedido formulado por Nicol Angelo Maronna.

"Aprovado".

O despacho acima foi emitido à vista do parecer do Sr. ministro da Fazenda, redigido nos termos que se seguem: "Nicol Angelo Maronna, criador do Município de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul, solicita autorização para o desembaraço, pela Alfândega de Livramento, livre de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, de acordo com o art. 11, inciso 50, do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, de 1.300 cabeças de gado de cria, composto de touros, vacas, novilhos e terneiros, de alta mestiçagem, das raças Durham e Hereford destinados ao melhoramento dos rebanhos bovinos do suplicante.

O Decreto-lei n. 3300, de 1938, pelo dispositivo citado, isenta dos direitos de importação e demais taxas aduaneiras os animais reprodutores importados por criadores como tais registrados no Ministério da Agricultura e que provem possuir campo de criação, mediante certificado no mesmo Ministério.

A concessão do favor fica, porém, dependendo de ato da Superior Autoridade, na forma do art. 6º do Decreto-lei n.º 967, de 21 de dezembro de 1938.

Submetendo o assunto à consideração de V. Ex., opino pelo atendimento do pedido, ficando o interessado sujeito às penas do artigo 67 do mencionado Decreto-lei n. 3300 (pagamento dos direitos em dôbro), desde que os animais beneficiados com a isenção tenham destino diverso ao fim para que foram importados".

— N. 44.268/40 (Tesouro). Relativo ao pedido formulado por Oliverio Vasconcelos:

"Aprovado".

O despacho acima foi emitido à vista do parecer do Sr. ministro da Fazenda, concebido nos seguintes termos:

"Olivério Vasconcelos, criador nos Municípios de Rosário e Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no Ministério da Agricultura, solicita autorização para o desembaraço, livre de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, de acordo com o art. 11, inciso 50 do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, de 60 vacuinhas e 16 touros da raça Polled-Angus, de alta mestiçagem, adquiridos para melhoramento dos seus rebanhos.

O Decreto-lei n. 300, pelo dispositivo citado, isenta dos direitos e taxas aduaneiras os animais reprodutores importados por criadores como tais registrados no Ministério da Agricultura e que provem possuir campo de criação, mediante certificado do mesmo Ministério.

A concessão do favor depende, entretanto, de ato da Superior Autoridade, na forma do art. 6.º do Decreto-lei n.º 967, de 21 de dezembro de 1938.

Submetendo o assunto à consideração de V. Ex., opino pelo atendimento do pedido, ficando o beneficiário sujeito à penalidade prevista no art. 67 do Decreto-lei n.º 300, citado, no caso do desvio dos animais do fim para que foram importados".

— (D. O., 4-6-940).

— N. 27.414/40 (Tesouro). De interesse de Carl Nussbaum:

"Aprovado".

Diretoria das Rendas Aduaneiras

O despacho acima foi emitido à vista do parecer do Exmo. senhor ministro da Fazenda, concebido nos seguintes termos :

"Carl Nussbaum, agricultor, chegado a este porto por via aérea, em 2 de outubro de 1939, procedente da Europa, solicita autorização para o desembarço, livre de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, pelo pôrto de Santos, de 100 volumes marca C. N., ns. 11109, vindos pelo vapor holandês "Montferland" chegado em junho do mesmo ano, volumes esses que contêm a sua bagagem, impossível de trazer em sua companhia dada a natureza do seu transporte.

Segundo verificou e informa a Alfândega de Santos, ditos volumes contêm roupa de uso pessoal e de casa, utensílios de cozinha, camas e colchões, livros, sendo um exemplar de cada obra, máquina de costura, louças e vidros, para serviço de mesa, baixelas de cobre para serviço de mesa, artigos esses usados e retratos de família, conforme os itens 1 a 8 da relação anexa; objetos de adorno, móveis, fogões e mais artigos de bagagem, usados, conforme os itens 9 a 22, e outros artigos completamente novos, conforme os itens 23 a 60.

De acordo com os artigos 8º n.º XI, e 36 das disposições preliminares da tarifa, em harmonia com o art. 11, inciso 14 do Decreto-lei n.º 300, de 24 de fevereiro de 1938, parece não haver inconveniente no desembarço dos volumes, atribuindo-se a isenção dos direitos e taxas aduaneiras aos artigos mencionados nos itens 1 a 8, cobrando-se os direitos devidos, com o abatimento de 50% dos mencionados nos itens 9 a 22, e os direitos integrais dos demais, com exceção das ferramentas manuais e de qualquer máquina agrícola por ventura incluída na relação, caso o requerente faça prova, perante aquela alfândega, de que ditos objetos são de uso profissional. V. Ex. no entanto, resolverá como julgar mais acertado". — (D. O., 6-6-940).

N. 35.974/40 (Tesouro). Referente ao pedido formulado por Anibal Gouveia :

"Indeferido de acordo com o parecer".

O parecer aludido foi prestado pelo Exmo. Sr. ministro da Fazenda, no teor que se segue :

"A Alfândega de Recife encaminha o incluso processo referente ao requerimento em que Anibal

Gouveia, proprietária da fábrica de óleos vegetais denominada "Sipos", situada em Madalena, naquela cidade, solicita autorização para o desembarço livre de direitos de importação para consumo, de acordo com o art. 12, inciso 7 do Decreto-lei número 300, de 24 de fevereiro de 1938, de 310 amarrados marca A. G., ns. 1 e 310, vindos de Nova York pelo vapor brasileiro "Cuiabá", entrado em abril último, contendo laminas de aço, lisas, simples, de mais de 0,25 m/m de espessura, pesando bruto 28.241 quilos e legal 28.030 quilos, destinados à fabricação de vasilhames para o transporte dos produtos de sua indústria.

O Decreto-lei n.º 300, de 1938, pelo dispositivo, citado, isenta dos direitos de importação para consumo os maquinismos, aparelhos e materiais necessários à exploração do fabrico do óleo de linhaça e outros vegetais, desde que sejam empregadas exclusivamente sementes de produção nacional, observadas as condições do capítulo XI.

O material destinado ao envoltório dos óleos vegetais, como o que faz objeto do pedido apreciado, não se encontra compreendido no dispositivo acima transcrito, que beneficia apenas os maquinismos e materiais destinados à fabricação do produto. Opino, assim, pelo indeferimento do pedido. V. Ex., entretanto, resolverá como julgar mais acertado". — (D. O., 7-6-940).

— N. 36.057/40 (Tesouro). De interesse de Rocha, Irmão & Comp. :

"Indeferido, de acordo com o parecer".

O parecer aludido, prestado pelo Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, é do seguinte teor :

"Rocha, Irmão & Comp., estabelecidos nesta praça e em Recife, dizendo-se compradores e recebedores de 2.000 toneladas de charque uruguaio, exportado anualmente do Uruguai com os favores do Tratado de Comércio e Navegação, celebrado entre o Brasil e aquele país, promulgado pelo Decreto n. 23.710, de 9 de janeiro de 1934, pedem permissão para importar, pela Alfândega de Recife, dentro daquela quota de charque, os fígados dos animais correspondentes, mercadoria essa de pouco consumo no Uruguai e que pode, por isso, ser adquirida ali e vendida em Recife a preços módicos, em benefício da população pernambucana,

entre a qual tem boa aceitação o charque de fígado.

O Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e o Uruguai, por seu art. XVI, estabelece a permissão do Governo do Brasil para a importação anual, livre de direitos, de 2.000 toneladas de charque uruguaio transportado por navios de bandeira brasileira ou uruguaia, com destino a portos do Brasil, de Pernambuco inclusive, para o Norte, e, ainda, de 4.000 toneladas de carne ovina (ovelhas, cordeiros e capões), transportada em navios de qualquer bandeira para qualquer porto brasileiro.

O país exportador distribuirá, entre os seus produtores e pela forma que julgar mais conveniente, as quotas a que se referem os artigos XV, e XVI desse Tratado (art. XVII).

Como ficou expresso nos artigos acima, o referido Tratado fixou o volume anual de charque a ser recebido do Uruguai com destino aos Estados do Norte do Brasil, a começar de Pernambuco e deixou àquele país a faculdade da distribuição, entre os seus produtores, dessa quota de exportação.

A permissão pretendida pela firma Rocha, Irmão & Comp., contraria a letra do Tratado, não podendo, por isso, ao que me parece, ser dada, na vigência desse acordo, pelo modo como desejam os requerentes. V. Ex., no entanto, resolverá como julgar mais acertado".

— N. 31.280/40 (Tesouro). De interesse da Usina Siderúrgica e Laminadora, N. S. Aparecida, S/A (Sidapar):

"Indeferido".

O despacho supra foi emitido à vista do parecer do Exmo. Sr. ministro da Fazenda, redigido no seguinte teor:

"A Usina Siderúrgica e Laminadora N. S. Aparecida, S/A (Sidapar), com sede em S. Paulo, pretendendo importar do estrangeiro até 3.000 toneladas de biletas de ferro com destino à sua indústria de laminação, pede autorização para o desembaraço desse material com isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, de vez que, pagando as taxas tarifá-

rias, não poderá o artigo laminado concorrer aos mercados nacionais, por seu preço de custo.

Diz a requerente que, empregando o ferro inutilizado (socata), aqui existente, para a transformação em material novo, depois de refundido e laminado, para fins industriais e de construção, nem sempre pode obter um material homogêneo e com a resistência requerida, vendo-se por isso obrigada a recorrer aos produtos da Belgo-Mineira.

Essa fabricação é, entretanto, limitada ainda, resultando na restrição das atividades industriais da suplicante, com prejuízo igualmente para a economia do país.

Para obviar esses inconvenientes pretende a requerente importar a mencionada matéria prima, para a qual solicita o favor aduaneiro acima aludido.

Segundo o Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, não se concederá isenção ou redução de direitos para materiais que ainda não tenham sido importados ou encomendados. Além disso, não está o pedido previsto em lei. V. Ex., no entanto, resolverá como julgar mais acertado".

— N. 46.626/40 (Tesouro). De interesse do Sindicato dos Corretores de Navios do Estado do Rio Grande do Sul:

"Aprovado".

O despacho supra foi emitido à vista do parecer do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, redigido nos seguintes termos:

"O Sindicato dos Corretores de Navios do Estado do Rio Grande do Sul solicita a revogação da circular deste Ministério, n.º 3, de 16 de janeiro de 1940, até que seja expedida uma lei que regularmente a função de corretor de navios em todo o país.

A circular n. 3, cuja revogação é solicitada, assim reza:

"Na conformidade do resolvido pelo Sr. Presidente da República no processo n. 8.825, de 1939, declara aos senhores chefes das repartições subordinadas a este Ministério, para

Diretoria das Rendas Aduaneiras

seu conhecimento e devidos fins, que, em face do que dispõe o Decreto n.º 5.595, de 6 de dezembro de 1928, que se aplica aos corretores de navios de todo o país, só aos nomeados pelo Governo Federal é permitido o exercício da profissão. Na falta de tais corretores, esse exercício compete aos despachantes aduaneiros, "ex-vi" do art. 17, do Decreto n. 22.104, de 17 de novembro de 1932, como já reconheceu o Supremo Tribunal Federal".

Posteriormente V. Ex. aprovou os pareceres deste Ministério ns. 372 e 636, de 6 de março e 25 de abril últimos, respectivamente, no sentido de ser permitido aos que já ocupavam o cargo de corretor de navios antes da expedição dessa circular continuarem no exercício dessas funções, pelo prazo de 60 dias, dentro do qual deverão legalizar sua situação, requerendo a necessária nomeação, mediante exibição de documentos que provem a qualidade de cidadão brasileiro nato e maior, de haver cumprido as obrigações e os encargos com a segurança nacional, estar no gôso de seus direitos políticos, ter bom procedimento, gozar boa saúde, não ser negociante falido não rehabilitado e estar quite com o imposto de renda, cumprindo-lhes igualmente prestar a necessária fiança, na forma regulamentar.

Ficaram, deste modo, atendidos os interessados, sem prejuízo da deliberação superior de que dá conta a mencionada circular n.º 3, de 1940".

— N. 16.018/40 (Tesouro). De interesse de Hermann Breidenbach :

"Indeferido, de acordo com o parecer".

O parecer aludido foi prestado pelo Exmo. Sr. ministro da Fazenda nos seguintes termos :

"O Sr. Hermann Breidenbach, cidadão alemão, pede a V. Ex., no requerimento de fls., do processo anexo, isenção de direitos, para 45.000 lâminas de navalhas de segurança, que trouxe da Alemanha, em sua bagagem.

Alega o requerente que foi esse o único meio que encontrou para sair daquele país, com valores; que não tem intenção de comerciar, recorrendo àquele expediente, em desespero, visando converter as lâminas em dinheiro, que serviria para a sua manutenção; e, finalmente, que não dispõe

da quantia de 9:400\$000, a quanto montam os direitos de importação.

Mau grado a situação precária alegada pelo requerente, não se me afigura aconselhável o atendimento do pedido, em virtude do precedente que seria criado, para o Brasil, de maneira ilegal e "sui-generis".

Por esse motivo, e por não encontrar a pretensão em causa nenhum amparo em lei, sou pelo indeferimento da petição de fls. V. Ex., no entanto, tendo em vista o disposto no art. 107 do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, resolverá como julgar mais acertado". — (D. O., 10-6-940).

— N. 339.982/40 (Tesouro). De interesse de Artur de Lacerda Pinheiro :

"Indeferido, de acordo com os pareceres".

Os pareceres aludidos foram prestados pelo Exmo. Sr. Ministro da Fazenda e por esta Diretoria. E' do seguinte teor o parecer do Exmo. Sr. ministro :

"Artur de Lacerda Pinheiro", residente nesta Capital, solicita autorização para o desembaraço, livre de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, da encomenda postal n.º 10.156, procedente da Itália, contendo três telas artísticas, representando "Peusagem Italiana", "Sybille Cumana" e "Amor Profano e Sagrado", da autoria do artista italiano Getulio Pannesi Olivieri, consideradas obras de arte pelo Museu Nacional de Belas Artes, conforme certificado junto.

O Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, por seu art. 11, inciso 18, isenta dos direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras.

"As obras de arte de pintura, escultura e semelhantes, produzidas no estrangeiro por artistas nacionais e às de igual natureza, de autores estrangeiros, introduzidas por estabelecimentos de instrução e propaganda de belas artes, mediante certificado expedido pela Escola Nacional de Belas Artes; os desenhos, esboços, maquetes ou modelos acabados ou não no estrangeiro, de artistas nacionais que retornem ao país.

A pretensão do requerente não se enquadra no dispositivo acima, visto tratar-se de telas produzidas no estrangeiro por pintor estrangeiro e recebidas no Brasil por particular, para seu uso privado. V. Ex., no entanto, resolverá como julgar mais acertado". — (D. O., 11-6-940).

— N. 49.358/40 (Tesouro). De interesse da American Steamship, Agencies, Inc.:

"Indeferido".

O despacho acima foi proferido à vista do parecer do Exmo. Sr. ministro da Fazenda, redigido nos termos que se seguem:

"A American Steamship Agencies, Inc., com escritório à Avenida Rio Branco n.º 2, nesta Capital, agente no Brasil da "Delta Line", de propriedade da Mississippi Shipping C.º, Inc., com sede em Nova Orleans, Estados Unidos da América do Norte, pede autorização para o desembarço, livre de direitos de importação para consumo de demais taxas aduaneiras, de uma hélice de bronze e manganês, a ser importada dos Estados

Unidos, como sobressalente, com destino a um dos vapores "Delbrasil", "Delorleans" e "Deltargentina", recentemente construídos para o aumento da frota que a Delta Line mantém em tráfego para os portos do Brasil.

Esclarece a requerente que sendo aqueles pacotes de uma só hélice, precisa a agência dispôr aqui de uma dessas hélices para substituição eventual em qualquer deles, evitando assim que o pacote danificado permaneça neste pôrto por longo tempo à espera que venha da Norte América a nova peça.

A hélice em questão, depois de desembarçada pela Alfândega, ficará armazenada nos depósitos do Arsenal de Marinha na ilha das Cobras, com permissão das autoridades navais, até sua utilização em um dos mencionados pacotes.

O pedido não está previsto em lei. V. Ex., no entanto, com a faculdade que lhe confere o art. 107 do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, resolverá como julgar mais acertado. — (D.

O., 19-6-940).

DECISÕES DO SR. MINISTRO DA FAZENDA

DESPACHOS:

— N. 27.274/40 — Companhia Firistone do Brasil, com sede em São Paulo, consultando se é permitido, a uma Companhia que goza dos favores do Decreto-lei n.º 300, de 1938, fabricar para encomenda, pneumáticos, com a marca duma Companhia estrangeira que não goza desses favores, mesmo sendo observado o disposto no artigo 72 do Decreto-lei n. 739, do mesmo ano. — A fabricação de pneumáticos ou outro qualquer artefato, pela forma referida na consulta, não é permitida, por infringente dos dispositivos legais, quer se trate de empresa estrangeira, quer, nacional, como esclarecem os pareceres.

O parecer referido é do seguinte teor:

"De acordo com a informação e o parecer. A concessão pretendida desvirtua a finalidade do benefício outorgado pelo Decreto-lei n.º 300, de 24 de fevereiro de 1938.

Do ponto de vista econômico, a pretensão favorece a competência do produto alienígena fabricado com matéria prima nacional.

Além de ferir preceitos do regulamento do imposto de consumo, quer-me parecer que os dispositivos que regem a propriedade industrial e as marcas de fábrica opõem-se a qualquer facilidade quanto ao que se requer.

Encaminhe-se ao Gabinete do Exmo. Sr. ministro da Fazenda". — (D. O., 1-6-940).

— N. 44.770/40 (Tesouro). Em o qual o Superintendente da Repressão ao Contrabando solicita autorização para a Mesa de Rendas de Açu, processar despachos de importação de gado:

"Responda-se não ser possível o atendimento do pedido, visto haver a Superior Autoridade habilitado apenas as Alfândegas de Livramento e Uruguaiana e Agência Fiscal de Jaguarão para

Diretoria das Rendas Aduaneiras

o processamento do trânsito uruguaio, na forma do Tratado de Comércio e Navegação firmado entre o Brasil e o Uruguai e promulgado pelo Decreto n. 23.710, de 9 de janeiro de 1934. — (D. O. 4-6-940).

— N. 44.808/39 (Tesouro). De interesse de "The Armeo International Corporation". — Como o parecer do Conselho Superior de Tarifa deixou evidenciado, trata-se de lâminas de aço cromo, flexíveis, com 0,25 milímetros de espessura, aderidas ao ruberoide em uma das faces, para facilidade do transporte, com predominância do material metálico, no qual entra o cromo numa percentagem de 17,23 por cento.

Assim e, de acordo com o mesmo parecer, classifique-se a mercadoria, quando importada conforme a amostra examinada (um pequeno quadrilátero), ou seja, em peças cortadas ou preparadas uniformemente, de qualquer feitio, para azulejos ou aplicações semelhantes, como — obras não classificadas, não especificadas de aço simples, da taxa de 2\$080 por quilo (direitos mínimos), do art. 861 e nota n. 207 da Tarifa, com a modificação do Decreto-lei n. 1.028, de 4 de janeiro de 1939, levando-se para o art. 800 e taxa de 1\$040, quando a importação se fizer em lâminas, em rolos ou peças, para qualquer fim.

Seja presente ao Sr. Diretor das Rendas Aduaneiras para o oportuno atendimento na reimpresão da tarifa das Alfândegas. — (D. O. 11-6-940).

—N. 46.600/40 (Tesouro). Em que a Alfândega do Rio Grande consulta si o carvão de forja e o coque, quando importados pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul, gozam do favor de isenção de direitos:

"Responda-se de acordo com o parecer".

O parecer aludido foi, prestado por esta Diretoria, nos termos que se seguem:

"Como se verifica da exposição ministerial transcrita na ordem n. 9, de 24 de fevereiro último, desta Diretoria à Alfândega do Rio Grande, e aprovada pelo Exmo. Sr. ministro da Fazenda, foi sugerida a modificação das cláusulas contratuais da Viação Férrea, com a restrição quanto à similaridade, o combustível e o lubrificante.

Não se trata da apuração da similaridade, porque o Conselho Superior de Tarifa, em acordãos sob ns. 6.800 e 6.863, publicados no "Diário Oficial", de 29 de janeiro último, já resolveu que o coque metalúrgico não tem similares no Brasil.

Entretanto, o coque e o carvão de forja são combustíveis e, como tais, não podem gozar do favor da isenção de direitos, em face do que está resolvido pelo Exmo. Sr. Presidente da República.

Submeto o assunto à consideração superior. Encaminhe-se ao gabinete do Exmo. Sr. ministro da Fazenda. (D. O., 14-6-940).

N. 21.181/40 (Tesouro). De interesse da Ipiranga S/A Companhia Brasileira de Petróleo.

"Indeferido, de acordo com o parecer do Conselho Nacional de Petróleo, constante do ofício de fls. 3-5".

Está redigido nos seguintes termos o ofício aludido:

N. 886 — 4 de março de 1940. — Sr. ministro — Tenho o prazer de me dirigir a V. Ex. para encaminhar o requerimento anexo da Ipiranga S/A Companhia Brasileira de Petróleo, estabelecida na cidade do Rio Grande do Sul, com destilaria de petróleo, no qual solicita lhe seja permitido armazenar nos tanques de sua destilaria, os produtos refinados que precisa importar das Repúblicas do México e Uruguai, e fazer uso de suas atuais instalações para carga e descarga desses mesmos produtos.

O Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, que concedeu favores à montagem da destilaria, estabelece:

Art. 11. Será concedida isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras:

20 — aos maquinismos, aparelhos, ferramentas, instrumentos e matérias importados pelas empresas, companhias ou firmas que explorarem a indústria de extração de petróleo, carvão mineral, fabricação de cimento e de vidro plano, observadas as condições estabelecidas no Capítulo VI;

Art. 107. Quaisquer isenções ou reduções de

direitos não previstos neste decreto-lei, só poderão ser concedidos pelo Presidente da República, ficando tais concessões sujeitas às normas fiscais estabelecidas para todos os demais casos.

A Ipiranga S/A, tendo montado a sua refinaria com os favores da isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras de conformidade com os artigos acima transcritos do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, ficou evidenciada a principal das suas atividades — a de “refinadores”.

Como, porém, a matéria prima, o petróleo cru, necessária à indústria de refinação do petróleo e atualmente de origem estrangeira, a requerente passou a ter uma segunda atividade — a de “importadores”; a essas duas atividades adicionou a Ipiranga S/A mais uma terceira — a de “distribuidores”, distribuindo ela própria os seus produtos.

Nessas três atividades, é que se acha registrada a Ipiranga S/A, Companhia Brasileira de Petróleo, neste Conselho, a qual agora, vem solicitar autorização para importar refinados de petróleo, armazená-los nos tanques de sua refinaria e usar suas instalações para carga e descarga desses refinados.

A situação em que deseja ficar a requerente, desvirtua-se da finalidade para a qual foi autorizada a funcionar, porquanto se fossem concedidos os favores que vem de pedir, a refinaria se ampliaria numa entidade importadora de refinados, com uma situação privilegiada em relação às demais que se dedicam exclusivamente ao comércio dos refinados, com os onus que à lei presvê.

Ademais, ficaria a Companhia em situação de não poder ser controlada pelo fisco, de vê-se que armazenaria, nos mesmos tanques, os produtos nacionais, sujeitos apenas ao imposto de consumo, e os produtos estrangeiros sujeitos a esse imposto e mais ao de importação.

Cumprе salientar além do mais, que se torne difícil de serem percebidas as vantagens que iria auferir uma refinaria ao se alargar em importadora de produtos já refinados, despresando, desarte os benefícios que a legislação lhe assegura, não só para a importação da matéria prima, com diminutos impostos de importação, assim como

em relação aos demais impostos que incidem sobre os referidos produzidos no país, que são notoriamente inferiores aos que recaem sobre os de procedência estrangeira.

São estas as observações que cumpria a este Conselho trazer ao alto conhecimento de V. Ex. ao passar às suas mãos o requerimento de referência.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Excia. os protestos de distinta consideração. (a) Gen. Julio C. Horta Barbosa, presidente”. — (D. O., 19-6-940).

N. 18.918/40. De interesse de J. Mueller & Cia.:

“Indeferido de acordo com os pareceres”.

Os pareceres referidos foram os prestados pelo Sr. diretor e sub-diretor da 1.^a Sub-Diretoria desta Diretoria, nos seguintes termos:

“O caso é de infração do Regulamento de Faturas Consulares. Do ato da Inspetoria da Alfândega do Rio que impôs aos petiçãoários a multa de direitos em dobro, com fundamento no art. 50, inciso 5., do Decreto n. 22.717, de 16 de maio de 1934, cabia recurso para o Conselho Superior de Tarifa nos termos do art. 161, do Decreto n.º 24.036, de 26 de março do mesmo ano, combinado com o artigo 4º do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

Com a preterição dessa formalidade, foi desviado o curso do processo sob a invocação do princípio de equidade.

As decisões, sob esse princípio, são de exclusiva competência do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, mas em caso excepcional o Conselho pôde propor a essa alta autoridade a aplicação daquela medida, tendo em vista os antecedentes dos infratores.

E' o que consagra o art. 19, § único, do Decreto n.º 607 citado. Os interessados, entretanto, desprezaram o curso normal do processo, sem a autoridade superior ter conhecimento da idoneidade da firma, sua situação e antecedentes para aplicação da equidade invocada.

O pedido carece de amparo legal. Ao proces-

Diretoria das Rendas Aduaneiras

so deixou-se de ser anexada a representação do funcionário que deu lugar à imposição da multa.

Encaminhe-se ao Gabinete do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda”.

“As razões expedidas pela requerente não me parecem de molde a justificar a equidade imposta.

A fatura consular, embóra legalizada no Consulado Brasileiro em Antuerpia, em data posterior à chegada do vapor ao pôrto desta capital, foi apresentada conjuntamente com a nota de des-

pacho, causando estranheza o fato de ter a Inspectoria da Alfândega permitido a assinatura do termo de responsabilidade, solicitado pela petição de fls. 7, para que a interessada promovesse os meios de reparar aquela irregularidade, quando está evidente que, com esse pedido, teve ela o intuito unicamente de libertar-se da multa que lhe deverá ter sido aplicada na ocasião do processamento do despacho.

Em face desses antecedentes, não me parece o pedido merecedor de atendimento”. — (D. O., 27-6-940).

EXPEDIENTE DA DIRETORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DESPACHOS :

— N. 73.707/38 (Tesouro). De interesse da Anglo Mexican Petroleum Co. Ltda. :

“Indefiro o pedido de reconsideração à vista do parecer das Rendas Aduaneiras”.

E’ do seguinte teor o parecer aludido :

“As vantagens da nova tarifa mandada executar pelo Decreto n.º 24343, de 5 de junho de 1934, para as mercadorias embarcadas no período de 11 a 21 do mesmo mês e ano, ficaram condicionadas ao pedido que devia préviamente ser feito ao chefe da repartição aduaneira.

E’ o que estipulou a circular do Ministério da Fazenda n.º 84, de 10 de julho daquele ano.

A companhia requerente despachou, pela nota de importação n.º 1.309, de 13 de julho do mesmo ano, 11.500 caixas de querosene, pagando na mesma data os direitos pela tarifa antiga.

Nada requereu, nem ressaltou nenhum direito em expectativa.

Pagou espontaneamente e solicitou, posteriormente, restituição da quantia de 37:058\$800, em 22 de agosto do mesmo ano, quando o prazo para o requerimento prévio se achava esgotado.

A circular n. 84 citada, criou medida de favor

com a exceção estabelecida, conforme acentuou o Conselho Superior de Tarifa no acórdão n. 1.719, de 20 de novembro de 1935.

Não sendo líquida a restituição, o pedido de reconsideração carece de amparo legal.

Encaminhe-se à Diretoria Geral da Fazenda”.

— N. 73.245/38 (Tesouro). De interesse de Seixas Irmãos & Cia. :

“Indefiro o pedido de reconsideração à vista do parecer das Rendas Aduaneiras”.

E’ do seguinte teor o parecer aludido :

“Concordo com a opinião expedida na informação e parecer. A isenção e a redução de direitos constituem favor condicionado a regras e exigências. No caso de que se trata, para se dar a isenção necessária seria que a mercadoria tivesse sido embarcada antes da publicação do Decreto n.º 19.396, de 8 de novembro de 1930, provando-se essa exigência com o conhecimento de carga.

Foi o que resolveu o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, em despacho constante da ordem n. 60, de 25 de maio de 1933, da extinta Diretoria da Receita (fls. 24).

Tendo em vista a resolução ministerial e pro-

vado, como se acha, que a mercadoria embarcou em data posterior à publicação daquele decreto, o pedido de reconsideração não encontra apoio em dispositivo legal.

Encaminhe-se à Diretoria Geral da Fazenda”.

— N. 73.235/38 (Tesouro). De interesse da Anglo Mexican Getroleum Co. Ltda.:

“Indeferido o pedido de reconsideração à vista do parecer das Rendas Aduaneiras.

E' do seguinte teor o parecer aludido:

“A Companhia interessada pagou direitos pela nota de importação n.º 2.519, de 25 de julho de 1934, sob a base da tarifa antiga.

Pelo Decreto n.º 24.343, de 5 de junho de 1934, entrou em vigor a nova tarifa, mas o Governo, procurando conciliar interesses entre o fisco e o comércio importador, determinou que as mercadorias embarcadas no período de 11 a 21 de junho daquele ano, ficavam sujeitas as taxas da tarifa nova, uma vez que os interessados assim o requeressem ao chefe da repartição aduaneira.

Foi o que prescreveu a circular n.º 84, de 10 de junho do mesmo ano. O direito à restituição ficava condicionado à diligência da firma importadora, conforme reconheceu o Conselho Superior de Tarifa no acórdão n. 917, de 1 de julho de 1935, que negou provimento ao recurso formulado. O pedido de reconsideração, embora desenvolvido com argumentação em torno do acórdão citado, encontra apoio na nossa legislação fiscal. — (D. O., 7-6-940).

— N. 37.745/38 (Tesouro). De interesse de Pereira Carneiro & Comp.:

“Indeferido, de acordo com o parecer”.

O parecer aludido foi prestado por esta Diretoria nos termos abaixo transcritos:

“A circular do Ministério da Fazenda n.º 16 de 6 de março de 1901, condicionou o direito à restituição ao pedido prévio de isenção.

Essa doutrina mansa e pacífica foi incorpo-

rada ao Decreto-lei n.º 200, de 24 de fevereiro de 1938, que consubstanciou favores aduaneiros.

A requerente, gozando de prerrogativas, pagou direitos integrais pela mercadoria constante da nota de importação n. 168.434, de 16 de dezembro de 1929, sem fazer o pedido prévio que devia ser dirigido ao Tesouro, deixando assim, de atender às exigências impostas pela circular citada.

Daí o indeferimento ao pedido de restituição que motivou recurso para o Conselho Superior de Tarifa que manteve a decisão de 1ª instância, conforme acórdão n. 2.280, de 28 de setembro de 1936.

O pedido de reconsideração carece de amparo legal, de vez que não foi feita a prova da isenção previamente solicitada à autoridade superior.

“Encaminhe-se à Diretoria Geral de Fazenda” — (D. O., 10-6-940).

— N. 36.404/40 (Tesouro). De interesse de Saad & Cia.:

“Indeferido o pedido de reconsideração, à vista do parecer da Diretoria das Rendas Aduaneiras”.

E' do seguinte teor o parecer aludido:

“Do ato da Inspeção da Alfândega de Santos que mandou cobrar o imposto adicional de 10% da Tarifa vigente, havia recurso para o Conselho Superior de Tarifa, nos termos do art. 161, do Decreto 24.036, de 26 de março de 1934, es art. 4, do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

Os interessados desprezaram o expediente legal, pedindo pelo requerimento n. 33.017, de 4 de setembro de 1935, restituição do mesmo adicional, na quantia de 310\$400. O pedido já foi objeto de estudo desta Diretoria, cujo parecer motivou indeferimento, conforme consta da ordem n. 40, de 31 de janeiro de 1939, dirigido à mesma alfândega (fls. 24).

A cobrança do imposto, entretanto, foi feita de conformidade com o Decreto n.º 24.343, de 5 de junho de 1934.

Não se trata de isenção ampla de direitos, para

Diretoria das Rendas Aduaneiras

a gasolina destinada a dissolvente de borracha, mas de redução de taxas tarifárias para favorecer a produção nacional. Se o artigo despachado estivesse isento de direitos e demais taxas, irregular seria a cobrança, mas onerado como ficou com a redução de 90%, o pagamento do adicional reclamado foi feito regularmente.

O pedido de reconsideração foi feito no prazo regulamentar, carecendo, entretanto de amparo legal.

Encaminhe-se à Diretoria Geral da Fazenda". — (D. O., 21-6-940).

— N. 73.257/938 — Em que J. Duhá & Cia., solicitam reconsideração do despacho que indeferiu o pedido de restituição da importância de... 38:919\$800.:

"Indefiro o pedido de reconsideração à vista do parecer da Diretoria das Rendas Aduaneiras.

O parecer a que se refere o despacho acima é o seguinte:

"Dispõe o § 1.º, do art. 165, da Nova Consolidação das Leis das Alfândegas:

"as mercadorias descarregadas ou existentes em quaisquer armazens ou depósitos, então sujeitas ao pagamento dos direitos que vigorarem ao tempo em que forem postas em despacho, considerando-se tais desde que fôr distribuída a respectiva nota pelo inspetor da Alfândega ou administrador da mesa de rendas".

As notas de importação juntas, sob ns. 2.432 e 2.455, foram processadas na Alfândega do Rio Grande em 28 e 29 de dezembro de 1933, e, nas

mesmas datas, distribuídas para desembaraço das partidas de sal, vindo de Cadiz.

O decreto n. 23.481, de 21 de novembro de 1933, em seu artigo 1.º, assim prescreve:

"a partir da publicação deste decreto, todas as repartições públicas arrecadoras perceberão na base de 8\$000, pelo antigo mil réis ouro".

Os direitos do sal importado foram pagos à razão de 8\$000 e a mercadoria entregue ao seus donos sem nenhuma objeção.

Posteriormente, o Govêrno, atendendo às reclamações do comércio importador expediu o decreto n. 23.542, de 4 de dezembro daquele ano, pelo qual as mercadorias desembaraçadas nas Alfândegas até 31 de dezembro, imporrogavelmente, pagariam a taxa de 6\$226, pelo antigo mil réis ouro. Veio a circular do Ministério da Fazenda n.º 5, de 10 de janeiro de 1934, e deu caráter interpretativo àquele decreto, por isso que a expressão — "desembaraçadas" — equivalia a — "despachadas". Contudo a vigência do Decreto n. 23.481, citado, ficou determinada pela fixação da data, o que importa dizer que os atos por ele regidos ficariam subordinados aos efeitos de sua execução.

Desse modo, a fatura consular e o conhecimento de carga estão legalizados com data de 4 de dezembro de 1933, o que prova que o embarque da mercadoria se deu em plena execução da lei que instituiu a cobrança dos direitos sob a base de 8\$000 papel, pelo antigo mil réis ouro.

Nessas condições, não é líquido o direito à restituição pleiteada, carecendo de amparo legal o pedido de reconsideração. Encaminhe-se à Diretoria Geral da Fazenda". — (D. O., 27-6-940).

EXPEDIENTE DA DIRETORIA DAS RENDAS ADUANEIRAS

CIRCULARES:

— N. 15 — "De acordo com o resolvido pelo Exmo. Sr. ministro da Fazenda no processo fichado no Tesouro sob n.º 24.382, deste ano, declaro aos Srs. Inspetores das Alfândegas e chefes das demais estações aduaneiras do país, para seu conhecimento e devidos fins, que os ladrilhos grossos de vidro branco, próprios para revestimen-

to de paredes e empregados com o fim de facilitar a penetração de luz no interior das casas, se classificam no art. 641, da classe 18.^a da Tarifa, como quaisquer outros ladrilhos de vidro, para pagamento da taxa de 2\$080, por quilo, peso legal.

Outrossim, declaro que o referido ladrilho tem a forma de um paralelogramo, com 0m,195 de largura, 0m,195 de comprimento e 00,95 de espessu-

ra, e é formado de dois caixilhos de vidro da mesma dimensão, juxtapostos e soldados por meio de matéria isolante que se adapta às faces laterais, restando livres e transparentes as faces frontais”.

Datada de 3 de Junho de 1940. — (D. O., 6-6-940).

— N. 16. — “De acôrdo com o resolvido pelo Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, no processo fichado no Tesouro sob n.º 44.808, de 1939, declaro aos Srs. Inspetores das Alfândegas e chefes das demais estações aduaneiras do país, para seu conhecimento e devidos fins, que as lâminas de aço cromo, flexíveis, com mm 0,25 de espessura, aderidas em uma das faces a ruberoide ou semelhantes, havendo predominância de matéria plástica, quando importadas em pequenos pedaços, de qualquer feitio, preparadas uniformemente, para aplicação como azulejos ou emprego em uso semelhante, devem ser classificadas como obras, não classificadas, não especificadas, de aço simples, da taxa de 2\$080 por quilo (direitos mínimos) do artigo 861 e nota 207 da tarifa, com a modificação

do decreto-lei n.º 1.028, de 4 de janeiro de 1939.

Outrossim, declaro que essas lâminas, quando importadas em rolos ou peças, para qualquer fim, deverão pagar a taxa de 1\$040 por quilo, do artigo 800 da tarifa”. — (D. O., 7-6-940).

N. 17 — “Em aditamento à circular n. 15, de 3 deste mês, desta Diretoria, declaro aos Srs. Inspetores das Alfândegas e chefes das demais estações aduaneiras do país, para seu conhecimento e devidos fins, que os Ladrilhos Grossos de Vidro Branco, de que trata a mesma circular, não obedecem todos à forma e dimensões ali descritas, assumindo, segundo a sua aplicação, que pode ser em paredes internas e externas, retas ou curvas, ou mais variados aspectos, predominando, porém, em todos os tipos a mesma norma adotada na fabricação dos Paralelogramos ou seja a de se construirem de dois caixilhos de vidro juxtapostos, soldados e opacificados nas faces laterais por matéria isolante”.

Datada de 13 de junho de 1940. — (D. O., 19-6-940).

ACÓRDÃOS DO CONSELHO SUPERIOR DE TARIFA

Tiveram publicação no “Diário Oficial”, no mês de junho de 1940, os de ns. 7883/1919 (dia 12); 7920/7932 (dia 13); 7933/88 (dia 14); 1989/95 (dia 15); 7996/8025 (dia 17); 8026/69 (dia 19); 8070/8102 (dia 24); 8103/6 (dia 25); 8107/19 (dia 26); 8120/1 (dia 27) e 8122/330 (dia 28).

Despertam maior interesse os seguintes:

1ª CÂMARA

Encontram classificação nos seguintes artigos, pela tarifa mínima:

- 569 — Taxa de 6\$550, arruelas de amianto, com ou sem arame inferior. Ac. 7909.
- 861 — Taxa 2\$080, tubos de ferro batido, sem conexões. Acs. 7910 e 7966.
- 1782 — Taxa 8\$520, parabrisas para auto-caminhões. Ac. 7911.
- 542 — Taxa 26\$000, cópias de plantas feitas em papel prussiato. Inúmeros acórdãos.
- 596 — taxa 15% “ad-valorem”, “Rasorite”, minério metálico de boro em bruto, empregado para obtenção de Borax. Ac. 7915.
- 843 — Taxa 10\$400, a obra constituída por um cabo de fio de ferro com terminais de ferro batido. Ac. 7921.
- 999 — Taxa 2\$650, Aldaico benzoico, impropria-

mente chamado essência artificial de amendoas amargas. Ac. 7969.

- 1866 — Taxa 31\$200, rodízios de ferro, revestidos de borracha. Ac. 7978.
- 1616 — Taxa 17\$100, manômetros para medir a pressão nas câmaras de ar. Ac. 7981.
- 1234 — Taxa 25% “ad valorem”, o acetato de carbitol. Ac. 8035.
- 1858 — Taxa segundo o pêso, como máquinas operatrizes não classificadas, os vulcanizadores para arte dentária. Ac. 810.
- 1717 — Taxa 68\$390, Pinças de Bordizzio para uso veterinário. Ac. 8113.

2ª CÂMARA

A grande maioria dos acordãos da Câmara dizem respeito a isenção da taxa de previdência social, prevista no artigo 2 do decreto n. 643, de 14 de fevereiro de 1936, tendo sido decidido que não gosa de tal isenção o importador quando, no seu contrato com o Governo, tiver sido assegurada unicamente a isenção de direitos de importação e de expediente, e omitida a concessão do favor relativamente às demais taxas aduaneiras.

Os demais acordãos publicados durante o mês não oferecem novidade digna de registro.



M. FAZEN • A

D.A. - NRA - GB

• 56591 •

Com. INVENTARIO

PORT. 114/73

[illegible]

Imp. Nacional —

Biblioteca do Ministério da Fazenda

4193-46

336.26098154

B688
Boletim estatístico. jan-jun. 1940

AUTOR

Brazil. Diretoria des ren. aduan.

TÍTULO

Devolver em

NOME DO LEITOR

